



UNIVERSIDADE AUTÓNOMA DE LISBOA
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DOCUMENTAIS
MESTRADO EM CIÊNCIAS DOCUMENTAIS

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA E NORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL

O uso de normas documentais em
Portugal, principais actores e divulgadores

Mestrando: Manuel de Castro Henriques Botelho Moreno

Orientadora: Professora Doutora Maria Nazaré Gomes dos Santos

Dissertação apresentada à Universidade Autónoma de Lisboa, Departamento de Ciências Documentais, para obtenção do grau de Mestre em Ciências Documentais, área de Biblioteca e Documentação.

Aos meus pais,
pelo incentivo que me deram

À Natacha,
sem o seu investimento, experiência e
persistência nunca aqui teria chegado

Agradecimentos

A realização deste trabalho não chegaria ao seu termo sem a preciosa ajuda de diversas pessoas.

Em primeiro lugar, quero deixar uma palavra de reconhecido agradecimento à Professora Doutora Maria Nazaré Gomes dos Santos, que tanto contribuiu para a realização deste trabalho. Pela sua capacidade minuciosa de orientação, pela sua constante disponibilidade e pelas várias experiências de aprendizagem que me proporcionou, a minha sincera gratidão.

À Senhora Dr.^a Fernanda Guedes de Campos, subdirectora da Biblioteca Nacional, e ao Senhor Eng.^o Valdemar Lopes, responsável pelo sector da normalização do Instituto Português da Qualidade, os meus sinceros agradecimentos pela oportunidade de recolher informação em entrevista sobre a política nacional de normalização documental.

O meu agradecimento aos Professores Doutores Maria Fernanda de Olival, José Manuel Louzada Subtil, Justino Magalhães, Manuel António Cerqueira da Costa Matos e Pedro Faria Lopes, coordenadores dos cursos de Mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação, pela presteza com que se disponibilizaram para a aplicação do questionário aos investigadores inquiridos.

Aos Professores Doutores, Ana Azevedo, Carlos Azevedo, Carlos Ceia, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, João Cúcio Frada, Mário Azevedo, Pedro Serrano, Teresa D'Oliveira, agradeço a disponibilidade com que se propuseram ser entrevistados na qualidade de autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico.

Aos colegas de profissão – bibliotecários de referência – e a todos os editores científicos universitários contactados, o meu agradecimento pela contributo precioso que aqui deixaram.

Aos meus sogros e também à Babá o meu muito obrigado pela paciência na revisão do texto. À Cristina e ao João, o meu sincero agradecimento pela ajuda na tradução do resumo para a língua inglesa.

“O cientista não só tem que fazer Ciência, mas também escrevê-la.”

(Robert A. Day)

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	IX
LISTA DE FIGURAS	XI
LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS.....	XII
RESUMO	XIV
ABSTRACT	XV
INTRODUÇÃO.....	1
CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: PRODUÇÃO E DIFUSÃO .	6
1.1 A comunicação científica	7
1.2 Canais de difusão na comunicação científica.....	14
1.3 Nos meandros da sociologia da ciência: a importância da produção científica para a credibilidade, o reconhecimento e o sucesso do cientista	18
1.4 O processo da publicação científica e as controvérsias sobre os padrões de avaliação da “qualidade” científica: conteúdo vs forma....	21
CAPÍTULO 2 – NORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL: CONTEXTO INTERNACIONAL	26
2.1 O campo conceptual.....	27
2.2 O contexto internacional	32
2.2.1 A International Organization for Standardization (ISO)	32
2.2.1.1 O processo de desenvolvimento das normas ISO	38
2.2.1.2 O Comité Técnico TC46 (Informação e Documentação) e as normas documentais ISO.....	40
2.2.2 Os manuais de estilo e a divulgação das normas de redacção e apresentação de trabalhos científicos	47
2.2.2.1 Publication Manual of the American Psychological Association....	48

2.2.2.2 The Chicago Manual of Style	50
2.2.2.3 Scientific Style and Format: the Council of Biology Editors manual for authors, editors, and publishers	52
2.2.2.4 The Modern Language Association Handbook for Writers of Research Papers	54
2.2.2.5 The Bluebook : a Uniform System of Citation.....	56
2.2.2.6 International Committee of Medical Journals Editors Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals	57
2.2.2.7 Modern Human Research Association Style Guide: a handbook for authors, editors, and writers of theses.....	58
CAPÍTULO 3 – NORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL E O CONTEXTO NACIONAL: PRINCIPAIS ACTORES E DIVULGADORES DA NORMALIZAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA EM PORTUGAL.....	61
3.1 O processo de desenvolvimento das Normas Portuguesas.....	62
3.2 O Sistema Português da Qualidade (SPQ) e o Instituto Português da Qualidade (IPQ)	66
3.3 A Biblioteca Nacional (ONS), a Comissão Técnica para a Informação e a Documentação (CT7) e as Normas Portuguesas	71
3.4 Entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental em Portugal	78
3.4.1 Objectivos.....	78
3.4.2 Delimitação do universo	79
3.4.3 Dimensões da observação	79
3.4.4 Análise e interpretação dos dados	82
3.5 A importância dos manuais portugueses de Metodologia do Trabalho Científico na difusão das normas documentais	91
3.5.1 Análise descritiva aos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico, publicados por autores portugueses (1967-2006)	92
3.5.2 Entrevista aos autores dos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico sobre o uso de normas documentais	105
3.5.2.1 Objectivos.....	105

3.5.2.2 Delimitação do universo	106
3.5.2.3 Dimensões da observação	106
3.5.2.4 Análise e interpretação dos resultados	107
3.6 Difusão das normas documentais no contexto universitário: a biblioteca universitária, a disciplina de Metodologia do Trabalho Científico e os editores científicos.....	128
3.6.1 Questionário aplicado aos bibliotecários de referência de Bibliotecas Universitárias portuguesas.....	135
3.6.1.1 Objectivos.....	135
3.6.1.2 Delimitação do universo	135
3.6.1.3 Dimensões da observação	136
3.6.1.4 Análise e interpretação dos dados	137
3.6.2 A disciplina de Metodologia do Trabalho Científico: análise dos planos de estudo das principais universidades públicas portuguesas (2005-2006)	144
3.6.3 A palavra dos editores sobre o uso de normas documentais: questionário aplicado a editores científicos universitários portugueses ...	149
3.6.3.1 Objectivos.....	149
3.6.3.2 Delimitação do universo	149
3.6.3.3 Dimensões da observação	150
3.6.3.4 Análise e interpretação dos dados	151
CAPÍTULO 4 – O USO DE NORMAS DOCUMENTAIS POR INVESTIGADORES PORTUGUESES (MESTRADO) DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS E DA INFORMAÇÃO	155
4.1 Definição e contextualização do problema em estudo e opções metodológicas.....	156
4.2 Questionário aplicado a investigadores portugueses (mestrado) na área das ciências documentais e da informação.....	157
4.2.1 Objectivos.....	157
4.2.2 Delimitação do universo	158
4.2.3 Dimensões da observação	159

4.2.4 Análise e interpretação dos dados	160
4.3 Utilização de normas documentais nas dissertações de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação.....	175
4.3.1 Objectivos.....	175
4.3.2 Delimitação do universo	175
4.3.3 Dimensões da observação	176
4.3.4 Análise e interpretação dos dados	176
CONCLUSÕES.....	178
BIBLIOGRAFIA	183
APÊNDICES.....	189
APÊNDICE 1 – Modelo de Guião da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental em Portugal.....	190
APÊNDICE 2 – Modelo de Guião da entrevista aos autores portugueses dos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico	191
APÊNDICE 3 – Modelo de Questionário aplicado aos bibliotecários de referência de bibliotecas universitárias portuguesas.....	192
APÊNDICE 4 – Modelo de Questionário aplicado a editores científicos universitários portugueses	194
APÊNDICE 5 – Modelo de Questionário aplicado a investigadores portugueses (mestrado) na área das Ciências Documentais e da Informação	195
APÊNDICE 6 – Modelo de grelha de análise das dissertações de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação	198

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Código restrito vs. código elaborado: principais características.....	9
Tabela 2 – Comunicação formal vs. comunicação informal: principais características	15
Tabela 3 - Normas ISO no âmbito da informação e documentação	43
Tabela 4 - Normas ISO no âmbito da interoperabilidade técnica (SC4)	44
Tabela 5 - Normas ISO no âmbito da qualidade, estatísticas e avaliação da performance (SC8)	45
Tabela 6 - Normas ISO no âmbito da identificação e descrição (SC9)	46
Tabela 7 - Normas ISO no âmbito dos arquivos/gestão de documentos (SC11).....	46
Tabela 8 - Composição dos Subcomités da CT7	72
Tabela 9 - Grupos de Trabalho da CT7.....	72
Tabela 10 - Normas NP no âmbito da Informação e Documentação.....	72
Tabela 11 - Entrevista responsável IPQ-ONN (dimensões observadas)	79
Tabela 12 - Entrevista responsável BN-ONS (dimensões observadas).....	80
Tabela 13 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 1)	82
Tabela 14 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 2)	83
Tabela 15 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 3)	83
Tabela 16 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 4)	85
Tabela 17 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 5)	86
Tabela 18 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 6)	87
Tabela 19 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 7)	88
Tabela 20 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 8)	88
Tabela 21 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 9)	89
Tabela 22 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 10)	90
Tabela 23 - Entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (dimensões observadas)	106
Tabela 24 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 1).....	108
Tabela 25 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 2).....	112
Tabela 26 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 3).....	117
Tabela 27 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 4).....	120
Tabela 28 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 5).....	123
Tabela 29 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 6).....	125
Tabela 30 - Questionário aplicado aos Bibliotecários de Referência de Bibliotecas Universitárias (dimensões da observação)	136

Tabela 31 - Número de cursos de licenciatura disponibilizados pelas Universidades	145
Tabela 32 - Designação das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico ...	147
Tabela 33 - Questionário aplicado às editoras científicas universitárias (dimensões da observação).....	150
Tabela 34 - Opinião das editoras científicas sobre a utilização de normas documentais (análise de conteúdo).....	153
Tabela 35 - Questionário aplicado a investigadores portugueses (Mestrado) na área das Ciências Documentais e da Informação (dimensões observadas)	159

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de comunicação de Shannon e Weaver. Fonte: adapt. Fiske, 1999, p.20	7
Figura 2 - Esquema representativo do processo de comunicação científica. Fonte: Lopéz Yepes, 1995, p.19	12
Figura 3 - Organigrama da estrutura da ISO. Fonte: http://www.iso.org	33
Figura 4 - Estrutura orgânica do IPQ. Fonte: http://www.ipq.pt	70
Figura 5 - Esquema representativo do modelo funcional da Biblioteca Universitária. Fonte: adapt. Brophy, 2005, p.50	131
Figura 6 - Disponibilização de um serviço de apoio aos utilizadores no que se refere à apresentação dos seus trabalhos científicos.....	137
Figura 7 - Frequência de solicitação de apoio bibliográfico por parte dos utilizadores	138
Figura 8 - Serviços de orientação bibliográfica mais solicitados	139
Figura 9 - Opção metodológica/normativa mais conveniente	140
Figura 10 - Divulgação das NP pela biblioteca junto da sua comunidade académica	141
Figura 11 - Utilização das normas e afectação do processo de comunicação científica	142
Figura 12 - A existência de uma norma documental comum ao espaço da UE.....	143
Figura 13 - Percentagem de cursos de licenciatura com pelo menos uma disciplina de Metodologia do Trabalho Científico no plano de estudos	146
Figura 14 - Utilização de normas documentais para publicação por parte das editoras científicas.....	151
Figura 15 - Elementos a que dizem respeito as normas utilizadas	152
Figura 16 - Normas documentais/manuais de estilo utilizados	152
Figura 17 - Faixa etária dos investigadores	160
Figura 18 - Distribuição dos investigadores por sexo.....	161
Figura 19 - Filiação académica dos investigadores	162
Figura 20 - Tipo(s) de documento(s) científico(s) produzido(s).....	163
Figura 21 - Dificuldades sentidas pelos investigadores	163
Figura 22 - Tipologia das dificuldades encontradas	164
Figura 23 - Origem das dificuldades encontradas.....	165
Figura 24 - Sistema de citação utilizado.....	166
Figura 25 - Elementos bibliográficos mais difíceis de encontrar	167
Figura 26 - Origem e influência das dificuldades	168
Figura 27 - Conhecimento da existência de normas documentais.....	169
Figura 28 - Normas documentais utilizadas pelos investigadores	170
Figura 29 - Tomada de conhecimento das normas utilizadas.....	170
Figura 30 - Considerações dos investigadores sobre a divulgação das normas documentais em Portugal.....	171
Figura 31 - Considerações dos investigadores sobre a importância das normas documentais no desenrolar do processo de investigação.....	172
Figura 32 - Opção mais pertinente por parte dos investigadores.....	173

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACRL - Association of College and Research Libraries
 APA – American Psychological Association
 BLUSC – The Bluebook : a Uniform System of Citation
 BU – Biblioteca Universitária
 CBEMA – The Council of Biology Editors manual for authors, editors, and publishers
 CEN – European Committee for Standardization
 CENELEC – European Committee for Electrotechnical Standardization
 CHMAS – The Chicago Manual of Style
 CNQ – Conselho Nacional da Qualidade
 CRQ – Conselhos Regionais da Qualidade
 CSQ – Conselhos Sectoriais da Qualidade
 CT7 – Comissão Técnica para a Informação e a Documentação
 EN – *European Norm*
 ENV – *European Prestandard*
 ESTeSL – Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Lisboa
 ETSI – *European Telecommunications Standards Institute*
 FA – Faculdade de Arquitectura (UTL)
 FBA – Faculdade de Belas Artes (UL, UP)
 FC – Faculdade de Ciências (UL)
 FCSH – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (UNL)
 FE – Faculdade de Economia (UNL)
 FENG – Faculdade de Engenharia (UP)
 FID – *Fédération Internationale de Documentation*
 FL – Faculdade de Letras (UL, UP)
 FM – Faculdade de Medicina (UL)
 FMD – Faculdade de Medicina Dentária (UL)
 FMV – Faculdade de Medicina Veterinária (UTL)
 FPCE – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação (UL, UP)
 GT 1 – Grupo de Trabalho da CT7 para as Estatísticas e Avaliação do Desempenho
 GT 2 – Grupo de Trabalho da CT7 para a Gestão de Documentos
 HD – *Harmonization Document*
 HT – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias
 ICMJE – *International Committee of Medical Journals Editors Uniform Requirements for Manuscripts*
 ICSU – *International Council for Science*
 IEC – *International Electrotechnical Commission*
 IFLA – *International Federation of Library Associations*
 IPQ – Instituto Português da Qualidade
 ISA – Instituto Superior de Agronomia (UTL)
 ISA – *International Federation of the National Standardizing Associations*
 ISCAL – Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa (IPL)
 ISCTE – Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (IPL)
 ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão (UTL)
 ISO – *International Organization for Standardization*
 IST – Instituto Superior Técnico (UTL)
 MHRA – Modern Humanities Research Association
 MHRAS – Modern Human Research Association Style Guide : a handbook for authors, editors
 MLA – *Modern Language Association*
 MLAHA – *The Modern Language Association Handbook for Writers of Research Papers*
 MTC – Metodologia do Trabalho Científico

NP – Norma Portuguesa
ONC – Organismo Nacional Coordenador do SPQ
ONN – Organismo Nacional de Normalização
ONS – Organismo de Normalização Sectorial
OQ – Observatório da Qualidade
PMAPA – *Publication Manual of the American Psychological Association*
prNP – Projecto de Norma Portuguesa
SC 1 – Subcomité da CT7 para a Terminologia
SC 11 – Subcomité ISO para os Arquivos/gestão de documentos
SC 4 – Subcomité da CT7 para os Dados Bibliográficos
SC 4 – Subcomité ISO para a Interoperabilidade técnica
SC 5 – Subcomité da CT7 para a Apresentação de Publicações
SC 8 – Subcomité ISO para a Qualidade: estatísticas e avaliação da performance
SC 9 – Subcomité ISO para a Identificação e descrição
SCONUL - *Standing Conference of National and University Libraries*
SPQ – Sistema Português da Qualidade
TC46 – Comité Técnico para a Informação e a Documentação (ISO)
UAL – Universidade Autónoma de Lisboa
UE – Universidade de Évora
UL – Universidade de Lisboa
UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*
UNL – Universidade Nova de Lisboa
UP – Universidade do Porto
UTL – Universidade Técnica de Lisboa
WG 2 – Grupo de trabalho ISO para a Codificação de nomes de países e entidades relacionadas
WG 3 – Grupo de trabalho ISO para a Conversão de linguagens escritas
WG 4 – Grupo de trabalho ISO para a Terminologia da informação e documentação

RESUMO

Este estudo, de carácter descritivo e interpretativo, teve como principal objectivo defender a normalização documental no contexto da comunicação científica, assumindo a normalização como elemento necessário para a avaliação da qualidade formal dos documentos e como factor de eficiência na transferência da informação. Para a prossecução deste objectivo foram recolhidas informações (através de pesquisa de campo) dos principais intervenientes na política de produção, divulgação e utilização das normas documentais em Portugal.

Assim, no âmbito da política nacional de normalização documental foram conduzidas 2 entrevistas a responsáveis do Instituto Português da Qualidade e da Biblioteca Nacional. Os dados relacionados com as práticas seguidas pelos intervenientes na divulgação das normas documentais foram recolhidos através de entrevistas a 8 autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico e análise de conteúdo dos respectivos manuais, de um questionário aplicado a 21 bibliotecários de referência de bibliotecas universitárias, um questionário dirigido a 5 representantes de editoras científicas universitárias e análise dos planos de estudo de 247 cursos de licenciatura para averiguação da inclusão de disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico.

Os dados sobre o conhecimento e a aplicação das normas documentais na produção científica portuguesa foram obtidos através de um questionário aplicado a 53 investigadores de 5 cursos de Mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação e pela análise de dissertações de mestrado produzidas nos referidos cursos.

A análise e interpretação dos dados conduziram às seguintes conclusões: segundo os responsáveis pela política nacional de normalização documental, a divulgação das normas junto das universidades é feita casuisticamente, dada a grande diversidade de critérios normativos ali adoptados, na sua maioria de influência estrangeira. A maioria dos autores de manuais de metodologia do trabalho científico – todos eles trabalhando no contexto académico – assume uma certa resistência às Normas Portuguesas, adoptando sobretudo modelos normativos de diversos manuais de estilo internacionais. Grande parte das Bibliotecas Universitárias estudadas não disponibiliza um serviço personalizado de apoio à produção de trabalhos académicos e à divulgação das normas documentais, o que levanta algumas questões respeitantes ao seu papel pró-activo neste domínio. Constatou-se também a falta de tradição de Metodologia do Trabalho Científico em Portugal, na medida em que apenas 21% dos cursos de licenciatura escolhidos apresenta uma disciplina nessa área.

A análise dos resultados do questionário aplicado a investigadores da área das Ciências Documentais e da Informação revelou que uma maioria (88%) afirma ter conhecimento das Normas Portuguesas, sendo que a sua utilização é reportada em mais de metade das respostas dadas (53%). No entanto, na análise realizada às dissertações, estes dados não se confirmam. Mais de um terço dos inquiridos (36%) assume ter dificuldades ao nível da metodologia de apresentação de trabalhos científicos e considera que a divulgação das Normas Portuguesas é ineficaz.

No momento em que o Processo de Bolonha se faz implantar – promovendo a uniformização de critérios e a mobilidade das comunidades académicas – urge, pois, a necessidade de criação de um referencial mínimo em termos de normalização documental no que se refere ao espaço do Ensino Superior europeu.

Palavras-chave

Comunicação científica / normalização documental / normas – informação e documentação / manuais de estilo / metodologia do trabalho científico / Ensino Superior – Portugal / Processo de Bolonha / Ciências Documentais e da Informação

ABSTRACT

This descriptive study aimed to state the importance of standardization in scientific communication, assuming that documental standardization is a key factor for the efficiency of information transfer, playing a main role in the evaluation of scientific production in its formal quality.

In order to accomplish this goal, data from people involved in defining, circulating and using documental standards in Portugal was collected.

Therefore, national policies on documental standardization were assessed by interviewing 2 senior members of staff from the *Instituto Português da Qualidade* (Portuguese Institute for Quality) and from the *Biblioteca Nacional* (National Library). Data on the procedures used by those involved in defining and circulating standards was obtained by conducting interviews with 8 authors of manuals on scientific methodology and through the content analysis of their manuals; by a questionnaire sent to 21 reference university librarians; and by a questionnaire sent to 5 scientific university presses. The inclusion of courses on scientific methodology in the curricula of 247 bachelor degrees (*licenciaturas*) was also assessed.

Data on the knowledge and usage of information and documentation standards in scientific production was collected by means of a questionnaire on a population of 53 researchers studying for 5 distinct Masters degree in Library and Information Science, as well as through the analysis of dissertations in the field.

Data analysis and interpretation brought us to the following conclusions: according to the national standardization policy-makers, the standards are circulated to the universities on a case-by-case basis, due to the use of a wide variety of normative criteria in Portuguese universities, most of which are influenced by foreign practice. Most of the authors in the field of scientific methodology, all of them working in academia, admit to a certain degree of resistance to the use of the Portuguese standards, and mainly adopt normative models of international influence. Most academic libraries do not provide personalised support during the production of scientific works and do not promote standards circulation among students/researchers, thus bringing into question their putative pro-active role in this field. The bachelor degrees analysed do not have a well-established teaching of scientific methodology: only 21% of their curricula offers a course on the field.

The analysis of the questionnaire presented to Master thesis' researchers showed that a majority (88%) of researchers is aware of the Portuguese standards, and more than half of the researchers (53%) state that they use them. Nevertheless, these results showed to be different in the analysis of the dissertations. Over a third (36%) of the respondents has experienced methodological problems in scientific presentations, and considers that the Portuguese standards are inefficiently circulated.

As the Bologna Process is beginning to take place – promoting compatibility of criteria and academic mobility – these changes require a common minimal reference set concerning documental standardization in the European area of higher education.

Keywords

Scientific communication / standardization / standards – information and documentation / style manuals / scientific methodology / scientific production / higher education – Portugal / Bologna Process / Library and Information Science

INTRODUÇÃO

O interesse pelo tema desta investigação – comunicação científica e normalização documental – teve origem no decorrer da prática profissional do autor, enquanto bibliotecário numa instituição do Ensino Superior. No trabalho técnico de análise e leitura dos mais variados tipos de publicações científicas editadas em Portugal (livros, monografias, teses, etc.) verificamos ser frequente a ausência de critérios normativos, sobretudo no que diz respeito aos seus elementos estruturantes (i.e. referências bibliográficas, citações, índices, sumários, resumos, etc.), relacionados com a edição científica.

Assim, esta investigação parte do pressuposto de que no âmbito da produção científica, o uso de normas documentais reveste-se de peculiar importância, uma vez que contribui, em grande medida, para a eficácia dos processos de pesquisa, recuperação, estruturação e comunicação da informação. É de consenso que a falta de critérios de uniformização na documentação científica (ou mesmo, em alguns casos, a ausência de elementos fundamentais para a identificação do documento) acaba por prejudicar o trabalho desenvolvido pelo investigador e pelo próprio profissional da informação quando necessitam de pesquisar, referenciar ou consultar essas fontes de informação.

Por outro lado, a carência de estudos sistemáticos sobre a importância e aplicação da normalização documental no contexto da produção científica portuguesa constitui também uma boa justificação para a concretização deste trabalho de investigação.

A partir destas coordenadas, passemos aos principais objectivos deste trabalho: defender a importância da normalização documental no processo de comunicação científica; demonstrar que a normalização é o suporte metodológico da qualidade formal do trabalho científico e verificar o nível de utilização das normas documentais no contexto da comunicação científica portuguesa.

Para a prossecução destes objectivos foi importante recolher informações provenientes dos principais actores ou intervenientes na política de

produção, divulgação e utilização das normas documentais. Ou seja: responsáveis pela política nacional de normalização documental em Portugal, autores portugueses de manuais de Metodologia do Trabalho Científico, bibliotecários de referência de bibliotecas universitárias portuguesas, editores científicos e, especialmente, investigadores portugueses (nível mestrado) da área das Ciências Documentais e da Informação. A escolha desta área científica, para verificar o nível de uso das normas documentais pela comunidade científica portuguesa, deveu-se ao facto de considerarmos que os investigadores desta área científica deverão ser os primeiros a considerar a normalização documental como um factor preponderante no processo de comunicação científica.

Esta investigação pretende dar resposta às seguintes questões:

- Até que ponto é possível afirmar que a normalização documental pode interferir no critério de qualidade formal na avaliação da produção científica?
- Existe uma política efectiva e eficaz de normalização documental em Portugal? Em que medida o uso das normas documentais nacionais depende de uma política eficaz de divulgação e disponibilização?
- Até que ponto os manuais portugueses de Metodologia do Trabalho Científico são divulgadores importantes das normas documentais nacionais e internacionais?
- Qual a justificação para investigadores e autores de manuais de metodologia científica portugueses preferirem seguir manuais de estilo internacionais ou mesmo adoptar critérios pessoais?
- Enquanto espaço privilegiado de investigação científica, qual o papel da Universidade e, conseqüentemente, da Biblioteca Universitária na divulgação das normas documentais?

- Qual o grau de consciencialização dos principais intervenientes de políticas de divulgação das normas nacionais no que se refere à importância da normalização documental para o processo da comunicação científica?
- Levando em consideração o actual contexto do Processo de Bolonha, até que ponto é oportuno defender o uso de uma norma única para o espaço da União Europeia?

A estas perguntas, bem como outras que possam eventualmente surgir, serão dadas respostas no decorrer do trabalho.

Em termos metodológicos, esta investigação insere-se numa abordagem descritiva e interpretativa, na medida em que tem como principal objectivo a descrição e a interpretação das características de algumas populações que actuam no campo da normalização documental em Portugal. Para além da documentação indirecta (pesquisa bibliográfica e pesquisa documental efectuadas em fontes de informação nacionais e estrangeiras), foram utilizadas, na recolha dos dados, técnicas de pesquisa padronizadas, assentes na documentação e observação directas. Nesse sentido, foram utilizados dois principais instrumentos: o inquérito por questionário e a entrevista. Tendo em conta a natureza do objecto de análise e para responder de forma mais adequada às questões formuladas, este trabalho utilizou a recolha simultânea de dados de índole quantitativa e qualitativa. Na verdade, optámos por aquilo a que Robert Burgess designou de “estratégias múltiplas de pesquisa de terreno” (Burgess, 1999, p.158). Os questionários aplicados neste estudo apresentam um conjunto de questões fechadas. A natureza das entrevistas efectuadas é semidirectiva, ou seja, partimos de um conjunto de perguntas, relativamente abertas, das quais pretendíamos receber, à partida, determinadas informações nucleares, não excluindo outras informações paralelas que fossem pertinentes, que não fugissem ao esquema inicialmente definido e ocorressem naturalmente com o desenrolar da entrevista. Convém salientar que a observação directa também passou pela análise de conteúdo efectuada em manuais de Metodologia do Trabalho Científico publicados em Portugal nas últimas décadas e em “manuais de estilo” internacionais. Esta

técnica de recolha de dados também esteve presente na análise de conteúdo dos planos de estudo de licenciaturas das universidades públicas portuguesas para verificação da existência da cadeira de Metodologia do Trabalho Científico. Foi também realizada uma análise das dissertações de mestrado produzidas na área das Ciências Documentais e da Informação para avaliação do nível de uso de normas documentais.

Assim, para auscultar os principais actores/intervenientes no campo da produção e divulgação das normas documentais no contexto português, foram realizados e aplicados os seguintes instrumentos:

- Entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental;
- Entrevista a autores portugueses de manuais de Metodologia do Trabalho Científico e análise de conteúdo dos respectivos manuais;
- Questionário destinado a bibliotecários de referência de Bibliotecas Universitárias;
- Análise de conteúdo dos planos de estudo de licenciaturas de universidades portuguesas para verificação da existência da cadeira de Metodologia do Trabalho Científico;
- Questionário dirigido a editores científicos para averiguar o nível de consciencialização no que se refere à necessidade de uma política de edição científica nacional.

Para o estudo específico do uso de normas documentais pela comunidade científica portuguesa da área das Ciências Documentais e da Informação, foram aplicados questionários a investigadores dos cursos de mestrado na referida área, tendo sido também feita análise das dissertações de mestrado para avaliação do nível de uso de normas documentais.

Em termos estruturais, este trabalho está dividido em 4 capítulos. No **Capítulo 1**, dedicado ao campo teórico-conceitual, será abordado o conceito de Comunicação Científica, tendo em conta as diversas vertentes que contribuem para o seu desenvolvimento (canais de difusão, o processo de produção científica, a credibilidade do cientista, etc.). O **Capítulo 2** será dedicado à revisão da literatura sobre o conceito de normalização documen-

tal e à análise do contexto internacional em que esta opera, fazendo-se referência às normas ISO e aos manuais de estilo internacionais. A política nacional de normalização documental será analisada no **Capítulo 3**, tendo em conta um conjunto de actores/intervenientes na produção e divulgação de normas documentais em Portugal: o Instituto Português da Qualidade (IPQ), a Biblioteca Nacional, a Comissão Técnica para a Informação e a Documentação (CT7), autores portugueses de manuais de Metodologia do Trabalho Científico, as Bibliotecas Universitárias e, por último, os editores científicos universitários. No **Capítulo 4**, dedicado especialmente ao estudo do uso de normas documentais por investigadores portugueses, avalia-se até que ponto as normas são seguidas na produção de documentos científicos (dissertações de mestrado) na área das Ciências Documentais e da Informação.

Na parte das conclusões, pretende-se dar resposta às principais hipóteses e objectivos inicialmente formulados, sendo sugeridos alguns desenvolvimentos futuros em relação ao tema tratado.

Algumas considerações ainda em relação a questões metodológicas: a Bibliografia apresentada no final do trabalho obedece às Normas Portuguesas (NP 405-1, 1994; NP 405-2, 1998; NP 405-3, 2000; NP 405-4, 2002). O sistema de citação adoptado ao longo do texto é o sistema autor-data-localização. Nos casos em que a Norma Portuguesa é omissa – nomeadamente no que se refere ao sistema de citação adoptado – foram tidas em conta as respectivas Normas Internacionais ISO (ISO 690, 1987; ISO 690-2, 1997) e as respectivas secções dos manuais de estilo *Publication manual of the American Psychological Association* (APA, 2001) e *The Chicago manual of style* (The University of Chicago Press, 2003).

As colecções completas de Normas Portuguesas (NP) e Normas Internacionais (ISO) existentes no âmbito da normalização documental, encontram-se referenciadas no decorrer do trabalho, em lugar próprio.

CAPÍTULO 1 – COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA: PRODUÇÃO E DIFUSÃO

1.1 A COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Quando nos referimos à comunicação enquanto processo, tomamos sempre em consideração uma actividade multifacetada e complexa, fruto da actuação de diversos intervenientes e condicionantes que operam em quase todos os tipos de actividade social. Desde uma simples conversa informal à leitura de um texto científico, somos constantemente convidados a estabelecer um diálogo com o mundo que nos rodeia.

O primeiro modelo comunicacional, se bem que limitado na sua concepção, foi apresentado por Shannon e Weaver em 1949. Na sua visão parcial do processo de comunicação, o modelo admitia uma sequência de passos que constam do seguinte diagrama:

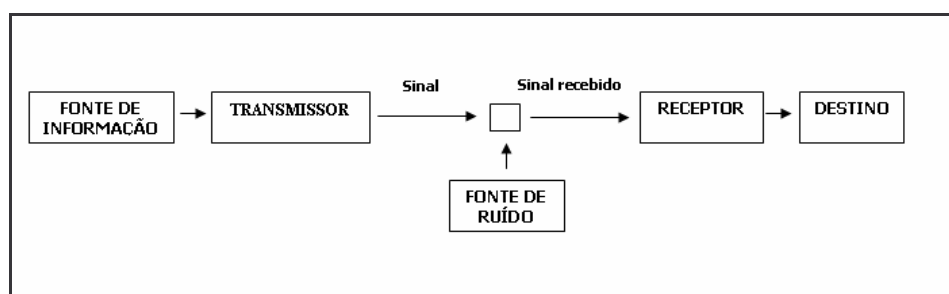


Figura 1 - Modelo de comunicação de Shannon e Weaver. Fonte: adapt. Fiske, 1999, p.20

Embora limitado pela sua linearidade (uma vez que o conceito de *feedback* não se encontra aqui contemplado), o modelo de comunicação apresentado parece-nos adequado numa primeira tentativa de estabelecer uma moldura de análise. A *Fonte de Informação*, tal como o próprio nome indica, está na origem da escolha da *Mensagem* a enviar. A mensagem seleccionada é então transformada num *Sinal* pelo *Transmissor* que por sua vez é conduzido ao *Receptor* por intermédio de um *Canal*. Neste contexto, Shannon e Weaver identificaram três níveis de problemas distintos: problemas técnicos, relacionados com a precisão dos símbolos transmitidos (Nível A), problemas semânticos relativos à capacidade dos símbolos para representarem o significado pretendido (Nível B) e problemas de eficácia, directamente relacionados com o impacto do significado recebido sobre a forma de actuação pretendida (Nível C) (Fiske, 1999, p.20). Segundo os autores do

modelo, os três níveis são interdependentes e assumem um papel fundamental em termos de precisão e eficácia do processo comunicativo. Da mesma forma, o conceito de *Ruído* permite compreender melhor determinadas dificuldades que surgem no decorrer do processo. Na verdade, “o ruído é algo que é acrescentado ao sinal, entre a sua transmissão e a sua recepção, e que não é pretendido pela fonte” (Fiske, 1999, p.22). Shannon e Weaver consideravam o problema do ruído mais no âmbito do Nível A (problema técnico), muito embora se entenda, na actualidade, que o ruído não diz apenas respeito a distorções relacionadas com a precisão dos símbolos transmitidos (tais como interferências numa linha telefónica). Considera-se ruído todo o elemento que possa impedir ou alterar, directa ou indirectamente, a recepção da mensagem que se pretende transmitir. Ou seja, o ruído não tem origem apenas no canal, mas passa também pelo público, pelo próprio emissor ou pela mensagem. Se numa sala de cinema um dos espectadores não parar de tossir durante a sessão, estaremos certamente perante uma situação de ruído, pois esse espectador impede todos os outros de captarem a informação em toda a sua plenitude (não só no plano auditivo, como também ao nível da concentração necessária à captação de outros elementos: a imagem, o enredo da história, etc.). Na tentativa de melhor se analisarem os problemas provenientes do ruído, Shannon e Weaver definiram os conceitos de Canal e Código. O canal, tal como o próprio nome indica, é o “meio físico pelo qual o sinal é transmitido” (Fiske, 1999, p.34), ou ainda, segundo Bitti e Zani (1993, p.42), “o meio físico-ambiental que possibilita a transmissão da informação ou de uma mensagem”. Contudo, o conceito de canal tem encontrado diferentes perspectivas: alguns consideram-no dividido consoante o tipo de código informacional utilizado (canais verbais e canais não-verbais), outros ainda têm em conta o aparelho sensorial pelo qual o código é transmitido (canal vocal e canal cinésico) ou recebido (canal auditivo, visual, olfactivo ou táctico). Se tivermos em consideração a definição de Fiske, deparamo-nos com o conceito mais alargado de Meio, definido como um conjunto de “recursos técnicos ou físicos para converter a mensagem num sinal capaz de ser transmitido ao longo do canal” (Fiske, 1999, p.34). Os meios, por sua vez, dividem-se em três categorias passíveis de intercomunicação: meios apresentativos (voz, corpo, etc.), meios representativos

(livros, fotografias, escrita, etc.) e meios mecânicos (telemóvel, televisão, fax, etc.). Enquanto que os primeiros são instantâneos e exigem a presença do comunicador (que serve de meio), já os segundos são representações “textuais” que podem ser utilizados intemporalmente, não exigindo a presença do comunicador. Os terceiros, por sua vez, distinguem-se dos segundos, na medida em que utilizam canais dependentes da tecnologia, mais sujeitos ao ruído de Nível A. Convém, por último, remeter para o conceito de Código. Segundo Fiske (1999), “um código é um sistema de significados comum aos membros de uma cultura ou subcultura”, sendo que a existência desse sistema só faz sentido se for aceite por todos os membros dessa cultura. Desde já temos presente a noção de código enquanto sistema aceite por uma determinada comunidade para transmissão de significados, enfatizando-se uma vez mais a dimensão social da comunicação. Na verdade, a segunda tipologia de códigos apontada por Fiske (1999, p.91) – os *códigos significativos* – caracterizam-se, entre outras coisas, por dependerem “de um acordo entre os seus utentes” (p.92) e por “desempenharem uma função social ou comunicativa identificável” (p. 92)¹. Por seu turno, Bernstein (apud Fiske, 1999, p. 99) classifica os códigos em elaborados e restritos, dependendo das relações sociais que se estabelecem entre os membros da comunidade que os utiliza. Neste sentido, podemos identificar-lhes as seguintes diferenças:

CÓDIGO RESTRITO	CÓDIGO ELABORADO
Mais simples	Mais complexo
Tende a ser oral	Pode ser escrito ou falado
Função comunicativa fática	Função comunicativa referencial
Orientado para o grupo	Orientado para o indivíduo
Depende de interesses comuns	Depende de ideossincrasias
Exprimem o concreto, o específico	Exprimem abstrações, generalidades
Grande difusão	Pequena difusão

Tabela 1 – Código restrito vs. código elaborado: principais características

Porém, qualquer que seja a tipologia de um código, identificamos na sua essência uma noção de consenso entre os seus utilizadores. Os códigos

¹ A primeira categoria – dos códigos de comportamento – diz respeito aos códigos relacionados com a conduta humana. Os códigos da praxe universitária ou o código das boas maneiras são bons exemplos desta tipologia, que não cabe agora abordar.

são, pois, acordos estabelecidos por um sistema de regras que possibilita (ou facilita) a capacidade comunicativa. Estes consensos são essencialmente obtidos de duas formas: por convenção e uso ou por denotação. No primeiro caso (códigos obtidos por redundância, semelhança de experiências), o código é dinâmico e está sempre sujeito a alterações, não constituindo nenhum paradigma de significantes. A sua obtenção é quase implícita. Já no segundo caso (códigos arbitrários), os códigos são implantados por decisão comum, explicitamente, sem margem para dúvidas quanto ao seu teor. No entender de Fiske (1999, p. 110-111), os códigos arbitrários (ou lógicos) são “simbólicos, denotativos, impessoais e estáticos”, sendo que “a ciência, o estudo objectivo, impessoal e universal dos fenómenos naturais, procura comunicar as suas descobertas através de códigos arbitrários, lógicos.”

O processo da comunicação, em termos de actividade humana, também se apresenta como agente potenciador de mudança. Segundo João Caraça (2001) a actividade de qualquer ser vivo é um composto de dois tipos de actividade básica: material (que pressupõe acção e que proporciona alteração física do meio) e imaterial (que diz respeito à comunicação e que não provoca nenhuma mudança ou perturbação física no meio). No essencial, podemos considerar que a nossa capacidade de mudança do mundo exterior, o nosso jogo pela sobrevivência, depende em grande parte da nossa capacidade comunicativa. A este propósito, Denis McQuail defende o seguinte:

A mudança é a essência da comunicação; depois de uma troca comunicativa, a situação já não é a mesma: aconteceu uma coisa que modificou de um ou de outro modo a relação entre os participantes ou entre estes e o ambiente exterior (McQuail apud Bitti e Zani, 1993, p. 237)

Na realidade, a própria ciência sobrevive porque existe comunicação. Se a comunidade científica não estabelecesse dinâmicas comunicativas a vários níveis, a possibilidade de evolução do conhecimento tornava-se nula.

Podemos principiar por falar da comunicação científica remetendo para uma definição de William D. Garvey:

Scientific communication [...] the full spectrum of activities associated with the production, dissemination, and use of information from the time the scientist

gets the idea for his research until information about the results of this research is accepted as a constituent of scientific knowledge [...] I mean those information-exchange activities which take place mainly among scientists actively involved on the research front. It covers scientific communication from the most informal discussion between two scientists to the formal aspects of scientific communication such as journals, reviews, books, etc (Garvey, 1979, p.ix)

Nesta definição de comunicação científica, estamos perante um conceito que abrange diversas actividades relacionadas com a informação ao nível da sua produção, disseminação e utilização. Podemos, desde já, definir informação científica como toda a informação que diz respeito ao resultado de uma pesquisa, que se torna conhecimento científico mediante reconhecimento da respectiva comunidade. Convém, pois, salientar que a comunicação científica, neste prisma, é um processo imprescindível à própria evolução da ciência e está intimamente ligado à aceitação da informação pela comunidade em que se insere. Confirmando esta perspectiva, Arthur Jack Meadows diz o seguinte:

A comunicação situa-se no próprio coração da ciência. É para ela tão vital quanto a própria pesquisa, pois a esta não cabe reivindicar com legitimidade este nome enquanto não houver sido analisada e aceita pelos pares. Isso exige, necessariamente, que seja comunicada (Meadows, 1999, p.vii)

Em Portugal, João Caraça (2001) realça esta ideia afirmando que a ciência “vive porque se dá a conhecer”, assumindo um carácter público, muito embora seja “apropriável por quem aprender os códigos em que é acessível”. A socióloga austríaca Karin Knorr-Cetina retoma esta estreita ligação entre comunicação e ciência, afirmando que:

[...] a comunicação é dita ser intrínseca à ciência pelo facto de a ciência moderna ser um empreendimento colectivo que depende de os resultados obtidos por cientistas individuais serem retomados por outros cientistas que se fundam neles e os desenvolvem. A ciência projecta-se a si mesma no futuro através da comunicação. Uma ciência privada é tão impensável como uma linguagem privada. Apenas os resultados que são comunicados podem contar [...] (Knorr-Cetina, 1999, p.378)

A mesma autora acaba por considerar um novo modelo de comunicação científica, que pode ser entendido na perspectiva de quatro dimensões distintas mas ao mesmo tempo complementares. Numa dimensão literária

da ciência, a comunicação científica reside na comunicação relativa aos produtos escritos da ciência e, nesse sentido, tem origem nos artigos científicos, dissertações, propostas de investigação, etc. Já numa dimensão epistémica (ou negocial) da comunicação científica, esta abrange a comunicação oral e todas as práticas relacionadas com a pesquisa científica, numa luta constante pela obtenção da verdade, validade e objectividade científicas. Numa terceira dimensão da comunicação em ciência, a dimensão biográfica, tem-se em conta os cientistas propriamente ditos. Cada investigador, ao longo da sua carreira, está directamente dependente da avaliação que é feita sobre o trabalho que vai desenvolvendo. Ou seja: um indivíduo só adquire credibilidade se for reconhecido pelos seus pares, e é essa credibilidade (obtida através da publicação de artigos científicos) que vai possibilitar o investimento em novas investigações. É importante também assinalar a dimensão colectiva da comunicação científica relacionada com os grupos/equipas de investigação contemporâneas. Segundo Knorr-Cetina (1999, p.385), os grupos/equipas de investigação actuais tendem a ser cada vez mais globais e multi-disciplinares, exigindo muitas vezes a participação não só de cientistas mas também de indivíduos não-especialistas.

Com a ajuda de López Yepes (1995), podemos esquematizar o processo de comunicação científica da seguinte maneira:

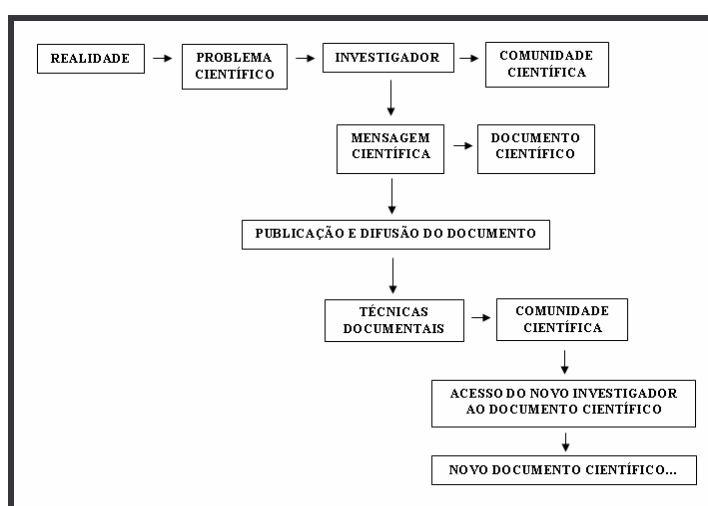


Figura 2 - Esquema representativo do processo de comunicação científica. Fonte: López Yepes, 1995, p.19

Como se pode constatar, a partir do referido esquema, o processo da comunicação científica é circular. Este modelo de transferência da informação também foi defendido por Lancaster (1979). Segundo este autor, o ciclo de transferência da informação consiste num conjunto de 9 etapas interligadas entre si num esquema circular. Nas duas primeiras etapas – pesquisa e composição/redacção – os indivíduos desenvolvem trabalhos e investigações técnico-científicas e descrevem por escrito os resultados obtidos. Nas duas etapas seguintes – publicação e distribuição primárias – ocorrem a reprodução editorial dos resultados da investigação e a sua distribuição aos utilizadores. Nas quatro etapas que se seguem – aquisição, organização, publicação secundária e distribuição secundária – as bibliotecas e centros de documentação adquirem o respectivo documento e procedem ao seu tratamento (permitindo a sua recuperação). Nesse sentido, são gerados documentos secundários de apoio à pesquisa documental (bibliografias, resumos, etc.) e é divulgada para o exterior a constituição dos acervos da biblioteca (por intermédio dos diversos serviços prestados). Na última etapa contemplada – assimilação – a informação chega ao utilizador através da leitura e é assimilada como novo conhecimento. Nesse sentido, irá contribuir para a produção e o desenvolvimento de novos documentos. Assim sendo, o ciclo de transferência da informação é renovado e perpetuado, criando-se uma cadeia comunicativa em constante actividade.

Segundo Garvey e Griffith (apud Walker e Hurt, 1990, p.xiii-xiv), existem sete funções que identificam a comunicação científica:

1. Dar resposta a perguntas específicas
2. Ajudar os investigadores a estarem a par dos novos desenvolvimentos num determinado campo científico
3. Ajudar os investigadores na obtenção de conhecimentos relativos a um novo campo de pesquisa
4. Identificar os principais desafios num determinado ramo científico e identificar a sua importância relativamente à disciplina maior em que tem origem
5. Verificar a segurança da informação através da prova adicional
6. Redireccionar ou alargar o campo de interesse e atenção do investigador
7. Obter uma resposta crítica ao trabalho pessoal do investigador

Analisando estas funções, podemos desde já afirmar que a comunicação científica diz respeito a um processo necessário ao próprio progresso científico, na medida em que proporciona o desenvolvimento e a credibilidade de novos conhecimentos no seio da comunidade científica. Na verdade, a comunicação científica proporciona ao investigador um contacto constante com os seus colegas de trabalho (com os seus pares), permitindo a avaliação de novas hipóteses de trabalho. Estando ao corrente daquilo que já foi produzido e daquilo que estará por produzir, o investigador desenvolve novo trabalho e avalia constantemente a sua congruência junto da comunidade em que está inserido. Este modelo é defendido por Rowland (1999) quando afirma o seguinte:

When they are working, scientists need to communicate regularly and for many purposes. They need to know what research others are undertaking; they need to take part in ongoing debates; they need to tell other scientists what work they have themselves carried out; they are required to report on their work to those who have funded it; and they need to advance their careers by demonstrating publicly what they have achieved already (Rowland, 1999, p.55)

1.2 CANAIS DE DIFUSÃO NA COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

Quando falamos dos canais da comunicação científica, é frequente a distinção efectuada entre os domínios informal e formal. O primeiro caracteriza-se por ser efémero e destina-se a uma audiência limitada, ao passo que o segundo estará disponível publicamente e disponibilizará permanentemente a informação. Podemos, genericamente, associar o domínio formal à linguagem escrita - livros, artigos científicos, dissertações – e o domínio informal às conversas face a face, conversas telefónicas, correspondência (por correio tradicional e electrónico), congressos e conferências e às redes humanas (“colégios invisíveis”). Enquanto que no domínio informal a informação transmitida é controlada pelo emissor, já no domínio formal esse papel cabe ao receptor. Se no primeiro a redundância ocorre com mais frequência, muito embora permitindo *feedback* por parte do emissor, no segundo domínio (formal) a redundância e o *feedback* estão menos presentes.

Sistematizando as diferenças dos dois domínios da comunicação identificados, deparamo-nos com as seguintes características (Garvey e Griffith apud Walker e Hurt, 1990, p.xi-xii):

IIFORMAL	FORMAL
Restrito	Público
Informação armazenada temporariamente	Informação armazenada permanentemente
Difícil de recuperar	Tipicamente recuperável
Informação recente e corrente	Informação relativamente "antiga"
Seleccionada pelo disseminador	Seleccionada essencialmente pelo utilizador
Interactivo	Não é um domínio interactivo

Tabela 2 – Comunicação formal vs. comunicação informal: principais características

Dizemos que a comunicação científica informal é restrita porque diz respeito à “linha da frente” da investigação científica. Na verdade, a investigação mais recente e actualizada circula preferencialmente no domínio informal e só posteriormente adquire o estatuto definitivo quando é registada por escrito. Na comunicação formal, por sua vez, a informação é menos actualizada e é direccionada a um público potencialmente maior, diminuindo a interacção entre o investigador e a sua audiência. Normalmente, a informação transmitida informalmente está na origem da informação transmitida formalmente. Os autores Garvey e Griffith (1966, p.154) diferenciaram as características dos dois domínios da comunicação científica em sete pontos, entre os quais podemos destacar os seguintes:

- a informação disseminada pelos elementos formais é permanentemente armazenada e pode ser recuperada, enquanto que a informação transmitida pelos canais informais é pontualmente armazenada e difícil de recuperar;
- a informação conduzida pela maioria dos canais formais é monitorizada, de forma a produzir, à imagem das regras de determinada disciplina, um relatório completo e relevante, ao contrário dos canais informais, geralmente menos monitorizados;
- os canais formais apresentam-se em função do utilizador, enquanto que a cooperação do emissor é requerida no domínio formal. Esta cooperação só se torna efectiva se o emissor acreditar que pode utilizar informação gerada pelas trocas, e neste sentido os papéis de utilizador e emissor misturam-se;
- uma vez que a mesma pesquisa é frequentemente relatada através de inúmeros canais e com uma variedade de ênfases, existe redundância considerável em todo o sistema. Os canais formais produzem menos redundância,

ao passo que não é estranho encontrar o mesmo material repetidamente reformatado em vários meios informais para dar resposta às características do canal e às necessidades da audiência;

- os canais informais dizem geralmente respeito à interacção directa, cara a cara ou através de correspondência, entre cientistas – característica de grande importância na operacionalização da ciência;

No entanto, se analisarmos esta dicotomia comunicativa com mais atenção, apercebemo-nos que as fronteiras que a delimitam, sobretudo na contemporaneidade, não serão tão claras como possam parecer. Se, por exemplo, considerarmos a palestra científica como comunicação informal, ela deixa de o ser se for gravada em suporte audiovisual e disponibilizada ao grande público, assumindo muitas das características da comunicação formal.

Feather e Sturges (1997, p.65-66) reforçam esta ideia propondo cinco parâmetros diferentes para as ligações sistemáticas que ocorrem entre o canal e o tipo de comunicação. Num primeiro parâmetro, tem-se em consideração os sentidos implicados, ou seja, o texto impresso estará relacionado com a visão e a rádio estará logicamente dependente da audição. Porém, numa conversa cara a cara, podemos ter situações comunicativas que envolvam ambos os sentidos (visão e audição). Já a obtenção de informação por parte de uma pessoa com um défice visual ou auditivo, exige uma mudança no canal de transmissão dessa mesma informação (o sistema *Braille*, por exemplo, é uma transferência do canal visual para o canal sensorial). O segundo parâmetro tem em conta as possibilidades de *feedback*, que serão proporcionalmente melhores quanto menor for o número de receptores a utilizar o canal comunicativo. Numa conversa cara a cara, o receptor não só obtém *feedback* oral como também *feedback* não verbal (linguagem corporal). Em terceiro lugar, é identificado um outro parâmetro, relacionado com o controlo por parte do receptor, ou seja, a taxa de absorção da informação está dependente não só das capacidades de determinado receptor como também da natureza da informação. Para que esta absorção ocorra nas melhores condições, os receptores devem ser capazes de interagir com um canal de comunicação de forma a obterem informação da forma mais adequada as suas necessidades. Por exemplo, a leitura de um livro permite uma

interacção caracterizada pelo controlo do leitor: este pode parar a leitura para pensar no que leu, pode reler um trecho para tirar dúvidas sobre o seu conteúdo. Já num programa de rádio, por exemplo, essa interacção ficará mais limitada por parte do ouvinte, uma vez que é a fonte de informação que conduzirá a leitura. Um quarto parâmetro tem em conta o alcance da disseminação da informação, sendo que os canais comunicativos são muitas vezes caracterizados pela grandeza e a natureza da audiência que servem (o termo *mass media* é disso bom exemplo). Num último parâmetro, identifica-se a preservação da informação como característica distintiva. Na verdade, alguma informação desaparece logo após ter sido produzida (por exemplo, a informação produzida numa conversa), enquanto que toda a informação que é considerada de valor é gravada de forma mais permanente (os livros, por exemplo).

Nesta linha de pensamento, conclui-se que a fala é importante sobretudo no que toca à comunicação informal, enquanto que a comunicação formal exige sempre o acto de leitura na absorção da informação que se pretende transmitir, sendo de realçar a importância do sentido da visão. Na leitura do texto impresso, por sua vez, tem-se em conta dois factores de extrema importância: por um lado, a própria apresentação gráfica do texto, ou seja, a sua apresentação formal, e por outro a legibilidade proporcionada pela redacção do seu conteúdo. A legibilidade prende-se com o arranjo gráfico do texto e com a influência que pode ter ao nível da “facilidade de leitura” do texto. Tal como salienta Meadows (1999, p. 119):

Certos aspectos, como a utilização de uma família diferente de tipos para os resumos, a limitação dos parágrafos a um tamanho razoável [...] reflectem um aspecto importante do projecto gráfico das publicações científicas: a maneira como são dispostos a fim de ajudar a guiar o leitor pelo seu conteúdo. [...] Essa estrutura depende, em última análise, da expectativa que se tem sobre como os leitores usarão o texto.

Na verdade, pretende-se que o texto científico seja inequívoco na sua estrutura e que não apresente nenhuma barreira ou incerteza quanto à assimilação da informação que disponibiliza. Nesta linha de actuação, e retomando o tema central deste trabalho, a estrutura das publicações científicas tem sofrido grandes mudanças, sobretudo ao nível da normalização na

apresentação. De facto, a normalização vem promover a legibilidade e facilitar a identificação dos documentos num contexto de produção científica cada vez mais expansivo. O método de citação e as suas implicações são disso bom exemplo. Segundo Meadows (1999), a citação efectuada hoje em dia é em tudo diferente daquela efectuada há duzentos anos a esta parte. Nessa altura, os textos científicos continham poucas ou mesmo nenhuma referências bibliográficas e não existia um método normalizado para a sua aplicação. Por vezes, “a obra seria citada exclusivamente pelo nome da pessoa que fora responsável por ela, sem maiores informações” (Meadows, 1999, p.120), originando uma maior dificuldade na sua localização e identificação.

1.3 NOS MEANDROS DA SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA: A IMPORTÂNCIA DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA PARA A CREDIBILIDADE, O RECONHECIMENTO E O SUCESSO DO CIENTISTA

Quando consideramos o mundo científico num contexto actual, não queremos encarar o cientista como o indivíduo que trabalha enclausurado no laboratório, em busca de um interesse individual resultante de uma curiosidade intelectual dispersa. Se é verdade, que a natureza lúdica da investigação científica motiva o cientista, também o prazer intelectual em inventar e inovar, solucionar problemas e puzzles do mundo que nos rodeia lhe serve de condição (Formosinho, 1992, p.193).

No entanto, sabe-se também que o cientista vive, à imagem de outras actividades profissionais, num contexto social competitivo, pautado pela obtenção de sucesso (Garvey, 1999). O reconhecimento de qualquer investigador reside não só no conteúdo inovador da sua contribuição mas também, e essencialmente, na forma encontrada para comunicar essa informação. Neste sentido, e para que a informação produzida seja um verdadeiro contributo para a ciência, ela terá que ser comunicada de modo a que seja compreendida e verificada por outros investigadores – quem sabe, também pelo público em geral – e posteriormente utilizada na criação de novas investigações. A “sobrevivência” do investigador está dependente da avaliação que lhe é atribuída, e o desenvolvimento da sua carreira, em todos os seus

domínios – publicação da pesquisa, promoções, bolsas, etc. – é condicionada pelo sucesso que vai obtendo. Se bem que, como adverte Garvey, cada investigador deve colocar em evidência a sua reputação de forma individual, mantendo também uma ligação directa ao grupo onde está inserido. Este compromisso para com o grupo tem uma componente relacionada com a atitude e uma outra relacionada com o comportamento. Como atitude, expressa-se em sentimentos de pertença e de partilha de objectivos e sucessos comuns. Enquanto comportamento, traduz-se em acções que partilham tanto os fardos como os benefícios da comunidade. Acabamos por encontrar, neste contexto, um indivíduo que se compromete a um determinado grupo porque acredita na sua actividade colectiva, mas que, simultaneamente, estabelece uma luta no interior dessa comunidade para obtenção da sua própria reputação. Esta concorrência tem a sua razão de ser na primazia dos contributos científicos, isto é, a reputação só é alcançada se o investigador for o primeiro a divulgar o seu contributo. Na procura desta prioridade, o investigador tem consciência da importância da confidencialidade em determinadas fases do seu trabalho de pesquisa: se um outro investigador fizer a mesma descoberta ao mesmo tempo, ambos terão que partilhar o sucesso (diminuindo, conseqüentemente, as reputações individuais). Se um outro investigador fizer a mesma descoberta algum tempo antes, não só o primeiro não obterá crédito pela contribuição que desenvolveu como também não será ele que terá a possibilidade de publicar os resultados do seu trabalho. Neste sentido, a relevância científica de um investigador pauta-se pela complexidade das relações sociais que estabelece com o grupo em que está inserido. Nesta dualidade, o indivíduo trabalha em função do grupo a que pertence e o reconhecimento desse trabalho existe em função da sua relevância. Segundo explicação de Garvey (1979, p.17-18):

Each scientist [...] depends on other scientists to provide information to enable him to proceed with his work so that he can earn a good reputation. At the same time, he is being depended on by other scientists for his good opinion of them and his provision of information to them [...] Thus, individual scientists continually “control” one another by regulating information flow”

Na perspectiva dos especialistas da sociologia da ciência, entende-se que o cientista deve balizar o seu trabalho por parâmetros colectivos, pois só

assim será capaz de obter a aprovação do grupo e o fornecimento da informação que necessita para o desenrolar do seu trabalho.

Retomando esta mesma noção, o sociólogo Pierre Bourdieu (1983) admite que o universo científico “é um campo social como outro qualquer, com suas relações de força e monopólios, suas lutas e estratégias, seus interesses e lucros” (p.122). Diz o autor:

O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da *autoridade científica* definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da *competência científica*, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade) (Bourdieu, 1983, p.122-123)

Denota-se, pois, uma dupla vertente nesta luta pela autoridade científica: o cientista age em função de um interesse intrínseco – tendo em conta as pesquisas que ele mesmo acha interessantes – e de um valor extrínseco, que é colocado nessa acção, e que não deve ser de todo descurado. Bourdieu afirma mesmo que:

[...] o que é percebido como importante e interessante é o que tem possibilidades de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” (p.125)

Na perspectiva de Bourdieu, o percurso científico delineado pelo indivíduo espelha uma “imposição” da comunidade em que se insere e só sairá triunfante se esta o validar:

Não há “escolha” científica – do campo da pesquisa, dos métodos empregados, do lugar de publicação [...] – que não seja uma estratégia política de investimento objectivamente orientada para a maximização do lucro propriamente científico, isto é, a obtenção do reconhecimento dos pares-concorrentes (Bourdieu, 1983, p. 126-127)

O investigador trabalha, pois, em função de uma acumulação de conhecimentos, simultaneamente individual e colectiva, e é nesta dupla aquisição que se conquista a autoridade científica:

[...] o campo científico deve, entre outras coisas, sua especificidade ao fato de que os concorrentes não podem contentar-se em se *distinguir* de seus predecessores já reconhecidos. Eles são obrigados, sob pena de se tornarem ultra-

passados, e “desqualificados”, a integrar suas aquisições na construção distinta e distintiva que os supera. (Bourdieu, 1983, p.127)

Assim sendo, o reconhecimento do cientista só é alcançado quando o produto da sua investigação é considerado e colectivamente reconhecido como uma mais valia – em termos de distinção e originalidade – para a colecção dos recursos científicos já acumulados. No termo dessa conquista, o investigador obtém a “visibilidade” que o realça no seio do grupo.

1.4 O PROCESSO DA PUBLICAÇÃO CIENTÍFICA E AS CONTROVÉRSIAS SOBRE OS PADRÕES DE AVALIAÇÃO DA “QUALIDADE” CIENTÍFICA: CONTEÚDO VS FORMA

A ciência moderna caracteriza-se, entre outras coisas, por constituir um *corpus* acumulado do conhecimento científico. De facto, a existência de um “arquivo da ciência” é imprescindível à sua própria evolução:

Gracias a la accesibilidad y al orden proporcionado por esse archivo, las nuevas investigaciones pueden, de modo bastante fidedigno, tomar a las precedentes como punto de partida y aprovechar sus logros (Maltrás Barba, 2003, p.41)

É importante assinalar que não é apenas o sentido cumulativo dos conhecimentos que convém realçar, mas também a possibilidade deste arquivo proporcionar inspiração temática, apresentar novos problemas e evitar que o investigador enverede por metodologias de difícil acesso.

Para contribuir efectivamente para o enriquecimento do repositório científico, o documento produzido tem que passar por um processo de revisão/avaliação que precede a publicação propriamente dita. Nesse sentido, alguns autores consideram que o documento científico pode ser analisado segundo duas perspectivas qualitativas diferentes (Rodrigues; Lima; Garcia, 1998). Na primeira perspectiva, a análise/avaliação é feita sobre o conteúdo, isto é, a relevância do tema e a congruência da redacção. Já na segunda perspectiva, a avaliação é efectuada tendo em conta o aspecto formal do documento, os elementos estruturais que o compõem.

A análise feita sobre o conteúdo é normalmente exercida tendo em conta o processo de revisão pelos pares (*peer review*), que é caracterizado pela paridade, pela pluralidade e pelo anonimato (Maltrás Barba, 2003, p.46). Na verdade, este tipo de avaliação deve ser feita por colegas do autor que se encontrem no mesmo patamar científico e, preferencialmente, na mesma área de investigação. Em ciência, atesta-se a competência e a adequação do autor às normas e aos critérios estabelecidos de forma integrada e auto-controlada. Ou seja: a ciência evolui e avalia-se internamente, respeitando a paridade entre os seus membros. Tal como refere o conhecido investigador espanhol, “la ciencia moderna se ha construido sobre la base del juicio experto compartido” (Maltrás Barba, 2003, p. 48). Este processo também é caracterizado pela sua pluralidade, ou seja, o processo não é efectuado apenas por um indivíduo. Para superar possíveis erros de avaliação do trabalho, a revisão é normalmente efectuada por, pelo menos, dois colegas do autor, repartindo-se desta forma a avaliação efectuada e aumentando a fiabilidade nela depositada. A última característica apontada por Maltrás Barba (2003, p.47) para o processo de revisão pelos pares, reside no anonimato. De facto, antes da publicação dos trabalhos, e para que a avaliação seja feita de forma idónea e sem qualquer preconceito, é conveniente apostar no anonimato dos elementos intervenientes no processo: autor do trabalho e árbitros eleitos para a avaliação. Neste sentido, qualquer avaliação efectuada individualmente nunca terá em conta a opinião alheia sobre o percurso científico do autor do trabalho avaliado. Nem uns (autores) nem outros (avaliadores) são informados *a priori* das identidades mútuas, preservando e consolidando a pluralidade já defendida. A ênfase é colocada nos méritos intrínsecos do trabalho, na sua cientificidade, anulando-se qualquer hipótese de corrupção ou desvio no julgamento do avaliador.

Segundo Pedro Demo (apud Rodrigues; Lima; Garcia, 1998), a avaliação do documento científico é efectuada na base do binómio que atribui uma qualidade política e uma qualidade formal ao documento. Esta última qualidade corresponde a uma propriedade lógica, tecnicamente instrumentada, dentro dos rituais académicos usuais: domínio de técnicas de recolha, manuseio e uso de dados, capacidade de manipular bibliografias, versatilidade na discussão teórica.

Concluem as autoras:

A passagem por essas fases ritualísticas [percurso de graduação, dissertação de mestrado e tese de doutorado] de ingresso e aceitação na comunidade dos *iniciados* na ciência demanda não só a capacidade de defesa oral das comunicações em congressos, como também, principalmente, a capacidade de redacção e apresentação de trabalhos [...] e outros tipos de documentos científicos (Rodrigues; Lima; Garcia, 1998, p.149)

Se bem que geralmente se privilegie a qualidade política na avaliação dos documentos científicos, a qualidade formal interfere na qualidade de um trabalho científico – não só no documento enquanto um todo, mas sobretudo na sua recepção/percepção junto da sua audiência. A informação que o investigador pretende transmitir deverá ser facilmente legível para que a sua recuperação seja facilitada. As autoras (Rodrigues; Lima; Garcia, 1998) afirmam que o suporte metodológico da qualidade formal seria a própria normalização. Assim, mais uma vez, reforça-se a ideia que, de certa forma, fundamenta este trabalho: o uso de normas documentais tem um papel muito importante na qualidade da produção científica.

Na verdade, a efectivação de todo o processo comunicativo – que decorre desde o início da investigação até à fase final de divulgação dos resultados – assim o exige. Segundo Cunha (1973):

A rapidez e eficiência com que se opera a transferência da informação dependem de factores diversos, entre os quais figuram os que dizem respeito à estrutura e apresentação dos trabalhos redigidos [...] Essa difusão de informações precisa ser processada de alguma forma e através de sistema que permita pronta assimilação [...] Em todas as fases do processo informativo [...] a padronização ou normalização é altamente valiosa (Cunha, 1973, p.59)

Na verdade, a produção científica só cumprirá a sua função de transmissão e troca de informação se realmente for recuperável por quem a procura. Um documento científico que apresenta lacunas na sua estruturação/apresentação dificilmente será perceptível e conseqüentemente será posto de lado pelas dificuldades de leitura criadas. Para além disso, são pertinentes as considerações das investigadoras brasileiras Vera Lucia Octaviano, Carla Monte Rey e Kelly Cristina da Silva:

O sistema de comunicação científica se reveste, pois, de suma importância, ao considerarmos o desenvolvimento técnico-científico como dependente da comunicação e assimilação dos resultados das pesquisas anteriores. A estrutura dessa comunicação vem sendo controlada pela comunidade científica, com a adoção de um conjunto de normas que ela considera ideal e que exercem grande influência no desenvolvimento e na divulgação das pesquisas. Essa estruturação se faz necessária quando as pesquisas passaram a ser consideradas como uma actividade social proveniente de um trabalho colectivo [...] (Octaviano; Rey; Silva, 1999, p.177)

Sabe-se que, desde os anos 70, vários estudos indicam a qualidade formal como factor determinante para aceitação ou rejeição de trabalhos para publicação e as instituições responsáveis pela publicação de normas documentais (nacionais e internacionais, IPQ, UNESCO, FID, IFLA, ISO) têm chamado a atenção para a importância da normalização documental no processo de comunicação científica. Em 1962, a UNESCO, em conjunto com outras associações (FID, ISO, ICSU, IFLA) foi pioneira na publicação de um código de boas práticas para publicações científicas. No referido código, a qualidade do documento científico já era tida em conta numa perspectiva normalizadora. A propósito da redacção de textos pelos investigadores, diz-se o seguinte:

In drawing up his text, the author should adhere to the international rules governing the abbreviations of titles of periodicals, the order of bibliographical references, symbols and abbreviations, transliteration, terminology, and the layout of articles (UNESCO, 1962, p.4)

Qualquer revista científica, na actualidade, também exige parâmetros normativos para aceitação dos artigos que publica (as denominadas “instruções para autores”). Nessa linha de actuação, grande parte dos estudos que se têm aplicado à análise dos padrões de qualidade formal, dedicam-se sobretudo à avaliação de periódicos científicos (como se sabe, considerado o veículo mais importante para a difusão da informação científica). O trabalho de Giménez Toldeo e Román Román (1998) ilustra esta preocupação com a avaliação de revistas científicas. Ao debruçarem-se sobre os problemas metodológicos de revistas científicas em Espanha, os autores tiveram em conta uma série de indicadores, agrupados em cinco blocos principais, entre os quais se destaca, logo em primeiro lugar, o campo da Normalização. Também Krzyzanowski e Ferreira (1998, p.165) assumem que a “falta

de normalização de artigos científicos e da revista como um todo” pode determinar a falta de qualidade de desempenho (forma) na publicação de revistas científicas, dificultando o trabalho de investigadores, editores, autores, serviços de indexação, centros de documentação e bibliotecas. Alguns autores vão ainda mais longe quando afirmam o seguinte:

La normalización de publicaciones periódicas [...] se há revelado no solo como un elementos eficaz de mejora de la comunicación, la difusión y la visibilidad, sino también como un factor clave en la producción, análisis y uso de las revistas científicas. Es decir, la normalización se há convertido en un elemento de mejora de todo el sistema de transferencia de la información científica (Devís Devís et al., 2004, p.38)

Nesta perspectiva, podemos afirmar que a normalização do documento científico não só facilita a sua comunicação/difusão para o exterior como também constitui um factor imprescindível para o estudo da avaliação da produção científica, nomeadamente através do estudo de citações (bibliometria e cienciometria).

CAPÍTULO 2 – NORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL: CONTEXTO INTERNACIONAL

2.1 O CAMPO CONCEPTUAL

Os primeiros vestígios de práticas de normalização remontam provavelmente aos Hititas (técnica de construção), mas também aos Assírios, Babilónios e Egípcios (uniformização dos pesos e medidas, determinação das dimensões das pedras para a construção das pirâmides ou dos tijolos para a Torre de Babel) e à Grécia e à Roma antigas (dimensão das canalizações dos aquedutos, equipamento das carroças e veículos militares). Witt (1993, p.37) relembra que na antiga cidade romana de *Augusta Traiana* (Bulgária, antiga província de Thrace), existia uma viga de mármore à porta da cidade com dois entalhes que, à imagem de todo o território do império romano, impedia a passagem da muralha aos carros que não fossem romanos, ou seja, o espaço disponível para a transição estava normalizado em todo o território romano. Na verdade, desde muito cedo o Homem sentiu a necessidade de encontrar regras de conduta para determinados processos do seu quotidiano, de forma a facilitar a sua vida, mas a normalização dita «moderna» só terá começado com o desenvolvimento das técnicas industriais de produção e divisão do trabalho. O rápido desenvolvimento da indústria no século XIX, a expansão do comércio internacional e todo um conjunto de outros factores demonstraram a necessidade de uma uniformização internacional das normas nacionais. Neste sentido, foram criadas a *International Electrotechnical Commission* (IEC) e a *International Federation of the National Standardizing Associations* (ISA) em 1906, esta última dando origem, em 1947, à criação da *International Organization for Standardization* (ISO).

Segundo a ISO, podemos definir uma norma da seguinte forma:

Especificação técnica ou outro documento acessível ao público, produzido com a cooperação e o consenso ou a aprovação geral de todas as partes interessadas, baseada nos resultados conjugados da ciência, da tecnologia e da experiência, visando o melhor proveito da comunidade no seu conjunto e aprovada por um organismo qualificado ao nível nacional, regional ou internacional

Na verdade, segundo Jacques Igalens e Hervé Penan, esta “especificação técnica” consiste numa definição ou determinação exacta das caracte-

rísticas de um determinado processo, produto ou serviço (Igalens e Penan, 1994). As normas deverão estar acessíveis ao público em geral, pois são documentos que pretendem, por excelência, satisfazer as necessidades das maiorias de cada sector da nossa sociedade: os consumidores, os produtores, os comerciantes e todos aqueles que pretendem, de uma forma ou de outra, obter informações sobre as medidas adoptadas em cada área da actividade humana.

Convém também salientar que uma norma é sempre o resultado de um trabalho conjunto entre diversos parceiros, “produzido com a cooperação e o consenso ou a aprovação geral de todas as partes interessadas”. Na elaboração de uma norma, o instituto de normalização reúne uma comissão de representantes de cada uma das partes interessadas nessa norma e designa uma comissão técnica que coordenará o trabalho desenvolvido por todos os intervenientes. No fim dos trabalhos, é apresentada a norma, fruto da unanimidade ou de uma maioria de opiniões. Logo após a fase de elaboração da norma, um inquérito público vai então associar ainda mais parceiros para além daqueles já reunidos anteriormente. Em princípio, qualquer entidade ou cidadão comum poderá assistir ao trabalho então desenvolvido.

Diz-se também, na definição já apresentada, que uma norma é “baseada nos resultados conjugados da ciência, da tecnologia e da experiência”. Na verdade, qualquer norma é um documento em constante evolução, adaptando o seu conteúdo ao desenvolvimento que vai tendo lugar no contexto das descobertas científicas, do progresso tecnológico e da própria experiência do dia a dia, por forma a que a sua funcionalidade seja realmente efectiva. Neste sentido, a sua validade é limitada e a sua funcionalidade terá que ser periodicamente revista à luz da evolução dos parâmetros indicados.

Outra característica indubitável das normas é a de que visam “o melhor proveito da comunidade no seu conjunto”. Neste sentido, pretende-se que a norma seja um documento “facilitador” de qualquer actividade humana, um documento que permita rentabilizar essa mesma actividade de forma precisa e clara. O intuito das normas – numa abordagem geral – é o de tentar estabelecer um conjunto de parâmetros de acção que sejam benéficos ao desenvolvimento universal de uma determinada actividade. Neste sentido,

as normas são consideradas referências idóneas do mercado a que se destinam.

Por último, convém salientar a especificidade das normas face a outro tipo de documentos “paralelos”: a norma é “aprovada por um organismo qualificado ao nível nacional, regional, ou internacional”. Neste sentido, a norma deverá ter o reconhecimento de determinada autoridade, quer ela seja pública ou sectorial, denotando uma responsabilidade acrescida no conteúdo divulgado.

Reforçando as características apresentadas, podemos identificar a especificidade das normas em três palavras-chave: especificação, unificação e simplificação (Éric Sutter apud Cacaly, 1997, p.429).

Para Joan M. Reitz, a normalização é um processo que “estabelece normas e procedimentos uniformes num determinado ramo de actividade, geralmente para facilitar a troca e a cooperação e para assegurar a qualidade e realçar a produtividade” (Reitz, 2004). Na verdade, o conceito de normalização, no seu sentido mais lato, surge invariavelmente associado à qualidade, à facilidade de execução, à clarividência na comunicação e na cooperação entre os indivíduos, os grupos ou organizações dos mais variadíssimos ramos de actividade. Para a ISO (2005b), o processo de normalização é “um contributo positivo para o mundo em que vivemos, pois assegura características vitais tais como a qualidade, a ecologia, a segurança, a economia, a fiabilidade, a compatibilidade, a interfuncionalidade, a eficiência e a eficácia. Em suma, a normalização facilita o comércio, difunde o conhecimento e partilha os avanços tecnológicos e as práticas de uma boa gestão.” Já para as autoras Maria Isabel Faria e Maria da Graça Pericão, a normalização consiste numa “actividade que conduz à obtenção de soluções para problemas de carácter repetitivo, essencialmente no âmbito da ciência, da tecnologia e da economia, com vista à realização do grau óptimo de organização num determinado domínio.” (Faria e Pericão, 1999, p.423)

Segundo o Instituto Português da Qualidade, a normalização é uma actividade destinada a estabelecer disposições – face a problemas reais ou potenciais – para utilização comum e repetida, tendo em vista a obtenção do grau óptimo de ordem, num determinado contexto (IPQ, 2006a). O objectivo da normalização é o estabelecimento de soluções, por consenso das partes

interessadas, para assuntos que têm carácter repetitivo, tornando-se uma ferramenta poderosa na auto-disciplina dos agentes activos dos mercados, ao simplificar os assuntos e evidenciando ao legislador se é necessário regulamentação específica em matérias não cobertas por normas.

Por último, o recente dicionário editado por José López Yepes define a normalização, num sentido mais amplo, como “a actividade pela qual se estabelecem normas nos âmbitos da vida humana que necessitam de regulação” (López Yepes, 2004, p 244). Segundo esta definição, normalizar é pois uma actividade de codificação de procedimentos e regulação de processos com um critério unificado e lógico que garanta a sua correcta realização.

Actualmente, existem normas aplicáveis a todos os domínios: normas sobre a composição e características das matérias-primas (e.g. plástico, aço, madeira), normas sobre produtos industriais (e.g. chaves de parafusos, ferramentas), normas sobre produtos para consumo (e.g. brinquedos, mobília, sapatos, alimentos), normas sobre maquinaria, serviços de limpeza e muito mais. O campo de aplicação da normalização é muito vasto e está relacionado com todos os produtos, serviços e bens existentes no mercado. Um desses campos de actuação – tema central deste trabalho – diz respeito à normalização no campo da documentação e da informação. Podemos apresentar a seguinte definição de normalização documental:

Se entiende por normalización documental la organización racional de los conocimientos y sus soportes y el tratamiento y dinamización del conjunto acumulado de ellos. En efecto, la acumulación de conocimientos depositados en los documentos debe ser organizada de manera que se produzca su total difusión. La organización pasa por la creación de centros que garanticen el la conexión internacional de los circuitos de información. Para que esta difusión internacional de la información se produzca, es necesario que los procesos que se realizan en el documento, desde su creación a su utilización, sean homogéneos (López Yepes, 2004, p.244)

Para cumprimento destas premissas, várias organizações internacionais dedicam-se, de facto, a este ramo da actividade normalizadora, entre as quais a UNESCO, a IFLA a FID e a ISO, por intermédio do seu Comité Técnico ISO/TC46.

Na área da Biblioteconomia e da Documentação, assim como no campo da informação científica e técnica, a normalização vem desempenhar um

papel fulcral. Como sugere López Yepes (2004, p.244), a normalização documental tem o sentido de organizar o conhecimento (escrito), adequando-o a uma disseminação otimizada e criando condições para que o trabalho (científico) seja metódico e tecnicamente simplificado e racionalizado. Neste sentido, é evidente que a normalização afecta todo o contexto do documento em todas as etapas da sua vida, desde a sua elaboração até à sua divulgação. Vejamos, a seguir, o nível de abrangência da normalização documental e os distintos domínios da sua aplicação, a partir da sistematização efectuada por Guinchat e Menou (1990, p.438):

- A apresentação de documentos (apresentação de publicações periódicas, teses, etc.) e dos elementos que os constituem (índices, sumários, referências bibliográficas, sistemas de citação, abstracts, etc.);
- O controlo bibliográfico (ISBN, ISSN, etc.);
- A transliteração, ou seja, a tradução de caracteres de uma língua para os de outra (caracteres gregos, árabes, etc.);
- A terminologia (vocabulários, nomenclaturas, etc.);
- A descrição do conteúdo dos documentos (análise, indexação, classificação, thesaurus, etc.) e a posterior recuperação da informação;
- A elaboração de catálogos e ficheiros (normas de catalogação);
- Espaços e equipamentos (dimensões de estantes, etc.);
- A reprodução de documentos (microfilmagem, fotocópias, etc.);
- As tecnologias da informação (suportes documentais, linguagens de programação, hardware, etc.);
- A gestão (empréstimo, serviços, colecções, etc.);
- A estatística (internacional sobre bibliotecas);
- Sistemas de informação

Considerando os objectivos deste trabalho, pretende-se apenas focalizar o primeiro domínio de aplicação relatado e a sua implicação nos processos de difusão documental e transmissão/distribuição de documentos científicos. De facto, como já foi referido, a apresentação formal (edição) de documentos científicos (dissertações, artigos científicos, comunicações cien-

tíficas, etc.) goza de grande importância no contexto daquilo a que temos vindo a considerar como o processo de comunicação científica. Se o investigador é, por excelência, um produtor de informação científica, e se, por sua vez, essa informação é constantemente comunicada aos seus parceiros para efeitos de avaliação e divulgação do seu trabalho, é conveniente que o faça inequivocamente. Neste sentido, e porque o domínio formal de divulgação da informação continua a ser o preferencial (pelas características anteriormente descritas), é imprescindível a aplicação de um conjunto de normas documentais no processo de produção científica.

2.2 O CONTEXTO INTERNACIONAL

2.2.1 A International Organization for Standardization (ISO)

A ISO foi criada em 1947, dois anos após o termo da Segunda Guerra Mundial, quando um grupo de delegados de 25 países reuniram em Londres para criar uma organização cujo objectivo inicial era coordenar e unificar as normas industriais.

A nova organização teve origem na fusão das duas organizações internacionais até então existentes (entretanto desactivadas pelo conflito de guerra): a *International Electrotechnical Commission* (IEC), funcionando desde 1906 no domínio da normalização electrotécnica, e a *International Federation of the National Standardizing Associations* (ISA), actuando na área da engenharia mecânica desde 1926.

Actualmente, a *International Organization for Standardization* (ISO) é uma organização não governamental² que actua no contexto internacional. O seu principal objectivo é a promoção e o desenvolvimento de normas que facilitem o intercâmbio de bens e serviços assim como a cooperação no contexto das actividades intelectual, científica, tecnológica e económica.

A sede da ISO situa-se em Genebra (Suíça) e integra uma rede de institutos nacionais de normalização, na proporção de um membro por país

² Os seus membros não são, como no sistema das Nações Unidas, delegações dos governos nacionais.

(como se verá adiante, a representação portuguesa enquanto Membro Efectivo, está a cargo do Instituto Português da Qualidade (IPQ)). Muitos dos institutos membros fazem parte da estrutura governativa dos respectivos países, ou são tutelados pelo seu governo, enquanto que outros têm a sua origem exclusiva no sector privado, tendo sido criados por cooperativas nacionais de associações industriais.

Os institutos membros (157), por sua vez, podem ser classificados consoante a seguinte tipologia:

- **Membros Efectivos** (103): são organismos nacionais que participam com pleno direito de voto em todos os comités existentes;
- **Membros Correspondentes** (45): são organizações de países que ainda não desenvolveram por completo as suas actividades nacionais em matéria de normalização e que, embora não possam tomar parte activa nos trabalhos técnicos, têm direito a solicitar informações relativas às suas áreas de interesse;
- **Membros Subscritores** (9): são países de economia muito limitada, que pagam uma quota reduzida e que têm direito a permanecer em contacto com a normalização internacional.

Podemos visualizar a estrutura organizativa da ISO no seguinte esquema:



Figura 3 - Organograma da estrutura da ISO. Fonte: <http://www.iso.org>

Como se vê, a Assembleia-Geral, presidida pelo presidente da ISO, é constituída quando se reúne a Equipa Directiva³ e os delegados nomeados pelos Membros Efectivos. Os delegados eleitos pelos Membros Correspondentes e Membros Subscritores podem assistir na qualidade de observadores. Esta assembleia junta-se uma vez por ano e aborda, entre outras, as actividades relacionadas com o relatório anual da ISO, o plano estratégico a longo prazo e respectivas implicações financeiras.

Os Comités de Desenvolvimento Político são comités de aconselhamento instituídos pela Assembleia-Geral. Estão abertos a todos os Membros Efectivos e Correspondentes e as suas linhas de acção são dadas a conhecer ao Conselho.

O CASCO (Committee on Conformity Assessment), que compreende 3 grupos de trabalho (CASCO/WG 21 – Management system certification, CASCO/WG 23 – Common elements in ISSO/IEC Standards for conformity assessment activities e CASCO/WG 27 – Drafting requirements for use in conformity assessment applications), tem como linhas de actuação:

- O estudo da avaliação de conformidade de produtos, processos, serviços e sistemas de gestão, para tornar as normas mais apropriadas;
- A preparação de Normas Internacionais relacionadas com práticas de experimentação, inspecção e certificação de produtos, processos e serviços, e com a avaliação de sistemas de gestão, laboratórios de ensaios, corporações de inspecção, certificação e acreditação e sua operacionalização e aceitação;
- A promoção e reconhecimento mútuo e a aceitação dos sistemas regionais de avaliação da conformidade, e a utilização mais apropriada das Normas Internacionais para efeitos de ensaio, inspecção, certificação e avaliação.

O COPOLCO (*Committee on Consumer Policy*), por sua vez, assume as seguintes competências:

- Estudar formas de ajudar os consumidores a beneficiarem da normalização e meios de melhorar a participação dos consumidores ao nível da normalização nacional e internacional;

³ Em Abril de 2006, a Equipa Directiva era constituída pelos seguintes membros: Prof. Masami Tanaka (*Presidente-Japão*), Dr. George Arnold (*Vice-presidente-EUA*), Mrs. Ziva Patir (*Vice-presidente-Israel*), Mr. Antoine Fatio (*Tesoureiro-Suiça*), Mr. Alan Bryden (*Secretário-Geral-Secretariado Geral da ISO*). Todos os dados constantes deste capítulo – ou outras informações referentes à estrutura e composição da ISO – foram obtidas no *site* oficial da organização.

- Promover um fórum para troca de informação relacionada com experiências dos consumidores ao nível da participação no desenvolvimento e implantação de normas num contexto de consumo;
- Aconselhar o Conselho da ISO relativamente à consolidação do ponto de vista dos consumidores em matérias relevantes para o trabalho da ISO nos domínios da avaliação da conformidade e da normalização;
- Aconselhar o Conselho para a necessidade de novas (ou renovadas) políticas e acções da organização relacionadas com as necessidades dos consumidores.

Por último, cabe ao DEVCO (*Committee on Developing Country Matters*):

- Identificar as necessidades e requisitos dos países em desenvolvimento no que concerne à normalização e às actividades paralelas (i.e., avaliação da conformidade incluindo acreditação, qualidade e metrologia) e dar apoio a estes países, se necessário, na definição dessas necessidades e requisitos;
- Recomendar, uma vez estabelecidas estas necessidades e requisitos, acções para que os países possam realizá-los;
- Monitorizar a implantação do Plano de Acção da ISO para Países em Desenvolvimento;
- Disponibilizar um fórum para discussão de todos os aspectos da normalização e actividades paralelas nos países em desenvolvimento e para a troca de experiências entre países em desenvolvimento e países desenvolvidos.

O Comité Permanente do Conselho, relacionado com as finanças, age enquanto aconselhador do Tesoureiro quanto às suas responsabilidades, mantém-se informado quanto aos aspectos financeiros da gestão da ISO/CS, aconselha o Secretariado Central e o Conselho relativamente a questões relacionadas com a avaliação dos custos dos serviços da ISO/TC disponibilizados a todos os membros (dos Comités Técnicos e Subcomités, dos corpos de administração e comités de desenvolvimento político da ISO), fornece aconselhamento ao Conselho, quando solicitado, no tocante a outras questões financeiras específicas e, finalmente, dá conhecimento ao Conselho das suas actividades de forma conveniente.

Já o Comité Permanente do Conselho, relacionado com a estratégia, segue os seguintes objectivos:

- Aconselhar o Conselho sobre as políticas apropriadas e assuntos estratégicos;
- Preparar planos anuais de implantação estratégica (a serem aprovados pelo Conselho);
- Rever o plano estratégico da ISO de cinco em cinco anos (para obtenção do visto do Conselho e futura aprovação pela Assembleia Geral);
- Dar conhecimento ao Conselho pelo menos uma vez por ano.

O Conselho é o órgão que governa as operações da ISO, e é composto pela Equipa Directiva e por 18 Membros Efectivos eleitos⁴. As suas funções são a nomeação do tesoureiro, a eleição dos 12 membros da Oficina de Gestão Técnica e a nomeação do presidente dos Comitês de Desenvolvimento Político (CASCO, COPOLCO, DEVCO). O Conselho também assume o poder de decisão sobre o orçamento anual do Secretariado Central.

Ao Secretariado Central cumpre a tarefa do apoio à Assembleia-Geral, ao Conselho, aos Comitês de Desenvolvimento Político e órgãos subsidiários, à Oficina de Gestão Técnica e ao REMCO (*Committee on Reference Materials*).

Os Grupos de Aconselhamento *ad hoc* funcionam como promotores das metas e dos objectivos estratégicos da Organização. O Presidente, com o consentimento do Conselho, pode estabelecer Grupos de Aconselhamento *ad hoc*, constituídos por líderes de organizações com interesse significativo na normalização internacional. Os membros destes grupos devem ser convidados pelo Presidente para participarem enquanto indivíduos e não como representantes dos membros efectivos. As recomendações destes grupos devem ser apresentadas ao Conselho para futuras acções.

⁴ Em Abril de 2006, os Membros Efectivos eleitos para o Conselho eram os seguintes: AFNOR (França), ANSI (EUA), BSI (Inglaterra), BSN (Indonésia), DIN (Alemanha), DSSU (Ucrânia), GOST R (Federação Russa), IRAM (Argentina), ISIRI (Irão), IST (Islândia), JISC (Japão), JISM (Jordânia), KATS (Coreia), ON (Austrália), SCC (Canadá), SIST (Eslovénia), SNV (Suíça) e UNI (Itália).

A Oficina de Gestão Técnica pretende informar ou aconselhar o Conselho quanto aos assuntos relacionados com a organização, coordenação, planeamento estratégico, e planificação do trabalho técnico⁵. A Oficina também examina as propostas para novos campos de actividade técnica da ISO e decide sobre a instituição ou dissolução dos Comitês Técnicos. Também age, de acordo com a moldura política pré-estabelecida relacionada com o trabalho técnico, na monitorização do trabalho dos Comitês Técnicos e seus programas de trabalho, elege os presidentes dos Comitês Técnicos e tem direito a imputar as acções técnicas desenvolvidas pelos Comitês e Subcomitês. Estão dependentes da Oficina de Gestão Técnica o Comité para os Materiais de Referência (REMCO), os Grupos de Aconselhamento Técnico e os Comitês Técnicos. As REMCO constitui as definições, categorias, níveis e classificações dos materiais de referência a serem utilizados pela ISO, determina a estrutura dos modelos relativos aos materiais de referência, estabelece o critério a ser aplicado na escolha de fontes mencionadas nos documentos ISO (incluindo os aspectos legais), prepara linhas de orientação para os Comitês Técnicos apelarem aos materiais de referência nos documentos ISO, propõe, tanto quanto necessário, acções a decorrer sobre os materiais de referência requeridos para o trabalho da ISO e informa a Oficina de Gestão Técnica sobre o trabalho a desenvolver. Os Grupos de Aconselhamento Técnico, por sua vez, são criados, quando necessário, pela Oficina de Gestão Técnica para a aconselhar em termos de coordenação básica, sectorial e intersectorial, planificação coerente e necessidade de novo trabalho. Por último, é nos Comitês Técnicos, nos Subcomitês e nos Grupos de Trabalho que se desenvolve o trabalho técnico propriamente dito. Neles, participam peritos e representantes dos diferentes âmbitos empresariais, orga-

⁵ A Oficina de Gestão Técnica (*Technical Management Board*) tem como funções específicas informar e, quando oportuno, aconselhar o Conselho de todos os assuntos relacionados com a organização, coordenação, planeamento estratégico e programação do trabalho técnico da ISO; examinar propostas para novos domínios de actividade técnica da ISO e decidir sobre todos os aspectos relacionados com a constituição e a dissolução dos Comitês Técnicos; manter sob revisão, em nome da ISO, as directivas técnicas ISO/IEC, e examinar e coordenar todas as propostas para correcção e aprovação das revisões apropriadas; agir, em conformidade com as políticas técnicas estabelecidas, nos seguintes domínios: monitorização do trabalho dos Comitês Técnicos, aprovação do alcance e programa de trabalho dos diferentes Comitês Técnicos. A Oficina de Gestão Técnica é composta por 12 membros, sendo eles a ABNT (Brasil), AENOR (Espanha), AFNOR (França), ANSI (EUA), BSI (Inglaterra), DIN (Alemanha), JISC (Japão), NEN (Holanda), SABS (África do Sul), SAC (China), SCC (Canadá), SN (Noruega).

nizações internacionais, entidades estatais, institutos de investigação e associações de consumidores.⁶

As normas resultantes deste trabalho são acordos voluntários subscritos em diversas áreas de actuação, pretendendo unificar as normativas nacionais nos variados sectores produtivos e servir como especificações técnicas ou padrão de referência para uma utilização homóloga entre as partes intervenientes – fornecedores, clientes, utilizadores, etc. – na actividade em causa.

2.2.1.1 O processo de desenvolvimento das normas ISO

As normas ISO são desenvolvidas de acordo com os seguintes princípios:

- **Consenso:** são tomados em consideração os pontos de vista de todos os interessados (fabricantes, vendedores e utilizadores, grupos de consumidores, laboratórios de testes, governos, profissões de engenharia e organizações de investigação)
- **Extensão industrial:** soluções globais para satisfazer indústrias e utilizadores em todo o mundo
- **Voluntário:** a normalização internacional é direccionada para o mercado e nesse sentido é baseada num envolvimento voluntário de todos os interesses envolvidos.

Uma Norma Internacional é, pois, o resultado de um acordo entre membros efectivos da ISO. Deve ser utilizada como tal ou pode ser incorporada no grupo das normas nacionais dos diferentes países. As Normas Internacionais são desenvolvidas pelos Comités Técnicos (TC) e Subcomités (SC) da ISO, através de um processo que decorre em seis fases distintas:

⁶Actualmente, existem 229 Comités Técnicos (TC) relativos aos mais variados domínios da actividade humana (e.g., cosmética, acústica, plásticos, qualidade da água, energia solar, nanotecnologia, etc.). A cada um dos Comités Técnicos é atribuído um número por ordem da sua fundação (desde o TC 1, fundado em 1947, até ao TC 229, fundado em 2005). Cada um deles é composto por um número variável de Subcomités (SC) e pode estabelecer ligações de trabalho com outros comités existentes (da ISO, da IEC e de outras organizações internacionais). Por sua vez, cada um destes comités e subcomités tem um secretariado que é atribuído a um Membro Efectivo da ISO (AFNOR, ANSI, AENOR, IPQ, etc.). Por último, os Grupos de Trabalho (WG) não têm secretariado, mas um administrador eleito pelo comité perante o qual presta contas.

- **Fase de proposta/projecto:** o primeiro passo no desenvolvimento de uma Norma Internacional passa pela confirmação da necessidade de uma norma em particular. Uma nova proposta de trabalho é submetida à votação por parte dos membros dos Comitês e Subcomitês Técnicos (TC/SC) para que seja determinada a sua inclusão no programa de trabalhos. A proposta é aceite se a maioria dos membros votar a favor e se pelo menos cinco dos membros declararem o seu compromisso na participação activa do projecto. Nesta fase, é nomeado um líder do projecto, responsável pelo trabalho ali desenvolvido.
- **Fase preparatória:** normalmente, é constituído um grupo de trabalho de peritos (em que o presidente é o líder do projecto) que prepara um documento de trabalho. Serão então desenvolvidas diversas versões do documento de trabalho, até que o grupo de trabalho fique satisfeito por ter desenvolvido a melhor solução técnica para o problema levantado. Nessa altura, o documento de trabalho é reencaminhado para o comité hierarquicamente acima do grupo de trabalho, para se submeter à fase de obtenção de consenso.
- **Fase do comité:** logo que esteja disponível um primeiro documento de trabalho do comité, é imediatamente registado pelo Secretariado Central da ISO. É então distribuído para comentários e, se necessário, para votação pelos membros dos TC/SC. Deverão ser tidas em conta todas as versões posteriores até que seja alcançado o consenso ao nível do conteúdo técnico. Uma vez obtido este consenso, o texto é finalizado para submissão enquanto projecto de Norma Internacional⁷.
- **Fase de averiguação:** nesta fase, o Secretariado Principal faz circular o projecto de Norma Internacional (DIS) por todos os membros efectivos para apreciação e votação, por um período de cinco meses. Se dois terços dos membros dos TC/SC votarem a favor e se não mais do que um quarto do número total de votos for negativo, é então aprovado o projecto final de Norma Internacional⁸. Se os critérios de aprovação não forem verificados, o texto é devolvido ao TC/SC de origem para um estudo mais aprofundado e será posto em circulação um documento revisto (com o estatuto de DIS) para votação e apreciação.
- **Fase de aprovação:** o projecto final de Norma Internacional (FDIS) é submetido à votação final (Sim/Não), circulando entre todos os membros efectivos durante dois meses. Se durante este período forem recebidos comentários técnicos, já não serão tidos em consideração nesta fase mas serão registados para posterior revisão da Norma Internacional. O texto é aprovado enquanto Norma Internacional se uma maioria de dois terços dos membros dos TC/SC votar a favor e não mais do que um quarto de todos os votos for negativo. Se os critérios de aprovação não forem verificados, o texto é devolvido ao TC/SC de origem para reconsideração à luz das razões técnicas apontadas pelos votos negativos.
- **Fase de publicação:** uma vez aprovado o projecto final de Norma Internacional (FDIS), são introduzidas pequenas mudanças editoriais,

⁷ Em inglês, *Draft International Standard* (DIS)

⁸ *Final Draft International Standard* (FDIS)

se necessárias, ao texto final. O texto final é enviado para o Secretariado Central da ISO que publica a Norma Internacional.

Todas as Normas Internacionais publicadas estão submetidas a revisões periódicas, por intervalos não superiores a cinco anos (este prazo torna-se menor em áreas específicas em rápido desenvolvimento). Estas revisões pretendem decidir se a norma é confirmada, revista ou removida. As Normas ISO também apresentam um esquema de classificação internacional de normas, designado por ICS (*International Classification for Standards*). Este esquema (ISO, 2005a) serve como estrutura para catálogos nacionais e internacionais de normas e outros documentos normativos, permitindo a sua classificação de forma hierárquica.

2.2.1.2 O Comité Técnico TC46 (Informação e Documentação) e as normas documentais ISO

O TC46 (Informação e Documentação) da ISO⁹, tal como já foi dito, é o Comité Técnico responsável pela elaboração de normas internacionais relacionadas com a documentação e a informação. O Comité Técnico TC46 trabalha, pois, no âmbito da normalização de práticas relacionadas com bibliotecas, centros de informação e documentação, edição, arquivos, gestão documental, documentação de museus, serviços de indexação e resumos e outras práticas relacionadas com a ciência da informação em geral.

Segundo relatório do próprio Comité Técnico, a área da documentação e da informação suporta a cadeia de disponibilização da informação, respondendo às necessidades dos seguintes segmentos do mercado (ISO/TC 46 Secretariat, 2005):

- **Criadores de informação:** dizem respeito a organizações (públicas ou privadas) e agências governamentais, sociedades de autores, editores, escritores, compiladores, actores, músicos e todos aqueles que dão origem a novos conteúdos de informação.
- **Produtores, distribuidores e gestores da informação:** editores (primários e secundários), distribuidores e compiladores de informação, intermediários da informação e estatísticos. São individualidades que

⁹ Para além da informação disponibilizada no *site* da ISO, encontramos informação mais pormenorizada sobre o CT 46 no *site* oficial da AFNOR, em <<http://www.afnor.fr>>

trabalham ao nível dos fornecedores de produtos de informação ao utilizador final, tais como livrarias, discotecas ou bibliotecas.

- **Organizadores e fornecedores de informação ao utilizador final:** são os responsáveis pela etapa da cadeia em que a informação produzida é transmitida aos utilizadores finais. Inclui actividades tais como a organização e a disponibilização do acesso à informação, permitindo a sua pesquisa e a obtenção da informação em resposta às necessidades do utilizador. As principais instituições responsáveis pela disponibilização e acesso à informação são as bibliotecas, os arquivos, os museus e vendedores de produtos informacionais. O processo de organização e disponibilização requer normas para facilitar os serviços entre instituições (normas relacionadas com protocolos, tipos de pesquisa, formatos de dados, descrição de objectos, classificação de objectos, etc.) Neste sentido, os bibliotecários, arquivistas, livreiros, ... são os responsáveis directos pela referida organização e disponibilização da informação.
- **Gestores da documentação e arquivistas:** os gestores da documentação são profissionais e especialistas em gestão documental no interior das organizações. São indivíduos que criam e mantêm documentos de valor permanente para a condução das actividades decorrentes da instituição em que estão inseridos. Os gestores documentais são responsáveis pela esquematização, implantação, actualização e gestão de documentos e políticas, procedimentos, sistemas e processos documentais.
- **Conservadores de informação para arquivos, bibliotecas, museus, etc.:** este segmento do mercado é responsável pelo armazenamento e a conservação da informação para utilização das gerações futuras. Varia desde os laboratórios de conservação (residentes em grandes bibliotecas e arquivos), aos departamentos de gestão documental associados às organizações, passando pelos arquivos audiovisuais e governamentais. Para estas instituições, as normas permitem conduzir o seu trabalho da forma mais consistente e eficiente.
- **Utilizadores e clientes:** existe um número muito alargado de utilizadores ligados às normas ISO/TC 46: qualquer pessoa que necessite de um livro, um artigo, música, filme, imagens, ... qualquer pessoa que compre um livro, um CD, um filme, ... qualquer pessoa que utilize uma biblioteca pública ou universitária ou um centro de documentação... qualquer pessoa responsável pela gestão documental na sua organização

Para dar resposta a todos estes segmentos de mercado, o TC46 é composto por 4 Subcomités (SC) com os seguintes propósitos:

- **SC 4 – Interoperabilidade técnica:** normalização de protocolos, esquemas, etc. e outros modelos e metadata destinados a processos utilizados por serviços de informação e provedores/fornecedores de conteúdos, e.g. , bibliotecas, arquivos, museus e editoras.

- **SC 8 – Qualidade: estatísticas e avaliação da performance:** normalização de práticas relacionadas com os dados estatísticos e indicadores de desempenho dos serviços de informação e/u provedores de conteúdos, e.g. , bibliotecas, arquivos, museus e editoras.
- **SC 9 – Identificação e descrição:** normalização de identificadores e descritores de fontes de informação e metadados associados para utilização em serviços de informação (incluindo bibliotecas, museus e arquivos) e indústrias de conteúdos (incluindo a edição e outros provedores de conteúdos)
- **SC 11 – Arquivos/gestão de documentos:** normalização de princípios para a criação e gestão de documentos, registos e arquivos como provas de operações e cobrindo todos os media, incluindo o papel e multimédia digital.

Para além dos Subcomités referidos, o CT46 é responsável pelo trabalho desenvolvido pelos seguintes Grupos de Trabalho (WG):

WG 2 – Codificação de nomes de países e entidades relacionadas

WG 3 – Conversão de linguagens escritas

WG 4 – Terminologia da informação e documentação

Assumindo a organização estrutural apresentada, a TC46 assume a necessidade de manutenção de um sistema de alerta para estar actualizada com os desafios dos diversos sectores. Este sistema de alerta consiste na identificação de novas áreas de normalização, normas com necessidade de revisão, normas que devem ser retiradas de circulação, novos parceiros de ligação, etc.

Por outro lado, a TC46 compromete-se com as seguintes estratégias para desenvolvimento dos seus objectivos:

- Assegurar a interoperabilidade entre sistemas
- Adaptar as normas aos media e técnicas emergentes
- Assegurar a consistência
- Encorajar um *input* exaustivo
- Assegurar a publicação atempada de normas
- Encorajar a utilização de normas

O TC 46 publicou até ao momento um total de 88 normas no âmbito da documentação e informação, distribuídas da seguinte forma (dados obtidos no *site* oficial da ISO):

Tabela 3 - Normas ISO no âmbito da informação e documentação

ISO	ANO	TÍTULO
8	1977	Documentation – Presentation of periodicals
9	1995	Information and documentation – Transliteration of Cyrillic characters into Latin characters: Slavic and non-Slavic languages
18	1981	Documentation – Contents list of periodicals
214	1976	Documentation – Abstracts for publications and documentation
215	1986	Documentation – Presentation of contributions to periodicals and other serials
233	1984	Documentation – Transliteration of Arabic characters into Latin characters
233.2	1993	Information and documentation – Transliteration of Arabic characters into Latin characters: Part 2: Arabic language: Simplified transliteration
233.3	1999	Information and documentation – Transliteration of Arabic characters into Latin characters: Part 3: Persian language: Simplified transliteration
259	1984	Documentation – Transliteration of Hebrew characters into Latin characters
259.2	1994	Information and documentation – Transliteration of Hebrew characters into Latin characters: Part 2: Simplified transliteration
843	1997	Information and documentation – Conversion of Greek characters into Latin characters
1086	1991	Information and documentation – Title leaves of books
2145	1978	Documentation – Numbering of divisions and subdivisions in written documents
2348	1977	Documentation – Presentation of translations
3166.1	1997	Codes for the representation of names of countries and their subdivisions – Part 1: Country codes
3166.2	1998	Codes for the representation of names of countries and their subdivisions – Part 2: Country subdivision code
3166.3	1999	Codes for the representation of names of countries and their subdivisions – Part 3: Code for formerly used names of countries
3602	1989	Documentation – Romanization of Japanese (kana script)
5122	1979	Documentation – Abstract sheets in serial publications
5123	1984	Documentation – Headers for microfiche of monographs and serials
5127	2001	Documentation and information – Vocabulary
6357	1985	Documentation – Spine titles on books and other publications
7098	1991	Information and documentation – Romanization of Chinese
7144	1986	Documentation – Presentation of theses and similar docu-

		ments
7154	1983	Documentation – Bibliographic filing principles
7220	1996	Information and documentation – Presentation of catalogues of standards
7275	1985	Documentation – Presentation of title information of series
TR839 3 ¹⁰	1985	Documentation – ISO bibliographic filing rules (International Standard Bibliographic Filing Rules): Exemplification of Bibliographic filing principles in a model set of rules
9706	1994	Information and documentation – Paper for documents: Requirements for permanence
9984	1996	Information and documentation – Transliteration of Georgian characters into Latin characters
9985	1996	Information and documentation – Transliteration of Armenian characters into Latin characters
11108	1996	Information and documentation – Archival paper: Requirements for permanence and durability
11798	1999	Information and documentation – Permanence and durability of writing, printing and copying on paper: Requirements and test methods
11799	2003	Information and documentation – Document storage requirements for archive and library materials
11800	1998	Information and documentation – Requirements for binding materials and methods used in the manufacture of books
11940	1998	Information and documentation – Transliteration of Thai
TR119 41	1996	Information and documentation – Transliteration of Korean script into Latin characters
14416	2003	Information and documentation – Requirements for binding of books, periodicals, serials and other paper documents for archive and library use: Methods and materials
15919	2001	Information and documentation – Transliteration of Devanagari and related Indic scripts into Latin characters
15924	2004	Information and documentation – Codes for the representation of names of scripts

Tabela 4 - Normas ISO no âmbito da interoperabilidade técnica (SC4)

ISO	ANO	TÍTULO
2709	1996	Information and documentation – Format for Information Exchange
6630	1986	Documentation – Bibliographic control characters
8459.1	1988	Documentation – Bibliographic data element directory: Part 1: Interloan applications
8459.2	1992	Information and documentation – Bibliographic data element directory: Part 2: Acquisitions applications
8459.3	1994	Information and documentation – Bibliographic data element directory: Part 3: Information retrieval applications
8459.4	1998	Information and documentation – Bibliographic data element directory: Part 4: Circulation applications
8459.5	2002	Information and documentation – Bibliographic data element directory: Part 5: Data elements for the exchange of cataloguing and metadata

¹⁰ TR = *Technical Report*

8777	1993	Information and documentation – Commands for interactive text searching
10160	1997	Information and documentation – Open Systems Interconnection: Interlibrary Loan Application Service Definition
	2002	Amendment 1: Addition of annex D acknowledging the National Library of Canada as the Maintenance Agency
10161.1	1997	Information and documentation – Open Systems Interconnection: Interlibrary Loan Application Protocol Specification: Part 1: Protocol specification
	2002	Amendment 1: Support for use of Object Identifier in “identifier” parameter of the Extension Data
	2002	Amendment 2: Addition of annex I acknowledging the National Library of Canada as the Maintenance Agency and Registration Authority
10161.2	1997	Information and documentation – Open Systems Interconnection: Interlibrary Loan Application Protocol Specification: Part 2: Protocol implementation conformance statement (PICS) proforma
10754	1996	Information and documentation – Extension of the Cyrillic alphabet coded character set for non-Slavic languages for bibliographic information interchange
12083	1994	Information and documentation – Electronic manuscript preparation and markup (Exists also on disks (XL), price code of paper copy together with disks XP)
15511	2003	Information and documentation – International Standard Identifier for Libraries and related organizations
15836	2003	Information and documentation – The Dublin Core Metadata element set
17933	2000	GED I – Generic Electronic Document Interchange
23950	1998	Information and documentation – Information retrieval (Z39.50): Application service definition and protocol specification

Tabela 5 - Normas ISO no âmbito da qualidade, estatísticas e avaliação da performance (SC8)

ISO	ANO	TÍTULO
2789	2003	Information and documentation – International library statistics
9230	1991	Information and documentation – Determination of price indexes for books and serials purchased by libraries
9707	1991	Information and documentation – Statistics on the production and distribution of books, newspapers, periodicals and electronic publications
11620	1998	Information and documentation – Library performance indicators
	2003	Amendment 1: Additional performance indicators for libraries
TR20983	2003	Information and documentation – Performance indicators for electronic library services

Tabela 6 - Normas ISO no âmbito da identificação e descrição (SC9)

ISO	ANO	TÍTULO
4	1997	Information and documentation – Rules for the abbreviation of title words and titles of publications
690	1987	Documentation – Bibliographic references: Content, form and structure
690.2	1997	Information and documentation – Bibliographic references: Part 2: Electronic documents or parts thereof
832	1994	Information and documentation – Bibliographic description and references: Rules for the abbreviation of bibliographic terms
999	1996	Information and documentation – Guidelines for the content, organization and presentation of indexes
2108	1992	Information and documentation – International standard book numbering (ISBN)
2788	1986	Documentation – Guidelines for the establishment and development of monolingual thesauri
3279	1998	Information and documentation – International standard serial number (ISSN)
3901	2001	Information and documentation – International Standard Recording Code (ISRC)
5936	1985	Documentation – Methods for examining documents, determining their subjects, and selecting indexing terms
5964	1985	Documentation – Guidelines for the establishment and development of multilingual thesauri
10324	1997	Information and documentation – Holdings statements: Summary level
10444	1994	Information and documentation – International standard technical report number (ISRN)
10957	1993	Information and documentation – International standard music number (ISMN)
15706	2002	Information and documentation – International Standard Audiovisual Number (ISAN)
15707	2001	Information and documentation – International Standard Musical Work Code (ISWC)
TR21449	2004	Content Delivery and Rights Management – Functional requirements for identifiers and descriptors for use in the music, film, video, sound recording and publishing industries

Tabela 7 - Normas ISO no âmbito dos arquivos/gestão de documentos (SC11)

ISO	ANO	TÍTULO
15489.1	2001	Information and documentation – Records management - Part 1 : General
15489.2	2001	Information and documentation – Records management - Part 2 : Guidelines
22310	2006	Information and documentation – Guidelines for standards drafters for stating records management requirements in standards
23081.1	2006	Information and documentation – Records management processes: metadata for records: part 1: principles

2.2.2 Os manuais de estilo e a divulgação das normas de redacção e apresentação de trabalhos científicos

Partindo do pressuposto que os manuais de estilo (*style manual*, *style book*, *style guide*) são também importantes divulgadores das normas documentais, comecemos pela sua definição:

A guide to a prescribed set of rules for typing research papers and theses, usually written for a specific academic discipline or group of related disciplines, covering the mechanics of writing (punctuation, capitalization, quotations, plagiarism, etc.), format (spacing, headings, tables and illustrations, etc.), and correct form of documentation (footnotes, endnotes, and bibliographies), usually including pertinent examples (Reitz, 2004)

A função tradicional dos manuais de estilo é ditar formas linguísticas de utilização mais correcta. Estas publicações são utilizadas essencialmente pelo mundo universitário e pelos editores, sendo que a palavra “estilo” pode ter dois significados: pode dizer respeito a convenções editoriais de estilo (apresentação formal e estrutural dos documentos) ou poderá ter a ver com considerações literárias de estilo narrativo (erros gramaticais comuns, pontuação e ortografia ou sugestões para a uma exposição de ideias mais precisa e clara).

Para López Yepes (2004, p.142), um livro de estilo apresenta as normas adoptadas por uma imprensa ou casa editorial, agência de notícias, etc., de forma a que todos os colaboradores dessa instituição ou grupo se ajustem a elas no que se refere à redacção, pontuação, utilização de maiúsculas, correcção de defeitos comuns na utilização incorrecta de determinadas expressões linguísticas.

Em Portugal, existe pouca tradição neste domínio editorial. Um dos poucos exemplos de manuais de estilo publicados em Portugal é o “Livro de Estilo” do jornal diário *Público*. Concebido nas vésperas do lançamento do projecto jornalístico, em 1989, esta obra foi uma reflexão participada pela maior parte dos jornalistas que transformaram o projecto concebido no ano seguinte (5 de Março de 1990). Vicente Jorge Silva, orientador do trabalho desenvolvido, referia o seguinte:

O livro de estilo do PÚBLICO não é uma cartilha ou um catecismo, mas apenas um conjunto de regras técnicas e deontológicas que se inspiram em critérios de bom senso, bom gosto e rigor profissional. [...] é um texto em evolução permanente onde se registam princípios, regras e procedimentos que a vida da Redacção do jornal for instruindo como adquiridas. [...] O rigor da informação completa e fundamentada – sobre factos e não sobre rumores – , a imparcialidade da atitude jornalística, a correcção, clareza e concisão da escrita são, para o PÚBLICO, regras essenciais. (Silva, 1998, p.25)

No contexto internacional, a publicação e utilização deste tipo de manuais tem uma longa tradição, sobretudo no mundo anglo-saxónico. No contexto específico da investigação académica e científica (associada a uma determinada área científica e/ou profissional), ou mesmo na prática editorial propriamente dita, existe um grupo considerável de documentos de apoio metodológico, dos quais iremos destacar os de maior relevo.

2.2.2.1 Publication Manual of the American Psychological Association

Com mais de 10 milhões de cópias vendidas em todo o mundo, o *Publication Manual of the American Psychological Association* (PMAPA) é um manual de estilo eleito por escritores, editores, estudantes, educadores e profissionais sobretudo no ramo da Psicologia¹¹, que também é utilizado no âmbito das Ciências do Comportamento, Sociologia, Gestão, Economia, Enfermagem, Criminologia e Administração da Justiça. Neste sentido, trata-se de um manual de estilo essencialmente dedicado a um determinado ramo da actividade científica, especificamente elaborado no contexto da Psicologia, para dar resposta às dificuldades editoriais da sua comunidade. Para responder da melhor forma à difusão do seu manual, a APA disponibiliza um *site* próprio (APA, 2003), onde são apresentadas todas as suas funcionalidades.

A versão primitiva deste livro de estilo remonta ao ano de 1928, quando um grupo de editores e gestores de revistas científicas americanas, no domínio da Antropologia e Psicologia, se reuniram para discutirem a forma

¹¹ A *American Psychological Association*, é uma associação científica e profissional sediada em Washington, DC, que representa a Psicologia nos EUA. Com 150.000 membros, é a maior associação de psicólogos no mundo. Com mais de 50 títulos de revistas científicas publicadas, a APA apresenta um vasto catálogo de edições científicas (revistas científicas, monografias, bases de dados, *softwares* e vídeos).

de apresentação desses documentos e para elaborarem um conjunto de instruções para a sua redacção. O relatório, elaborado no âmbito deste encontro, foi publicado num artigo de sete páginas de uma revista científica publicada pela APA (Bentley et al., 1929). O referido grupo entendeu que a função dessas instruções metodológicas não seria a de ditar regras aos autores. Segundo as palavras do grupo, essas instruções seriam “a standard of procedures, to which exceptions would doubtless be necessary, but to which reference might be made in cases of doubt” (p.57)

Nos setenta anos que se seguiram, essas orientações sofreram numerosas revisões e foram alargadas. A primeira edição propriamente dita das instruções, sob o título de *Publication Manual*, foi, na realidade, um suplemento de 60 páginas do *Psychological Bulletin* publicado em 1952. A segunda edição só surgiu 22 anos depois, já com 136 páginas. Em 1983, veio a lume a terceira edição, de 208 páginas, e já em 1994 foi publicada a quarta edição, esta com 368 páginas. No prefácio do manual diz-se o seguinte:

Without APA style conventions, the time and effort required to review and edit manuscripts would prohibit timely and cost-effective publication and would make clear communication harder to achieve [...] This standardization has greatly facilitated the communication of new ideas and research and simplified the tasks of publishers, editors, authors, and readers [...] (APA, 2001, p.xxi)

Na verdade, o PMAPA pretende ajudar os autores na apresentação e redacção dos seus trabalhos, de modo a que a sua leitura seja eficaz e coerente.

A quinta e última edição disponível no mercado (2001), é composta por 8 capítulos (divididos por 439 páginas), que versam tanto sobre a apresentação formal dos documentos produzidos como também sobre a manipulação do seu conteúdo, e 4 Apêndices:

- 1. Conteúdo e organização de manuscritos** (30 páginas)
- 2. Exprimir ideias e reduzir a redundância linguística** (46 páginas)
- 3. Estilo editorial APA:** pontuação, ortografia, abreviaturas, citações, numeração, tabelas, ilustrações, notas de pé de página, apêndices, sistema de citação ao longo do texto (137 páginas)
- 4. Referências bibliográficas/bibliografias** (68 páginas)

5. Preparação dos manuscritos e submissão dos documentos para publicação (38 páginas)

6. Outros materiais para além de artigos de revistas científicas: teses, etc. (10 páginas)

7. Aceitação e produção de manuscritos (14 páginas)

8. Política editorial das revistas da APA (18 páginas)

Apêndice A – Grelha de avaliação para a submissão de manuscritos

Apêndice B – Grelha de avaliação para a transmissão de manuscritos aceites destinados a produção electrónica

Apêndice C – Normas éticas para a descrição e edição da informação científica

Apêndice D – Referenciação bibliográfica de fontes legislativas.

De entre os manuais de estilo aqui estudados, o PMAPA cita apenas o BLUSC (cf. 2.2.2.5), por questões de adopção desse sistema para citação de documentos legais. Na bibliografia, também é recomendado o CHMAS (cf. 2.2.2.2) como leitura aconselhada e como manual de autoridade para questões relacionadas com o grafismo/apresentação de fórmulas e expressões matemáticas.

Na introdução ao manual, resume-se a sua funcionalidade da seguinte forma:

Rules for the preparation of manuscripts should contribute to clear communication. Take, for example, the rule that some editors consider to be the most important: Double-space everything. A double-spaced manuscript allows each person in the publication process to function comfortably and efficiently. Authors and editors have space for handwritten notes; typists and typesetters can easily read all marks. Such mechanical rules, and most style rules, are usually the results of a confluence of established authorities and common usage. These rules introduce the uniformity necessary to convert manuscripts written in many styles to printed pages edited in one consistent style. They spare readers a distracting variety of forms throughout a work and permit readers to give full attention to content (APA, 2001, p.xxiii)

2.2.2.2 The Chicago Manual of Style

O Chicago Manual of Style (CHMAS), editado pela *The University of Chicago Press*, em 2003, é um dos manuais de estilo mais utilizados nos Estados Unidos da América. A sua audiência é composta pelo público em

geral e não está limitada ao contexto académico. É um manual de estilo que privilegia todos os aspectos de estilo relacionados com a edição propriamente dita (pontuação, itálico, maiúsculas, tabelas, etc). Neste sentido, o CHMAS é utilizado por muitas editoras anglo-saxónicas e tem vindo a ser considerado uma autoridade editorial, dando resposta à maior parte das dificuldades de apresentação textual e gráfica.

Este manual teve a sua primeira edição em 1906, sob o título de *A Manual of Style*. Consistia num conjunto de regras tipográficas fundamentais, elaboradas por um revisor da University of Chicago Press. Mais tarde, em 1982, já na sua 13ª edição, foi rebaptizado *The Chicago Manual fo Style*. Na actualidade, o livro tem vindo a ser reeditado de dez em dez anos aproximadamente, contando já com 15 edições. A última edição disponível (The University of Chicago Press, 2003), apresenta 17 capítulos distintos e 2 Apêndices, repartidos por 980 páginas, que versam sobre os seguintes temas:

1. **As partes componentes de um documento:** livros, revistas (56 páginas)
2. **Preparação e edição de manuscritos** (33 páginas)
3. **Provas textuais** (14 páginas)
4. **Direitos de autor e permissões legais** (39 páginas)
5. **Gramática e sua aplicação** (94 páginas)
6. **Pontuação:** ponto final, vírgula, parênteses, aspas, etc. (36 páginas)
7. **Ortografia, variantes das palavras e palavras compostas** (31 páginas)
8. **Nomes e termos** (69 páginas)
9. **Números** (19 páginas)
10. **Línguas estrangeiras** (43 páginas)
11. **Citações e discurso directo** (29 páginas)
12. **Ilustrações e legendas** (21 páginas)
13. **Tabelas** (27 páginas)
14. **Apresentação de expressões matemáticas** (33 páginas)
15. **Abreviaturas** (35 páginas)
16. **Documentação:** configuração geral: citações, notas, bibliografias (47 páginas)
17. **Documentação:** conteúdo específico: monografias, periódicos, etc. (113 páginas)

18. Índices: tipologias de índices, alfabetização, etc. (47 páginas)

Apêndice A – Design gráfico e produção: procedimentos básicos e palavras-chave

Apêndice B – O processo de publicação de livros e revistas científicas

Na secção de obras sobre escrita e edição (subsecção “estilo”) a bibliografia constante deste manual faz referência ao BLUSC (cf. 2.2.2.5), ao CBEMA (cf. 2.2.2.3), ao PMAPA (cf. 2.2.2.1), ao MLAHA (cf. 2.2.2.4) e às normas ISO para referenciação de documentos electrónicos (ISO 690.2,1997).

Desde a primeira edição, é enfatizado o carácter flexível deste manual:

Rules and regulations such as these, in the nature of the case, cannot be endowed with the fixity of rockribbed law. They are meant for the average case, and must be applied with a certain degree of elasticity (The University of Chicago Press, 2003, p.xiii)

Muito embora constitua uma referência normativa, este manual caracteriza-se por apresentar uma margem de flexibilidade na sua aplicação, valorizando as necessidades da sua utilização individual.

2.2.2.3 Scientific Style and Format: the Council of Biology Editors manual for authors, editors, and publishers

Com 824 páginas, a 6ª edição deste livro de estilo anglo-americano (CBEMA), editado pelo *Council of Biology Editors*, em 1994, diverge em grande escala da sua primeira edição, datada de 1960 e intitulada *Style Manual for Biological Journals*, e das quatro edições posteriores (1964, 1972, 1978, 1983). Na verdade, a última edição deste manual abrange todas as disciplinas científicas, desde a Matemática, às Ciências Naturais e às Ciências Aplicadas, e apresenta recomendações relacionadas com o estilo e a formatação (pontuação, abreviaturas, maiúsculas, símbolos, referenciação bibliográfica, etc.) de documentos científicos (dissertações, revistas, livros, etc.) para publicação.

O primeiro objectivo deste livro é suportar a convergência ao nível do estilo editorial. Pretende-se transitar de diversos estilos para um estilo uni-

forme, beneficiando autores, editores, leitores e bibliotecários, tendo em consideração “the benefits of having a truly common style, useful in the international world of science, not just in 1 nation” (CBE, 1994, p.4-5). O segundo objectivo prende-se com a simplificação dos formatos de citação e de referência bibliográfica, pois no campo da ciência, utilizam-se muitos formatos diferentes para referência bibliográfica e é necessária uma esquematização dos elementos requeridos em cada um deles. O objectivo seguinte passa pela simplificação das regras de estilo, ou seja, o ideal será a valorização de estilo pela redução do número de decisões que se têm de tomar. O quarto objectivo está relacionado com a possibilidade de opção por parte do autor. Se bem que se pretende simplificar e uniformizar procedimentos, não se pode, contudo, eliminar todas as diferenças de uma vez, pois muitas delas estão enraizadas em determinados campos científicos. Neste sentido, outro dos objectivos deste manual é proporcionar opções e alternativas em determinados assuntos não uniformizados. O último dos objectivos deste livro é a redução do trabalho de computador, optando-se por exemplo, pela não pontuação de determinadas abreviaturas.

O livro de estilo do CBEMA é um documento bastante extenso (824 p.), dividido em 4 partes principais e 3 Apêndices:

- 1. Convenções de estilo gerais:** alfabetos, símbolos, ortografia, abreviaturas, números, unidades, etc. (219 páginas)
 - 2. Convenções científicas especiais:** símbolos químicos, métodos analíticos, elementos químicos, etc. (311 páginas)
 - 3. Revistas e monografias científicas:** estilo e formato, citações e referências, tabelas, figuras e índices (153 páginas)
 - 4. O processo de publicação** (31 páginas)
- Apêndice 1:** Formas abreviadas de títulos de revistas científicas
Apêndice 2: Nomes de editores abreviados
Apêndice 3: Bibliografia anotada

Da bibliografia anotada deste manual, constam o CHMAS (cf. 2.2.2.2) e o MLAHA (cf. 2.2.2.4) na secção dos manuais de estilo gerais, sendo que na secção de manuais de estilo científico deparamo-nos com o CBEMA (cf. 2.2.2.3), o PMAPA (cf. 2.2.2.1) e o ICMJE (cf. 2.2.2.6). Na secção de metro-

logia, é referido um manual da ISO relacionado com unidades de medida e na secção intitulada “normas para edição e publicação”, são referidas e listadas algumas normas publicadas pela ISO e por diversos institutos nacionais de normalização: EUA (NISO e ANSI), Canadá (CSA), Reino Unido (BSI).

2.2.2.4 The Modern Language Association Handbook for Writers of Research Papers

Este livro de estilo americano (MLAHA) foi desenvolvido pela *Modern Language Association of America* (MLA). Esta associação, composta por professores e eruditos, foi fundada em 1883, quando as línguas modernas ganhavam terreno nos currículos académicos lado a lado com as línguas clássicas – grego antigo e latim. Actualmente, a MLA conta com aproximadamente trinta mil membros e dá apoio a uma variedade de publicações e actividades desenhadas para fortalecer o ensino e o saber na área das línguas e literaturas. O MLAHA tem sido amplamente utilizado por várias gerações de estudantes do ensino superior nos Estados Unidos e noutros países, sobretudo na área das Línguas e Literaturas. A primeira versão deste manual surgiu em 1951, quando William Riley Parker¹² compilou e publicou o *MLA Style Sheet*. Muito embora a intenção do documento fosse a divulgação de um conjunto de regras para documentar citações, factos, opiniões e paráfrases, de forma a simplificar a preparação dos manuscritos para publicação, cedo se tornou popular e foi aceite entre os membros da MLA e os editores académicos, pois trazia consenso às temáticas que muitas vezes não eram consensuais. Mais tarde, o manual foi também dedicado aos estudantes pós-graduados, tornando-se, em 1977, o *MLA Handbook for Writers of Research Papers*. Em 1984, apareceu a segunda edição do manual, que veio introduzir um conjunto simplificado de regras de citação ao longo do texto (autor-data), ao passo que a terceira edição, de 1988, deu cobertura a alguns aspectos relacionados com a edição electrónica, fazendo

¹² Director executivo da MLA

com que as edições seguintes acompanhassem as mudanças tecnológicas e respectiva influência sobre a pesquisa e a escrita.

A edição mais recente do manual (Gibaldi, 2003), com 360 páginas, não só acompanha as mudanças tecnológicas como também apresenta linhas de orientação para efectuar pesquisa na Internet e para avaliar a consistência e a validade dos *sites* Web.

Repartida por sete capítulos principais e dois Apêndices, a sexta e última edição do manual aborda os seguintes temas:

1. Investigação científica e escrita: selecção do tema, condução da investigação, compilação da bibliografia de trabalho, avaliação de fontes, elaborando anotações, etc. (62 páginas)

2. Plágio (12 páginas)

3. A estruturação da escrita: ortografia, pontuação, *itálico*, nomes de pessoas, números, citações, etc. (52 páginas)

4. O formato da dissertação: papel, margens, espaçamentos, número de páginas, encadernação, etc. (9 páginas)

5. Documentação: preparando a lista das obras citadas (95 páginas)

6. Documentação: citando as fontes ao longo do texto (23 páginas)

7. Abreviaturas (21 páginas)

Apêndice A – Selecção de obras de referência por área científica

Apêndice B – Outros sistemas de documentação

A bibliografia apresentada no final do manual dá-nos conta de diversos manuais de estilo especializados, entre os quais encontramos o CBEMA (para a Biologia), o PMAPA (Psicologia) e o CHMAS (direccionado para editores e remetendo para procedimentos relacionados com a preparação do manuscrito para publicação).

Segundo palavras do próprio manual:

The *MLA Handbook for Writers of Research Papers* is designed to introduce you to the customs of a community of writers who greatly value scrupulous scholarship and the careful documentation, or recording, of research. [...] Learning the rules the *MLA Handbook* outlines will help you become a writer whose work deserves serious consideration. Similarly, your study of these rules can make you a more discerning reader: knowing how an author is supposed to use sources is essential to judging a text's reliability. (Gibaldi, 2003, p.xv)

Denota-se uma preocupação pela necessidade do trabalho de investigação ser minucioso e bem estruturado. A virtude do investigador reside na sua capacidade de demonstrar claramente aquilo que escreve. Só assim demonstrará credibilidade perante a restante comunidade.

2.2.2.5 The Bluebook : a Uniform System of Citation

O livro de estilo americano *The Bluebook* (BLUSC), publicado pela *Harvard Law Review Association* (2005), é um documento dedicado exclusivamente ao ramo do Direito e à metodologia de citação de leis, decretos, etc. Diz-se o seguinte:

In a diverse and rapidly changing legal profession, *The Bluebook* continues to provide a systematic method by which members of the profession communicate important information to one another about the sources and legal authorities upon which they rely in their work (Harvard Law Review Association, 2005, p. 1)

Nesta perspectiva, a funcionalidade do livro é essencialmente comunicativa e permite a concretização eficaz do trabalho realizado pelo conjunto de profissionais e estudantes de Direito.

Com 415 páginas, este manual aparentemente complexo, está dividido em três partes fundamentais:

- 1. Bluepages:** introdução geral à prática de citação de fontes legislativas (40 páginas)
- 2. Regras:** conjunto de 21 regras que compõem este modelo de citação, dedicadas não só ao estilo propriamente dito – e.g., subdivisões dos documentos, citações, abreviaturas, números, símbolos – como também à referenciação bibliográfica relativa a um conjunto bastante exaustivo de fontes de informação legais – casos, constituições, estatutos, legislação, etc. (147 páginas)
- 3. Tabelas:** um conjunto de tabelas a serem utilizadas paralelamente com as Regras. Estas Tabelas apresentam as particularidades jurídicas dos diferentes estados (EUA), jurisdição estrangeira, organizações internacionais, etc. (187 páginas)

2.2.2.6 International Committee of Medical Journals Editors Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals

Este pequeno manual (ICMJE), disponível gratuitamente na Internet (ICMJE, 2006), teve a sua origem quando um pequeno grupo de editores de revistas médicas se reuniu informalmente em Vancouver¹³ (British Columbia), no ano de 1978, para estabelecerem linhas de orientação relativas ao formato dos manuscritos submetidos às suas revistas. Este grupo ficou conhecido como o grupo de Vancouver, e o documento que produziram (*Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals*), juntamente com o formato de referências bibliográficas desenvolvido pela *National Library of Medicine*, foi publicado pela primeira vez em 1979. O grupo referido expandiu-se e tornou-se o International Committee of Medical Journal Editors (ICMJE), reunindo-se anualmente. O ICMJE produziu várias edições do seu manual e ao longo dos anos foi expondo outros itens para além daqueles relacionados com a preparação de manuscritos propriamente dita, resultando no desenvolvimento de um conjunto de alegações, em separata, relacionadas com políticas editoriais. O documento sofreu uma revisão total em 1997, e actualizações sectoriais em Maio de 1999 e Maio de 2000. Em Maio de 2001, o ICMJE reviu as secções relacionadas com potenciais conflitos de interesse e já em 2003 ocorreu uma revisão e reorganização do documento, incorporando-se as separatas no texto (ICMJE, 2006). A estrutura geral do documento é composta por três capítulos principais:

- 1. Considerações éticas relacionadas com a condução e o relato da investigação:** são abordados temas como o papel do autor e do editor, o processo de julgamento pelos pares (*peer review*), os conflitos de interesse, a privacidade e a confidencialidade, etc. (4 páginas)
- 2. Itens editoriais relacionados com a publicação em revistas biomédicas:** assuntos relacionados com direitos de autor, publicidade, edição electrónica, entre outros (5 páginas)
- 3. Preparação e submissão do manuscrito:** Página de rosto, *abstract*, métodos, resultados, referências bibliográficas, tabelas, etc. (5 páginas)

¹³ O modelo metodológico apresentado, nomeadamente o modelo de citação adoptado, também é conhecido, informalmente, pela "Norma de Vancouver"

O principal intuito deste documento é resumido da seguinte forma:

The ICMJE created the Uniform Requirements primarily to help authors and editors in their mutual task of creating and distributing accurate, clear, easily accessible reports of biomedical studies (ICMJE, 2006, p.2)

Mais uma vez se apela à necessidade de apresentar a informação científica de forma estruturada, para que essa mesma informação seja facilmente acessível.

2.2.2.7 Modern Human Research Association Style Guide: a handbook for authors, editors, and writers of theses

Este livro de estilo (MHRAS), publicado pela primeira vez em 1971 (sob o título de *MHRA Style Book*), pretendia ajudar autores e editores de publicações académicas e autores de dissertações. Defendia-se, nessa primeira edição do livro de estilo, que o seu âmbito seria “to achieve clarity and consistency in matters of style and presentation” (MHRA, 2002, p.ix). Embora seja um livro dedicado ao ramo científico das Humanidades, tal como o seu próprio nome indica, o seu contexto de aplicação também diz respeito a todas as publicações editadas pela própria MHRA.

A última edição do livro de estilo da MHRA contém 85 páginas distribuídas por 12 capítulos principais:

- 1. Preparação do material para publicação** (9 páginas)
- 2. Ortografia** (5 páginas)
- 3. Abreviaturas** (3 páginas)
- 4. Pontuação** (3 páginas)
- 5. Maiúsculas** (5 páginas)
- 6. Itálico** (2 páginas)
- 7. Datas, números, moedas, pesos e medidas** (4 páginas)
- 8. Citações e aspas** (5 páginas)
- 9. Notas de pé de página e notas de fim do capítulo** (2 páginas)
- 10. Referências bibliográficas** (16 páginas)
- 11. Preparação de índices** (2 páginas)

12. Preparação de teses e dissertações (6 páginas)

É de notar que o MHRAS fornece uma lista de obras de referência relacionadas com a metodologia de apresentação e redacção de dissertações, entre as quais encontramos o CHMAS (cf. 2.2.2.2), o MLAHA (cf. 2.2.2.4) e duas normas do Instituto Britânico de Normalização (British Standards Institution): a norma BS ISO 999 (1996), relativa à elaboração de índices e a BS 5261.1 (2000), para a apresentação gráfica dos documentos.

De todos os manuais de estilo analisados, podemos concluir que estes documentos são essenciais à prática da edição científica num contexto internacional. Na verdade, quase todos estes manuais encontram a sua origem em necessidades técnicas relacionadas com a edição de documentos científicos. Alguns são publicados para darem resposta à uniformização editorial que se impõe numa editora de carácter científico (veja-se os casos do CHMAS para a *University of Chicago Press* ou do BLUSC para a *Harvard Law Review Association*), numa instituição científica que desempenha um papel editorial de relevo (PMAPA para a *American Psychological Association*, o MHRAS para a *Modern Human Research Association* ou o MLAHA para a *Modern Language Association*) ou num grupo de trabalho de editoras científicas no âmbito de uma determinada área de investigação (o ICMJE para editoras de revistas científicas no campo das ciências biomédicas ou o CBEMA para editoras do campo da Biologia e ciências afins). Isto significa que qualquer documento (monografia, revista ou artigo científico) adicionado ao repositório destas editoras/instituições deverá seguir a norma apresentada no respectivo manual de estilo.

Depois, convém também realçar que estes manuais estão quase sempre associados a uma determinada área científica/campo de investigação (PMAPA para a Psicologia; MHRAS, para as Ciências Humanas; ICMJE, para as Ciências Biomédicas; MLAHA, para as Línguas e Literaturas; CBEMA, para a Matemática, Ciências Aplicadas e Naturais), o que significa que foram elaborados para darem resposta às necessidades específicas de redacção/apresentação em cada um destes domínios da investigação.

Outros manuais, porém, foram concebidos para serem utilizados num contexto profissional (e menos académico), como no caso do BLUSC na área do Direito. Já o CHMAS assume uma postura diferente, sendo a sua audiência o público em geral e não estando limitado ao contexto académico e de investigação.

Numa análise decorrente destes factos, podemos determinar que os manuais de estilo proporcionam facilidade ao nível do trabalho editorial (por parte das editoras), do trabalho de redacção (por parte dos autores), do trabalho de leitura (por parte dos investigadores) e do processo de comunicação de ideias (veiculadas pela escrita).

Constatamos, pois, que no panorama internacional da normalização documental as normas ISO coabitam com os manuais de estilo. Na prática, contudo, verificamos com alguma notoriedade que estes últimos prevalecem sobre as primeiras, sendo que a comunidade científica internacional recorre maioritariamente às referências normativas específicas produzidas no âmbito das respectivas áreas científicas. Neste sentido, denota-se que os manuais de estilo dão uma resposta metodológica mais adequada às necessidades específicas de cada uma das áreas de investigação.

CAPÍTULO 3 – NORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL E O CONTEXTO NACIONAL: PRINCIPAIS ACTORES E DIVULGADORES DA NORMALIZAÇÃO CIENTÍFICA E TÉCNICA EM PORTUGAL

3.1 O PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DAS NORMAS PORTUGUESAS

Segundo a Directiva CNQ 3/2001, uma Norma Portuguesa “resulta da elaboração, por uma Comissão Técnica Portuguesa de Normalização (CT), de um documento (anteprojecto de Norma Portuguesa) que, sucessivamente, passará pelas fases de projecto, inquérito público e aprovação” (Sistema Português da Qualidade, 2001, p.1). As NP são, em princípio, de aplicação voluntária, salvo se existir um diploma legal que torne a sua aplicação obrigatória, e são consideradas referências idóneas para a actividade a que se destinam. São consideradas Normas Portuguesas as normas com as referências NP, NP EN, NP EN ISO, NP HD, NP ENV, NP ISO, NP IEC e NP ISO/IEC. Também são consideradas Normas Portuguesas todas as normas EN, EN ISO, EN ISO/IEC e ETS integradas no acervo normativo nacional por via de adopção.

Numa primeira fase, o Presidente da CT envia o anteprojecto de Norma Portuguesa (aNP) elaborado ao organismo que coordena essa CT¹⁴, acompanhado de um relatório com vista à sua aprovação. Ainda segundo a Directiva CNQ 3/2001 (p.1-2), nesse relatório, deverão constar os seguintes elementos:

- Indicação sobre o consenso obtido na CT;
- Indicação, se for o caso, da relação com directiva comunitária e da correspondência a norma internacional ou europeia, ou a outro documento normativo de importância equivalente, referindo e justificando eventuais divergências e explicitando o respectivo grau de harmonização;
- Outras indicações julgadas pertinentes, nomeadamente a possibilidade de a norma resultante vir a ser aplicada em sistemas de certificação ou referenciada em regulamentação;
- Proposta de passagem do aNP a projecto de Norma Portuguesa (prNP) para sujeição a inquérito público, ou de passagem directa a Norma Portuguesa (NP), desde que estejam observadas as condições

¹⁴ Este organismo coordenador tanto pode ser um Organismo de Normalização Sectorial (ONS) como o Organismo Nacional de Normalização (ONN), caso não exista o respectivo ONS

específicas para cada caso (Sistema Português da Qualidade, 2001, p.1-2).

Por sua vez, esse mesmo organismo coordenador, uma vez analisados os documentos submetidos, deverá:

- Analisar as objecções ocorridas na CT;
- Verificar a não interferência do aNP com o programa de trabalho de outras CT;
- Verificar a coerência do aNP com a Directiva CNQ 1 e com as NP já existentes;
- Analisar quaisquer outros aspectos técnicos ou formais;
- Caso não haja objecções, elaborar um parecer, para apreciação do Organismo Nacional de Normalização (ONN), que contenha informação relativa aos elementos anteriormente mencionados e que dê orientação quanto à sujeição a inquérito público, ou homologação como NP;
- Caso haja objecções, devolver os documentos à CT autora, com indicação dos motivos que justificam a alteração do aNP.

Com base nos documentos apresentados pela CT, o ONN poderá tomar uma das seguintes decisões:

- Aprovar o aNP como prNP para sujeição a inquérito público;
- Aprovar o aNP como NP quando verificadas as condições relativas à dispensa do inquérito público;
- Devolver os documentos ao organismo que coordena a CT com a indicação dos motivos que justificam a necessidade de alteração do aNP, pela CT autora.

O âmbito do inquérito público, segundo a Directiva CNQ 3/2001, consiste na possibilidade de “manifestação de eventuais pontos de vista distintos dos que foram tidos em conta na elaboração do prNP” (Sistema Português da Qualidade, 2001, p.2). A sua publicitação é feita em publicação do ONN, sendo também possível a utilização de outros meios de divulgação, tais como publicações do ONS ou de “associações empresariais a que o assunto diga respeito”. A publicitação deve mencionar que os eventuais

comentários devem ser dirigidos ao ONN. O processo de inquérito público decorre num prazo de 45 dias úteis, sendo o período alterável por razões devidamente justificadas no relatório já mencionado e aceites pelo ONN. Durante este prazo, o texto do prNP é “reproduzido e enviado ao ONS e vogais da CT autora, devendo ser-lhe dada uma divulgação tão ampla quanto possível”. Uma vez terminado o período de inquérito público, os comentários recebidos serão reencaminhados para o organismo que coordena a CT autora para apreciação desta. Com base nessa apreciação, será elaborado um novo relatório em que constam os seguintes elementos:

- Indicação sobre o consenso obtido na CT;
- Indicação, se for o caso, da relação com directiva comunitária e da correspondência a norma internacional ou europeia, ou a outro documento normativo de importância equivalente, referindo e justificando eventuais divergências e explicitando o respectivo grau de harmonização;
- Outras indicações julgadas pertinentes, nomeadamente a possibilidade de a norma resultante vir a ser aplicada em sistemas de certificação ou referenciada em regulamentação;
- A justificação para os comentários não contemplados;
- A proposta de passagem do prNP a NP, ou de sujeição a novo inquérito público, se for caso disso.

Se for pertinente, a CT poderá promover uma reunião onde estarão presentes as entidades autoras dos comentários, com vista à apreciação dos mesmos. Por último, o prNP e o relatório mencionado por último, será submetido à apreciação do organismo que coordena a CT. Com base nesse relatório, o organismo elaborará um parecer que será remetido ao ONN. Tendo em conta os documentos referidos nesse parecer, cabe ao ONN decidir se o prNP “reúne as condições para passagem à fase de NP ou se deverá ser submetido a novo inquérito público”.

A dispensa de inquérito público decorre numa das seguintes situações:

- Quando os aNP correspondem à versão portuguesa de normas internacionais e europeias
- Quando os aNP dizem respeito a adaptações de directivas comunitárias, de normas internacionais ou de outros documentos normativos de importância equivalente¹⁵.

Uma vez assegurados os procedimentos acima mencionados, o ONN pode aprovar os prNP como NP, enriquecendo dessa forma o acervo normativo nacional.

O conteúdo de uma NP não é forçosamente definitivo. Sempre que o mesmo demonstre alguma inadequação, é sempre passível de anulação ou de revisão. O processo de revisão segue métodos idênticos aos praticados na elaboração de uma nova norma¹⁶.

Por seu turno, cabe ao ONN promover a publicitação a nível nacional, por intermédio de listas mensais, das mudanças ocorridas no catálogo de normas nacionais (sejam elas adicionadas, anuladas, revistas, integradas, etc.).

Segundo a Directiva CNQ 3/2001, a integração de normas internacionais e europeias no acervo normativo nacional é da responsabilidade de cada ONN – tendo em conta os estatutos e procedimentos em vigor nos diferentes organismos internacionais e europeus de normalização – e é efectuada “segundo procedimentos idênticos aos utilizados para a aprovação das respectivas normas nacionais” (Sistema Português da Qualidade, 2001, p. 3). No que diz respeito às normas internacionais (e às regras dos respectivos organismos: ISO e IEC), a sua integração é da competência do ONN, sendo que a proposta de aprovação como NP passará pelo processo descrito anteriormente. A consequente homologação é concretizada com uma versão portuguesa do conteúdo (com página de rosto de NP) e respectivos anexos ou preâmbulos relativos à especificidade do contexto nacional. Já os organismos europeus de normalização (CEN, CENELEC e ETSI) preconizam uma integração no acervo normativo nacional das normas EN e ETSI,

¹⁵ Neste caso, é necessário que esta dispensa esteja expressamente proposta no relatório que acompanha cada aNP, com vista à sua aprovação, e que a mesma dispensa tenha a concordância do ONS competente, caso exista, e do ONN.

¹⁶ Em situações de alteração ou anulação da NP, terá que se ter em conta o disposto no nº2 do Artigo 15º do Decreto-Lei nº 234/93, de 2 de Julho.

devendo-se “promover, simultaneamente, a anulação ou revisão das NP que se encontrem em conflito com a norma europeia”. Nesta linha de conduta, a integração das normas europeias no acervo normativo nacional realiza-se por homologação (à imagem da homologação das normas internacionais) ou adopção (quando for considerada dispensável uma edição portuguesa) e pela publicitação em listas mensais da referência e título da norma europeia. Por último, convém referenciar que a homologação da versão portuguesa das normas europeias é da competência da CT em causa. A proposta de aprovação como NP segue os procedimentos indicados anteriormente e, se não existir nenhuma CT na matéria em questão, ou quando esta não tiver disponibilidade, o respectivo ONS (ou, em substituição, outro organismo português com reconhecida idoneidade no assunto) “poderá propor ao ONN a aprovação da versão portuguesa de uma norma europeia, devendo juntar declaração de conformidade da tradução com a versão oficial que foi usada” (Sistema Português da Qualidade, 2001, p. 3).

3.2 O SISTEMA PORTUGUÊS DA QUALIDADE (SPQ) E O INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (IPQ)

Segundo o seu mais recente enquadramento jurídico¹⁷, o Sistema Português da Qualidade (SPQ) é a estrutura organizacional que engloba, de forma integrada, as entidades envolvidas na qualidade e que assegura a coordenação dos três Subsistemas – da Normalização, da Qualificação e da Metrologia. O SPQ tem como principal objectivo a garantia e o desenvolvimento da qualidade através das entidades que, voluntariamente ou por inerência de funções, congregam esforços para estabelecer princípios e meios, bem como para desenvolver acções que permitam de forma credível o

¹⁷ No âmbito legislativo o enquadramento genérico da qualidade em Portugal foi iniciado com a publicação do Decreto-Lei n.º 165/83, de 27 de Abril, que criou, na dependência do então Ministério da Indústria, Energia e Exportação, o Sistema Nacional de Gestão da Qualidade (SNGQ). Aquele enquadramento foi alterado, dez anos depois, pelo Decreto-Lei n.º 234/93, de 2 de Julho, que mudou a sua designação para Sistema Português da Qualidade (SPQ), mantendo a sua dependência do Ministério da Indústria e Energia. Já em 2002, assiste-se a nova alteração do enquadramento jurídico do SPQ pelo Decreto-Lei n.º 4/2002, de 4 de Janeiro, que atribui ao Ministério da Economia a tutela do SPQ.

alcance de padrões da qualidade adequados e a demonstração da sua obtenção efectiva, tendo em vista o universo das actividades, seus agentes e resultados nos vários sectores da sociedade.

O SPQ rege-se pelos seguintes princípios:

- **Credibilidade e transparência:** o funcionamento do SPQ baseia-se em regras e métodos conhecidos e aceites a nível nacional ou estabelecidos por consenso internacional, e é supervisionado por entidades representativas;
- **Horizontalidade:** o SPQ pode abranger todos os sectores de actividade da sociedade;
- **Universalidade:** o SPQ pode abranger todo o tipo de actividade, seus agentes e resultados em qualquer sector;
- **Transversalidade da dimensão de género:** o funcionamento do SPQ visa contribuir para a igualdade entre mulheres e homens;
- **Co-existência:** podem aderir ao SPQ todos os sistemas sectoriais ou entidades que demonstrem cumprir as exigências e regras estabelecidas;
- **Descentralização:** o SPQ assenta na autonomia de actuação das entidades que o compõem e no respeito pela unidade de doutrina e acção do Sistema no seu conjunto;
- **Adesão livre e voluntária:** cada entidade decide sobre a sua adesão ao SPQ.

O SPQ é composto pelo seguinte quadro institucional:

- **Conselho Nacional da Qualidade (CNQ):** é o órgão de informação e consulta do Governo no âmbito da política da qualidade e de desenvolvimento do SPQ. Todos os projectos legislativos que visem a criação ou alteração de sistemas de sectoriais da qualidade são obrigatoriamente submetidos à apreciação prévia do CNQ.
- **Observatório da Qualidade (OQ):** é a entidade do SPQ que estabelece uma ligação directa com o Primeiro-Ministro, competindo-lhe o estudo, a supervisão e o relato do desenvolvimento das actividades de promoção e manutenção da qualidade em Portugal.
- **Organismo Nacional Coordenador do SPQ (ONC-SPQ):** é a entidade responsável pela coordenação do SPQ, assegurando o seu desenvolvimento e a sua unidade de doutrina e acção. O ONC do SPQ é o Instituto Português da Qualidade (IPQ).
- **Conselhos Sectoriais da Qualidade (CSQ):** são órgãos de consulta e informação dos ministérios ou área governativa no âmbito no âmbito

da política da qualidade e do desenvolvimento do SPQ nas suas áreas específicas de governação.

- **Conselhos Regionais da Qualidade (CRQ):** são órgãos de consulta e de informação dos Governos Regionais das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, no âmbito da política da qualidade e do desenvolvimento do SPQ nas suas áreas específicas de governação.

O SPQ, como já foi dito, está organizado, por sua vez, nos subsistemas de Normalização, Qualificação e Acreditação. O Subsistema da Normalização, que é aquele que nos interessa aprofundar no âmbito deste trabalho, visa apoiar a elaboração de normas e outros documentos de carácter normativo de âmbito nacional, europeu e internacional. Toda a actividade de normalização é planeada pelo Organismo Nacional de Normalização (veremos, mais adiante, que o ONN, em Portugal, é o Instituto Português da Qualidade), que tem como incumbência geral a gestão do Subsistema de Normalização. No entanto, a actividade de normalização pode ser desenvolvida por outros organismos de normalização sectorial reconhecidos para o efeito pelo ONN. As Normas Portuguesas (NP) são editadas pelo ONN e terão que estar de acordo com as directivas e com as recomendações do CNQ aplicáveis e homologados pelo ONN. A adopção de normas europeias e internacionais como Normas Portuguesas (NP) deve respeitar os acordos estabelecidos a nível europeu e internacional e seguir as metodologias do SPQ.

Remetendo para a legislação mais recente, o Instituto Português da Qualidade¹⁸ (IPQ), é um instituto público dotado de personalidade jurídica, com autonomia administrativa e financeira, que exerce a sua actividade sob

¹⁸ Com o Decreto-Lei nº183/86, de 12 de Julho, foi criado o IPQ e aprovada a sua lei orgânica. O Instituto sucedeu à *Direcção-Geral da Qualidade* e absorveu as funções anteriormente cometidas aos então extintos *Centro de Normalização* e *Comissão Electrotécnica Portuguesa*. Por via do Decreto-Regulamentar nº56/91, de 14 de Outubro, procedeu-se a alguns ajustamentos orgânicos do Instituto, relacionados com o relevo crescente atribuído internacionalmente à qualidade, quer ao nível da produtividade e competitividade económicas, quer ao nível da sua importância para a qualidade de vida dos cidadãos. Desde então, foram crescendo as responsabilidades atribuídas ao IPQ no âmbito da responsabilização do Estado pela promoção do tecido empresarial nacional, dando origem a nova reformulação legal, através do Decreto-Lei nº113/2001, de 7 de Abril, alterado pelo Decreto-Lei nº324/2001, de 17 de Dezembro. Em cumprimento do Programa do XV Governo Constitucional, através da Lei nº16-A/2002, de 31 de Maio, foram extintos o Conselho Nacional da Qualidade (CNQ), criado na dependência do Primeiro-Ministro, e o Observatório da Qualidade (OQ), sendo a competência de ambos transferida para o IPQ. Neste sentido, em 2004, o IPQ iniciou um processo de reestruturação, com o DL nº 140/2004, de 8 de Junho, e os seus estatutos foram aprovados pela Portaria nº 261/2005, de 17 de Março. Já em 2005, os estatutos do IPQ são aprovados e os seus órgãos definidos através da Portaria nº261/2005, de 17 de Março.

a tutela do Ministério da Economia e da Inovação¹⁹. O IPQ tem a incumbência de gerir e coordenar o SPQ e outros sistemas que lhe forem conferidos por lei, da mesma forma que terá que promover actividades que contribuam para que os agentes económicos possam melhor desempenhar a sua actividade e demonstrar a sua credibilidade, por intermédio da qualificação de pessoas, produtos, serviços e sistemas. Cumpre, pois, a missão de contribuir para o desenvolvimento económico, por via do aumento da produtividade e da competitividade, através da gestão do Sistema Português da Qualidade (SPQ) nos seus três subsistemas: Normalização, Metrologia e Qualificação²⁰. No âmbito da normalização em concreto, o IPQ é responsável pela coordenação e acompanhamento dos trabalhos de normalização nacional desenvolvidos pelos Organismos de Normalização Sectorial²¹ (ONS), Comissões Técnicas (CT) de normalização e outras entidades qualificadas no contexto do SPQ. Também será da competência do IPQ a elaboração e promoção de Normas Portuguesas (NP), executando os processos (aprovação dos projectos de normas, promoção dos respectivos inquéritos públicos e homologação, difusão, edição e venda de normas) que conduzem à sua integração no acervo normativo nacional. Também é garante do IPQ a actualização e coerência deste último. Como Organismo Nacional de Normalização²² (ONN), o IPQ também deve dar resposta às obrigações de Portugal enquanto membro efectivo de organizações europeias e internacionais de normalização, participando nos trabalhos daí decorrentes, na promoção do inquérito público, na votação e difusão das normas e sua integração no acervo normativo nacional.

¹⁹ Na verdade, o IPQ é uma atribuição cometida ao Ministério da Economia e da Inovação, sob supervisão e tutela do respectivo ministro, tal como referido no Artigo 5º do Decreto-Lei nº208/2006, de 27 de Outubro, que aprova a orgânica do respectivo Ministério.

²⁰ A Acreditação foi, entretanto, separada por imperativos comunitários, tendo sido criado o IPAC-Instituto Português de Acreditação, pelo DL nº 125/2004, de 31 de Maio, continuando no entanto o IPQ, enquanto gestor e coordenador do SPQ, a definir as políticas e estratégias do Subsistema da Qualificação onde a Acreditação se inclui.

²¹ Entidades, públicas ou privadas, nas quais o IPQ, enquanto ONN, pode delegar funções de normalização técnica em sectores específicos da actividade

²² Entidade à qual o Estado Português confere, por lei, as atribuições relativas às actividades de normalização técnica

Em matéria de participação internacional, o IPQ assegura a representação nacional em inúmeras estruturas europeias e internacionais relevantes para a sua missão²³.

Ao nível nacional, cabe ao IPQ congregar as diferentes partes interessadas na construção da qualidade. O IPQ como gestor do SPQ, terá que se assumir como dinamizador de novas parcerias e pólo de desenvolvimento de todo o processo de divulgação e implementação da Qualidade em Portugal e dos conceitos que lhe estão associados, promovendo-a em todas as suas vertentes, nos mais diversos sectores, tanto económicos como da sociedade civil, daí advindo uma cultura de "Qualidade" a todos os níveis na nossa sociedade.

A estrutura do IPQ pode ser esquematizada no seguinte organograma:

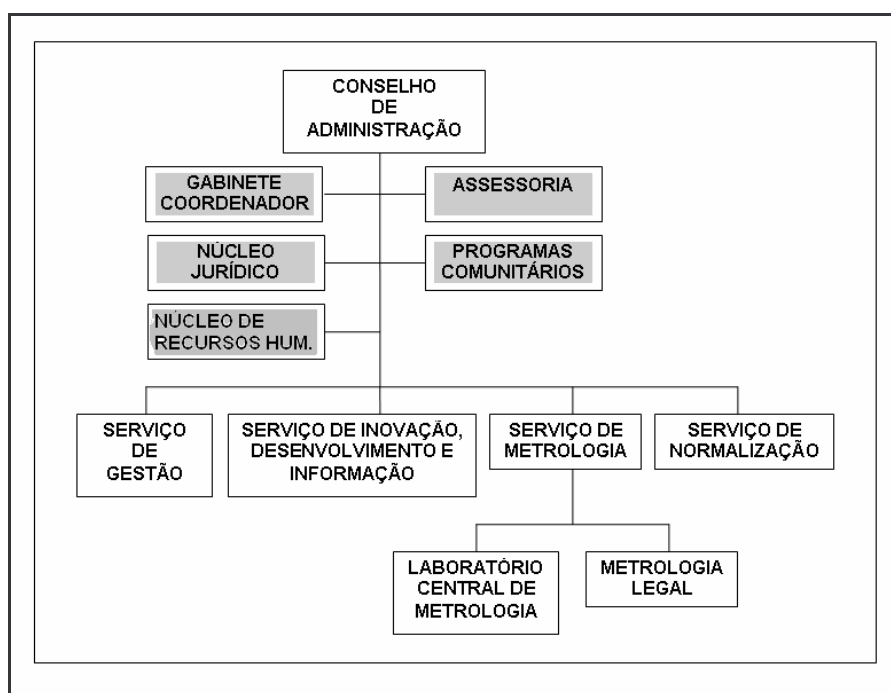


Figura 4 - Estrutura orgânica do IPQ. Fonte: <http://www.ipq.pt>

O Gabinete Coordenador do SPQ tenta simplificar e operacionalizar todas as actividades no âmbito do SPQ, aproximando-o à realidade actual do país e envolvendo a sociedade numa representação activa. Neste sentido, a missão do Gabinete Coordenador é o desenvolvimento e a articulação

²³ Designadamente no *European Committee for Standardization (CEN)*, no *European Committee for Electrotechnical Standardization (CENELEC)*, na *International Electrotechnical Commission (IEC)*, na *Conference General des Poids et Mesures (CGPM)*, na *International Organization for Legal Metrology (OIML)*, e na *International Organization for Standardization (ISO)*.

do SPQ com outras entidades (públicas, privadas, do sector cooperativo ou social) que demonstrem interesse pela política nacional da Qualidade. O Gabinete promove a colaboração com diversos sectores da sociedade portuguesa, descentralizando a actividade do Sistema e criando condições favoráveis à convergência de práticas que melhorem a qualidade de vida dos portugueses.

3.3 A BIBLIOTECA NACIONAL (ONS), A COMISSÃO TÉCNICA PARA A INFORMAÇÃO E A DOCUMENTAÇÃO (CT7) E AS NORMAS PORTUGUESAS

Em Portugal, a Biblioteca Nacional (BN), funciona como Organismo de Normalização Sectorial (ONS) para a área da documentação e da informação. Neste sentido, a BN é a entidade pública na qual o IPQ, enquanto Organismo Nacional de Normalização, delega funções de normalização técnica no ramo da documentação e informação, sendo pois a entidade coordenadora a esse nível. As normas elaboradas neste ramo da actividade são elaboradas pela Comissão Técnica (TC) para a Informação e a Documentação, formalmente designada por CT7. O âmbito de actividades desta comissão está relacionado com a “normalização de práticas referentes a bibliotecas, centros de documentação e informação, serviços de indexação e sumários, arquivos, ciência da informação e publicações.”

A estrutura global da CT7 conta com um Presidente, um Secretário, e é composta, na actualidade, por três Subcomités (SC) (compostos por 1 coordenador e um número variável de vogais) e dois Grupos de Trabalho, tal como a seguir se indica²⁴:

²⁴ Estes dados foram fornecidos pela CT7, em Maio de 2006. A Presidente da comissão, desde 1989, é a Dr.^a Maria Fernanda Guedes Campos. Em documento anterior (APONS, 2003, p.35), a CT7 era composta por uma totalidade de 35 membros e apresentava os seguintes Subcomités: SC 1 – Terminologia (1 Coordenador e 5 Vogais), SC 3 – Tesouros e Indexação (1 Coordenador e 2 Vogais), SC 4 – Dados Bibliográficos (1 Coordenador e 7 Vogais), SC 5 – Apresentação de Publicações (1 Coordenador e 5 Vogais) e SC 6 – Arquivos (1 Coordenador e 9 Vogais)

SUBCOMITÉS	COORDENADORES	VOGAIS
SC 1 – Terminologia	1	5
SC 4 – Dados Bibliográficos	1	7
SC 5 – Apresentação de Publicações	1	5

Tabela 8 - Composição dos Subcomités da CT7

GRUPOS DE TRABALHO
GT 1 – Estatísticas e Avaliação do Desempenho
GT 2 – Gestão de Documentos

Tabela 9 - Grupos de Trabalho da CT7

A CT7 acompanha a actividade normativa internacional e europeia respeitante aos Comitês Técnicos da ISO TC46 (Informação e Documentação) e TC171 (Aplicações de Gestão Documental) e é a entidade responsável pela elaboração das Normas Portuguesas para a documentação e informação. Actualmente, a CT7 disponibilizava um conjunto de 35 Normas Portuguesas em vigor²⁵:

Tabela 10 - Normas NP no âmbito da Informação e Documentação

NP	ANO	TÍTULO
5 ²⁶	1992	Ofício ou carta – Formato A4: apresentação da primeira página
61	1987	Documentação – Sinais de correcções dactilográficas ou tipográficas
113	1989	Documentação – Divisões de um documento escrito: numeração progressiva
138	1986	Documentação – Legenda bibliográfica
139	1964	Publicações periódicas – Abreviaturas de títulos
380	1966	Publicações periódicas – Apresentação
405.1	1994	Informação e Documentação – Referências bibliográficas: documentos impresos
405.2	1998	Informação e Documentação – Referências bibliográficas: parte 2: materiais não livro
405.3	2000	Informação e Documentação – Referências bibliográficas: parte 3: documentos não publicados
405.4	2002	Informação e Documentação – Referências bibliográficas: parte 4: documentos electrónicos

²⁵ Dados fornecidos, em Maio de 2006, pela CT7. Para além das normas em vigor apresentadas, foi-nos dada a indicação de 1 projecto de norma e 2 normas em preparação e 3 normas em apreciação. Em preparação: prNP 4295 – Apresentação de traduções (SC5), ISO 5127. 2001. Informação e documentação – Vocabulário adaptado para a língua portuguesa (SC1) e ISO 999. 1996 – Content organization and presentation of indexes (SC4). Em apreciação: ISO 2789. 2003. Informação e documentação – Estatísticas internacionais de bibliotecas (GT1), ISO 15489.1. 2001 – Records management: Part 1: General (GT2) e ISO/FDIS 23081.1. Information and documentation – Records management: Part 1: Principles (GT2).

²⁶ Foi elaborado, neste âmbito, um Projecto de Norma complementar: prNP 5.2. 1995. Ofício ou carta – Formato A4: folha de continuação

417	1993	Documentação – Sumário de publicações periódicas
418	1988	Documentação – Resumos analíticos para publicações e documentação
419	1995	Documentação – Apresentação de artigos em publicações periódicas e outras publicações em série
712	1968	Estatística da edição de publicações
738	1986	Documentação – Folha de título de publicações não periódicas
739	1969	Índices de publicações
2021	1989	Documentação – Formato de dados para permuta de informação bibliográfica em banda magnética
2022	1986	Documentação – Numeração internacional normalizada de livros (ISBN)
2434	1987	Documentação – Carácter tipográfico convencional ISO para ensaios de legibilidade (Carácter ISO)
3193	1987	Documentação – Títulos de lombada de livros e outras publicações
3388	1993	Documentação – Sumários analíticos nas publicações em série
3680	1989	Documentação – Descrição e referências bibliográficas: abreviatura de palavras típicas
3715	1989	Documentação – Método para a análise de documentos, determinação do seu conteúdo e selecção de termos de indexação
4036	1992	Documentação – Tesauros monolíngues: directivas para a sua construção e desenvolvimento
4041	2005	Informação e documentação – Terminologia arquivística: conceitos básicos
4285.1	1998	Documentação e informação. Vocabulário – Parte 1: documentos audiovisuais
4285.2	1999	Documentação e informação. Vocabulário – Parte 2: documentos icónicos
4285.3	2000	Documentação e informação. Vocabulário – Parte 3: aquisição, identificação e análise de documentos de dados
4285.4	2000	Documentação e informação. Vocabulário – Parte 4: linguagens documentais
4438.1	2005	Informação e documentação. Gestão de documentos de arquivo – Parte 1: princípios orientadores
4438.2	2005	Informação e documentação. Gestão de documentos de arquivo – Parte 2: recomendações de aplicação
NP ISO	ANO	TÍTULO
3297	2002	Informação e documentação – Número Internacional Normalizado das Publicações em Série (ISSN)
11620	2004	Informação e documentação – Indicadores de desempenho de bibliotecas
	2006	Emenda 1: Indicadores complementares de desempenho de bibliotecas
NP EN	ANO	TÍTULO
28601	1996	Dados e formatos de troca. Troca de Informação – Representação de datas e horas

Segundo a Directiva CNQ 2/1999, uma Comissão Técnica (CT) “é um órgão técnico que visa a elaboração de normas portuguesas e a emissão de pareceres normativos, em determinados domínios, no qual participam, em regime de voluntariado, entidades interessadas nas matérias em causa, traduzindo, tanto quanto possível, uma representação equilibrada dos interesses sócio-económicos abrangidos” (Sistema Português da Qualidade, 1999, p.1). Organizadas em Subcomissões (SC) e/ou Grupos de Trabalho (GT), estas comissões técnicas são criadas pelo ONN, “por sua iniciativa ou por proposta de um Organismo com funções de Normalização Sectorial (ONS)”, cabendo ao organismo proponente a responsabilidade de coordenação da respectiva CT. A composição das CT deve ser suficientemente representativa, de modo a que o trabalho que apresente traduza o consenso nacional. Nesse sentido, a Directiva CNQ 2/1999 refere que delas devem fazer parte os seguintes representantes:

- Associações de industriais ou prestadores de serviços;
- Associações de comerciantes/armazenistas/importadores;
- Associações de consumidores e utilizadores;
- Associações profissionais;
- Organismos da administração pública mais ligados com o âmbito das actividades;
- Empresas, quando for considerado conveniente
- Técnicos de reconhecida competência, a título individual

Cada uma destas entidades designará um só representante, que será nomeado vogal da CT pelo organismo que a coordena.

Ainda segundo a mesma directiva, as CT têm as seguintes funções:

- Elaborar normas portuguesas de acordo com as Directivas CNQ 1 e CNQ 3;
- Dar parecer sobre questões inerentes à publicação e aplicação das normas portuguesas, nomeadamente no âmbito de sistemas de certificação;
- Participar na elaboração de normas dos organismos internacionais ou regionais de normalização ou em actividades de índole similar;

- Pronunciar-se do ponto de vista técnico sobre projectos de diplomas legais ou outros documentos, que para o efeito lhe sejam remetidos pelo organismo que a coordena;
- Participar, por intermédio de vogais por ela designados, em actividades relacionadas com o seu âmbito de trabalho, quando nesse sentido for solicitada pelo organismo que a coordena;
- Precisar o seu âmbito de actividades e a respectiva designação, que deverão ser submetidos à apreciação do ONN por intermédio do organismo responsável pela coordenação da CT;
- Apresentar ao organismo que a coordena, até ao fim de Setembro, o programa de trabalhos para o ano seguinte, bem como, quando solicitada nesse sentido, o programa de trabalhos plurianual;
- Apresentar ao organismo que a coordena, durante o mês de Janeiro, o relatório de actividades do ano anterior;
- Reavaliar, quando se justifique, a sua própria representatividade, propondo ao organismo que a coordena a adopção de critérios que tenham em conta a especificidade do seu âmbito de actividades;
- Fornecer ao organismo que a coordena os elementos relativos ao seu funcionamento, que forem solicitados

O Presidente das CT, por sua vez, é escolhido pelos respectivos vogais, cabendo ao organismo que a coordena propor, de entre os vogais, candidatos a presidente. As funções designadas para o Presidente são as seguintes:

- Presidir às reuniões plenárias e ser porta-voz da CT;
- Coordenar e dinamizar a actividade desenvolvida pela CT e estabelecer ligações com outras CT, nomeadamente para efeitos de coordenação de áreas de interface;
- Providenciar para que sejam cumpridas, em tempo útil, as disposições relativas às atribuições das CT;
- Marcar as datas das reuniões e indicar as respectivas ordens de trabalhos;
- Enviar, oportunamente, ao organismo que coordena a CT, os documentos normativos para aprovação e respectivas informações, bem

como os relatórios e programas de actividade e quaisquer outras informações ou pareceres;

- Representar a CT sempre que nesse sentido for convocado pelo organismo que a coordena;
- Solicitar, sempre que o julgue necessário, por intermédio do organismo que coordena a CT, a colaboração ou o parecer de entidades que considere adequadas, para a análise de assuntos em estudo;
- Zelar para que a CT mantenha a representatividade e a eficácia necessárias ao seu correcto funcionamento (Sistema Português da Qualidade, 1999, p. 3)

As funções do secretário, que é nomeado pelo organismo que coordena a CT, são as seguintes:

- Preparar, de acordo com as indicações do presidente ou dos coordenadores, as convocatórias para cada reunião da CT, SC ou GT, as quais deverão ser remetidas aos respectivos vogais com a antecedência mínima de oito dias, acompanhadas dos documentos considerados necessários;
- Providenciar que seja garantido o fornecimento dos documentos necessários ao funcionamento da CT, bem como todo o apoio logístico, nomeadamente processamento de texto e reprodução de documentos;
- Elaborar uma acta de cada reunião de CT, anotando em particular os pontos que possam ter sido objecto de grande controvérsia ou para os quais não tenha havido consenso, bem como as conclusões havidas;
- Preparar as informações relativas à aprovação dos documentos normativos elaborados pela CT;
- Preparar, em colaboração com o presidente, o relatório anual de actividades da CT, bem como o programa de trabalhos para o ano seguinte, ou plurianual, se for caso disso;
- Recolher os elementos relativos ao funcionamento da CT, fornecidos ao organismo coordenador;
- Participar, sempre que possível, nas reuniões das SC

Por último, são apontadas as atribuições do Coordenador de SC (eleito em reunião plenária da CT pelos vogais que vão participar nos trabalhos da SC) e do Coordenador de GT (eleito em reunião plenária da CT pelos vogais que vão participar nos trabalhos do GT):

- Assegurar a liderança e o secretariado das respectivas reuniões, sendo o seu porta-voz;
- Coordenar e dinamizar a actividade da SC;
- Providenciar o envio das convocatórias com a agenda e eventual documentação;
- Assegurar a elaboração de um resumo dos assuntos tratados em cada reunião;
- Contribuir para a elaboração do relatório anual de actividades e do programa de trabalhos para o ano seguinte, em colaboração com o presidente da CT;
- Enviar ao presidente da CT os documentos normativos ou pareceres elaborados pela SC;
- Propor ao presidente da CT a colaboração de outras entidades quando o entenda necessário;
- Representar a Subcomissão sempre que para tal seja convocado pelo presidente da CT

E respectivamente:

- Assegurar a liderança e o secretariado das respectivas reuniões, sendo o seu porta-voz;
- Coordenar e dinamizar a actividade do GT;
- Enviar ao presidente da CT ou ao coordenador da SC, de quem directamente depende, os documentos normativos ou pareceres elaborados pelo GT;
- Propor ao presidente da CT ou ao coordenador da SC, de quem directamente depende, a colaboração de outras entidades, sempre que o entenda necessário;
- Representar o GT sempre que para tal seja convocado pelo presidente da CT ou pelo coordenador da SC, de quem directamente depende

3.4 ENTREVISTA AOS RESPONSÁVEIS PELA POLÍTICA NACIONAL DE NORMALIZAÇÃO DOCUMENTAL EM PORTUGAL

Pareceu-nos ser a entrevista o instrumento mais adequado para a obtenção de informação pertinente neste campo de análise. Concordamos com as ideias de João Ferreira de Almeida e José Madureira Pinto, quando, ao falar da entrevista, sugerem:

[...] quanto maior for a liberdade e a iniciativa deixada aos intervenientes na entrevista, quanto maior for a duração da entrevista, quanto mais vezes ela se repetir, mais profunda e mais rica será a informação recolhida, mas tratar-se-á de uma informação centrada na *pessoa* do entrevistado e dificilmente generalizável em termos de explicação de um *problema* global tecnicamente definido (Almeida e Pinto, 1995, p.109)

Na verdade, a entrevista é um instrumento que se caracteriza pela conjugação de processos de comunicação e interacção humana que permitem retirar informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados. Como explicitam Quivy e Van Campenhoudt (1998, p.193), com a entrevista pretende-se sobretudo alcançar os seguintes objectivos:

- A análise do sentido que os actores dão às suas práticas e aos acontecimentos com os quais se vêem confrontados: os seus sistemas de valores, as suas referências normativas, as suas interpretações de situações conflituosas ou não, as leituras que fazem das próprias experiências, etc.
- A análise de um problema específico: os dados do problema, os pontos de vista presentes, o que está em jogo, os sistemas de relações, o funcionamento de uma organização, etc.
- A reconstituição de um processo de acção, de experiências ou de acontecimentos do passado (Quivy e Van Campenhoudt, 1998, p. 193)

3.4.1 Objectivos

Com a entrevista aplicada aos responsáveis pela política nacional de normalização documental²⁷, pretendeu-se identificar eventuais problemas relacionados com a política nacional de normalização documental, assim como encontrar as relações de trabalho e a partilha de responsabilidades

²⁷ Cf. APÊNDICE 1

entre as principais entidades intervenientes no processo de normalização documental (a BN-CT7, e o IPQ)

3.4.2 Delimitação do universo

A amostra constituiu-se de representantes das duas entidades (BN e IPQ) directamente relacionadas com a política nacional de normalização documental em Portugal.

Foram entrevistados um representante do Instituto Português da Qualidade (IPQ) e um representante da Biblioteca Nacional.

3.4.3 Dimensões da observação

Para contrastar a informação recolhida com a hipótese de que a divulgação/disponibilização das normas documentais, por parte das instituições credenciadas para o efeito, é inadequada, entrevistámos dois responsáveis directos pela política de normalização documental no nosso país, com o intuito de averiguar o funcionamento e as atribuições no contexto dessa política. A observação efectuada (através de entrevista) teve em conta um conjunto de subcategorias repartidas pelas seguintes dimensões²⁸:

Tabela 11 - Entrevista responsável IPQ-ONN (dimensões observadas)

DIMENSÃO 1: Política nacional de normalização documental	
subcategorias	perguntas
Funcionamento e atribuições	1. No âmbito do Sistema Português da Qualidade, que visão tem do Subsistema da Normalização? Considera-o eficaz? Acha-o suficiente no quadro do SPQ?
Relações de cooperação entre organismos	2. Como avalia o trabalho conjunto entre a BN (enquanto Organismo de Normalização Sectorial, dentro da área da documentação e da informação) e o IPQ (como Organismo Nacional de Normalização)?
Divulgação das normas	3. Ainda no contexto do SPQ, quais são os meios utilizados pelo IPQ para a divulgação das normas

²⁸ Quando contempladas, as Dimensões da Observação, definidas para cada um dos instrumentos aplicados no decorrer deste trabalho, estabelecem grupos temáticos onde serão agrupadas as perguntas que dizem respeito aos determinados temas. Nesse sentido, algumas questões poderão estar simultaneamente agrupadas em várias dimensões.

	no âmbito da documentação e da informação?
DIMENSÃO 2: Estatuto legal das normas	
subcategorias	perguntas
Obrigatoriedade das normas	4. As normas são voluntárias. Tornam-se obrigatórias se houver legislação que determine o seu cumprimento. Que razões ou motivos podem levar uma norma ao estatuto de lei?
DIMENSÃO 3: Utilização das normas	
subcategorias	perguntas
Manuais de Metodologia do Trabalho Científico	5. Existe, hoje em dia, no mercado português, uma proliferação de manuais de redacção e apresentação de trabalhos científicos. Encontrei à volta de 20 manuais. Muitos desses autores, por exemplo, não fazem sequer referência às NP. Outros fazem referência com adaptações pessoais.... O que pensa disso?
Manuais de estilo vs. Normas	6. O que muitas pessoas fazem, por exemplo, é seguir normas que estão relacionadas com determinadas comunidades científicas, não seguem a NP. Que opinião tem sobre a ideia dos investigadores portugueses optarem pelas normas internacionais?
O contexto europeu	7. Estamos agora na fase do Processo de Bolonha que pretende que todos os estudantes da UE possam transitar entre os países, elaborar os seus trabalhos em qualquer um dos países sem qualquer tipo de problemas. Preconiza, entre outras coisas, a mobilidade de estudantes. Neste sentido, acha que seria importante haver uma norma europeia única em vez de normas nacionais?

Tabela 12 - Entrevista responsável BN-ONS (dimensões observadas)

DIMENSÃO 1: Política nacional de normalização documental	
subcategorias	perguntas
Funcionamento e atribuições	1. No contexto do Sistema Português da Qualidade (SPQ), que visão é que tem do Subsistema da Normalização? Considera-o eficaz? 2. Qual é a estrutura exacta da Comissão Técnica de Normalização da Informação e Documentação (CT7). São 4 Subcomissões que a compõem?
Relações de cooperação entre organismos	3. Como avalia o desempenho da CT7 enquanto Organismo de Normalização Sectorial (ONS), trabalhando em parceria com o IPQ, que por sua vez é o Organismo de Normalização Nacional (ONN)? Eu li no DL 234/93, que há programas anuais esta-

	belecidos entre a BN, a CT7 e o IPQ?
Divulgação das normas	6. De que forma é que a CT7 (BN) divulga as Normas Portuguesas relacionadas com a documentação e a informação? Existe algum programa de divulgação das normas?
DIMENSÃO 2: Utilização das normas	
subcategorias	perguntas
Importância da utilização das normas	4. Considera que a utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica mas também aquelas que dizem respeito à apresentação de documentos científicos) pelos investigadores e pelas editoras científicas pode afectar a difusão da informação entre a comunidade científica?
Normas relacionadas com dissertações	10. Em Portugal, ao contrário de outros países europeus, não existe uma norma correspondente à ISO 7144, que tem a ver com a apresentação de dissertações... Qual a razão de ser dessa omissão e que consequências pode isso trazer?
Manuais de estilo e manuais de metodologia científica vs. Normas	8. Daquilo que eu tenho investigado, consigo identificar duas vertentes: por um lado, existe uma proliferação enorme de manuais de metodologia portugueses (cada um deles com posições diferentes quanto às NP). Por outro, constata-se a utilização, por parte dos orientadores científicos, de manuais de estilo internacionais consoante a área de investigação. Gostaria de saber qual é a sua opinião relativamente a esta questão?
O contexto europeu	9. A Declaração de Bolonha preconiza, entre outras coisas, a mobilidade de estudantes dentro do espaço da UE. O que é que acha de existência de uma só norma dentro desta área geográfica? Acha que isso seria benéfico?
DIMENSÃO 3: Ensino da metodologia do trabalho científico em Portugal	
subcategorias	perguntas
Visibilidade da disciplina de metodologia do trabalho científico	7. Daquilo que me tenho apercebido, a política nacional de educação está pouco atenta à necessidade do ensino da metodologia do trabalho científico desde o Ensino Secundário ou mesmo 3º Ciclo do Ensino Básico?

3.4.4 Análise e interpretação dos dados

1. No âmbito do Sistema Português da Qualidade, que visão tem do Subsistema da Normalização? Considera-o eficaz?

Objectivo

Com esta questão, pretendeu-se avaliar a perspectiva do responsável relativamente à missão e à eficácia do funcionamento do Subsistema da Normalização no contexto geral do SPQ e ao funcionamento da política de normalização documental num contexto particular (implicando parcerias entre BN-CT7 e IPQ)

Tabela 13 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 1)

VALDEMAR LOPES	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>o Subsistema português da Qualidade procura essencialmente articular todas as vertentes que contribuem para a qualidade</i>	Sistema articulado para a qualidade
<i>Aquilo que nós fazemos aqui está a ser seguido, regra geral, lá fora, e portanto nós devemos estar dentro do comboio, pelo menos o europeu</i>	Coordenação internacional para a qualidade
FERNANDA CAMPOS	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>não tenho assim uns conhecimentos tão aprofundados dos trabalhos do IPQ</i>	Conhecimentos pouco aprofundados do trabalho realizado pelo IPQ

2. Qual é a estrutura exacta da Comissão Técnica de Normalização da Informação e Documentação (CT7). Quantas subcomissões a compõem?

Objectivo

Foi nossa intenção, com esta pergunta, identificar, de forma objectiva, a constituição da Comissão Técnica de Normalização da Informação e Documentação (CT7) e os diversos campos da sua actividade.

Tabela 14 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 2)

Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>A Subcomissão dos dados bibliográficos é a Subcomissão 4. A Subcomissão relacionada com a apresentação de documentos é a Subcomissão 5. Há a Subcomissão de Arquivos, que é a 6 e há a Subcomissão 1, que é de Terminologia.</i>	Subcomissão 1 - Terminologia Subcomissão 4 - Dados bibliográficos Subcomissão 5 - Apresentação de documentos Subcomissão 6 - Arquivos
<i>como lhe dizia e disse logo no início, o trabalho da CT7 não é feito para as universidades, nem para as bibliotecas universitárias. É feito para bibliotecas, centros de documentação e arquivos e apoia-se essencialmente nos seus profissionais.</i>	A CT7 trabalha para unidades de informação

3. Como avalia o trabalho conjunto entre a BN (enquanto Organismo de Normalização Sectorial, dentro da área da documentação e da informação) e o IPQ (como Organismo Nacional de Normalização)?

Objectivo

Com esta pergunta foi nosso intuito avaliar o desempenho da CT7 (BN) nas suas funções de Organismo de Normalização Sectorial para a área da Documentação e da Informação, identificando competências, relações de trabalho, repartição de responsabilidades entre a CT7 e o IPQ.

Tabela 15 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 3)

Valdemar Lopes	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>[a BN] coordena a nível nacional a actividade normativa, nesta matéria, em que é de facto reconhecida...</i>	BN = coordenadora sectorial a nível nacional
<i>É de estreito relacionamento institucional, entre os dois organismos. Sempre que é oportuno fazer-se qualquer coisa nesta matéria, faz-se. A BN, através das pessoas que a compõem, desenvolve esforços junto das principais partes interessadas, para as motivar a desenvolver o trabalho sempre que seja necessário.</i>	Estreito relacionamento
<i>A metodologia que nós temos é criar uma comissão técnica, as partes interessadas compõem essa CT, a própria</i>	Comissão técnica engloba as partes

<i>BN pode lá estar, envolvida na CT, tem dois “chapéus”. É a entidade que representa, dentro da própria CT. Também é o departamento que é reconhecido, dentro da BN, para Organismo de Normalização Sectorial. Isto, na prática, significa que essa entidade tem uma dupla responsabilidade: é a responsabilidade como entidade em si, que defende os seus próprios interesses. É também a entidade consensual, que é o departamento de normalização, que está a vestir esse segundo “chapéu”, procurando conciliar divergências naturais existentes entre os membros.</i>	interessadas
<i>temos uma fórmula matemática: diálogo entre as partes interessadas, mais, acordos com aquilo que houver das partes interessadas tem que dar necessariamente normas.</i>	Diálogo entre as partes interessadas para dar origem a normas
<i>São todas as entidades interessadas, não depende da BN... é quem responder... o que é fundamental aqui é consultar [...] o sistema é voluntário [...] As entidades que aderem têm de obedecer às regras, quem não aderir, não tem que obedecer às regras.</i>	Sistema de participação é voluntário
Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>o Instituto Português da Qualidade, que é, digamos, o nosso representante junto das instâncias de normalização internacionais</i>	IPQ é o representante internacional em termos de normalização
<i>o IPQ, aquilo que faz é designar instituições que, enfim, sejam reconhecidamente idóneas para determinadas áreas, porque não pode ter especialistas e especialização em todas as áreas de normalização</i>	O IPQ designa instituições sectoriais
<i>o IPQ funciona muito, portanto, assim como uma espécie de um mediador entre aquilo que se desenvolve a nível internacional e aquilo que vale a pena implementar para o caso português</i> <i>Nesse aspecto de mediador, o que o IPQ preconiza é que as grandes normas de carácter internacional sejam adaptadas ao contexto português, precisamente porque estamos numa época de globalização e portanto não há propriamente lugar a grandes criatividade do lado português</i>	IPQ enquanto mediador (adopção de normas)
<i>O IPQ delegou na BN a condução de todos os trabalhos de normalização no âmbito da Informação e da documentação. A BN por sua vez criou um conjunto, quer dizer, herdou esta situação com um conjunto de Subcomissões dentro da CT7 e os membros dessas Subcomissões não são necessariamente pessoas da Biblioteca [Nacional], nem pode ser, não é? São pessoas de variadíssimas bibliotecas universitárias, privadas, públicas....</i>	O IPQ delega responsabilidades à BN
<i>O papel da CT7, da Biblioteca Nacional e meu, enquanto coordenadora, é procurar as pessoas que sejam as mais indicadas para trabalhar determinados nichos temáticos, como é o caso da terminologia, dos dados bibliográficos,</i>	Ligação entre IPQ, ISO TC46 e BN

<p><i>dos arquivos, ou da apresentação de documentos, e portanto, constituir grupos, procurar no acervo que são editadas pela ISO, e que o IPQ me vai mandando, portanto aqui está outra vez o IPQ como mediador, portanto o IPQ não diz faça isto ou faça aquilo. O IPQ manda-me tudo o que no âmbito da Comissão da ISO, que é equivalente à CT7, é a TC 46, tudo aquilo que vai sendo desenvolvido ou que está em estudo. E portanto o que é que eu faço, eu olho para aquilo, conheço a realidade portuguesa, aconselho-me com as pessoas das Subcomissões, vamos por aqui, vamos por ali, a norma vai ter muito impacto, logo são aquelas que à partida nós devemos tentar implementar para a realidade portuguesa</i></p>	
---	--

4. Ainda no contexto do SPQ, quais são os meios utilizados pelo IPQ/BN para a divulgação das normas no âmbito da documentação e da informação? Existe algum programa de divulgação das normas documentais?

Objectivo

A questão colocada pretendeu identificar meios e formas de divulgação das normas documentais portuguesas promovidos pela BN (CT7) e pelo IPQ.

Tabela 16 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 4)

Valdemar Lopes	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>Nós fazemos divulgação, sensibilização, participamos em vários eventos, damos formação, damos difusão por correspondentes, que é uma figura que quem quer estar a par do último grito, inscreve-se como correspondente, obtém graciosamente mas paga logo..... portanto é um trabalho ou serviço, na prática, que o IPQ presta, porque cobra, há duas pessoa a tratar disto a full-time, e não há falha de informação entre os interlocutores.</i></p>	<p>Sensibilização, formação, participação em eventos, membro correspondente</p>
<p><i>Foi pensado em termos de impacto junto da sociedade em geral sobre a importância da normalização, que ajuda à qualidade de vida das populações.</i></p>	<p>O papel da divulgação para a consciencialização da importância da normalização</p>
<p><i>Existem diligências por parte da BN, que tem essa competência [acções de formação], não é o IPQ. Quando a BN solicita, nós fazemos o apoio, a colaboração dentro da disponibilidade que exista de parte a parte.</i></p>	<p>A divulgação na área BD está a cargo da BN</p>
Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>A divulgação das normas faz-se através do IPQ, porque o</i></p>	<p>Divulgação (editorial)</p>

<i>IPQ é que as edita, a BN não edita normas, portanto, prepara o texto e o IPQ é que edita. Aquilo que nós fazemos, sempre que possível, é divulgações em Congressos, Conferências....</i>	das normas é da competência do IPQ, a BN divulga-as em congressos e conferências
<i>[a divulgação das normas junto das universidades] É feita casuisticamente. Porque as Universidades também não são uma entidade única. Depois há s Faculdades dentro das Universidades, há os departamentos, dentro dos departamentos há as cadeiras e os respectivos professores, não é fácil.</i>	Divulgação nas universidades é pouca em função da diversidade de opções metodológicas existentes

5. Considera que a utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica mas também aquelas que dizem respeito à apresentação de documentos científicos) pelos investigadores e pelas editoras científicas pode afectar a difusão da informação entre a comunidade científica?

Objectivo

Foi nosso intuito, com esta pergunta, avaliar o grau de consciencialização da responsável pela instituição relativamente à importância da utilização de normas documentais no contexto da produção científica e sua difusão.

Tabela 17 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 5)

Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Eu não tenho uma ideia muito optimista da utilização das nossas normas por parte de outras comunidades que não as estritamente biblioteconómicas, ou seja, por exemplo, a nossa NP 405, a nossa norma da referência bibliográfica, que tem 4 partes, essa norma é utilizada por nós, nas bibliotecas, quando fazemos bibliografias ou assim...</i>	Ideia pessimista da utilização das normas por outras comunidades que não a biblioteconómica
<i>[...] mas sente-se uma certa dificuldade em fazer que nas Universidades, nas faculdades, nos departamentos, e nas cadeiras os professores, portanto, as implementem. Uns podem implementar, outros porque aprenderam numa universidade estrangeira têm uma outra maneira de formular as referências e citações e portanto eu não tenho uma ideia optimista relativamente a isso. Mais, até vejo que muitas vezes cada professor gosta da Bibliografia apresentada de sua maneira. [...] as Universidades também não são uma entidade única. Depois há as Faculdades dentro das Universidades, há os departamentos, dentro dos departamentos há as cadeiras</i>	Dificuldade de introduzir as NP nas universidades portuguesas Influência estrangeira Diversas correntes metodológicas

<i>e os respectivos professores, não é fácil...</i>	
<i>Se isso pode prejudicar ou não a comunicação a nível académico, eu penso que é desejável que se utilizasse uma única norma.</i>	Desejo da utilização de uma só norma no universo académico

6. As normas são voluntárias e tornam-se obrigatórias se houver legislação que determine o seu cumprimento. Que razões ou motivos podem levar uma norma ao estatuto de lei, isto é, ser obrigatória?

Objectivo

Com esta questão pretendeu-se averiguar até que ponto tem sentido uma utilização obrigatória das normas documentais na perspectiva dos responsáveis pela área da normalização do IPQ.

Tabela 18 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 6)

Valdemar Lopes	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Quando é necessário disciplinar os agentes económicos envolvidos no mercado</i>	Disciplinar agentes económicos
<i>para tornar obrigatório o cumprimento de determinados parâmetros da norma, precisamente para salvaguardar a defesa dos consumidores</i>	Defesa dos consumidores
<i>seguir as NP é um ponto de partida que favorece. É uma mais valia. [...] a ignorância das pessoas é que envereda pelo caminho mais difícil e andam a “partir pedras” e é por isso que não têm competitividade!</i>	NP como uma mais valia em termos de competitividade

7. Daquilo que me tenho apercebido, a política nacional de educação estará pouco atenta ao ensino da metodologia do trabalho científico, desde o Ensino Secundário ou mesmo o 3º Ciclo do Ensino Básico?

Objectivo

O intuito desta pergunta foi confrontar a responsável da instituição com o grau de importância atribuído ao ensino da metodologia científica no nosso país.

Tabela 19 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 7)

Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Nós aqui recebemos... mas é como os cogumelos... é absolutamente ocasional. Há professores que recebemos aqui, ao nível da Faculdade de Letras, aqui da Lusófona, que trazem cá os alunos do 1º ano de determinados cursos, portanto para fontes de informação.</i>	Poucos pedidos de formação universitária

8. Daquilo que eu tenho investigado, consigo identificar duas vertentes: por um lado, existe uma proliferação enorme de manuais portugueses de metodologia (cada um deles com posições diferentes quanto às NP). Por outro lado, constata-se a utilização, por parte dos orientadores de investigação, de manuais de estilo internacionais consoante a área científica. Gostaria de saber qual é a sua opinião relativamente a este ponto?

Objectivo

Com esta questão, pretendeu-se confrontar os responsáveis das instituições com a utilização reduzida das normas documentais portuguesas por parte das comunidades científica e editorial no nosso país, e com a utilização de outras normas documentais, que não as portuguesas.

Tabela 20 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 8)

Valdemar Lopes	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Há uma justificação, quanto a mim, para essa matéria. Quando a gente tem uma comunidade científica que é geograficamente localizada, o que é que nós fazemos? Naturalmente fazemos aquilo que localmente é considerado mais vantajoso.</i>	Privilegiar o que é localmente vantajoso
<i>O que eu aconselho é que essas normas podem ser utilizadas mas elevem as NP! Elas reflectem o estado da arte do país. Não sou eu que faço as NP. São quem faz os manuais científicos que eleva o nível das NP, que é a área geográfica toda do país.</i>	As NP reflectem o estado da arte do país numa determinada actividade
Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Repare, é muito difícil ter qualquer intervenção a este nível.... E porquê? As comunidades académicas, elas próprias têm relacionamento com outras realidades que estão fora do país.</i>	A intervenção é difícil nas comunidades académicas
<i>Agora, o peso das Universidades americanas é enorme</i>	Influência americana

<p>[...] o problema principal é de facto a afiliação que as diferentes escolas têm com congéneres, sobretudo nos EUA, e a necessidade de terem instrumentos que lhes possibilite essa troca. Ora se houvesse uma norma nos EUA ainda seria possível que ao nível da Europa tentássemos ver onde é que estavam as diferenças para nos apercebermos se valia a pena algum trabalho de aproximação. Mas também não é o caso! Não é o caso. Nos EUA campeiam também, consoante as universidades e escolas, variados métodos.</p>	
<p>Não se pode estar a pedir às pessoas que cataloguem a dois tempos, ou que façam dois tipos de referências bibliográficas, uma para fora e outra para dentro. Isso não dá. Agora se me diz: então mude-se a 405 ou mudem-se as outras, isso também não é possível.</p>	<p>Várias normas em simultâneo é complicado de gerir</p>
<p>é sempre bom ter um normativo nacional, que aliás, não é invenção nenhuma, porque está harmonizado com a norma própria da ISO</p>	<p>NP estão harmonizadas com a ISO</p>

9. Estamos agora na fase do Processo de Bolonha, que, como sabe, pretende que todos os estudantes da UE possam transitar entre os países, elaborar os seus trabalhos em qualquer um dos países sem qualquer tipo de problemas. Neste sentido, acha que seria importante haver uma norma europeia única e abandonar as normas nacionais?

Objectivo

Pretendeu-se, com esta questão, consultar os responsáveis quanto aos benefícios da criação e aplicação de uma única norma documental europeia, comum ao espaço da União Europeia, no contexto do Processo de Bolonha.

Tabela 21 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 9)

Valdemar Lopes	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p>Nesta fase de transição, é muito, muito difícil. Porque verifica-se neste momento que diversos países têm metodologias diferentes</p>	<p>Vários países com metodologias diferentes</p>
<p>A normalização reflecte sempre aquilo que é consensual.</p>	<p>A normalização deve partir do consenso</p>
<p>Agora, neste momento, não é a normalização que está em jogo. Quanto a mim, é acordo, entre os reitores e os professores que estão nas universidades, para pelo menos no patamar superior que as condições mínimas de acesso sejam equiparadas para haver mobilidade.</p>	<p>Acordo no ensino superior</p>

Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Desejável era, e se me permite, peço desculpa, não me considere metediça, mas acharia interessante que na sua tese fizesse uma referência a uma necessidade de facto de se acabar com essas variantes e tentar-se encontrar aquilo que seria o referencial mínimo. Porque se todos tivermos um referencial mínimo depois a partir dali, esta escola quer mais isto e a outra escola não precisa, tudo bem, desde que o mínimo esteja garantido. Porque a partir do mínimo, nós já temos a possibilidade, de facto, de permutar com mais facilidade a uma escala internacional.</i>	Necessidade de encontrar um referencial mínimo para permutar com facilidade ao nível internacional
<i>Eu acho que isso é um bocadinho utópico. Seria desejável, pode ser que venha a ser imposto por necessidades de comunicação a nível electrónico, como eu lhe disse, esta é também, digamos assim, a minha grande esperança, mas será sempre um bocado utópico. Porque, repare, a nível das universidades nunca houve, não há e não creio que venha a haver integrações completas nem normalizações completas seja em que área for. Repare, nós hoje em dia quer aqui quer noutros sítios, este pontua os mestrados dizendo Aprovado ou Não Aprovado, outra escola pontua os mestrados com Bom, Bom com Distinção, Muito Bom, outra diz 14, 15, 16, 17 e por aí fora, portanto nem a esse nível há um consenso</i>	Comunicação total entre as partes é utópico

10. Em Portugal, ao contrário de outros países europeus, não existe uma norma correspondente à ISO 7144, que tem a ver com a apresentação de dissertações... Qual a razão de ser dessa omissão e que consequências pode isso trazer?

Objectivo

Confrontar a responsável com lacunas existentes na colecção portuguesa de normas documentais.

Tabela 22 - Análise de conteúdo da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental (Pergunta 10)

Fernanda Campos	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>já pensámos, de facto, em ir por esse caminho [...] de facto aquilo que nos fez depois não a colocar como prioridade, acho que aliás chegou a estar inscrita num plano de actividades, e depois foi considerado que não seria prioritário porque a maior parte das teses está a ser editada em suporte electrónico. Portanto esta questão do estilo cai um bocado pela base, porque a partir do momento em que ela está em suporte electrónico qualquer pessoa pode dar-lhe o estilo que quiser, não é?</i>	Projecto que foi abandonado devido à edição das teses em suporte electrónico

<p><i>lá está, isso cai muito dentro da aceitação das universidades, de aceitarem que isso seja assim. Voltamos outra vez à mesma situação. E essa questão, quer dizer, o IPQ não pode obrigar. E a BN também não. As universidades gozam de uma autonomia muito grande, as universidades estão ligadas a um contexto que é o CRUP e nós não temos hipótese nenhuma de estarmos a dizer aos senhores reitores “Agora a apresentação das teses é desta maneira”.</i></p>	<p>Nem o IPQ nem a BN podem impor normas, sobretudo nas universidades</p>
---	---

3.5 A IMPORTÂNCIA DOS MANUAIS PORTUGUESES DE METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO NA DIFUSÃO DAS NORMAS DOCUMENTAIS

Em Portugal, ao contrário do panorama de investigação internacional, poucos são os manuais de estilo publicados no âmbito de determinadas áreas ou comunidades científicas.

No entanto, nos últimos 15 anos, tem-se assistido a uma proliferação de publicação de manuais de metodologia científica, de autores nacionais, que apresentam regras práticas de conduta na elaboração e apresentação de documentos científicos²⁹. Estes manuais, por força das circunstâncias em que actuam (predominantemente em contexto académico e de investigação), são supostamente um dos meios de relevo na divulgação das normas documentais entre a comunidade académica/científica portuguesa.

A análise dos manuais aqui efectuada seguiu uma ordenação cronológica segundo a data das respectivas primeiras edições e aponta para um conjunto de documentos publicados maioritariamente na última década. O critério de escolha dos manuais foi baseado na representatividade que têm junto da comunidade académica, no número de edições e na divulgação mais notória em livrarias, bibliotecas e bibliografias de cadeiras de Metodologia do Trabalho Científico.

²⁹ Na verdade, a publicação deste tipo de manuais em Portugal tornou-se frequente, essencialmente a partir dos anos 90 do século passado. Antes disso, alguns autores já se tinham debruçado sobre o tema da metodologia científica, nomeadamente Fragata (1967), Pinto (1969), Torres (1980) e Anselmo (1988). No entanto, denota-se que nessa altura a metodologia do trabalho científico abordava uma vertente mais direccionada para o processo de investigação científica e não tanto para o processo de comunicação, redacção e apresentação de documentos científicos, relacionado com o aspecto formal dos mesmos.

3.5.1 Análise descritiva aos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico, publicados por autores portugueses (1967-2006)

Júlio Fragata³⁰, como referido, foi possivelmente o primeiro autor a publicar um manual deste âmbito no contexto do mercado editorial nacional, abordando de forma integrada o problema da metodologia científica e da normalização documental. De teor essencialmente prático, este manual é apresentado como texto de apoio a um curso introdutório no âmbito da metodologia e elaboração do trabalho científico, em contexto universitário. No prólogo do seu manual o autor diz o seguinte:

Estas noções de metodologia [...] resumem as normas relativas à elaboração dum trabalho científico (p.7) [...] desprezá-las, seria arriscar quer a segurança das conclusões do trabalho científico quer a rapidez em atingi-las e o modo eficaz de as difundir (Fragata, 1967, p.9)

Na verdade, para o autor, o trabalho científico implica, entre outras coisas, a “apresentação, geralmente por escrito, dos resultados da investigação, em conformidade com as normas metodológicas da redacção científica” (Fragata, 1967, p.14). Nesse sentido, a comunicação científica exigia a aplicação de normas documentais para que fosse concretizada de forma eficaz³¹. Referindo-se, mais adiante, à importância das referências bibliográficas na estrutura geral externa do documento científico, o autor salienta o seguinte:

O leitor deve orientar-se de tal modo para estas citações que lhe seja possível conhecer sempre onde se baseou o autor para chegar às conclusões que defende [...] As referências devem ser uniformes e precisas [...] A precisão exige que se indique bem o local, com todos os elementos necessários para uma fácil verificação (Fragata, 1967, p.94-96)

³⁰ Em 1937 entrou na Companhia de Jesus e, feitos os estudos de Humanidades Clássicas em Guimarães e o Curso de Filosofia em Braga, obteve, em 1947, a Licenciatura em Filosofia. É ordenado sacerdote a 25 de Julho 1950. Em 1951 obtém a licenciatura em Teologia (Faculdade de Teologia da Universidade de Innsbruck-Áustria). A partir de 1954 começou a ensinar na Faculdade de Filosofia de Braga, tendo regido sobretudo História da Filosofia Moderna e Contemporânea. De 1968 a 1971 Director da Faculdade de Filosofia da UCP e Reitor do Colégio Máximo. De 1971 a 1977 foi Superior Provincial da Província Portuguesa da Companhia de Jesus. De 1978 a 1985 exerceu o cargo de Director da Faculdade de Filosofia de Braga, da Universidade Católica Portuguesa, onde orientou várias teses de Mestrado e de Doutoramento e fez parte de numerosos júris de doutoramentos, de concursos e agregações de professores das Universidades portuguesas.

³¹ Três anos mais tarde, em 1969, Jaime Pinto (1969) também apelou para esse tipo de necessidade na apresentação dos documentos científicos: “Se bem que sejam de fundamental importância todas as preocupações em relação ao conteúdo das publicações científicas, impõem-se também um certo número de regras quanto à forma, padrões de uniformização que, por facilitarem a sua consulta, há toda a vantagem em adoptar” (p.90)

É, contudo, na última década que a proliferação deste tipo de manuais tem feito sentir-se de forma evidente.

Com uma divulgação sem precedentes no nosso país (20 mil exemplares vendidos), o manual de João Cúcio Frada³² (2005), intitulado *Novo guia prático para pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos científicos*, viu a sua primeira edição publicada pelas Edições Cosmos, em 1991. A essa data, em Portugal, poucos eram os manuais práticos disponíveis no mercado editorial. A 8ª edição veio ao prelo em 1998, e já em 1999 (Frada, 1999), surgiu a primeira edição na Colecção Microcosmos.

Este manual assume-se como guia prático de consulta rápida para questões relacionadas com a elaboração e redacção de qualquer trabalho científico, alertando para as dificuldades sentidas no âmbito da investigação e elaboração de trabalhos científicos no nosso país, sobretudo “entre os debutantes destas “lides”” (Frada, 2005, p.11). Realçando algumas características menos adequadas de outros manuais disponíveis no mercado editorial, o autor afirma o seguinte:

[esses manuais] pela sua própria natureza, pretensamente abrangente e universalista, contêm uma densidade de informação considerável e, por isso mesmo, acabam por se revelar pouco apropriadas a consultas rápidas [...] procedem a uma descrição minuciosa e alargada de regras e conceitos que, utilizados no âmbito bibliográfico, representam critérios metodológicos nem sempre concordantes com as Normas Portuguesas (NP 405) sobre o mesmo assunto (Frada, 2005, p.9-10)

O autor apresenta as vantagens do seu novo guia num objectivo principal:

Possibilitar, de forma simples e correcta, o domínio das normas na pesquisa e organização de publicações e trabalhos científicos e, sobretudo, o acesso mais fácil ao conhecimento da metodologia “universalmente” aconselhada no âmbito da referenciação bibliográfica (Frada, 2005, p.12)

³² Licenciado em Medicina (FM-UL), em Ciências Antropológicas e Etnológicas (ISCSP) e em História (FL-UL), fez provas de aptidão pedagógica e capacidade científica em História da Medicina (1989). Professor auxiliar convidado, regeu a cadeira de Sistema Internacional do curso superior de Relações Internacionais (Universidade Lusíada). Docente convidado no Seminário de Património Cultural do curso de Pós-Graduação em História Regional e Local promovido pela FL-UL. Doutorado em Medicina pela FM-UL, é também professor convidado de Metodologia de Trabalhos Científicos na mesma faculdade.

É notória, com o decorrer do texto, a posição do autor perante as Normas Portuguesas (sobretudo a NP 405-1, 1995, relativa à referenciação bibliográfica de documentos impressos): elas servem de ponto de partida e são passíveis de pequenas alterações pontuais, ou mesmo, variações de concordância quanto à pontuação e à ordenação dos elementos da referência³³, consoante juízo pessoal do autor. Relativamente à referenciação de documentos electrónicos, não é referida a Norma Portuguesa para o efeito (NP 405-4, 2002), adoptando-se uma regra pessoal.

O livro de António José Fernandes³⁴, *Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos*, viu a sua primeira edição em 1993. O autor aponta como principal objectivo para o seu livro “colocar à disposição dos interessados os instrumentos metodológicos indispensáveis para a elaboração e apresentação de currículos, projectos de investigação, relatórios de actividades e/ou relatórios temáticos, teses, dissertações e monografias” (Fernandes, 1995, p.9). Assumindo que a elaboração e apresentação dos trabalhos de investigação científica devem respeitar certas regras gerais relativas à “estrutura dos trabalhos, à redacção e apresentação dos textos, quadros e gráficos, e à citação, classificação e ordenamento das fontes” (Fernandes, 1995, p.183), o autor dedica vinte e três páginas do seu manual (p.182-204) à metodologia de elaboração e apresentação de trabalhos académicos. Nessa parte, o autor não faz referência a nenhuma norma nacional ou internacional aplicável. No caso da referenciação bibliográfica, por exemplo, apenas são referidos dois sistemas de citação disponíveis: o “Critério Tradicional” (p.198) e o “Critério Americano” (p. 200), sendo o primeiro identificado como o sistema de citação em nota de rodapé e o segundo com o sistema de citação autor-data. Tudo o que diz respeito à ordenação dos elementos bibliográficos em cada uma das referências bibliográficas respeitantes às diferentes tipologias documentais, é omitido.

³³ Cf. Frada (2005, p. 56, 57, 63)

³⁴ Reitor da Universidade Lusófona do Porto, licenciou-se em Ciências Sociais e Políticas, doutorando-se na mesma área científica. Ex-membro do do Parlamento Europeu, foi professor na Universidade do Minho (Escola de Economia e Gestão) e na Escola Superior de Polícia de Lisboa, tendo à sua responsabilidade as disciplinas de Ciência Política, Organizações Internacionais, Instituições Política e Sociais dos Países membros da UE, Filosofia Política. A primeira edição deste manual veio à estampa em 1993.

O manual dos autores Carlos A. Moreira Azevedo³⁵ e Ana Gonçalves de Azevedo³⁶, intitulado *Metodologia científica: contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos*, é apresentado como um manual que já conta com sete edições consecutivas (a primeira edição data de 1994). Tendo por base a leccionação da disciplina de Metodologia Científica, o manual é dedicado, segundo os autores, aos alunos dos primeiros anos das Universidades, reforçando a ideia de que é imprescindível a aquisição de aptidões necessárias à realização de projectos de investigação científica desde o primeiro ano da Faculdade, “sobretudo numa altura em que, em todos os níveis de ensino, e especialmente no ensino superior, se valoriza a pesquisa e a produção de trabalhos, em detrimento da assimilação acrítica das matérias das diferentes disciplinas” (p.15).

Numa perspectiva essencialmente prática, com “princípios válidos para qualquer ciência” (Azevedo e Azevedo, 2004, p.11), este manual pretende “fornecer o conhecimento e o domínio de regras metodológicas para preparar um trabalho como prova final de uma disciplina, para realizar um estudo mais racional e organizado, para munir os alunos de um conjunto de meios que permitam um aproveitamento contínuo do trabalho intelectual anterior, próprio ou de outros” (p.11). A importância da metodologia enquanto ferramenta essencial do trabalho científico é assim descrita:

Bastaria ver os resultados a que a ciência pode chegar quando procede racionalmente para nos convenceremos do alcance de um bom método. O tempo que se poupa a tentar experiências, a esclarecer dúvidas, o evitar de erros e enganos, é deveras encorajador a adoptarmos um método anteriormente provado. Trata-se de uma ajuda à inteligência, que a facilita, simplificando e garantindo o processo de comunicar com clareza e verdade os resultados do esforço intelectual empreendido (Azevedo e Azevedo, 2004, p.12)

³⁵ Depois de estudar nos Seminários do Porto e no Instituto de Ciências Humanas e Teológicas, doutorou-se em 1986, na Faculdade de História Eclesiástica da Universidade Gregoriana, em Roma. Estudou Teologia Espiritual nos Institutos romanos da Companhia de Jesus e da Ordem do Carmo. Foi Vice-Reitor da Universidade Católica Portuguesa (2000-2004) e é, desde 1987, professor associado da Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa (Núcleo do Porto), onde leccionou Metodologia Científica. Em 2005, foi nomeado Bispo Titular de Belali e Auxiliar do Patriarcado de Lisboa e Secretário da Conferência Episcopal Portuguesa.

³⁶ Mestre (M. Sc.) em Gestão de Informação pela University of Sheffield. Professora auxiliar convidada da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, onde dirige os Serviços de Informação e Documentação.

Ao longo da Parte II do seu manual (p.59-122), os autores tratam da metodologia da redacção e apresentação de trabalhos científicos remetendo, sempre que possível, para as respectivas Normas Portuguesas, nomeadamente as normas para folhas de título de publicações não periódicas (NP 738, 1986), resumos analíticos para publicações e documentação (NP 418, 1988), apresentação de artigos em publicações periódicas (NP 419, 1966) e, por último, referências bibliográficas para documentos impressos (NP 405-1, 1995) (Azevedo e Azevedo, 2004, p.62-68).

A propósito da normalização respeitante à referenciação bibliográfica, os autores determinam a sua importância quando assumem que “as referências bibliográficas devem permitir a identificação inequívoca de um documento de maneira a que o mesmo possa ser consultado por qualquer leitor interessado” (Azevedo e Azevedo, 2004, p. 97). É na verdade sob este prisma – o da correcta divulgação da informação científica – que assenta a importância da normalização aplicada à apresentação dos documentos científicos.

O manual de Carlos Ceia³⁷ (a primeira edição data de 1995) – *Normas para apresentação de trabalhos científicos* – dá-se a conhecer, pelo próprio autor, como um conjunto de “normas específicas que devem ser cumpridas com rigor” (Ceia, 2003, p.9). Pretende-se que seja um guia funcional para a elaboração e apresentação de trabalhos de natureza científica, dirigido a investigadores e outros membros da comunidade académica. Muito embora o autor mencione a Norma Portuguesa NP 405-1 na bibliografia deste manual, todo ele é redigido sem mencionar ou adoptar explicitamente qualquer tipo de norma (nacional ou internacional). Conclui-se, pois, que o autor, por iniciativa própria, criou um conjunto de “normas” que julga serem as mais convenientes no desenrolar do trabalho de investigação. Podemos aqui referir, contudo, que na bibliografia final deste manual são referidos três manuais de estilo internacionais de grande relevo: *The Chicago manual of style*, *The*

³⁷ Professor auxiliar do Departamento de Estudos Anglo-Portugueses da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (Universidade Nova de Lisboa), onde leccionou História da Cultura Clássica, coordena as cadeiras, estágios e seminários do Ramo Educacional e é professor do Seminário de Análise das Fontes e Crítica Literária. Doutorou-se, em 1993, pela Universidade de Cardiff

MLA handbook for writers of research papers, theses and dissertations e o *MHRA style book*.

No Capítulo 3 do seu livro, dedicado à apresentação formal e referência bibliográfica, a propósito da disposição da bibliografia final dos trabalhos, o autor acaba por explicitar que a disposição apresentada no manual segue a seguinte ordenação dos elementos: autor, título, volume, nº de edição, tradutor, colecção, editor, local de publicação, data, página(s). No entanto, diz o autor, “pode aceitar-se como opção legítima, por exemplo, o sistema autor-data, que segue a seguinte ordem: nome do autor, ano de publicação, título da obra, local de edição, editora, volumes” (Ceia, 2003, p.45).

Pedro Serrano³⁸ disponibiliza um livro especializado na redacção e apresentação de trabalhos no âmbito das ciências biomédicas³⁹, sendo que os destinatários preferenciais deste manual são todos aqueles que necessitam redigir e apresentar trabalhos de índole médica (médicos e estudantes de medicina).

O manual – intitulado *Redacção e apresentação de trabalhos científicos: fundamentos, técnicas e noções práticas sobre como estruturar, escrever e apresentar trabalhos científicos e técnicos* – viu a sua primeira edição lançada em 1996. É, segundo o autor, sustentado por documentos de duas instâncias “cujas recomendações têm um reconhecimento (praticamente) universal” (Serrano, 2004, p.16): são elas o *International Committee of Medical Journal Editors*, com as suas normas de uniformização (ICMJE, 2006), e as “mais recentes recomendações para a citação de documentos electrónicos da *International Organization for Standardization*”.

Serrano refere a importância da comunicação científica da seguinte forma:

³⁸ Médico, especialista em Saúde Pública e diplomado em Epidemiologia. Com trabalhos publicados e premiados no âmbito da investigação na área médica, tem, nos últimos dezassete anos, dedicado a sua actividade profissional à formação médica pós-graduada.

³⁹ O autor, contudo, diz ter assistido à sua utilização por parte de investigadores noutras áreas científicas, tais como Arquitectura, Psicologia, Finanças, Direito e Informática (Serrano, 2004, p.15).

Para que esses conhecimentos [resultantes da acumulação da investigação] possam vir a ser integrados na prática médica e tidos em conta na concepção e execução de futuras investigações, é imprescindível que sejam ampla e eficazmente divulgados junto dos interessados, isto é: a comunidade médico-científica. Esta divulgação cumpre a finalidade de servir de suporte à propagação de novos conhecimentos [...] E se a importância da descoberta de novos conhecimentos não merece dúvida, o que dizer do valor da etapa em que se comunica aos outros essas descobertas? (Serrano, 2004, p.17)

Na primeira edição do seu manual, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa⁴⁰ apresenta a metodologia científica em Portugal como um caso de absoluta necessidade para os investigadores e alunos com que se tem defrontado:

Sentimos, nos alunos de nível universitário, uma grande falta de preparação para o trabalho de investigação e para a forma de redigir e estruturar os seus trabalhos (Sousa, 1998, p.19)

Mais adiante, refere que o seu manual – intitulado *Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos* – segue “as normas que regem os trabalhos científicos” (Sousa, 1998, p.20), demonstrando alguma flexibilidade de opções quanto às metodologias apresentadas:

Não é nosso objectivo indicar o método correcto, mas antes propor neste trabalho um conjunto de reflexões gerais sobre a condução metodológica de trabalhos científicos, para que cada investigador sobre eles reflecta, e, *mutatis mutandis*, procure aplicá-los (Sousa, 1998, p.20)

Segundo Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, a investigação ao nível universitário materializa-se em trabalhos escritos que apresentam duas características fundamentais: por um lado, o conteúdo, que deve obedecer a critérios de cientificidade, e por outro, à forma, que deverá respeitar sobretudo a inteligibilidade e a coerência interna do trabalho. Não querendo subordinar a forma ao conteúdo, o autor acaba por afirmar que se deve defender “uma harmonização de ambos os elementos, de modo a conseguir um espí-

⁴⁰ Mestre em História da Arte, Professor Auxiliar convidado da Universidade Moderna e Assistente da Escola das Artes (Universidade Católica Portuguesa), tem leccionado cadeiras e seminários no âmbito da Metodologia Científica em Portugal e no Brasil.

rito de clareza na compreensão e articulação do texto” (Sousa, 1998, p. 23). Prossegue o seu pensamento dizendo que essa linha de acção passa “pelo recurso a uma linguagem adequada, a uma divisão apropriada da matéria em análise, pelo rigor das referências bibliográficas, escolha adequada do título do trabalho, entre outros tantos aspectos”. Na verdade, qualquer documento científico – que forçosamente pretende veicular conhecimentos – deve apurar o seu modelo de apresentação formal para que a capacidade de leitura apresentada seja otimizada:

No fundo, pretende-se uma estrutura que permita ao leitor a compreensão das opiniões formuladas (mas também, porque no domínio científico nos move-mos, da possibilidade de tudo ser conferido), tendo sempre em conta que um estudo, em qualquer ciência, não deve ser entendido como um fim em si, mas antes, uns como ponto de partida, outros como referência, e outros ainda como estudo mais aprofundado, mas sempre a necessitar de novas achegas (Sousa, 1998, p.28)

Mais adiante, o autor determina duas etapas no processo metodológico seguido pelos investigadores, e é nessa dualidade que o autor estrutura o seu manual: por um lado, tudo o que está relacionado com a metodologia da investigação (processo de investigação e organização dos respectivos resultados) e, por outro, os aspectos que dizem respeito à metodologia da redacção/apresentação de trabalhos científicos (correcta organização e disposição interna dos capítulos, referências bibliográficas, qualidade da escrita, etc.). Quanto a opções de normalização documental adoptadas pelo autor no manual, é de referir apenas a divulgação da NP 405-1⁴¹ para referenciação bibliográfica de documentos impressos, ressaltando a omissão de uma NP relativa ao material não livro. O autor adianta que, à data de redacção do manual (Novembro de 1998), existia apenas um projecto de norma para esse tipo de material. Foi de facto um mês mais tarde, em Dezembro de 1998, que a NP 405-2 (referências bibliográficas de material não livro) foi publicada pelo IPQ. É de referir que ao longo do restante texto, o autor não faz alusão a normas documentais relativas a outros elementos (capa, página de rosto, espaçamentos e margens, legendas, sumário, abreviaturas, siglas, índices, etc.), remetendo, aqui e ali, para aquilo que foi escrito sobre o tema

⁴¹ Se bem que com “adaptações pontuais” (Sousa, 1998, p.44)

por outros autores portugueses de manuais de Metodologia do Trabalho Científico.

Convém assinalar, contudo, que na secção “Fonte e Bibliografia Temática” do manual (p.83-84), para além das NP já referidas, o autor apresenta mais 8 Normas Portuguesas relacionadas com a documentação e a informação.⁴²

O manual de Mário da Costa Azevedo⁴³ – *Teses, relatórios e trabalhos escolares: sugestões para estruturação da escrita* – é apresentado como um manual de metodologia direccionado essencialmente para a estruturação da escrita (ao nível da redacção de relatórios de investigação, ensaios escolares, teses de mestrado e doutoramento, etc.). O manual (com primeira edição datada de 2000), segundo as palavras do autor, consiste num “conjunto de orientações práticas” (Azevedo, 2004, p.1) dirigidas a um público diversificado: estudantes (universitários e outros), alunos de dactilografia e secretariado e outros profissionais. Quanto à questão da utilização de normas e convenções metodológicas, o autor interroga-se sobre o assunto da seguinte forma:

Valerá a pena atender às convenções sobre a estrutura dos trabalhos escritos? Não poderá acontecer que essa preocupação vá perturbar a elaboração dos temas em consideração? É verdade que as ideias são mais importantes do que a forma, e que a boa forma não serve para ocultar a pobreza do conteúdo. Em contraponto, é também verdade que, se os estudantes tiverem um guia que os apoie na roupagem do seu trabalho, podem mais facilmente fazer incidir toda a atenção na criatividade do seu conteúdo. De resto, brincando com os paradoxos russelianos, se dirá que todas as regras podem ser desrespeitadas, mesmo esta que acaba de ser enunciada (Azevedo, 2004, p.2)

Contudo, ao longo do texto, o autor faz referência a normas de apresentação formal dos documentos, nomeadamente apelando às normas da *American Psychological Association* (APA) no que se refere à metodologia

⁴² São elas a NP 61 (1987), NP 113 (1989), NP 380 (1966), NP 419 (1995), NP 586 (1970), NP 738 (1986), NP 739 (1969) e NP 3680 (1989)

⁴³ Professor da Faculdade de Ciências (Universidade de Lisboa), lecciona as cadeiras de “Relações Interpessoais e Processos de Grupo na Escola” e “Construção de Medidas com Apoio Informático” no Departamento de Educação da mesma universidade. O manual que redigiu foi editado pela primeira vez em 2000.

de referência bibliográfica (p.105-139). Relativamente à metodologia referida, o autor assume a seguinte posição:

É sabido que já há algum tempo estão a ser revistas as regras oficialmente apresentadas para serem seguidas pelos editores e livreiros portugueses⁴⁴. Enquanto as novas regras não vêm a público, atrevemo-nos a apresentar uma proposta de regras, aqui designadas normas propostas, que gostaríamos de ver consideradas na próxima revisão oficial. Em relação às antigas regras portuguesas, que ainda estão oficialmente em vigor, introduziram-se aqui algumas mudanças [...] (Azevedo, 2004, p.105)

Entendemos, pois, que o autor se propõe defender uma “proposta de regras” pessoal, inspirada nas “antigas regras portuguesas”, proposta completada, em casos omissos, pela norma emitida pela APA. O autor acaba, pois, por apresentar exemplos para duas formas distintas de referência bibliográfica: uma que diz respeito à sua proposta de regras pessoal e outra que remete para as normas da APA.

Em todo o caso, o autor começa por considerar, na parte inicial do seu manual, que a lista final de referências bibliográficas “deve respeitar as convenções seguidas no domínio científico estudado” (Azevedo, 2004, p. 30), o que, por vezes, se pode tornar ambíguo, sobretudo no contexto nacional.

Intitulado *Introdução à metodologia do trabalho científico*, o manual de José Henrique Silveira de Brito⁴⁵, tem como finalidade, segundo o autor, ajudar os seus alunos do primeiro ano do Curso de Filosofia que deviam fazer a disciplina de “Introdução à Metodologia do Trabalho Científico”. Nesse sentido, diz-se o seguinte:

Qualquer técnica tem as suas regras e, por isso, numa cadeira como esta [Introd. Met. Trab. Cient.], o que se pretende é que se adquira o conhecimento e o domínio das regras práticas aceites pela comunidade científica e aplicadas nos trabalhos dessa índole (Brito, 2001, p.13)

⁴⁴ No ano de publicação da 4ª edição deste manual (2004), as Normas Portuguesas em vigor para a referência bibliográfica abrangiam todo o tipo de material (NP 405-1 1994 para documentos impressos, NP 405-2 1998 para materiais não livro, NP 405-3 2000 para documentos não publicados e NP 405-4 2002 para documentos electrónicos) e não estavam em fase de revisão

⁴⁵ Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (IST), é professor na Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa (Pólo de Braga), onde lecciona a cadeira de Introdução à Metodologia do Trabalho Científico (1º ano). Também exerce funções docentes na Escola Superior de Tecnologia do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, ministrando as cadeiras de Electrónica, Informática e Introdução às Tecnologias da Informação.

Mais adiante, quando aborda o tema da redacção científica e da organização de bibliografias, o autor assume ter adoptado a NP 405-1 nos exemplos de referenciação bibliográfica que apresenta (Brito, 2001, p. 102). No que respeita a outros elementos da apresentação de documentos científicos, o autor não remete para qualquer outra norma nacional ou internacional. Na bibliografia constante do manual (p.133-134), constam vinte e duas referências no total, das quais uma Norma Portuguesa (NP 405-1, 1994), quatro manuais de metodologia de autores portugueses (Azevedo e Azevedo, 2004; Ceia, 1995; Fernandes, 1995; Fragata, 1967) e um livro de estilo internacional (Turabian, 1987)

O manual de Teresa D'Oliveira⁴⁶ (D'Oliveira, 2002) – *Teses e dissertações: recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos* – apresenta recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos (teses e dissertações) na área das ciências sociais e humanas. O texto tem como destinatários todos aqueles que estabelecem um primeiro contacto com a problemática da investigação (ou mesmo aqueles que se sentem perdidos dada a diversidade de tipologias apresentadas para os diversos problemas), mas também é dirigido aos docentes. O texto está organizado em três grandes secções: a investigação propriamente dita, a estruturação de uma tese e as utilizações que uma tese pode ter. Relativamente à segunda grande secção, que aqui nos interessa analisar, a autora assume uma posição clara quanto à adopção (por influência do seu percurso académico) do manual de estilo da APA (APA, 2001). Das 20 referências bibliográficas que constituem a Bibliografia do livro, encontramos uma referência a um manual de metodologia de autor português (Frada, 1999) e uma referência ao livro de estilo da APA (APA, 2001). Não existem quaisquer referências às Normas Portuguesas.

⁴⁶ Licenciada em Psicologia Aplicada, área de Psicologia Social e das Organizações (ISPA), é Mestre em Comportamento Organizacional (ISPA) e doutorada em Psicologia Aplicada (Cranfield University, Reino Unido). Actualmente, é professora auxiliar no ISPA, onde lecciona na Licenciatura em Psicologia Aplicada e no Mestrado em Comportamento Organizacional.

O manual de Alexandre Pereira⁴⁷ e Carlos Poupa⁴⁸ – intitulado *Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word* – foi publicado pela primeira vez em 2003. Os autores desenvolveram o manual estruturando-o a partir de três necessidades inerentes à escrita de uma tese: organização e redação adequada do documento, o respeito por um conjunto de normas bibliográficas e a obtenção do devido proveito na utilização do processador de texto utilizado. Assumindo claramente que “um trabalho de investigação, seja uma tese, uma monografia, um texto científico ou académico, é um documento formal, produzido de acordo com uma estrutura que obedece a regras precisas” (Pereira e Poupa, 2004, p.19), os autores apresentam dois conjuntos de normas possíveis para referência bibliográfica: as Normas Portuguesas para o efeito (NP 405-1, 1995; NP 405-2, 1998; prNP 405-3, 1999; prNP405-4, 2001) e as Normas da APA (APA, 2001), admitindo, porém, que o leitor poderá também “utilizar a norma adoptada pela Universidade ou Instituição a que se encontre ligado” (p.60). Das 29 referências listadas na Bibliografia, 2 são referentes a manuais de metodologia científica de autores portugueses (Azevedo, 2004; Frada, 1999), 4 remetem para a Norma Portuguesa e 2 para o livro de estilo da APA.

O manual de Ana Carla Madeira⁴⁹ e Maria Manuela Abreu⁵⁰ – *Comunicar em ciência: como redigir e apresentar trabalhos científicos* – aborda as dificuldades associadas ao “como” comunicar em Ciência de forma clara, sintética e rigorosa, constituindo um texto didáctico e de consulta para universitários e investigadores. Na introdução, as autoras dizem o seguinte:

⁴⁷ Licenciado e Mestre em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (IST-UTL), licenciado em Antropologia (FCSH-UNL), é professor auxiliar convidado na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, onde lecciona diversas disciplinas na área da informática

⁴⁸ Licenciado em Engenharia Electrotécnica e de Computadores (IST-UTL) e Mestre em Gestão de Empresas (ISCTE), é docente na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias onde lecciona a disciplina de Design de Produtos Multimédia.

⁴⁹ Licenciada em Engenharia Agronómica, doutorada pela Universidade de Nottingham (Reino Unido) na área científica da Física Ambiental, é professora associada do Instituto Superior de Agronomia (UTL) no Departamento de Ciências do Ambiente, onde lecciona as cadeiras de Agrometeorologia e Orientação.

⁵⁰ Licenciada em Engenharia Agronómica, doutorada e agregada pela UTL nas áreas científicas da Ciência do Solo e Geoquímica do Ambiente, é professora catedrática do Instituto Superior de Agronomia (UTL) no Departamento de Ciências do Ambiente

Os investigadores têm de dar a conhecer as suas descobertas e o resultado da sua investigação em termos simples, claros, objectivos, concisos, mas completos, de forma a que a mensagem a transmitir seja compreensível para a comunidade científica e/ou técnica e se verifique o conseqüente progresso científico (Madeira e Abreu, 2004, p.18)

Na parte do livro dedicada à apresentação formal dos documentos científicos, as autoras não referenciam nenhuma norma internacional ou nacional para o efeito. Apenas apresentam, para a metodologia de citação, dois sistemas possíveis⁵¹. Na Bibliografia que consta no final deste manual, contamos com vinte e duas referências bibliográficas, das quais três dizem respeito a manuais de metodologia de autores portugueses (Carmo e Ferreira, 1998; Carvalho, 2002; Serrano, 2004).

Da análise efectuada aos manuais supra citados, podemos produzir os seguintes comentários:

- Todos os autores estão ligados ao mundo académico e de investigação. Nesse sentido, os manuais que publicam podem ser considerados uma espécie de instrumento de apoio metodológico ao trabalho que vão desenvolvendo, nomeadamente nas cadeiras de Metodologia do Trabalho Científico que leccionam (Azevedo e Azevedo, 2004; Brito, 2001; Pereira e Poupa, 2004)
- Alguns autores (Sousa, 1998; Azevedo e Azevedo, 2004; Frada, 2005 e Brito, 2001) apontam a necessidade (efectiva) de apoio metodológico aos alunos recém-chegados à universidade, o que demonstra, de certa maneira, a ausência de uma política nacional realmente eficaz;
- Apenas um autor (Serrano, 2004) redigiu o seu manual tendo verdadeiramente em conta uma área científica propriamente dita (ciências biomédicas), ao passo que outros

⁵¹ O Sistema Harvard ou Sistema nome-e-ano e o Sistema numérico-sequencial (p. 54)

autores realçam sobretudo a função prática e funcional dos seus manuais (Ceia, 2003; Frada, 2005);

- As normas citadas e/ou adoptadas por cada autor variam entre a utilização das/de Normas Portuguesas (Sousa, 1998; Azevedo e Azevedo, 2004; Brito, 2001; Pereira e Poupá, 2004), a adopção de manuais de estilo internacionais (Azevedo, 2004; Serrano, 2004; Pereira e Poupá; D'Oliveira, 2002), a aplicação de normas “pessoais”, tendo ou não as NP como ponto de partida (Azevedo, 2004; Ceia, 2003; Frada, 2005) a utilização de normas ISO (Serrano, 2004) e até mesmo a omissão total de qualquer norma (Fernandes, 1995; Madeira e Abreu, 2004).
- Dá-se conta que apenas os manuais com edições mais recentes (Frada, 2005; Azevedo e Azevedo, 2004; Serrano 2004; Azevedo, 2004; D'Oliveira, 2002; Pereira e Poupá, 2004) tomam realmente em conta a necessidade de divulgação de normas de referência bibliográfica para documentos electrónicos, demonstrando a verdadeira importância das fontes de informação electrónicas no contexto de investigação científica actual.

3.5.2 Entrevista aos autores dos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico sobre o uso de normas documentais

3.5.2.1 Objectivos

Com a entrevista aos autores dos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico⁵², pretendemos analisar e identificar as opções metodológicas de normalização documental adoptadas pelos autores portu-

⁵² Cf. APÊNDICE 2

ses de manuais de metodologia científica e evidenciar a opinião desses autores quanto à política nacional de normalização documental.

3.5.2.2 Delimitação do universo

Autores portugueses de manuais de estilo com maior divulgação e aceitação no mercado editorial e na comunidade científica portuguesa.

Foram seleccionados 8 autores (para 11 manuais), todos eles provenientes e actuantes em diferentes ramos científicos: História da Arte, Psicologia, Teologia, Ciências Documentais, Medicina, Literatura, etc. Neste sentido, foi tida em conta uma representatividade disciplinar equilibrada. As limitações relacionadas com as entrevistas concedidas pelos autores residem, essencialmente, no grau de disponibilidade temporal e acessibilidade geográfica dos mesmos⁵³.

3.5.2.3 Dimensões da observação

Para avaliar até que ponto a não utilização de normas documentais na produção de documentos científicos está dependente duma divulgação/disponibilização inadequada das mesmas, foi nossa intenção entrevistar autores portugueses de manuais de metodologia científica no intuito de recolher informação relativa às suas tomadas de posição no que diz respeito ao contexto da normalização documental. A observação efectuada (através de entrevista) teve em conta um conjunto de subcategorias repartidas pelas seguintes dimensões:

Tabela 23 - Entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (dimensões observadas)

DIMENSÃO 1: Objectivos do manual	
subcategorias	perguntas
Aplicabilidade do manual	1. Quais foram os motivos que o levaram a publicar um manual de metodologia científica em Portugal?

⁵³ Por motivos relacionados com uma falha técnica no momento da gravação, a entrevista concedida pelo Professor Doutor Gonçalo de Vasconcelos e Sousa ficou parcialmente registada.

DIMENSÃO 2: Utilização de normas	
subcategorias	perguntas
Normas portuguesas vs. manuais de Metodologia do Trabalho Científico vs. Manuais de estilo	<p>2. Qual a sua opinião relativamente às Normas Portuguesas (NP) de documentação (nomeadamente as de referência bibliográfica)? O que pensa da proliferação de manuais de metodologia portugueses, cada qual com opções diferentes relativamente à utilização dessas normas?</p> <p>3. O que tem a dizer sobre a aceitação/influência em Portugal de muitos manuais de estilo internacionais relacionados com determinadas áreas científicas (por exemplo, as normas da APA para a Psicologia)? Denota alguma influência de manuais brasileiros de metodologia no nosso país? Qual o grau de influência de normas documentais de âmbito internacional (ISO) no nosso país? Neste sentido, que opções deve o investigador português tomar?</p>
Importância da utilização	4. Considera que a utilização de normas documentais (nomeadamente as de referência bibliográfica) pode influenciar de alguma maneira o processo de comunicação científica?
Normas para dissertações	5. Ao contrário de outros países europeus, em Portugal não existe uma norma correspondente da norma internacional ISO para a elaboração de dissertações (ISO 7144). Acha que seria importante essa correspondência normativa no nosso país?
O contexto europeu	6. No âmbito do Processo de Bolonha, que reconhece, entre outras coisas, a mobilidade de estudantes, o que pensa da existência de uma só norma documental no espaço europeu?

3.5.2.4 Análise e interpretação dos resultados

1. Quais foram os motivos que o levaram a publicar um manual de metodologia científica em Portugal?

Objectivo

Com esta questão, pretendemos identificar, segundo perspectiva do autor, o(s) objectivo(s) e as necessidades do(s) público(s)-alvo do manual no momento da publicação.

Tabela 24 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 1)

ANA AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Eu fui convidada em 1993 para leccionar uma disciplina de metodologia de investigação que fazia parte da estrutura curricular dos cursos da Universidade Católica cá no Porto, do 1º ano, e era uma disciplina que tinha por objetivo formar os alunos logo no 1º ano em desenvolver competências na área da pesquisa bibliográfica, estruturação dos trabalhos académicos e elaboração de referências bibliográficas.”</i></p> <p><i>“a própria Universidade Católica referia que os alunos que tinham feito esta disciplina, logo no princípio do curso, chegavam ao fim do curso com um conjunto de competências, mesmo com resultados escolares bastante melhores.”</i></p>	<p>Apoio aos alunos de Metodologia de Investigação</p>
<p><i>“essas publicações existem, por exemplo, noutros países.... por exemplo, no Reino Unido há uma abundância de publicações desse tipo... aliás costumo comprar com alguma regularidade... e cá em Portugal, não há. Eu acho que só isso é que justifica [risos] a venda dessa obra....”</i></p>	<p>Lacuna no mercado português</p>
CARLOS AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“é o resultado da leccionação, ao fim de penso que de 12 anos de ensinar metodologia científica numa faculdade, ganhou-se uma experiência, um conjunto de elementos que podiam ser úteis a outras pessoas”</i></p>	<p>Resultado da leccionação</p>
<p><i>“na altura, em 1994, não havia nenhum compêndio de metodologia disponível para os alunos”</i></p> <p><i>“Havia fome no mercado dum livro deste género”</i></p>	<p>Lacuna no mercado português</p>
<p><i>“e sobretudo, não havia e continua a não haver, a não ser neste, uma aplicação da regra portuguesa, da norma portuguesa, uma aplicação de todos os casos possíveis, desde como é que se cita um jornal, como é que se cita uma enciclopédia, como é que se cita um artigo de publicação em série, como é que se cita umas actas de Congresso, etc. etc”</i></p>	<p>Aplicação de todos os casos possíveis da NP</p>
<p><i>“entretanto, foram surgindo outras ofertas, porque começou a descobrir-se a necessidade de nas Universidades haver uma orientação a este nível, embora a NP não seja ainda aplicada....”</i></p>	<p>Necessidade de orientação metodológica na universidade</p>
<p><i>“agora por exemplo o professor da Faculdade de Direito aqui da Católica pediu-me para eu ir dar aos alunos de Mestrado 6 horas de metodologia.... de mestrado!!!! Portanto, já vemos como é que de facto as coisas estão....”</i></p> <p><i>“E os alunos de Direito, por exemplo, se têm que apresentar um trabalho, a gente muitas vezes vê que aquilo não tem regras, é um bocado ao sabor de cada um”</i></p>	<p>Necessidade dos alunos</p>

CARLOS CEIA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Ele nasceu em 1995 quando senti necessidade de ajudar os meus alunos de Mestrado, precisamente, a obedecerem a um conjunto de normas que, na altura, em 1995, não existiam no mercado editorial em Portugal. Não havia quase nada.”</i></p> <p><i>“Em Portugal nem sequer existe uma coisa que algumas universidades podem ter, que é aquilo que todas as universidades inglesas e americanas têm que é um conjunto de regras essenciais de apresentação de uma dissertação ou de uma tese. Qualquer universidade lá fora tem esse guião. Também foi para colmatar essa lacuna que esse livro foi feito”</i></p>	<p>Lacuna no mercado editorial Ajuda para alunos de mestrado</p>
<p><i>“Nós temos uma falha grave na primeira formação na Universidade desde sempre que é a ausência de uma disciplina obrigatória de metodologia do trabalho científico. Às vezes conseguimos... temos essa disciplina, só que nem sempre temos condições de a oferecer, e quando oferecemos é sempre em regime opcional.”</i></p>	<p>Ausência de uma disciplina obrigatória de metodologia científica na universidade</p>
<p><i>“Esse livro vem-me ajudar também a poupar algumas aulas a tentar explicar tudo o que aí está. Ou esclareço dúvidas, obviamente depois, quando as pessoas vêm trabalhar comigo individualmente. Mas, à partida, remeto para tudo o que aí está, e remeto para outras obras semelhantes para que o estudante possa ter onde ir tirar essas dúvidas.”</i></p> <p><i>“Para mim será sempre um manual de referência para aqueles que eu oriento e para quem o adopte”</i></p>	<p>Manual de referência</p>
GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Quando eu estive a dar aulas no Brasil, no Mestrado de Gestão de Desenvolvimento e Cooperação Internacional foi preciso preparar o que era a realidade portuguesa para lhes dar e na altura, como vem aí citado, fiz um pequeno estudo que distribuí em sebenta, que já foi a génese deste manual</i></p>	<p>Apoio às aulas</p>
<p><i>“também o faço com o propósito não apenas da universidade, internamente, mas para outras universidades, eu na altura também dava aulas na Universidade Moderna... mas também com o propósito, essencialmente, do público em geral.”</i></p>	<p>Divulgação nas universidades e para o público em geral</p>
<p><i>“eu acho que haviam lacunas, os livros eram muito básicos, não eram feitos por investigadores. Eram feitos professores, mas eram mais técnicos. Havia falta de pessoas, de homens que metessem a mão na massa e que sentissem as dificuldades da investigação no dia a dia”</i></p>	<p>Falta de perspectiva do investigador</p>

<i>“geralmente as pessoas hoje não sabem apresentar os trabalhos, não sabem quais são os componentes...”</i>	Falta de conhecimento na estruturação de trabalhos
JOÃO CÚCIO FRADA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“O público foi e é todo aquele que, por uma ou outra razão, tem de organizar e apresentar um trabalho científico, na modalidade escrita e/ou oral, com o natural rigor estético e metodológico que tais exercícios exigem e, muitas vezes, determinam, em especial, os de ordem académica. “</i> <i>“o meu Guia destina-se essencialmente aos candidatos a investigação, que dominam muito mal todo e qualquer critério ou normas nesta área.”</i>	Apoio ao trabalho científico
<i>“Alguns dos alunos denotam, certamente, por falta de prática, como todos os debutantes, nesta ou em qualquer outra “arte”, dificuldade várias”</i>	Apoio aos alunos
<i>“A falta de obras neste domínio, aí pelos anos oitenta, era uma realidade. Para além da obra de Umberto Eco, pouco mais havia disponível. E esta, embora considerada uma produção clássica nesta área, não é propriamente um “Guia prático”.</i>	Lacuna no mercado português
MÁRIO AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Eu trabalho em cursos de mestrado há muito tempo e comecei por anotar problemas que os alunos tinham, erros que ocorriam de forma sistemática.</i> <i>“Isto partiu da necessidade dos alunos, ao serviço dos alunos”</i> <i>“eu fiz a experiência há dois anos, ano passado, de dar ao primeiro ano daqui uma cadeira sobre coisas básicas que se deviam aprender no início da Universidade. Aprender a estudar, aprender a usar a biblioteca, saber usar as enciclopédias, quando é que se vai ver isto, meia dúzia de coisas práticas”</i> <i>“os alunos que eu tive eram todos finalistas... Adoraram aquilo porque nunca ninguém lhes tinha dado aquilo.”</i>	Apoio aos alunos
PEDRO SERRANO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Eu trabalho em informação médica há 20 anos [...] comecei a lidar muito com documentos, com formas de redação médica [...] portanto isso começou-me a normalizar a cabeça e a fazer deparar com um tipo de erros muito frequentes”</i>	Constatação de erros cometidos

<i>“Chegou uma certa altura que eu percebi que esses textos que eu usava eram pedidos por outras pessoas, até de áreas diferentes.”</i>	Diversas solicitações
TERESA D’OLIVEIRA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Eu considero que o meu livro é sobre como é que nós devemos estruturar trabalhos científicos”</i>	Apoio à estruturação de trabalhos científicos
<i>“eu tinha muito material organizado das minhas aulas”</i> <i>“em vez de eu ter um texto de apoio que toda a gente fotocopia sem qualquer preocupação em termos de direitos de autor” “resolvi organizar o material de tal maneira que pudesse ser publicado”</i>	Material das aulas
<i>“O porquê está associado à minha experiência não só como orientadora de monografias de Licenciatura mas também teses de Mestrado”</i> <i>“da diversidade de perspectivas e de orientações que eu sentia que os meus alunos tinham, muitas vezes ao nível da Licenciatura os próprios alunos se queixavam de que tinham recomendações diferentes de diferentes professores.”</i> <i>“o problema [da diversidade de orientações] está mais a nível de acompanhamento de trabalhos [dependente de diferentes orientadores pessoais]”</i>	Diversidade de orientações por parte dos alunos
<i>“podemos ter pessoas que vêm de História, de Engenharia, de Direito ou até de Psicologia, mas da Faculdade de Psicologia de Lisboa e que não têm obrigatoriedade de fazerem um trabalho de investigação, ou por exemplo os militares”</i> <i>“estas pessoas que vinham de outras formações tinham muitas dificuldades”</i>	Auxílio para alunos externos

2. Qual a sua opinião relativamente às Normas Portuguesas (NP) de documentação (nomeadamente as de referência bibliográfica)? O que pensa da proliferação de manuais de metodologia portugueses, cada qual com opções diferentes relativamente à utilização dessas normas?

Objectivo

Esta pergunta tentou identificar a opinião pessoal do(a) autor(a) relativamente à adopção e não adopção de Normas Portuguesas e avaliar o grau de utilização das mesmas por parte dos(as) autores(as). Também foi nosso intenção Identificar os seus fundamentos para a utilização e não utilização

das Normas Portuguesas (NP) e saber qual a opinião dos(as) autores(as) relativamente à política nacional de normalização documental.

Tabela 25 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 2)

ANA AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Olhe, em termos de referência bibliográfica, eu acho que um problema é que a norma ISO é muito incompleta. Porque se a norma ISO fosse completa e cobrisse uma grande diversidade de documentos, tínhamos o problema resolvido. Todos nos regeríamos pela norma ISO e estava tudo resolvido. Seria o mais lógico.”</i>	ISO é incompleta
<i>“Não me parece que as NP tenham erros, sejam complicadas... quer dizer, por acaso a NP da referência bibliográfica [NP 405] é muito complicada.... mas que não seja possível num manual simplificar a NP e que não deva ser adoptada. Ainda por cima a norma é bastante permissiva em termos mesmo de localização dos diferentes elementos da referência. Há a possibilidade de se colocar informação sobre a data de publicação logo a seguir ao nome, já que isso é tradição da comunidade científica. Por isso acho que não faz muito sentido que se publiquem manuais com componentes normativas que não se refiram às NP”</i>	A NP é bastante permissiva
<i>“A comunidade científica [portuguesa] sempre reagiu de uma forma... que se calhar se justifica pela falta de informação, já para não dizer outras coisas... em relação às NP”</i> <i>“Parece-me também que há, por parte dos profissionais da informação, bibliotecários, etc, uma falta de intervenção no sentido de criar instrumentos de divulgação dessas NP junto da comunidade científica.”</i> <i>“Porque de facto eu tenho-me apercebido que muitas vezes os investigadores fazem como acham que é porque também não têm mais informação. Acho que era importantíssimo haver guias sobre como elaborar uma referência bibliográfica disto, daquilo, etc”</i>	Falta de divulgação da NP
<i>“Às vezes é assustador olhar para a bibliografia de determinados trabalhos....”</i>	Utilização incorrecta da NP
CARLOS AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“A minha posição é que se devem seguir as NP.”</i>	Deve ser aplicada em Portugal
<i>“Uma pessoa vai estudar para França, tem uma norma, estuda na Alemanha tem outra norma, nos EUA tem outra norma e depois chega aqui e quer seguir as normas dos países onde estudou. E portanto a NP acaba por não ser utilizada nas próprias universidades portuguesas o que dá</i>	Na realidade, as normas não são aplicadas

<i>uma enorme indisciplina, mas isso já nós sabemos que é próprio quase do nosso carácter português, ser indisciplinados. Não há disciplina, o IPQ procura fazer essas regras para serem normas utilizadas em Portugal, mas não são seguidas. É como as leis e tudo em Portugal.”</i>	
<i>“Eu acho que a NP também por sua vez devia subjugar-se sempre às normas internacionais. É a tal caixinha... que umas entram nas outras.”</i>	Subjugação das NP às normas internacionais
<i>“Mesmo um livro, eu acho que um livro para ser patrocinado pelo Estado devia seguir a norma. Se não seguir a norma não é patrocinado, quer dizer! Havia de ser quase um critério.”</i>	As publicações patrocinadas pelo Estado deveriam todas elas seguir as NP
<i>“as normas de citações bibliográficas aproximaram-se muito das normas das bibliotecas”</i>	Aproximação às regras de catalogação
CARLOS CEIA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“O problema depois, na prática, quer na sala de aula quer nos trabalhos científicos, é que cada um age em função daquilo que são as suas necessidades ou aquilo que são as suas exigências.”</i>	Existência de diversos critérios consoante as necessidades
<i>“O que impera neste momento é uma enorme diversidade, não sei se é necessariamente prejudicial. Esta diversidade não impediu ninguém até hoje de concluir o seu trabalho por causa disso, não torna é tão fácil a vida a quem tem realmente que seguir um conjunto de normas”</i>	
<i>“Aqui [em Portugal], não há de facto um livro dominante, uma manual dominante e não há uma norma dominante, que todos reconheçam...”</i>	
<i>“O investigador está sempre numa posição um pouco fragilizada, de tal forma que não tem muito por onde escolher. Se o orientador lhe disser “siga este caminho”, a partir do momento em que o orientador diz isso, o investigador não tem muita margem para seguir um caminho diferente”</i>	
<i>“o poder está todo nas mãos do orientador, de facto”</i>	
<i>“O orientador, normalmente, segue aquilo [os moldes] em que já foi orientado. Sente-se mais confortável nos termos em que foi orientado e é esse [modelo] que depois passa à geração seguinte. Em regra, é isso que acontece. O ideal seria que... isso é que eu gostaria que acontecesse, é que toda a universidade, não é cada faculdade em cada departamento, mas sim que cada universidade tivesse as tais regras mínimas de apresentação, de formatação.”</i>	
<i>“A norma portuguesa não está adaptada à realidade da universidade. A norma portuguesa está adaptada às exigências da Biblioteca Nacional, da catalogação dos livros. [...] ela nunca foi pensada para isto, não está adaptada àquilo</i>	Inadaptação da NP à realidade

<p><i>que é a realidade de uma dissertação de Mestrado ou de uma tese de Doutoramento. E por isso há muitas coisas que essa norma não prevê e muitas outras que prevê em excesso e que a nós não nos interessam na prática da construção da dissertação ou da tese.</i></p> <p><i>“eu próprio, se tenho um manual, não vou exigir que as pessoas que estão sob a minha orientação sigam a norma portuguesa e abandonem o meu manual, obviamente”</i></p> <p><i>“não concordo por exemplo que na norma portuguesa não indique... só para dar um exemplo... o título das obras não ter iniciais maiúsculas nas palavras-chave.”</i></p>	
GONÇALO DE VASCONCELOS E SOUSA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Eu acho que a Norma Portuguesa tem um problema. Eu praticamente adopto-a na totalidade, só não concordo que a norma exclua o itálico nos títulos. Porque não percebo porquê. Aliás acho que é uma aberração da norma porque toda a comunidade científica usa praticamente o itálico”</i></p>	<p>Norma Portuguesa tem um problema (itálico)</p>
<p><i>“ segundo me fazem os meus comentários, os alunos de som e imagem, nessa área, sobretudo numa altura em que eu dei aquilo com muita profusão aqui há uns anos atrás, porque havia mais tempo, que me diziam que a NP 405-2 tinha muitas lacunas, na altura ainda lhes apresentava como proposta, mas diziam-me que ela estava mal feita, que aquilo ali não era bem assim. Eu não sou da área propriamente dos filmes e dessas coisas, não percebo muito bem, mas eles diziam-me que aquilo tinha coisas que não pareciam muito adaptadas”</i></p>	<p>Inadaptação da NP 405-2</p>
<p><i>“eu acho que nós temos uma norma portuguesa, no fundo a norma portuguesa é aquilo que é... resulta um bocadinho da confluência internacional e portanto acho que deve ser utilizada em Portugal, pois todas as pessoas precisariam de um ponto de referência, para haver uma uniformidade.”</i></p>	<p>A Norma Portuguesa é o resultado da confluência internacional</p>
JOÃO CÚCIO FRADA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“a menos que o autor tenha que seguir critérios na organização dos seus trabalhos seguindo normas pré-fixadas diferentes das nacionais, as NP podem ser sempre usadas, conquanto o investigador veja interesse nisso”</i></p>	<p>A Norma Portuguesa deve ser utilizada, consoante necessidade do investigador, se não houver outra norma pré-fixada</p>
<p><i>“A Norma Portuguesa, creio que apenas a nível de Ciências Documentais e em sectores biblioteconómicos mais específicos de Bibliotecas e Arquivos Portugueses, é utilizada.</i></p>	<p>A Norma Portuguesa é mais utilizada pela comunidade dos pro-</p>

<i>Depois, um ou outro investigador, na ausência de qualquer orientação específica, usa a NP 405 nas suas produções académicas ou científicas. Mas não é muito comum, como saberá, este procedimento. “</i>	fissionais da informação e da documentação
<i>“Com algumas pequenas alterações, tal como eu próprio sugiro no meu Guia, as NP, no contexto dos diversos critérios e sistemas de referência bibliográfica disponíveis, constituem mais uma das alternativas a seguir por qualquer investigador.”</i>	Necessidade de pequenas alterações das NP
<i>“a Norma Portuguesa, tal como a conhecemos, não é muito utilizada.”</i>	Pouca utilização das NP
MÁRIO AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Eu acho que há [muitas] coisas demais disponíveis. Acho que as publicações nesta área, desde a data da primeira edição até agora, proliferaram... há dezenas!”</i>	Demasiados manuais
<i>“[sou] contra as Normas Portuguesas... Eu acho que as NP precisam duma reforma.”</i>	Reforma das NP
<i>“E porque é que sou contrário às NP? Porque não são práticas. Para já, a escrita do nome toda em maiúsculas [...] dá-me a impressão que estou a usar um acrónimo. UNESCO!”</i> <i>“A data no fim! Para quem não... eu acho que... para quem se interessa por trabalhos científicos a referência, o nome do autor é uma informação importante...!”</i> <i>“E a sistematização portuguesa... pôr em nota de rodapé... é péssima!!” “sou inteiramente contra a nota de rodapé. “</i>	Pouco práticas
<i>“Eu entrei em contacto com eles [CT7] e disse-lhe estas coisas.” “já foi há anos....”</i> <i>“essa Comissão.... devia ouvir as diversas sensibilidades. Não tem que seguir necessariamente uma das sensibilidades”</i>	A CT7 não trabalha da melhor forma
<i>“acho que a data a seguir ao nome é uma coisa tão prática e acho tão difícil seguir outra coisa que não há razão... a gente pode dizer: “ah, mas há a tradição portuguesa, faz assim, há anos que a gente põe a data no fim”. Eu acho que a tradição portuguesa era a tradição francesa, de algumas editoras francesas....”</i>	Influência francesa
PEDRO SERRANO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“como tenho péssima impressão de alguns autores portugueses. Porque têm uma abordagem superficial dos assuntos, quando a gente chega ao ponto em que precisava de saber uma coisa prática e não esclarecem.”</i>	Pouco esclarecedores

<p><i>“Desde a área de letras.. li tudo o que havia. Na área médica havia pouca coisa, coisas bastante superficiais. O melhor que encontrei na altura foram os tipos de Letras, da Faculdade Católica do Porto...” [Carlos Azevedo] “Rigorosos naquilo que diziam. Era fora da minha área, tinha coisas sobre pergaminhos e documentos do Vaticano.... mas era rigoroso, percebe?”</i></p> <p><i>“Os que eu encontrei da minha área, por exemplo, é um colega meu... João Cúcio Frada... aquilo é assim um bocadinho... não quero dizer mal, mas a minha opção na altura era eu vou fazer uma coisa que não envergonhe! Que não envergonhe o meio ao qual eu pertença e que seja uma coisa que não envergonhe em qualquer parte do mundo.”</i></p>	
<p><i>“As NP são uma tristeza sobretudo para a área biomédica.”</i></p> <p><i>“As NP que eu li, na altura, e pu-las de lado...” “Peguei nelas na altura... portanto, digamos, anos 80. Fins de anos 80.”</i></p> <p><i>“a minha experiência de NP é má, são mal divulgadas e são rígidas. A minha área não pode ser tratada como “porcas e parafusos”. Tem necessidades específicas.”</i></p>	Inadaptação da NP à realidade biomédica
<p><i>“Eu tenho uma péssima experiência com as NP. Confunde um bocado. São coisas da ISO traduzidas, muitas. Há ali uma fusão de coisas... que você tanto tem a área de Letras, que não é igual à biomédica...”</i></p>	São confusas
<p><i>“quando andava à procura documentação electrónica [...] escrevi para o Canadá, para a sede da ISO um mail [...] porque é que você não encomenda aí em Portugal? Aqui, ali e acolá” Você não imagina qual não foi a minha saga de telefonar para o IPQ: “AH, não, a esta hora já não está cá ninguém!” Primeiro dia. Segundo dia: “Isso não é comigo, é com a minha colega!” Terceiro dia: “Não, não temos nada disso!” “Podemos mandar vir a versão em inglês.”</i></p>	Mau funcionamento do IPQ
TERESA D’OLIVEIRA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“achei que aquilo [o manual de João Frada e a referência que faz às NP]se adaptava muito bem a áreas como a História. Ele fala lá de, por exemplo, um documento foi consultado no Arquivo da Torre do Tombo, como é que a gente menciona isso? Eu nunca vi isto mencionado nas normas da APA”</i></p> <p><i>“nem conheço nenhum professor aqui no ISPA que diga as normas a adoptar são as normas portuguesas”</i></p>	Inadaptação da NP à área da Psicologia

3. O que tem a dizer sobre a aceitação/influência em Portugal de muitos manuais de estilo internacionais relacionados com determinadas áreas científicas (por exemplo, as normas da APA para a Psicologia)? Denota alguma influência de manuais brasileiros de metodologia no nosso país? Qual o grau de influência de normas documentais de âmbito internacional (ISO) no nosso país? Neste sentido, que opções deve o investigador português tomar?

Objectivo

Colocando esta questão, tentámos confrontar o(s) autore(s) com eventuais influências metodológicas estrangeiras na sua forma de actuar e divulgar normas documentais e analisar a sua opinião quanto à diversidade de opções metodológicas na prática de investigação em Portugal. Esta pergunta também tentou identificar as vantagens/desvantagens da utilização de orientações estrangeiras em Portugal.

Tabela 26 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 3)

ANA AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Normalmente a comunidade científica está associada a grandes editoras.... publicações periódicas.... Elsevier, etc.... que têm as suas próprias normas, essas normas é que são as fantásticas.... e por isso nem sequer querem ouvir falar das NP”</i>	A comunidade científica é fortemente influenciada pelas normas das grandes editoras
CARLOS AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Eu acho que dentro da mesma área científica, sobretudo áreas ligadas mais às ciências, impera o sistema americano, uma escola mais desse género. Desde que os investigadores daquela área consigam chegar a um acordo sobre essa norma e ela tiver rigor científico, de ter lá os elementos todos para eu poder controlar a informação, isso é que é o fundamental de uma metodologia, óptimo!”</i>	O mais importante é que haja acordo entre a comunidade que utiliza uma norma e que essa norma seja cientificamente rigorosa
CARLOS CEIA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“No meio norte-americano, anglo-americano, que é aquele em que eu me movo, como sabe, existem desde sempre – quer nos EUA, o Guia de Chicago e na Inglaterra o guia do MHRA – duas normas que em termos internacionais sempre foram as mais válidas e as de maior referência. Em Portugal eu senti que havia a necessidade de termos algum guião semelhante, sobretudo ao inglês, achei que havia necessidade de fazer algo parecido.”</i>	Influência anglo-saxónica
<i>“o Manual de Chicago é seguido praticamente em todas as áreas das ciências sociais e humanas”</i>	

<p><i>“eu sempre me dei bem com o manual inglês... o MHR é muito prático, eficaz... é curto e foi nesse espírito que eu tentei escrever essas normas também... foi muito nesse espírito... para que também o investigador não perca demasiado tempo a formatar o seu texto com um sem número de regras que podem impedi-lo de pensar melhor os conteúdos e ficar obcecado com a forma”</i></p>	
<p><i>“sempre me pareceu que as nossas normas deveriam estar mais próximas da norma britânica... ou da norma anglo-saxónica...” [...] “Usamos mais a língua inglesa em termos internacionais do que a língua francesa, espanhola ou italiana”</i></p>	<p>Deveria haver maior proximidade entre as Normas Portuguesas e a norma anglo-saxónica</p>
JOÃO CÚCIO FRADA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Em áreas de conhecimento e de investigação ligadas às ciências biomédicas, então, imperam as normas e critérios de referência de tipo Vancouver e autor-data.”</i></p>	<p>Influência da Norma de Vancouver e do sistema de citação autor-data</p>
<p><i>“No mundo de globalização em que nos encontramos, não vejo qualquer inconveniência ou desvantagem. Vale a pena sabermos e dominarmos todos os critérios e normas usados a nível de investigação, seja onde for, para, exactamente, podermos utilizar o mais adequado, sempre as circunstâncias o exigiam”</i></p>	<p>A existência de várias normas não é um inconveniente. O investigador deve escolher a que mais se adapta às suas necessidades</p>
<p><i>“O investigador deverá saber estabelecer a sua opção, em função das fontes consultadas e, eventualmente, de uma definição prévia de orientação estrutural e bibliográfica pautada por entidades coordenadoras ou conveniências específicas.”</i></p>	<p>A escolha de uma norma está relacionada com as fontes consultadas</p>
<p><i>“Com a globalização e a natural influência da cultura anglo-saxónica, a tantos níveis do nosso dia e, em particular, nas mais diversas áreas científicas, por exemplo, os critérios de referência Autor-data e de Vancouver, em ciências biomédicas constituem, hoje em dia, normas rotineiras usadas por investigadores das mais diversas universidades nas suas publicações académicas.</i></p>	<p>Influência anglo-saxónica Norma de Vancouver Sistema de citação autor-data</p>
MÁRIO AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Eu acho que devia haver lei quase sobre isso! Porque há pessoas que estão tão pouco preparadas na área da edição, que se não houver uma lei rigorosa sobre isso, continua a haver essa...”</i></p> <p><i>“há muitas editoras que têm as suas regras também”</i></p> <p><i>“continuam a publicar-se livros sem indicação da data!! Sem data! São coisas básicas....”</i></p>	<p>Necessidade de uma lei sobre normalização documental ao nível da edição científica</p>

PEDRO SERRANO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“comecei a ler cada vez mais profundamente, magníficos livros sobre o assunto, sobretudo no mundo anglo-saxónico, como é costume, não é?”</i></p> <p><i>“as minhas bases são americanas, são inglesas, uma ou outra espanhola”</i></p>	Influência anglo-saxónica
<p><i>“A área biomédica está perfeitamente regulamentada, as recomendações do ICMJE... aquilo é um grupo de editores biomédicos, e quando falo em biomédicos estou a meter a medecina, a enfermagem, a biologia...”</i></p> <p><i>“hoje em dia, adoptadas por mais de 600 ou 800 revistas de ponta. São normas adaptadas à área biomédica, que vão beber sobretudo à ISO. E depois há algumas especificidades da área.”</i></p>	ICMJE (Vancouver)
<p><i>“quando andava à procura documentação electrónica, que é um mundo completamente novo, escrevi para o Canadá, para a sede da ISO”</i></p> <p><i>“você tem aqui [no manual], de documentação electrónica, a ISO. Porque as do ICMJE a parte electrónica ainda tem pouco, porque é uma área bastante nova e o que eles têm são recomendações genéricas”</i></p>	Influência ISO
<p><i>“Eu utilizei muito... o Chicago manual of style... muito bom...”</i> <i>“Utilizei muito para aquele género de problemas de pormenor que ninguém resolve.”</i> <i>“quando não apresenta uma solução única, apresenta raciocínio sobre o assunto e depois a gente escolhe e decide”</i></p>	Chicago Manual of Style
TERESA D’OLIVEIRA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“nós aqui no ISPA costumamos recomendar as normas da APA, a American Psychological Association”</i></p> <p><i>“não sou papista das normas da APA porque considero que as normas da APA são muito boas em termos de edição de um artigo mas que quando nós estamos a falar de teses temos que fazer alguns ajustamentos e as próprias normas da APA propõem isso”</i></p> <p><i>“nós temos a mania de adoptar o que é estrangeiro [risos].”</i></p> <p><i>“as normas pedagógicas do ISPA, no que diz respeito à monografia, o que vem lá referido é que todas as citações e referências bibliográficas devem ser feitas de acordo com as normas da APA. Portanto é uma coisa já institucional de que as normas a seguir são as normas da APA. “</i></p> <p><i>“Há determinadas revistas que se eu quiser submeter um artigo tenho obrigatoriamente de seguir as normas... [da APA]”</i></p> <p><i>“um dos Congressos a onde eu costumo ir nos EUA sobre</i></p>	Norma da APA

<p><i>psicologia da aviação, é logo dito quando eu submeto um paper, tenho que ter o paper de acordo e as referências e as figuras e tudo de acordo com as normas da APA.”</i></p> <p><i>“Ah, é uma seca! Mas aquilo é ao pormenor. [sobre o manual da APA].” “Eu não vou ao pormenor de saber se as margens está tudo lá... se o espaçamento... quantas linhas tem... é mais pelo global. O aspecto global. Se me são recomendados espaçamentos específicos, eu cumpro isso e cumpro sempre em termos de referências bibliográficas. Nem exijo aos meus alunos que cumpram a APA.”</i></p> <p><i>“Uma das coisas que eu não gosto nas normas da APA é o pormenor. Eu fico completamente limitada naquilo que eu posso fazer em termos de edição do meu trabalho.”</i></p>	
<p><i>“com os meus professores, a principal influência em termos de formação é francófona, sem dúvida nenhuma.”</i></p> <p><i>“se calhar nos meus professores conseguia ter uma influência mais de normas francesas e se calhar até a tentativa de ter em Portugal normas que fossem de alguma maneira semelhantes às francesas, na minha geração é impensável, já não vê isso”</i></p>	Influência francófona

4. Considera que a utilização de normas documentais (nomeadamente as de referência bibliográfica) pode influenciar de alguma maneira o processo de comunicação científica?

Objectivo

Ao colocar esta questão, foi nosso intuito analisar o grau de consciencialização dos autores de manuais relativamente a importância da normalização documental em todo o processo de comunicação científica.

Tabela 27 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 4)

ANA AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Muitas vezes, é difícil identificar referências bibliográficas de publicações científicas, mesmo até a própria natureza do documento. Eu posso dizer-lhe que já apanhei muitas referências que deviam ser capítulos de monografias e que aparecem como se fossem monografias, por exemplo, referências que têm a estrutura de artigo e que são papers apresentados em conferências, por isso, é muito... complica muito a vida da comunidade científica este tipo de problemas”</i></p>	<p>Dificuldade na identificação dos documentos nas bibliografias</p>
CARLOS AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“nós devemos usar o mais possível a mesma norma, para</i></p>	<p>Uniformização é</p>

<p><i>todas as coisas.”</i></p> <p><i>“é como a questão das referências bibliográficas e da metodologia. Se nós usássemos todos uma mesma norma, isso facilitaria enormemente não só pelo facto de termos todos os dados que é preciso ter quando se começa um trabalho científico.”</i></p> <p><i>“Não há precisão. Isso é falta de rigor científico.”</i></p>	essencial
<p><i>“Muitos alunos, os professores, pelo facto de não exigirem ou não lhes darem as ferramentas necessárias para eles trabalharem, eles depois têm o dobro ou o triplo do trabalho.”</i></p> <p><i>“Porque isso vai permitir que a pessoa não gaste energias à procura de outras informações, dialoga com elas, porque as encontra imediatamente, e isso abre o caminho... e então gasta o tempo naquilo que é essencial que é reflectir sobre aquilo e analisar aquilo que vem nos livros e aquilo que retira dos livros, em vez de se despende energias com uma coisa que devia ser facilitada e devia ser.... não devia estar a pensar como é que deve usar, que critério deve usar.... o critério já está estabelecido”</i></p> <p><i>“a própria palavra Metodologia diz isso, é o caminho, é o caminho para se chegar mais depressa a um sítio.”</i></p>	Rentabilização do tempo de trabalho
<p><i>“Se há uma norma internacional, essa norma deve ser aplicada nos diferentes estados, não é? Se há uma norma europeia, se há uma norma internacional, seja o que for, deve ser aplicada. Porque depois, sobretudo ao nível do grande diálogo de informação internacional, se os dados estiverem na mesma linguagem, estiverem até pela mesma ordem, eu facilmente comunico, enquanto tudo o que for desigualdade de meios, dificulta depois a comunicação.”</i></p> <p><i>“quanto mais for alargado a todos os campos e a nível internacional, mais pode facilitar a tal comunicação.”</i></p>	Consenso internacional
CARLOS CEIA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Não só dessa universidade como fora da universidade”</i> [relativamente Investigadores de uma universidade]</p> <p><i>“quando uma universidade está organizada segundo um determinado conjunto de regras, a sua visibilidade internacional também pode ser facilitada e melhorada”</i></p>	Visibilidade exterior.
<p><i>“Uma das coisas que nós aqui prestamos pouca atenção... há pouco falou nos abstracts [...] há muitas teses que não trazem resumo. Há muitas teses que não trazem sequer uma declaração de responsabilidade anexada...”</i></p>	Abstracts e declaração de responsabilidade
<p><i>“ou se quiser pesquisar o registo em bases de dados internacionais de bibliografia, também pode ter dificuldades”</i></p>	Pesquisa em bases de dados

JOÃO CÚCIO FRADA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Em algumas áreas, como é o caso das ciências médicas, não me parece que se verifique qualquer obstáculo pelo facto de não haver uma uniformização no que toca a normas documentais e, em particular, no respeitante a critérios de referência bibliográfica. Os critérios mais comuns, como já lhe referi, são o de Autor-data e o de Vancouver”</i>	Na área das ciências biomédicas a uniformização normativa não trás qualquer obstáculo à comunicação científica
MÁRIO AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“No que diz respeito às referências bibliográficas, por exemplo, e a estas regras formais, a maioria dos júris, e eu falo por mim, quando participo num júri, não faço qualquer tipo de referência a isso, se houver consistência. Uma pessoa adoptou uma regra qualquer... ainda que seja idiossincrática... mas usou sempre a mesma regra... ele é consistente consigo mesmo... entre a primeira referência e a última... eu não digo nada, não faço qualquer tipo de observação!”</i>	Consistência na utilização de normas
<i>“Eu não acho que isso prejudique mas é esteticamente condenável!”</i>	Esteticamente condenável
PEDRO SERRANO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“As coisas são rejeitadas. A publicação de um artigo científico... as taxas de rejeição de artigos nas revistas na área biomédica de ponta, rondam os 80%.” “As referências bibliográficas então, é o prato nº1. “</i>	Rejeição dos artigos
<i>“É [para] que as pessoas percebam que uma referência mal feita impede-se de se chegar ao artigo”</i>	Acesso ao documento
TERESA D’OLIVEIRA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Eu por experiência posso-lhe dizer que já [recebi] reenvios a dizerem-me, a mandarem-me os papers para trás, que deveria cumprir isto ou aquilo em relação às normas da APA” “Se quer que lhe diga, muitas vezes eu acho que é um preciosismo”</i>	Na apresentação da Informação é um preciosismo
<i>“Pode ter omissão de informação, porque a pessoa não segue regras, não as conhece, ou porque tem tantas à escolha que não sabe qual é que há de escolher e não escolhe nenhuma em particular. Isso é uma situação.”</i>	Omissão da informação
<i>“quando nós vamos a um congresso e apresentamos um poster” “ainda agora vim de dois congressos, aconteceu que cada um apresentou o poster como quis” “Aí é que nós podemos ter uma grande variedade e a mensagem que nós queremos fazer passar pode ou não ser dificultada porque cada um tem o seu sistema. “</i>	
<i>“. Ao nível do escrito penso que já há uma série de consensos. Pelo menos na área da Psicologia”</i>	

5. Ao contrário de outros países europeus, em Portugal não existe uma norma correspondente da norma internacional ISO para a elaboração de dissertações (ISO 7144). Acha que seria importante essa correspondência normativa no nosso país?

Objectivo

Colocando esta questão, foi nossa intenção identificar o conhecimento e as linhas de orientação dos autores de manuais no que se refere à apresentação de dissertações em concreto.

Tabela 28 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 5)

ANA AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Sim, acho que sim. Acho que também era importante rever a ISO. Nós por acaso aqui na Faculdade de Engenharia regemo-nos pela ISO. Mas acho que era muito importante cá em Portugal haver um consenso”</i>	Revisão e aplicação da ISO
CARLOS AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“não temos chegado lá porque os pergaminhos das escolas são mais importantes do que outra coisa qualquer.”</i>	Prevalência dos “pergaminhos” nas Universidades
<i>“há uma rivalidade enorme entre escolas num país tão pequenino, talvez demonstre o nosso provincianismo. E depois o seguir determinada norma que não seja, que fira os pergaminhos desta escola ou daquela, faz com que nós muito dificilmente cheguemos a acordo sobre coisas tão elementares como essa.”</i>	
<i>“evidentemente que para uniformizar temos que ceder. Eu próprio cedi. Mas eu sou a favor de haver uma norma. Se há uma norma, é essa que eu devo seguir. E portanto aqui, ceder aos nosso pergaminhos em favor de uma causa que é uma causa nacional e do bem comum.”</i>	
CARLOS CEIA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Exacto, exacto.... Se calhar as dificuldades relacionadas com a apresentação das dissertações também passam por essa lacuna”</i>	A inexistência dessa norma acentua as dificuldades sentidas
JOÃO CÚCIO FRADA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Qualquer um é válido, conquanto seja usado com coerência, correcção e espírito de um total respeito pelos valores éticos e científicos. A estrutura de uma Tese é universalmente pressentida e definida, quer entre investigadores europeus, quer não europeus. Não se irá descobrir, nem</i>	Qualquer critério serve

<i>criar nada de novo. A apresentação obedece(rá) aos critérios lógicos, habitualmente, recomendados para estes trabalhos científicos. As normas de referência, sejam quais forem, terão de servir correctamente os objectivos de apresentação de fontes, com rigor, clareza e honestidade científica”</i>	
MÁRIO AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“As escolas têm as suas normas”</i></p> <p><i>“essas regras [as NP] numa tese só são obrigatórias quando são assumidas como regras da escola”</i></p> <p><i>“Se é regra da Escola, o orientador deve estar [de acordo]”</i></p> <p><i>“Eu trabalhei numa Universidade onde, por ocasião das teses, eles contratavam indivíduos das Licenciaturas, estudantes e diziam-lhes, davam-lhes as tabelas e eles vinham medir desde a margem, contavam as palavras e tudo isso! [...] Ohio, ao sul de Chicago [EUA].”</i></p>	Critérios institucionais
PEDRO SERRANO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“é um mundo muito... que depois as universidades... se põe cada uma a exigir aquilo que lhe apetece e a dizer nós é que mandamos. “</i></p> <p><i>“E depois aqueles despachos que publicam com as regras... não, depois cada professor faz o que lhe apetece!”</i></p>	Não existem critérios nas universidades
TERESA D’OLIVEIRA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>“Nem conheço essa norma, para ser sincera”</i>	Desconhecimento da norma ISO 7144
<i>“Acho que era fundamental nós termos.... eu posso dar-lhe um exemplo. O número de páginas. Eu às vezes ouço teses que foram entregues em não sei quantos volumes, ou alguém que entregou uma tese que são cerca de 1000 páginas. Isso para mim... em Inglaterra a minha tese era logo rejeitada. A tese não pode ter mais de 200 páginas...”</i>	Necessidade de uma norma

6. No âmbito da Declaração de Bolonha, que preconiza, entre outras coisas, a mobilidade de estudantes, o que pensa da existência de uma só norma documental no espaço europeu?

Objectivo

Esta questão foi colocada no intuito de tentar analisar a opinião dos autores quanto à inexistência de uma norma documental exclusivamente europeia e auscultar a sua tomada de posição quanto à necessidade e con-

veniência dessa norma no contexto da Declaração de Bolonha. Também tentámos identificar vantagens/desvantagens da elaboração e aplicação de uma norma desse género.

Tabela 29 - Análise de conteúdo da entrevista aos principais autores de manuais de Metodologia do Trabalho Científico (Pergunta 6)

ANA AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“eu continuo a dizer que preferia que fosse ao nível de um espaço mundial, que fosse ao nível da ISO. Que a Europa podia avançar nesse sentido e fazer pressão a nível da ISO, aí acho que sim. Acho que o objectivo é ser mesmo ao nível da ISO. Agora penso que seria importante, porque não, então, começar a própria Europa a avançar com isso.”</i></p>	<p>Norma ao nível internacional (ISO)</p>
CARLOS AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Eu acho que sim e acho que era coerente, era uma questão de coerência”</i></p> <p><i>“esta mobilidade não só exige que haja um grande desprendimento e maliabilidade de conteúdos, mas que o próprio aluno faça um pouco o seu curso atendendo aos seus gostos. Um tipo que estudou matemática pode gostar muito de fazer uma cadeira de estética. “</i></p> <p><i>“E aí, vem ao de cima, evidentemente, a vantagem de ter normas que não obriguem a pessoa a entrar noutra esquema e a mudar completamente... é o tal desgaste de energias que não era preciso e que era desnecessário! “</i></p>	<p>Imprescindível à mobilidade de estudantes</p>
CARLOS CEIA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Neste momento, nós temos um teste em relação a isso... que é o programa Erasmus Mundus...” “os alunos deste Erasmus Mundus vão ter que produzir uma dissertação. Como estamos a falar de universidades portuguesas, inglesas, francesas, espanholas, italianas, vamos ter que encontrar aqui um acordo de apresentação formal...” “mas estou convencido de que a norma que vai prevalecer há de ser a norma inglesa... alguma temos que seguir. De certeza que ninguém vai seguir a norma portuguesa!” “[a norma inglesa] é a mais internacional, é a mais franca, é a mais conhecida e por isso talvez seja aquela que seja mais fácil.”</i></p> <p><i>“quem vier fazer um seminário comigo, por exemplo, vai ter que me apresentar um trabalho segundo determinados padrões. A esse estudante europeu, eu não vou poder exigir a Norma Portuguesa...como é óbvio....”</i></p> <p><i>“curiosamente ninguém se lembrou desse pormenor. Vamos ter que nos lembrar quando chegarmos se calhar à</i></p>	<p>Necessidade de um acordo de apresentação formal ao nível europeu</p>

<p><i>parte prática, quando tivermos aqui um estudante a perguntar... “Como é que quer que eu faça a bibliografia, como é que quer que eu faça a capa? As notas?”, vamos ter que chegar a um momento em que vamos ter que decidir. Ao nível dos seminários, talvez, o mais provável é que em cada país se adopte as regras desse país. Mas em termos da dissertação final vamos ter que encontrar uma solução que seja igual em todos os países.”</i></p>	
JOÃO CÚCIO FRADA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Seria interessante. Seguramente terá que contemplar correctamente todas as questões que se prendem com as múltiplas exigências surgidas ao investigador durante os seus trabalhos e, como tal, iria ser mais uma alternativa a considerar.</i></p>	<p>Mais uma alternativa</p>
<p><i>“A uniformização facilitará, certamente, a comunicação e mobilidade entre europeus. Mas não esquecer que, conhecendo outras vias e métodos, é possível tornar essa comunicação bastante mais global. A União Europeia é apenas uma parte de um Continente.”</i></p>	<p>Uma norma mais abrangente</p>
MÁRIO AZEVEDO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Eu acho que se os nossos estudantes aprendessem uma regra na sua universidade, eles estariam sensíveis para uma possível [outra] regra.”</i></p>	<p>Mais uma alternativa</p>
<p><i>“O problema que eu vejo... não sei se as coisas estão a mudar um pouco... eu tenho recebido gerações de alunos sempre na mesma... virgens nisto! Eles não são sequer sensibilizados para o facto de que as publicações seguem regras.”</i></p> <p><i>“Uma cadeira estaria certa, eu acho que a Universidade ganhava tempo e dava tempo aos alunos. Ter uma cadeira inicial, 1º ou 2º ano, obrigatória, eu até nem diria de opção....” “Eu punha uma cadeira obrigatória na licenciatura.</i></p> <p><i>“Mas aqui [na Faculdade de Ciências] nem sequer em opção existe! Embora eles tenham metodologia. Mas o que acontece é que a cadeira de metodologia é uma cadeira tão pesada, que os professores não perdem tempo com isso. Dizem que aquilo é perder tempo”</i></p>	<p>O problema da metodologia científica</p>
PEDRO SERRANO	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“Olhe, eu tenho um bocado medo dessas coisas. Por aquilo que eu conheço, que acho um péssimo exemplo, é aquela norma europeia para fazer currículos, não sei se conhece?”</i></p> <p><i>“aquilo é uma norma que não é adaptada à realidade. Tenho muito medo dessas coisas...”</i></p>	<p>Receio</p>
<p><i>“Eu acho que há regras suficientemente estruturadas, estou a falar sobretudo da parte biomédica, mas não apenas, porque li também outras coisas... Há livros suficientemente</i></p>	<p>Já existem normas suficientes</p>

<p><i>bons, feitos por pessoas suficientemente boas que podem servir de orientação.”</i></p> <p><i>“Mas a Europa já tem onde ir beber... os americanos e os ingleses têm quase tudo o que é bom. Uma pessoa lê aquilo e fica esmagada... está ali tudo! E está bem.”</i></p>	
TERESA D’OLIVEIRA	
Transcrição	Análise do conteúdo
<p><i>“nós devemos ter, dentro da parte da metodologia, diferentes influências e perspectivas de diferentes professores. Isso pode-se reflectir no tipo de normas que depois se podem adoptar, não vejo como sendo essencial... talvez para mim seja mais interessante ver o que se passa em termos de estruturação do curso, porque daí decorrerá o que se passará em termos de adopção das normas.</i></p>	<p>Estruturação curricular</p>

Da análise resultante das entrevistas efectuadas, constata-se, desde logo, a necessidade deste tipo de manuais no apoio aos alunos em contexto universitário. Na verdade, muitos dos autores relatam a presença de dificuldades neste domínio, sendo recorrente, por parte dos alunos, erros crónicos relacionados com a metodologia científica.

Outros autores apontam a necessidade deste tipo de manuais no mercado editorial (Ana Azevedo, Carlos Azevedo, Carlos Ceia, João Cúcio Frada), referindo, alguns deles, a não menos importante necessidade de existência de uma disciplina obrigatória de Metodologia do Trabalho Científico (Carlos Azevedo, Carlos Ceia) em contexto universitário.

Outra conclusão provisória a retirar, desde já, assenta no facto de que a maioria dos autores de manuais de metodologia de redacção e apresentação de trabalhos científicos (Carlos ceia, Gonçalo de Vasconcelos e Sousa, João Cúcio Frada, Mário Azevedo, Pedro Serrano, Teresa D’Oliveira) considera as Normas Portuguesas para a documentação e informação pouco adaptadas à realidade e às necessidades específicas de cada área de investigação. No entender de alguns destes autores, as normas documentais foram feitas numa perspectiva assumidamente direccionada para as actividades relacionadas com as bibliotecas e outras unidades de informação. Nesse sentido, outros autores (João Cúcio Frada, Mário Azevedo) propõem uma revisão/alteração das NP. Outra opinião expressa nas entrevistas é a de que as NP não são muito utilizadas na comunidade científica portuguesa

em função das metodologias utilizadas no contexto da investigação universitária. Essas metodologias são maioritariamente adoptadas tendo em conta os diversos modelos internacionais, provenientes da formação científica obtida no estrangeiro dos orientadores de investigação. Noutra perspectiva, Ana Azevedo atribui a não utilização das Normas Portuguesas à falta de intervenção dos profissionais da informação no sentido de criarem instrumentos para a sua divulgação.

Contudo, a totalidade dos autores entrevistados concorda com a ideia de que a utilização de normas documentais influencia o processo de comunicação científica, sendo unânimes as noções de facilidade de comunicação, rentabilização do trabalho de investigação e facilidade no acesso e localização da informação pretendida.

Interrogado sobre a necessidade da correspondência da Norma ISO 7144 (*Documentation: presentation of thesis and similar documents*) no nosso país, Carlos Azevedo afirma que “os pergaminhos das Escolas são mais importantes do que outra coisa qualquer”.

Já a possibilidade de adopção de uma norma única europeia neste domínio, dá origem a diversas respostas: a concordância na utilização dessa norma única (Carlos Azevedo, Carlos Ceia), a preferência de utilização da Norma ISO, uma vez revista (Ana Azevedo), a criação de mais uma alternativa normativa (João Cúcio Frada, Mário Azevedo) ou até mesmo o receio da sua implantação (Pedro Serrano).

3.6 DIFUSÃO DAS NORMAS DOCUMENTAIS NO CONTEXTO UNIVERSITÁRIO: A BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA, A DISCIPLINA DE METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTÍFICO E OS EDITORES CIENTÍFICOS

Numa perspectiva actual – forçosamente reforçada pelo Processo de Bolonha – a Universidade assume um papel primordial para a criação de novos conhecimentos, para a promoção livre e consciente da capacidade de reflectir e analisar os problemas da sociedade que nos rodeia. Nesse sentido, a Universidade deverá constituir o centro privilegiado e colectivo para o desenvolvimento da investigação científica e a sua divulgação para o exterior. Por conseguinte, o trabalho científico ali desenvolvido é produzido, por

natureza, por um colectivo, uma comunidade específica, que faz do documento científico a ponte de comunicação entre os novos conhecimentos produzidos e a sociedade. Os estudantes e investigadores, uma vez integrados neste colectivo, obedecem a códigos de comunicação próprios quando realizam e divulgam a sua própria investigação. Para que essa comunicação ocorra de forma mais eficaz, alguns especialistas defendem o seguinte:

Todo o processo de criação desenvolvido na universidade necessita [...] da normalização, entendida como o processo de formular e aplicar normas para acesso sistemático a uma atividade típica do meio universitário: a redacção do trabalho científico (Rodrigues ; Lima ; Garcia, 1998, p.153)

Por sua vez, o papel preponderante da Biblioteca Universitária (BU) está inevitavelmente relacionado com a função primordial do Ensino Superior, da Universidade e da investigação científica no desenvolvimento (económico, social, cultural, etc.) das sociedades modernas. Na verdade, não é por acaso que muitos consideram a BU como o “coração” da própria instituição onde actua, pois sem informação disponível não existe efectivamente a possibilidade de investigação científica e a capacidade de criação de novos conhecimentos que tão bem caracterizam o desenvolvimento científico.

A BU é, pois, o primeiro recurso informativo para estudantes e sobretudo para os investigadores de uma determinada comunidade académica, assumindo-se como pólo dinamizador do conhecimento na universidade. De facto, para José António Gómez Hernández (1998), a BU é um motor que permite à universidade conservar, transmitir e criar saber, dando cumprimento aos seus objectivos principais. A transmissão e a produção do conhecimento gerado faz-se através da docência e da investigação, e neste sentido, estas são as duas actividades que devem estabelecer uma relação de proximidade com a própria BU. Assumindo que o conhecimento é produzido desde a informação – e que a BU, em certa medida, faz a universidade – o autor diz o seguinte:

Si se acepta que las funciones de la Universidad son principalmente comunicativas e informativas (recoger, transmitir, producir, enseñar a producir información científica, humanística, social y tecnologica), será evidente la importancia de la institución mediadora en esse proceso informativo: la biblioteca (Gómez Hernández, 1998, p. 363)

É neste contexto de mediação entre a informação disponível e as necessidades dos utilizadores que a BU deve disponibilizar não só diversas colecções documentais como também um conjunto de serviços de apoio à investigação académica, que ajudem os utilizadores a encontrar, gerir, manipular e a criar nova informação. Estes serviços podem passar por um serviço de “mapeamento” (ou antes, localização) da informação (interna e externa à biblioteca em causa), um serviço de apoio à pesquisa em catálogos e bases de dados, um serviço de apoio efectivo a uma utilização mais eficaz dos recursos disponibilizados pela própria biblioteca, um serviço de formação de utilizadores (ao nível das novas tecnologias, de práticas documentais, etc.) ou um serviço (individualizado) de apoio à investigação especializada, pautado pelo acesso a bases de dados internacionais, pela orientação bibliográfica ou pela apresentação formal (referências bibliográficas, sistemas de citação, *abstracts*, etc.) de documentos científicos (nomeadamente dissertações, artigos de revistas especializadas, comunicações, etc.). Segundo Gómez Hernández, a formação de utilizadores na BU passa por diversos domínios, entre os quais “explicaciones y demostraciones sobre búsqueda en obras de referencia, bibliografías y otras fuentes de información especializada” e “indicaciones sobre la manera de establecer bibliografías y redactar informes, trabajos de curso y tesis” (Gómez Hernández, 1998, p. 375).

O autor britânico Peter Brophy, por sua vez, também desenvolve um modelo conceptual de biblioteca universitária que remete prioritariamente para a missão de mediação entre a informação e o utilizador (Brophy, 2005, p.49-50). Contrariando um modelo tradicional de BU (que privilegia a colecção) e afastando-se do modelo sistémico (baseado em modelos de gestão), Brophy defende que a BU actual é uma organização activa baseada no seguinte esquema:

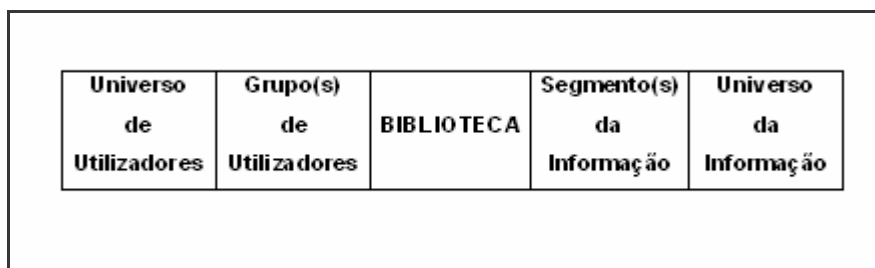


Figura 5 - Esquema representativo do modelo funcional da Biblioteca Universitária.
Fonte: adapt. Brophy, 2005, p.50

Fazendo uma leitura mais pormenorizada desta figura, identificamos uma biblioteca universitária que tenta criar ligações entre um determinado grupo de utilizadores (ou até, na especificidade, com cada um dos utilizadores individualmente) e a informação pretendida. Querera isto dizer que no universo da informação (que engloba todos os recursos informativos possíveis), a biblioteca selecciona determinados segmentos da informação (ou determinada informação ou instrução em particular) para responder às necessidades informativas de um determinado grupo de utilizadores (ou um utilizador individualmente). Neste âmbito, e tendo em conta as características específicas dos utilizadores da BU – com necessidades não só de acesso como de utilização e manipulação da informação – convém então realçar o papel e o conceito do bibliotecário de referência da BU, enquanto principal agente mediador da informação e formador ao nível do ensino e da investigação especializada e da consequente produção de documentos de carácter académico e/ou científico (trabalhos académicos, dissertações, artigos, comunicações, etc.). Neste sentido, o bibliotecário de referência poderá ter um papel essencial ao nível do ensino e da divulgação das normas documentais como instrumentos privilegiados da produção científica.

Segundo alguns especialistas, o bibliotecário de referência é um profissional “cujo papel é o de informar e guiar o leitor no seu trabalho de pesquisa e escolha da documentação, de modo que aproveite o melhor possível os recursos existentes na biblioteca”. (Faria e Pericão, 1999, p.70)

Richard Bopp e Linda C. Smith desenvolveram o conceito de serviço de referência fazendo alusão a três componentes distintas: informação, orientação e instrução. Relativamente à segunda componente – a orientação – dizem o seguinte:

Some users consult reference librarians for assistance in finding information or materials relevant to a continuing interest, such as preparing to change jobs, facing retirement, carrying out a research project, or enjoying recreational reading. To provide such assistance, reference librarians take a somewhat different approach than that used to answer a factual reference question, an approach often called *guidance* (Bopp e Smith, 2001, p. 11)

Uma das formas identificadas de orientação consiste naquilo a que os autores denominaram de *term-paper counseling*, ou seja, orientação ao nível da redacção e apresentação das monografias e trabalhos em contexto académico e de investigação. Prosseguem os autores:

Term-paper counseling [...] is usually offered at a location other than the reference desk, where the librarian can spend more time guiding each student on an individual basis. Consumers of term-paper assistance approach the term-paper counseling desk for office on their own initiative to seek assistance in reaching a specific goal attainable primarily through the use of library materials (in this case, the completion of a research paper) (Bopp e Smith, 2001, p. 13)

Por último, é dito que os programas de aconselhamento ao nível dos trabalhos académicos estão amplamente instalados nas bibliotecas universitárias, oferecendo um nível de flexibilidade e acompanhamento individualizado não disponível noutros serviços da biblioteca⁵⁴.

Já no que diz respeito à terceira componente do serviço de referência – a instrução – Bopp e Smith explicam:

Some people who need to use information and ideas want to learn how libraries and information sources work, so that they can find and use resources independently. The reference librarian's response to this is the *instruction* approach [...] the goals of instruction can range from simply orienting users to the library and its services, to helping users understand and use specific information resources, to teaching users how to find, evaluate, and use information sources in the library and beyond, as lifelong skills (p. 14)

Na verdade, outro dos papéis de relevo atribuídos à BU e ao serviço de referência é o da instrução ao nível das competências da informação / literacia da informação dos utilizadores em contexto universitário.

Segundo a *Standing Conference of National and University Libraries*, podemos identificar sete pilares relativos à literacia da informação nesse contexto:

⁵⁴ São ainda referidas as *term-paper clinics*, designando programas de instrução para grupos ao nível da utilização da biblioteca e das competências de pesquisa

- 1) The ability to recognise a need for information
- 2) The ability to distinguish ways in which the information 'gap' may be addressed
- 3) The ability to construct strategies for locating information
- 4) The ability to locate and access information
- 5) The ability to compare and evaluate information obtained from different sources
- 6) The ability to organise, apply and communicate information to others in ways appropriate to the situation
- 7) The ability to synthesise and build upon existing information, contributing to the creation of new knowledge (SCONUL, 1999)

Desdobrando o sexto pilar indicado – o que interessa para esta investigação – são definidas competências específicas tais como citar referências bibliográficas em relatórios e dissertações, construir um sistema bibliográfico pessoal ou comunicar eficientemente utilizando a forma mais adequada. Se juntarmos a essas competências específicas a competência enunciada no sétimo pilar, podemos desde já assumir que a capacidade de produção científica (nomeadamente a produção de trabalhos escritos, de índole científica, tais como dissertações, artigos, relatórios, etc.) e a forma que essa mesma produção assume (ao nível da sua estrutura formal: referências bibliográficas, índices, etc.) são desde logo assumidas como um aspecto fulcral daquilo a que chamamos literacia da informação por parte dos utilizadores em contexto académico.

A *Association of College and Research Libraries* também remete para a importância do conceito de literacia da informação em contexto universitário e do papel fulcral do bibliotecário, afirmando o seguinte:

Incorporating information literacy across curricula, in all programs and services, and throughout the administrative life of the university, requires the collaborative efforts of faculty, librarians, and administrators [...] Academic librarians coordinate the evaluation and selection of intellectual resources for programs and services; organize, and maintain collections and many points of access to information; and provide instruction to students and faculty who seek information (ACRL, 2000, p.4)

A ACRL, por sua vez, também determina um conjunto de competências relacionadas com a literacia da informação, a saber:

- 1) The information literate student determines the nature and extent of the information needed

- 2) The information literate student accesses needed information effectively and efficiently
- 3) The information literate student evaluates information and its sources critically and incorporates selected information into his or her knowledge base and value system
- 4) The information literate student, individually or as a member of a group, uses the information effectively to accomplish a specific purpose
- 5) The information literate student understands many of the economic, legal, and social issues surrounding the use of information and accesses and uses information ethically and legally

Analisando mais em profundidade os indicadores de desempenho para cada uma destas competências, verificamos que na segunda competência um dos indicadores é a capacidade do estudante extrair, registrar e gerir a informação e as suas fontes. Este indicador, permite a realização de actividades tais como a criação de um sistema de organização da informação, o registo de todas as citações pertinentes para referência futura ou a diferenciação entre os diferentes tipos de fontes citadas e a compreensão dos elementos e sintaxe correcta para a citação de um conjunto alargado de fontes de informação. Já a quarta competência acima listada apresenta um indicador que consiste na capacidade de comunicar o produto/performance aos outros de forma eficiente. Este indicador, é traduzido na aptidão para comunicar com clareza, num estilo adequado aos propósitos da audiência. Por último, e não menos importante, a quinta competência referida remete para um indicador que tem em conta o conhecimento da utilização de fontes de informação no processo de comunicação de produtos/performances. Este indicador, traduz-se, por exemplo, na selecção de um “estilo” documental apropriado e na sua utilização consistente em termos de citação de fontes.

É neste contexto – tendo em conta a função actual da BU, o papel do bibliotecário de referência e a descrição das competências informacionais que caracterizam a tão proclamada literacia da informação – que consideramos imprescindível o papel do bibliotecário de referência das bibliotecas do ensino superior, nomeadamente no que diz respeito à mediação efectiva entre a informação disponibilizada e a pesquisa científica como um todo. Neste sentido, o seu trabalho de apoio irá passar por áreas não só relacionadas com a localização/identificação da informação, como também pelo apoio na consequente produção de trabalhos de carácter científico/académico. Neste sentido, o bibliotecário de referência vai certamente

assumir um papel de destaque junto da comunidade académica no que se refere à instrução, aplicação e divulgação de normas documentais relacionadas com a apresentação formal desses mesmos documentos.

Nesta linha de pensamento, resolvemos aplicar um questionário a Bibliotecários de Referência de algumas Bibliotecas Universitárias públicas portuguesas.

3.6.1 Questionário aplicado aos bibliotecários de referência de Bibliotecas Universitárias portuguesas

3.6.1.1 Objectivos

Os principais objectivos com a aplicação deste questionário⁵⁵ foram: averiguar se o papel do “bibliotecário de referência” das bibliotecas universitárias portuguesas também passa pela prestação de um serviço de apoio aos investigadores relativamente à apresentação/elaboração dos seus textos científicos; avaliar as eventuais necessidades dos utilizadores relativamente a esse tipo de serviço; sondar o grau de consciencialização dos bibliotecários de referência relativamente à necessidade de normalização documental no contexto da produção científica.

3.6.1.2 Delimitação do universo

Bibliotecários(as) de referência de bibliotecas universitárias portuguesas ou bibliotecários(as) cujas funções estejam directamente relacionadas com a instrução bibliográfica. Por questões de disponibilidade (temporal e geográfica), os bibliotecários de referência abordados exerciam a sua actividade em bibliotecas universitárias apenas da zona de Lisboa.

Foram seleccionados 21 bibliotecários de referência de 21 bibliotecas universitárias: Instituto Politécnico de Lisboa (ISCAL, ESTEsL), Universidade de Lisboa (FMD, FM, ICS, FPCE, FL, FC), Universidade Técnica de Lisboa (FA, IST, ISA, ISEG), Universidade Lusófona (HT), Universidade Católica, Universidade Aberta, Universidade Lusíada, ISPA, Universidade Nova de Lisboa (FCM, FE, FCSH) e ISCTE.

⁵⁵ Cf. APÊNDICE 3

3.6.1.3 Dimensões da observação

Para submeter a hipótese de que a não utilização de normas documentais passa eventualmente por uma divulgação/disponibilização inadequada das normas documentais, foi nossa intenção auscultar um conjunto de bibliotecários de referência de bibliotecas universitárias quanto a práticas de utilização/divulgação de normas documentais no contexto universitário. A observação efectuada teve em conta um conjunto de subcategorias repartidas pelas seguintes dimensões:

Tabela 30 - Questionário aplicado aos Bibliotecários de Referência de Bibliotecas Universitárias (dimensões da observação)

DIMENSÃO 1: Práticas/serviços das Bibliotecas Universitárias	
subcategorias	perguntas
Apoio na produção de documentos científicos	1. Esta biblioteca disponibiliza algum serviço de apoio aos utilizadores (investigadores, alunos, professores, etc.) no que se refere à apresentação dos seus trabalhos científicos?
Divulgação das normas	5. A biblioteca divulga as Normas Portuguesas (NP) junto da sua comunidade académica? De que forma?
DIMENSÃO 2: Hábitos dos investigadores	
subcategorias	perguntas
Necessidades de orientação	2. Com que frequência os referidos utilizadores têm o hábito de recorrer à biblioteca para solicitar algum tipo de apoio/orientação bibliográfica? 3. Dos serviços de orientação prestados, quais os mais solicitados?
DIMENSÃO 3: Política(s) de normalização documental	
subcategorias	perguntas
Política de normalização a adoptar	4. Das seguintes opções, indique aquela que julga ser a mais conveniente: 7. O que pensa da existência de uma norma documental comum ao espaço da EU, no âmbito da Declaração de Bolonha, que preconiza, entre outros objectivos, a promoção da mobilidade de estudantes, investigadores e professores no espaço do Ensino Superior europeu?
DIMENSÃO 4: Importância atribuída à normalização documental	
subcategorias	perguntas
Importância da utilização de normas	6. Considera que a não utilização de normas documentais/editoriais pelos investigadores e pelas editoras científicas pode afectar o processo de comunicação científica? De que forma?

3.6.1.4 Análise e interpretação dos dados

1. Esta biblioteca disponibiliza algum serviço de apoio aos utilizadores (investigadores, alunos, professores, etc.) no que se refere à apresentação dos seus trabalhos científicos?

Objectivos

Esta pergunta pretendeu averiguar a existência de um serviço próprio de instrução bibliográfica nas bibliotecas universitárias escolhidas e saber até que ponto as bibliotecas universitárias portuguesas assumem ou pretendem assumir esse papel ao nível do Ensino Superior em geral e da investigação em particular.

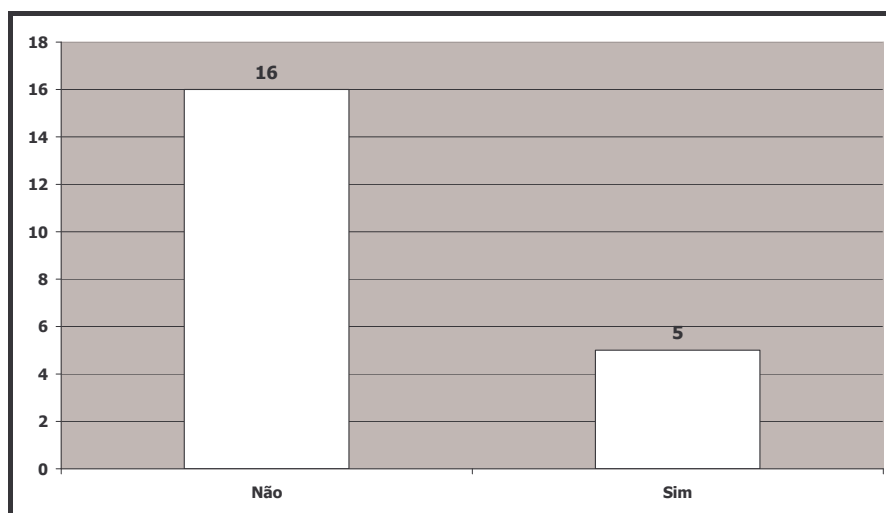


Figura 6 - Disponibilização de um serviço de apoio aos utilizadores no que se refere à apresentação dos seus trabalhos científicos

Análise dos resultados

Quando questionados da existência dum serviço específico na biblioteca em causa, dos 21 bibliotecários de referência interrogados, 76,19% nega a existência dum serviço específico com essas características, ao passo que os restantes 23,81% responde afirmativamente à pergunta.

2. Com que frequência os referidos utilizadores têm o hábito de recorrer à biblioteca para solicitar algum tipo de apoio/orientação bibliográfica?

Objectivos

Com esta questão, pretendemos avaliar as necessidades reais dos utilizadores da biblioteca universitária quanto à existência/lacuna de um serviço desse tipo.

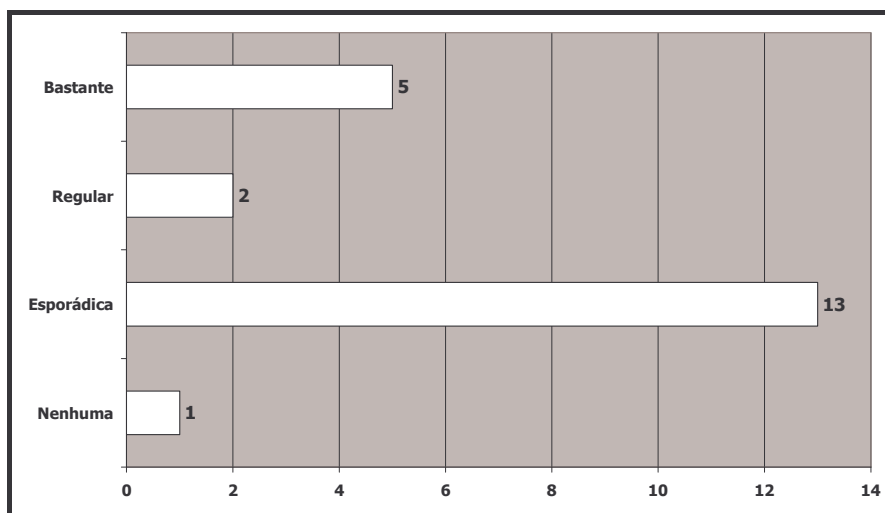


Figura 7 - Frequência de solicitação de apoio bibliográfico por parte dos utilizadores

Análise dos resultados

61,90% dos bibliotecários abordados dá-nos a indicação de uma frequência esporádica por parte dos utilizadores quanto a solicitações do tipo mencionado. 23,80%, por seu turno, assume que essa solicitação é bastante frequente, ao passo que 9,52% indica uma frequência regular e 4,76% nenhuma frequência.

3. Dos serviços de orientação prestados, quais os mais solicitados?

Objectivos

A pergunta aqui efectuada, pretendeu identificar e caracterizar o(s) tipo(s) de apoio metodológico prestado(s).

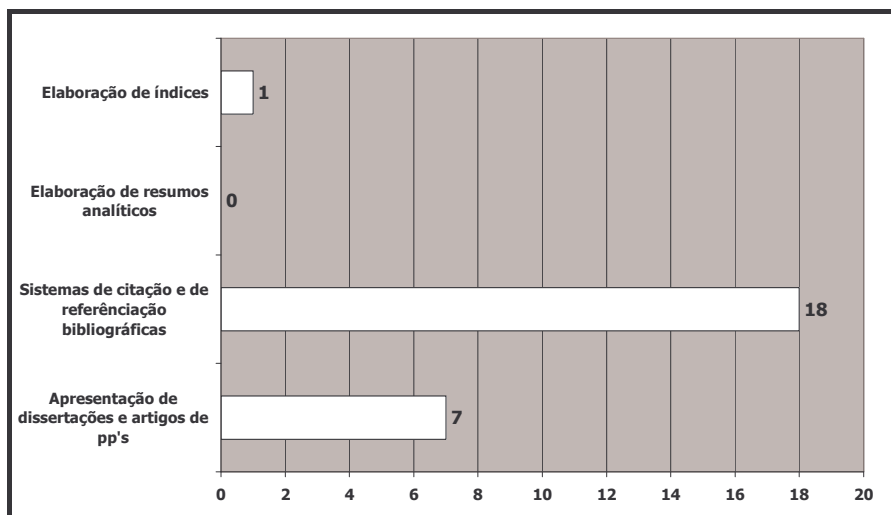


Figura 8 - Serviços de orientação bibliográfica mais solicitados

Análise dos resultados

33,33% dos bibliotecários de referência diz que os serviços de orientação mais prestados estão relacionados com a metodologia de apresentação de dissertações e artigos de publicações periódicas, 61,90% remete para a metodologia de citação e referenciação bibliográficas, e 4,76% para a metodologia de elaboração de índices. Nenhum dos bibliotecários em causa dá indicação de solicitações relacionadas com a metodologia de elaboração de resumos analíticos.

4. Das seguintes opções, indique aquela que julga ser a mais conveniente:

Objectivos

Com esta questão, foi nosso intuito identificar a opinião pessoal do próprio bibliotecário de referência relativamente ao panorama nacional de normalização documental e as suas aplicações ao nível da produção científica em contexto académico. Também pretendemos interrogar os profissionais da informação do nosso país quanto à utilização/não utilização das Normas Portuguesas de documentação por parte dos investigadores portugueses.

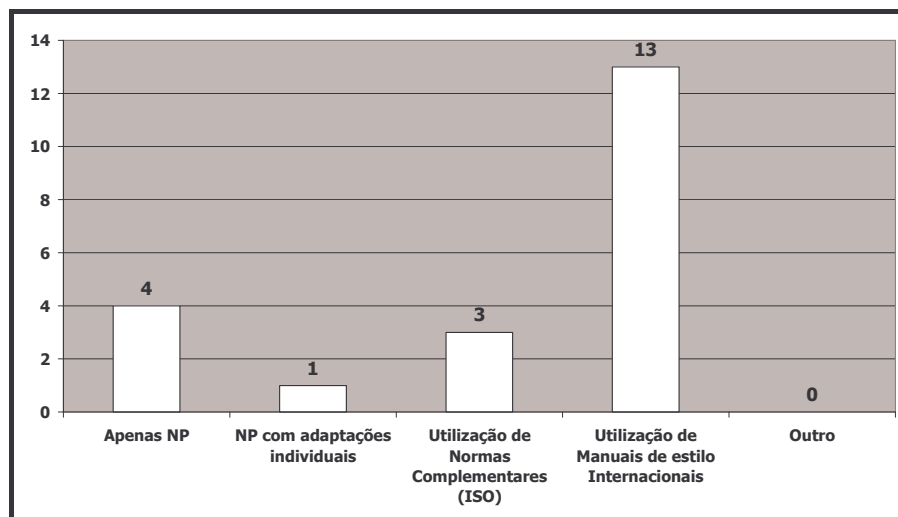


Figura 9 - Opção metodológica/normativa mais conveniente

Análise dos resultados

Dos 21 bibliotecários interrogados, 19,04% considera que o investigador português deve seguir apenas e rigorosamente as Normas Portuguesas, 4,76% acha preferível que o investigador português deva adoptar as NP às necessidades individuais da sua investigação, 14,28% assume que o investigador português deve seguir outras normas complementares, inclusive as internacionais, porque as NP não dão resposta às suas necessidades e 61,90% considera que o investigador português deve seguir manuais de estilo internacionais, aceites pela comunidade científica em que se insere (ex: manual de estilo da APA para a Psicologia).

5. A biblioteca divulga as Normas Portuguesas (NP) junto da sua comunidade académica? De que forma?

Objectivos

Pretendemos, com esta pergunta, averiguar o grau de utilização e aceitação das Normas Portuguesas para a documentação por parte dos serviços e dos profissionais da informação. Para além disso, foi nossa intenção saber se essas normas são realmente consideradas como instrumentos de trabalho quotidiano e se são tidas em consideração nas políticas de informação dos serviços de documentação universitários. Com esta pergunta, tentámos também identificar as necessidades da comunidade científica portuguesa quanto à adopção das NP.

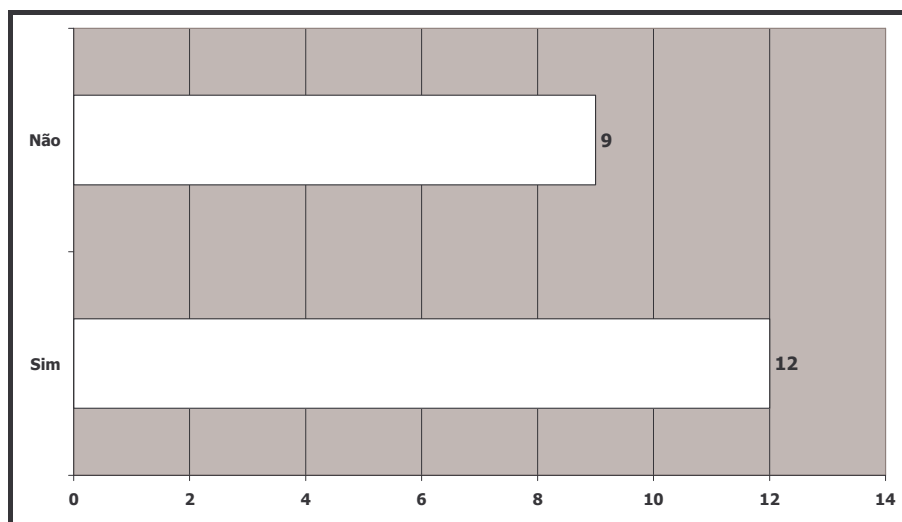


Figura 10 - Divulgação das NP pela biblioteca junto da sua comunidade académica

Análise dos resultados

Das 21 respostas obtidas, 57,14% assume a divulgação das NP como uma realidade, ao passo que as restantes 42,85% admite a não divulgação das NP.

6. Considera que a não utilização de normas documentais/editoriais pelos investigadores e pelas editoras científicas pode afectar o processo de comunicação científica? De que forma?

Objectivos

Pretendemos, com esta pergunta, obter dados que fossem elucidativos quanto a fundamentações apresentadas pelos bibliotecários de referência relativamente ao efeito positivo da utilização das normas ao nível da produção científica e da sua comunicação.

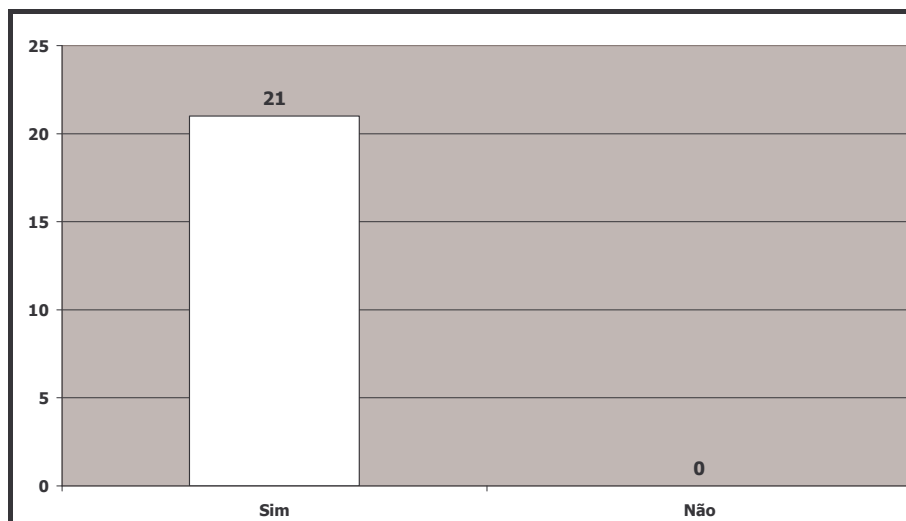


Figura 11 - Utilização das normas e afectação do processo de comunicação científica

Análise dos resultados

A resposta a esta questão foi inequivocamente unânime: a totalidade dos profissionais interrogados (100%) confirmou que a não utilização das normas por parte dos investigadores e das editoras científicas afecta o processo de comunicação científica.

7. O que pensa da existência de uma norma documental comum ao espaço da EU, no âmbito da Declaração de Bolonha, que preconiza, entre outros objectivos, a promoção da mobilidade de estudantes, investigadores e professores no espaço do Ensino Superior europeu?

Objectivos

Esta questão pretendeu sondar os profissionais da informação para a possibilidade e necessidade da elaboração de uma norma documental única, de âmbito estritamente europeu, tendo em conta o processo de reorganização geral do sistema de Ensino Superior europeu, resultante do Processo de Bolonha.

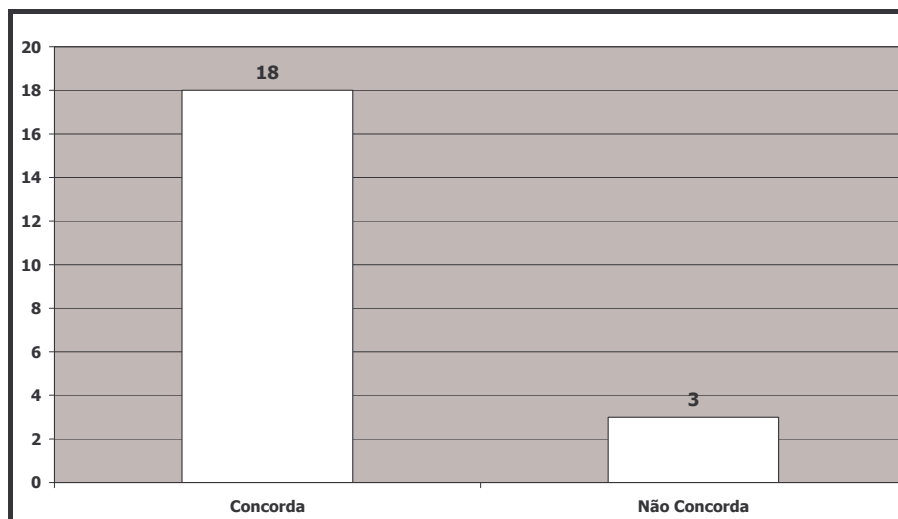


Figura 12 - A existência de uma norma documental comum ao espaço da UE

Análise dos resultados

85,71% dos bibliotecários abordados concorda com a criação de uma norma documental estritamente europeia, ao passo que 14,28% não concorda com essa novidade.

Na amostra escolhida, ainda são poucas as bibliotecas universitárias (e os bibliotecários de referência) que prestam um serviço institucionalizado de apoio à apresentação de trabalhos científicos (23,81%). Isto denota, possivelmente, a falta de procura dum serviço desta natureza por parte dos investigadores e/ou a falta de consciencialização destas instituições para as funções em causa.

Mais de metade das bibliotecas incluídas nesta amostra (57,14%) assume, perante as suas comunidades académicas, a divulgação das Normas Portuguesas, sendo que as restantes (42,85%) não fazem essa divulgação. Na verdade, todos os bibliotecários interrogados (100%) realçam a importância desempenhada pela utilização de normas documentais no processo de comunicação científica.

Quanto a hábitos por parte dos investigadores, as suas necessidades de orientação ao nível da instrução bibliográfica apontam, segundo estimativas dos bibliotecários de referência, para uma solicitação esporádica (61,90%), bastante frequente (23,80%) ou até regular (9,52%). É de salientar, no entanto, que apenas um dos bibliotecários de referência não identificou qualquer tipo de necessidades por parte da respectiva comunidade aca-

démica. Podemos então afirmar, que a procura deste tipo de apoio está realmente presente e que as necessidades são uma realidade enraizada. Na especificidade, estas necessidades dizem respeito ao apoio nas metodologias de citação e referenciação bibliográficas (61,90%) e à metodologia de apresentação de dissertações e artigos de publicações periódicas (33,33%). Uma vez interrogados, os bibliotecários de referência optam maioritariamente por uma prática normalizadora que adopte manuais de estilo científicos, aceites pelas comunidades científicas dos respectivos investigadores (61,90%), logo seguida pela utilização rigorosa e unívoca da Norma Portuguesa (19,04%) ou pela utilização de outras normas que lhe são complementares (14,28%). Assim sendo, e dada a pluralidade de opiniões constatada, não é de estranhar uma abertura da parte dos bibliotecários de referência para a criação de mais uma norma documental, estritamente europeia, tendo em conta o contexto do Processo de Bolonha.

3.6.2 A disciplina de Metodologia do Trabalho Científico: análise dos planos de estudo das principais universidades públicas portuguesas (2005-2006)

Quando falamos de normalização documental, tal como foi definida no contexto deste trabalho, referimo-nos à prática normativa relacionada com a apresentação de documentos científicos, nomeadamente dissertações, artigos científicos, comunicações científicas, etc. Neste sentido, a normalização documental está intimamente relacionada com a apresentação formal desses documentos e dos elementos que os constituem (índices, sumários, referências bibliográficas, sistemas de citação, *abstracts*, etc.).

O contexto do Ensino Superior é, por excelência, um local de investigação e conseqüente produção científica, quer ao nível do ensino pré-licenciatura (redacção de trabalhos semestrais, relatórios, monografias finais de licenciatura, etc.) quer ao nível do ensino pós-licenciatura (redacção de dissertação de mestrado e/ou doutoramento, artigos de revistas científicas, comunicações científicas, etc.). Porque julgamos que a universidade é um dos locais com necessidades específicas para que ocorra um apoio efectivo e prático aos alunos no que se refere à metodologia de apresentação dos

trabalhos académicos, foi nosso intuito investigar a tradição do ensino das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico no contexto universitário português⁵⁶. Julgamos que é no contexto destas disciplinas que deverá ser feita a divulgação/apreensão das normas documentais junto dos alunos/investigadores.

Para tal, recorreremos aos planos de estudos das licenciaturas, disponibilizadas pela Universidade de Lisboa (UL), Universidade Técnica de Lisboa (UTL), Universidade Nova de Lisboa (UNL), Instituto de Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e Universidade do Porto (UP). No nosso entender, as instituições de ensino universitário público escolhidas (Lisboa e Porto) poderão constituir uma amostra representativa do panorama nacional, uma vez que dizem respeito às duas principais cidades do país, com maior número de estudantes representados.

Analisando a distribuição e identificação das 35 Faculdades (repartidas pelas 5 Universidades) e do respectivo número de cursos de licenciatura disponibilizados, obtivemos os seguintes dados gerais:

Tabela 31 - Número de cursos de licenciatura disponibilizados pelas Universidades

UNIVERSIDADE DE LISBOA	
<i>Nome da Faculdade/Instituto</i>	NLD⁵⁷
Faculdade de Direito	1
Faculdade de Letras	29
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	2
Faculdade de Belas-Artes	5
Faculdade de Ciências	23
Faculdade de Farmácia	1
Faculdade de Medicina	3
Faculdade de Medicina Dentária	3
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA	
Faculdade de Ciências e Tecnologia	16
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas	14
Faculdade de Economia	2
Faculdade de Ciências Médicas	1
Faculdade de Direito	1
ISEGI	2
UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA	

⁵⁶ Interessa aqui salientar que este tipo de apoio, a nosso ver, já deveria estar presente – com as devidas adequações – nos graus de Ensino Secundário ou até mesmo no 3º Ciclo do Ensino Básico. Parece-nos que a valorização da investigação também passa pelo ensino transversal da Metodologia do Trabalho Científico.

⁵⁷ Número de Licenciaturas Disponíveis

Faculdade de Medicina Veterinária	2
Instituto Superior de Agronomia	7
Instituto Superior de Economia e Gestão	5
Instituto Superior Técnico	23
ISCSP	7
Faculdade de Motricidade Humana	5
Faculdade de Arquitectura	6
UNIVERSIDADE DO PORTO	
Faculdade de Arquitectura	1
Faculdade de Belas-Artes	2
Faculdade de Ciências	17
Faculdade de Ciências da Nutrição e Alimentação	1
Faculdade de Desporto	1
Faculdade de Direito	1
Faculdade de Economia	2
Faculdade de Engenharia	11
Faculdade de Farmácia	1
Faculdade de Letras	29
Faculdade de Medicina	1
Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação	2
Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar	3
ISCTE	
ISCTE	17
TOTAL	247

Num total de 247 cursos de licenciatura disponibilizados, constatamos que apenas 53 (21%) disponibiliza uma ou mais disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico no seu plano de estudos, tal como a seguir se verifica:

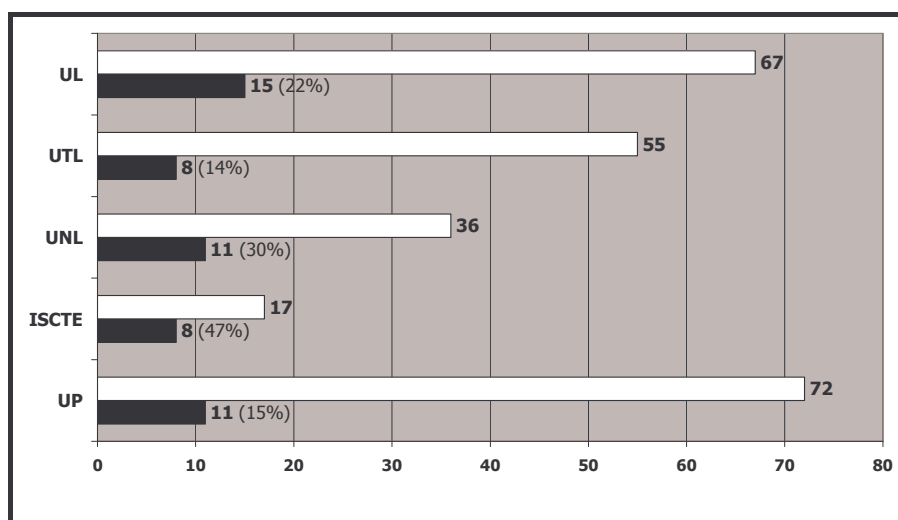


Figura 13 - Percentagem de cursos de licenciatura com pelo menos uma disciplina de Metodologia do Trabalho Científico no plano de estudos

Em termos parciais, essa percentagem representa 22% do total de licenciaturas disponíveis na Universidade de Lisboa (UL), 14% do total de

licenciaturas disponíveis na Universidade Técnica de Lisboa, 30% na Universidade Nova de Lisboa (UNL), 47% no ISCTE e 15% na Universidade do Porto.

Na tabela a seguir apresentada, encontramos a designação atribuída às 66 disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico que fazem parte dos planos de estudo das 53 licenciaturas estudadas:

Tabela 32 - Designação das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico

DESIGNAÇÃO DA DISCIPLINA	INSTITUIÇÃO
Biomatemática, Informática e Documentação	FMV-UTL
Epistemologia e Metodologia da Investigação em Psicologia	FPCE-UL
História e Metodologias da Geografia	FCSH-UNL
Introdução à Metodologia das Ciências Sociais	ISCSP-UTL
Investigação Dirigida em Economia	FE-UNL
Investigação Dirigida em Gestão	FE-UNL
Metodologia da História	FCSH-UNL, FL-UL
Metodologia da História da Arte	FL-UL
Metodologia da História e do Trabalho Universitário	ISCTE
Metodologia da Investigação	FENG-UP, FL-UP
Metodologia da Investigação Científica	ISCTE
Metodologia das Ciências Sociais e Humanas	FL-UL, ISCTE
Metodologia do Trabalho Científico	FL-UL, FCSH-UNL
Metodologia do Trabalho Universitário	FL-UP
Metodologia e Técnica da Investigação	FBA-UL (x5)
Metodologia em História Medieval	FL-UP
Métodos de Investigação	ISCTE, FBA-UP
Métodos de Investigação em Comunicação	FL-UP
Métodos de Investigação em Educação	FPCE-UP
Métodos e Técnicas de Investigação	FPCE-UL (x2)
Métodos e Técnicas de Investigação em História	FL-UP
Métodos e Técnicas da Investigação em Linguística	FCSH-UNL
Métodos e Técnicas de Investigação em Sociologia	ISCTE
Métodos e Técnicas de Investigação Sociológica	FL-UP
Métodos e Técnicas das Ciências Sociais	FL-UL
Métodos e Técnicas de Investigação	FPCE-UL, FCSH-UNL, ISCTE
Métodos e Técnicas em Geografia	FL-UL
Métodos Etnográficos e Práticas de Investigação	ISCTE
Pesquisa Documental e Análise de Texto	ISCTE
Práticas de Trabalho Universitário	ISCTE
Técnicas e Metodologia em Geografia	FL-UP
Teoria e Metodologia da História da Arte	FCSH-UNL

É de salientar que, segundo leitura dos respectivos programas, o conteúdo das disciplinas encontradas é extremamente diversificado, muito

embora a sua área de actuação geral aponte para a metodologia científica. Na especificidade, contudo, a grande maioria destas disciplinas tem como principal objectivo o ensino da metodologia de investigação científica propriamente dita (numa perspectiva histórico-epistemológica, frequentemente aplicada a uma determinada área de investigação), deixando de parte o ensino da metodologia de redacção e apresentação de trabalhos científicos (numa perspectiva mais prática, relacionada com a apresentação formal dos trabalhos científicos que são produzidos nesse contexto). Na verdade, num total de 66 disciplinas estudadas, aquelas que abordam clara e objectivamente a questão prática da metodologia de apresentação de documentos científicos e a inerente aplicação de normas documentais (e.g. apresentação de índices, formas de citação, formas de referenciação bibliográfica, estrutura de resumos analíticos ou *abstracts*, apresentação da numeração progressiva, estrutura das dissertações, etc.) são uma minoria.

Curiosamente, também verificámos, ao longo desta análise, que as 66 disciplinas delimitadas fazem todas elas parte dos planos de estudos de licenciaturas na área das ciências sociais e humanas (Letras, Belas-Artes, Psicologia, Sociologia, História, etc.), sendo que nos planos de estudos das licenciaturas da área das ciências puras e aplicadas (Física, Química, Biologia, Medicina, Farmácia, Engenharias, Matemática, etc.) não constam disciplinas deste tipo.

Constata-se, no entanto, que todas estas disciplinas de metodologia da investigação e do trabalho científico são introduzidas no primeiro ano das respectivas licenciaturas, denotando, uma vez mais, a necessidade da sua existência não só em termos de formação inicial, como em termos da sua aplicação ao longo da carreira académica dos estudantes.

Podemos ainda referenciar que algumas destas cadeiras, tal como são apresentadas, foram implantadas muito recentemente no plano de estudos de algumas das licenciaturas. É o caso, por exemplo, da disciplina de Metodologia e Técnica da Investigação (FBA-UL), integrada no plano de estudos das licenciaturas no ano lectivo de 2004/2005.

No panorama actual, a implementação do Processo de Bolonha veio definitivamente enfatizar a importância da investigação científica no contexto do Ensino Superior. A criação de um sistema de ensino baseado na adopção

de dois ciclos principais, o da pré-licenciatura (3 anos) e o da pós-licenciatura (que deverá conduzir ao grau de mestre e/ou doutor), exige, da parte das instituições académicas, uma resposta menos tardia e mais eficaz à necessidade de apoio efectivo ao nível da Metodologia do Trabalho Científico.⁵⁸

3.6.3 A palavra dos editores sobre o uso de normas documentais: questionário aplicado a editores científicos universitários portugueses

3.6.3.1 Objectivos

Outro dos campos de estudo deste trabalho teve em conta a utilização de normas documentais por parte das editoras de carácter científico. Foi nosso intuito saber, com o questionário aplicado aos editores científicos⁵⁹, em primeiro lugar, até que ponto se aplicam as normas documentais nas suas políticas editoriais. Depois, pretendemos saber quais os elementos bibliográficos que eram tomados em consideração na aplicação das normas e quais as normas adoptadas por cada uma das editoras escolhidas. Por último, resolvemos interrogar as editoras quanto à sua tomada de posição relativamente à influência da utilização de normas documentais (pelas editoras e investigadores) no processo de comunicação científica e divulgação da informação.

3.6.3.2 Delimitação do universo

O universo aqui delimitado diz respeito às editoras científicas no contexto das universidades portuguesas. Optou-se por esta delimitação por se considerar que é na universidade que grande parte dos documentos científicos são ou deveriam ser produzidos. Algumas das editoras aqui escolhidas são responsáveis pela publicação de revistas científicas produzidas por um determinado departamento académico.

⁵⁸ Veja-se, a título de exemplo, o caso da Universidade Autónoma de Lisboa, que recentemente adoptou a cadeira de Metodologia do Trabalho Científico ao nível de todos os cursos de Licenciatura disponibilizados pela instituição.

⁵⁹ Cf. APÊNDICE 4

Foram escolhidas 5 editoras científicas, associadas a universidades de diversos pontos do país, segundo as seguintes distribuições:

Universidade de Lisboa

- Gabinete Editorial da Faculdade de Medicina

Universidade Técnica de Lisboa

- Publicações do Centro de Estudos de Gestão-ISEG2

Universidade Nova de Lisboa

- Sector de Publicações da Escola Nacional de Saúde Pública

Universidade do Porto

- Serviços de Documentação da Faculdade de Desporto
- Edições da Faculdade de Engenharia

3.6.3.3 Dimensões da observação

Tabela 33 - Questionário aplicado às editoras científicas universitárias (dimensões da observação)

DIMENSÃO 1: Utilização de normas documentais pelas editoras científicas	
subcategorias	perguntas
Inclusão de normas documentais na política editorial	1. A vossa política editorial prevê a aplicação de normas documentais para publicação?
Elementos contemplados pelas normas	2. Essas normas dizem respeito a que elementos?
Normas utilizadas	3. Que normas documentais/manuais de estilo são seguidos pela vossa editora?
DIMENSÃO 2: Influência da normalização documental no contexto da comunicação científica	
subcategorias	perguntas
Opinião das editoras sobre a influência da normalização documental sobre a comunicação científica	4. Considera que a utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica, mas também todas as outras que dizem respeito à estrutura formal do documento) pelos investigadores e pelas editoras científicas pode influenciar de alguma maneira o processo de comunicação científica/divulgação da informação? De que forma?

3.6.3.4 Análise e interpretação dos dados

1. A vossa política editorial prevê a aplicação de normas documentais para publicação?

Objectivos

Os objectivos desta pergunta foram: averiguar a inclusão de normas documentais nas políticas editoriais das editoras científicas escolhidas para este estudo e identificar a importância atribuída pelas editoras às normas documentais.

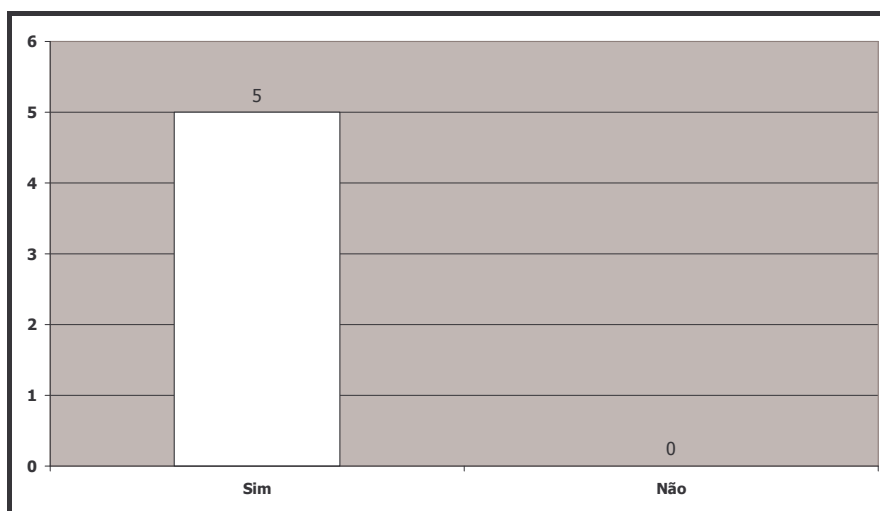


Figura 14 - Utilização de normas documentais para publicação por parte das editoras científicas

Análise dos Resultados

A totalidade das respostas obtidas aponta para a inclusão de normas documentais na política editorial da respectiva editora.

2. Essas normas dizem respeito a que elementos?

Objectivos

Pretendemos, com esta questão, verificar os campos de aplicação das normas documentais utilizadas.

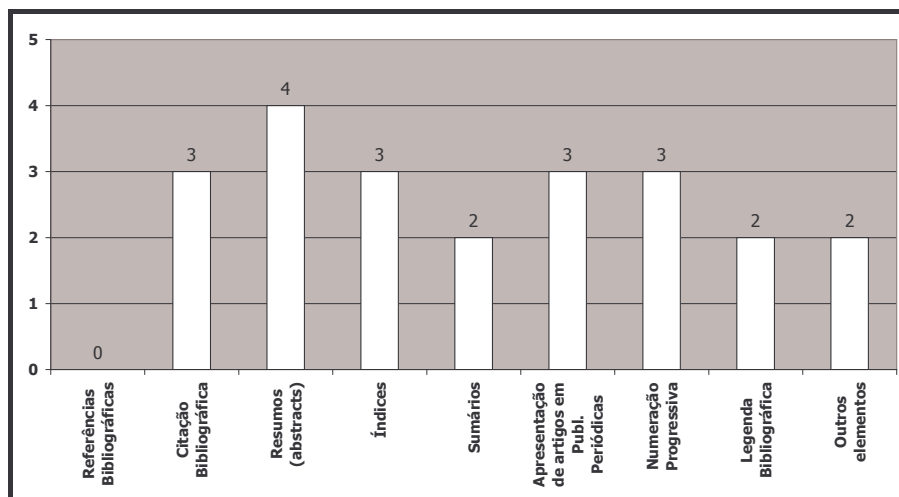


Figura 15 - Elementos a que dizem respeito as normas utilizadas

Análise dos Resultados

Os resultados obtidos apontam para a necessidade de aplicação de normas documentais em quase todos os elementos bibliográficos apresentados.

3. Que normas documentais/manuais de estilo são seguidos pela vossa editora?

Objectivos

Esta pergunta tentou identificar as normas documentais adoptadas por cada uma das editoras científicas e eventuais influências normativas externas.

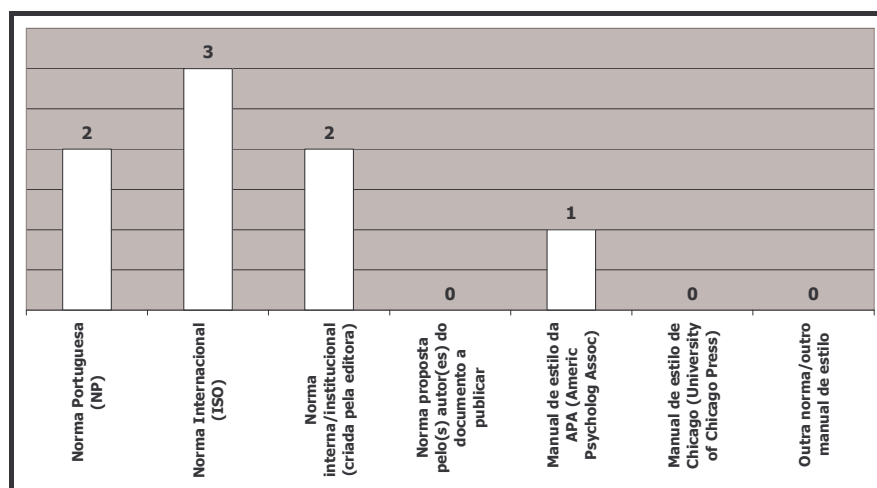


Figura 16 - Normas documentais/manuais de estilo utilizados

Análise dos Resultados

A maioria das respostas obtidas aponta para a aplicação editorial da Norma Internacional ISO. O número de editoras que utiliza a Norma Portuguesa, por seu turno, é idêntico ao número de editoras que utilizam normas internas/institucionais, criadas pelas próprias editoras.

4. Considera que a utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica, mas também todas as outras que dizem respeito à estrutura formal do documento) pelos investigadores e pelas editoras científicas pode influenciar de alguma maneira o processo de comunicação científica/divulgação da informação? De que forma?

Objectivos

Foi nosso intuito, com esta questão, ouvir a opinião das editoras científicas relativamente à importância da normalização documental no contexto da comunicação científica e identificar o grau de consciencialização das mesmas relativamente à importância da aplicação dessas mesmas normas.

Análise dos Resultados

Tabela 34 - Opinião das editoras científicas sobre a utilização de normas documentais (análise de conteúdo)

CEGE (ISEG)	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>A comunicação científica deve assumir, naturalmente, critérios de elevado rigor no plano do conteúdo e da forma. A definição de normas documentais contribuirá para que, pelo menos, no plano da forma o documento esteja em conformidade com os padrões de rigor exigíveis. A opção por uma ou outra norma/estilos, em princípio, não influenciará o processo de comunicação mas o seu desrespeito certamente terá repercussões.</i>	Normalização documental como exigência para a comunicação científica
FACULDADE DE MEDICINA (UL)	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Sim. É necessário uma padronização da informação científica.</i>	Necessidade de padronizar a informação científica
FACULDADE DE ENGENHARIA (UP)	
Transcrição	Análise do conteúdo
<i>Para além de influenciarem o processo de comunicação científica de uma forma positiva, revelam o grau de rigor</i>	A necessidade de rigor editorial influencia

<i>exigido pela editora, bem como normalizam e divulgam a forma como especialistas já se debruçaram e concluíram ser as melhores quanto ao objectivo que desempenham.</i>	decididamente o processo de comunicação científica
UNIVERSIDADE DE DESPORTO (UP)	
Transcrição	Análise do Conteúdo
<i>Se a apresentação da informação for efectuada de uma forma normalizada, previamente estabelecida, torna-se muito mais fácil e rápido o processo de comunicação, divulgação e acesso à informação porque os processos de normalização permitem uniformizar critérios e modelos tendo como objectivo uma mais fácil cooperação, difusão/divulgação, troca de informação</i>	A normalização permite comunicação mais rápida, facilitando a troca de informação
ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA (UN)	
Transcrição	Análise do Conteúdo
<i>Não só influencia, como é fundamental a existência de normas documentais para uma melhor e eficaz comunicação científica. Na área da informação é caminho para uma rede globalizante de comunicação que assentará numa normalização de procedimentos para a referência bibliográfica</i>	Normas são fundamentais no processo de comunicação científica

**CAPÍTULO 4 – O USO DE NORMAS DOCUMENTAIS
POR INVESTIGADORES PORTUGUESES (MESTRA-
DO) DA ÁREA DAS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS E DA
INFORMAÇÃO**

4.1 DEFINIÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO PROBLEMA EM ESTUDO E OPÇÕES METODOLÓGICAS

Tal como se descreveu sucintamente na introdução, este trabalho parte da constatação de que o processo de comunicação científica exige parâmetros comuns à comunidade em que se desenvolve e que a normalização documental (ao nível da apresentação formal de documentos científicos) é uma prática necessária para que essa comunicação se efectue da forma mais eficaz e clarividente possível.

Nesse sentido, considerámos interessante verificar de que forma a comunidade científica portuguesa utiliza as normas documentais na produção/redacção de documentos científicos. Para testar as duas hipóteses inicialmente formuladas nesse sentido – a normalização documental é um procedimento não uniformizado e/ou inexistente na comunidade científica portuguesa, sendo que a maioria dos investigadores não tem conhecimento da existência de normas documentais e a maior parte dos documentos científicos produzidos seguem critérios normativos pessoais, institucionais (normas produzidas por universidades/departamentos) ou relacionados com determinadas áreas/organizações científicas – distribuámos um questionário a investigadores portugueses (mestrado) na área das Ciências Documentais e da Informação e analisámos a aplicação de normas documentais no âmbito da respectiva produção científica.

Segundo definição de Arlene Fink, podemos caracterizar a recolha de informação por questionário da seguinte forma:

A survey is a system for collecting information to describe, compare, or explain knowledge, attitudes, and behaviour [...] Individuals, communities, schools, businesses, and researchers use surveys to find out about people by asking questions about feelings, motivations, plans, beliefs, and personal backgrounds (Fink, 1995, p.1)

Neste sentido, e porque era nossa intenção colocar aos indivíduos da amostra escolhida “uma série de perguntas relativas [...] às suas opiniões, à sua atitude em relação a opções [...] às suas expectativas, ao seu nível de conhecimentos ou de consciência de um acontecimento ou de um problema” (Quivy e Van Campenhoudt, 1998, p. 188) – neste caso a prática e a impor-

tância atribuída à normalização documental – o questionário foi elaborado segundo os parâmetros definidos por estes autores para os questionários de administração directa, tendo em conta os seguintes objectivos:

- O conhecimento de uma população enquanto tal: as suas condições e modos de vida, os seus comportamentos, os seus valores e as suas opiniões;
- A análise de um fenómeno social que se julga poder apreender melhor a partir de informações relativas aos indivíduos da população em questão;

Neste sentido, propusemo-nos analisar a normalização documental na óptica de quem efectivamente a aplica no terreno, analisando o contexto do fenómeno da normalização documental no contexto académico/de investigação em Portugal.

O método utilizado para a recolha de dados não ficou limitado às respostas dos investigadores aos questionários aplicados. De facto, centrámo-nos também na própria produção científica, analisando, através de grelhas de análise, algumas dissertações provenientes da mesma comunidade estudada, uma vez que sabemos, à partida, da possibilidade de existirem diferenças significativas entre as crenças destes investigadores e aquilo que efectivamente praticam.

4.2 QUESTIONÁRIO APLICADO A INVESTIGADORES PORTUGUESES (MESTRADO) NA ÁREA DAS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS E DA INFORMAÇÃO

4.2.1 Objectivos

O objectivo central do questionário⁶⁰ foi a recolha de dados sobre hábitos e necessidades dos investigadores portugueses no que se refere ao conhecimento e utilização das normas documentais na elaboração dos seus trabalhos científicos (dissertações, relatórios, artigos de publicações periódicas, comunicações, etc.).

⁶⁰ Cf. APÊNDICE 5

4.2.2 Delimitação do universo

A amostra de investigadores escolhidos neste estudo apenas diz respeito aos alunos de cursos de mestrado no âmbito das Ciências Documentais e da Informação disponíveis em Portugal. Esta delimitação do universo em causa não foi aleatória, uma vez que os investigadores deste ramo científico deverão ser – a nosso ver – os primeiros a seguirem práticas concretas de normalização documental (por força do respectivo percurso académico ou profissional) e a assumirem uma postura de consciencialização quanto à importância dessas mesmas práticas normativas ao nível da produção científica. Na verdade, ocorreria uma identificação entre a natureza científica desses investigadores e o próprio tema deste trabalho. Nesse sentido, esta amostra é essencialmente um ponto de partida fiável para uma eventual extensão às práticas exercidas pelas restantes comunidades científicas no que se refere à utilização de normas documentais.

A amostra representa 53 investigadores repartidos por 5 cursos de Mestrado pertencentes a 5 universidades distintas (4 públicas e 1 privada), localizadas em diversos pontos do país:

- **Mestrado em Ciências Documentais** (Universidade Autónoma de Lisboa) – 7 investigadores
- **Mestrado em Ciências Documentais** (Universidade de Évora) – 6 investigadores
- **Mestrado em Gestão da Informação** (Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto) – 9 investigadores,
- **Mestrado em Educação e Leitura** (Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa) – 20 investigadores
- **Mestrado em Estudos de Informação e Bibliotecas Digitais** (ISCTE-Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa) – 11 investigadores

Considerou-se que este tipo de amostragem, oriunda de diferentes escolas académicas e diversas zonas geográficas do país, iria constituir uma

amostra mais significativa e abrangente do panorama nacional de investigação nesta área científica.

4.2.3 Dimensões da observação

Para submeter ao teste dos factos as hipóteses de que a normalização documental é um procedimento não uniformizado e/ou inexistente na comunidade científica portuguesa, sendo que a maioria dos investigadores não tem conhecimento da existência de normas documentais e de que a maior parte dos documentos científicos produzidos seguem critérios normativos pessoais, institucionais (normas produzidas por universidades/departamentos) ou relacionados com determinadas áreas/organizações científicas, a nossa observação (através de questionário) teve em conta um conjunto de subcategorias repartidas pelas seguintes dimensões:

Tabela 35 - Questionário aplicado a investigadores portugueses (Mestrado) na área das Ciências Documentais e da Informação (dimensões observadas)

DIMENSÃO 1: Caracterização da amostra	
subcategorias	perguntas
Faixa etária	1. Idade
Sexo	2. Sexo
Filiação académico-científica	3. Organismo no qual desenvolve ou desenvolveu a sua investigação?
DIMENSÃO 2: Caracterização da produção científica	
subcategorias	perguntas
Documentos produzidos	4. Indique o(s) tipo(s) de texto(s) científico(s) que produziu recentemente ou que está a produzir actualmente
DIMENSÃO 3: Conhecimento e utilização de normas documentais	
subcategorias	perguntas
Conhecimento de normas	11. Tem conhecimento da existência de normas documentais portuguesas? 13. Como tomou conhecimento da existência das normas que utiliza?
Normas adoptadas	12. Qual o tipo de normas documentais que utiliza/utilizou no(s) seu(s) trabalho(s)? 8. Qual o sistema de citação que normalmente utiliza?
Dificuldade(s) de utilização	5. Encontrou ou encontra dificuldades no que se refere à metodologia de apresentação de trabalhos científicos?

	6. Essas dificuldades estão relacionadas com: 7. Origem das dificuldades encontradas: 9. Quais os elementos bibliográficos que tem / teve dificuldade em encontrar? 10. A seu ver, as dificuldades encontradas na localização dos elementos...
DIMENSÃO 4: Política(s) de normalização documental	
subcategorias	perguntas
Política de normalização a adoptar	16. Assinale a opção que considere a mais pertinente e apresente a(s) respectiva(s) vantagem(ens)
Divulgação das normas	14. Considera a divulgação das normas documentais em Portugal
DIMENSÃO 5: Importância atribuída à normalização documental	
subcategorias	perguntas
Importância da utilização de normas	15. Considera que no desenrolar do processo de investigação as normas documentais são:

4.2.4 Análise e interpretação dos dados

1. Idade

Objectivo

Foi nossa intenção, com esta pergunta, caracterizar a amostra escolhida e identificar as faixas etárias dominantes.

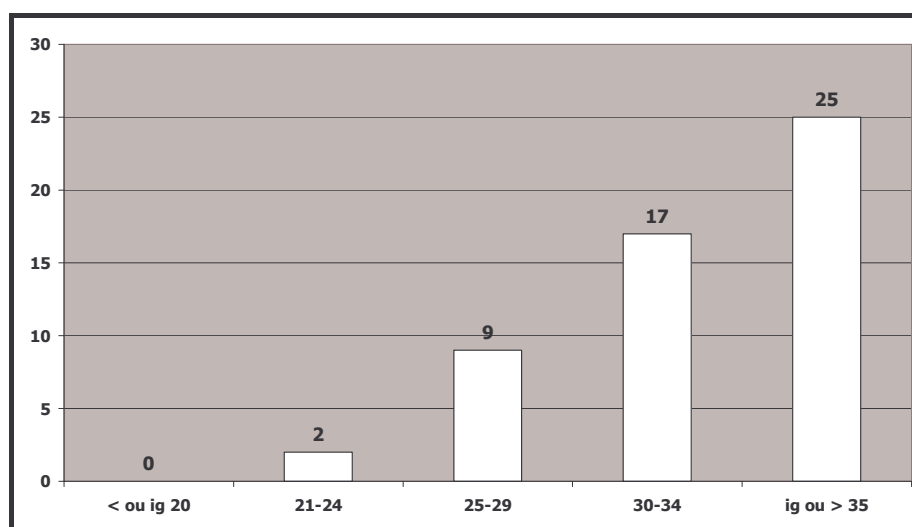


Figura 17 - Faixa etária dos investigadores

Análise dos resultados

De um total de 53 investigadores interrogados, 3,77% encontra-se na faixa etária entre os 21 e os 24 anos de idade, 16,98% na faixa etária entre os 25 e os 29 anos de idade, 32,08% na faixa etária seguinte (dos 30 aos 34 anos de idade) e 47,17% na faixa etária mais alta (igual ou superior a 35 anos de idade).

2. Sexo

Objectivo

Esta questão pretendeu caracterizar a amostra e identificar o sexo dominante.

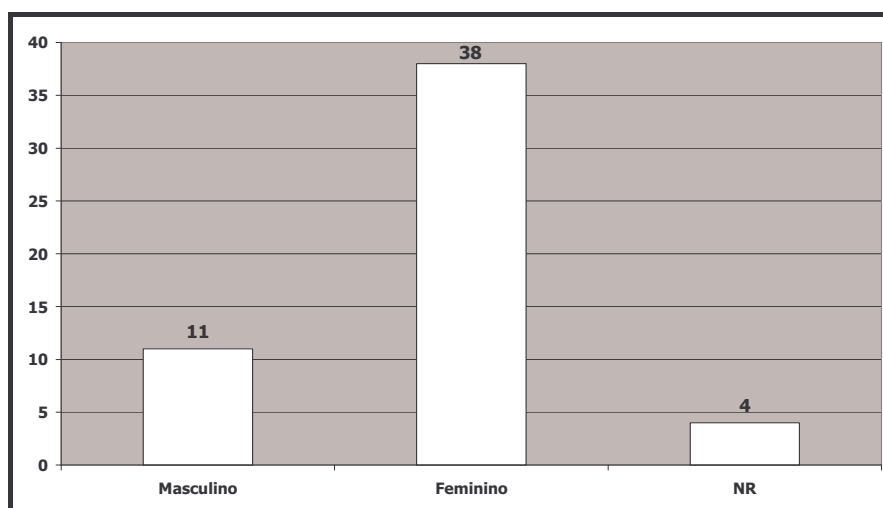


Figura 18 - Distribuição dos investigadores por sexo

Análise dos resultados

Dos 53 investigadores tidos em conta, 71,70% pertence ao sexo feminino ao passo que 20,75% são do sexo masculino. Não responderam a esta questão 7,55% dos inquiridos.

3. Organismo no qual desenvolve ou desenvolveu a sua investigação?

Objectivo

Pretendemos, com esta pergunta, caracterizar a amostra identificando a proveniência científica de cada um dos investigadores interrogados.

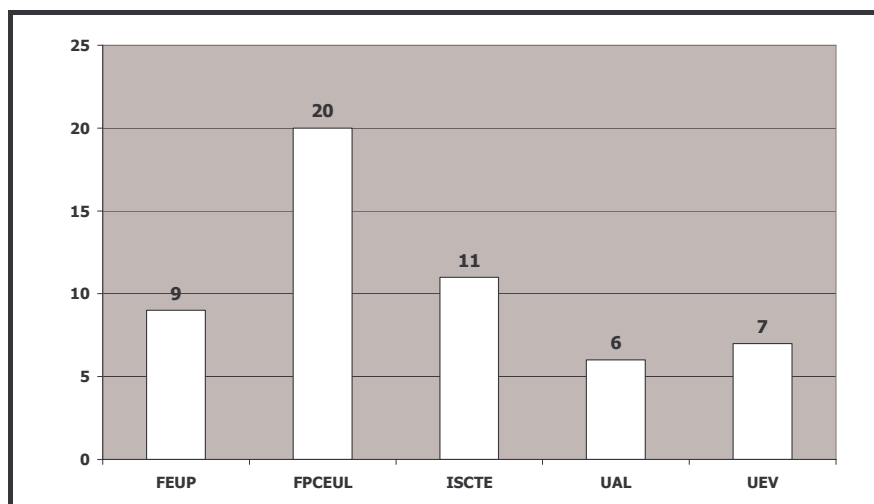


Figura 19 - Filiação académica dos investigadores

Análise dos resultados

De um total de 53 indivíduos, 37,74% desenvolveu a sua investigação na Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (FPCE-UL), enquanto que 20,75% fê-lo no ISCTE. Por sua vez, 16,98% efectuou as suas investigações na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FENG-UP), 13,21% na Universidade de Évora (UE) e 11,32% na Universidade Autónoma de Lisboa (UAL).

4. Indique o(s) tipo(s) de texto(s) científico(s) que produziu recentemente ou que está a produzir actualmente

Objectivo

Esta questão pretendeu identificar e avaliar a tipologia, o nível e o alcance da produção científica deste grupo de investigadores.

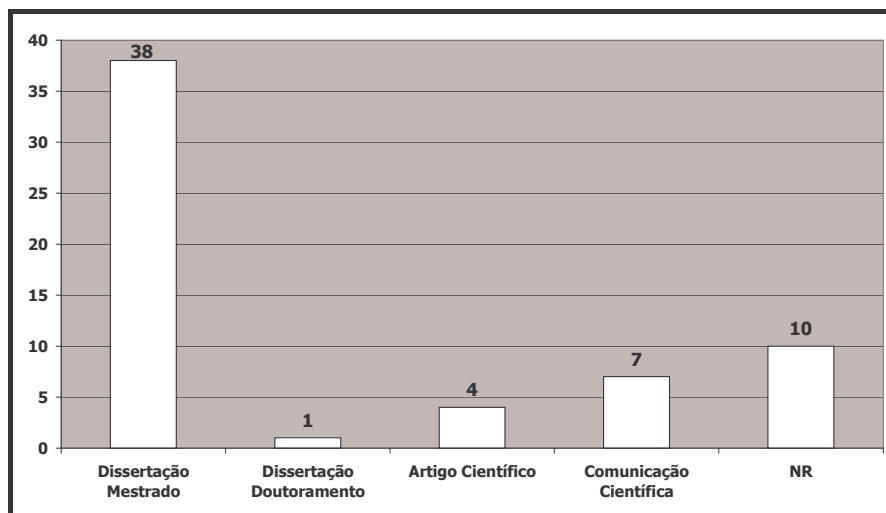


Figura 20 - Tipo(s) de documento(s) científico(s) produzido(s)

Análise dos resultados

A categoria mais frequentemente referida, com uma margem de distância bastante acentuada, aponta para a produção de dissertações de mestrado. Poucas são as comunicações e os artigos científicos produzidos.

5. Encontrou ou encontra dificuldades no que se refere à metodologia de apresentação de trabalhos científicos?

Objectivo

O intuito desta questão foi consultar os investigadores relativamente à facilidade/dificuldade com que lidam com a apresentação dos trabalhos científicos que produzem.

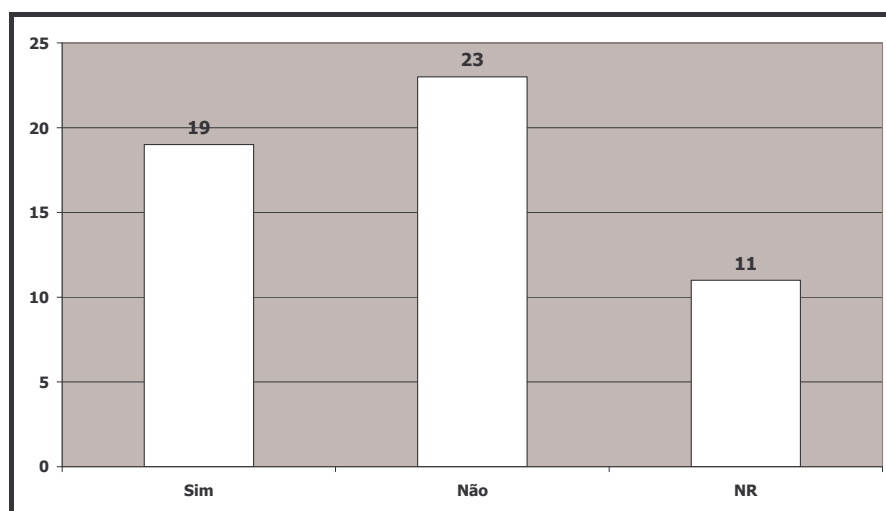


Figura 21 - Dificuldades sentidas pelos investigadores

Análise dos resultados

A maior percentagem de investigadores (43,40%) afirma não encontrar dificuldades no que se refere à metodologia de apresentação de trabalhos científicos, enquanto que 35,85% dos investigadores interrogados assume essas dificuldades. Já 20,75% não responde à questão colocada.

6. Essas dificuldades estão relacionadas com:

Objectivo

No caso de assumirem dificuldades, pretendemos, com esta questão, que os investigadores definissem o teor dessas mesmas dificuldades, focalizando, especificando e caracterizando essas mesmas dificuldades.

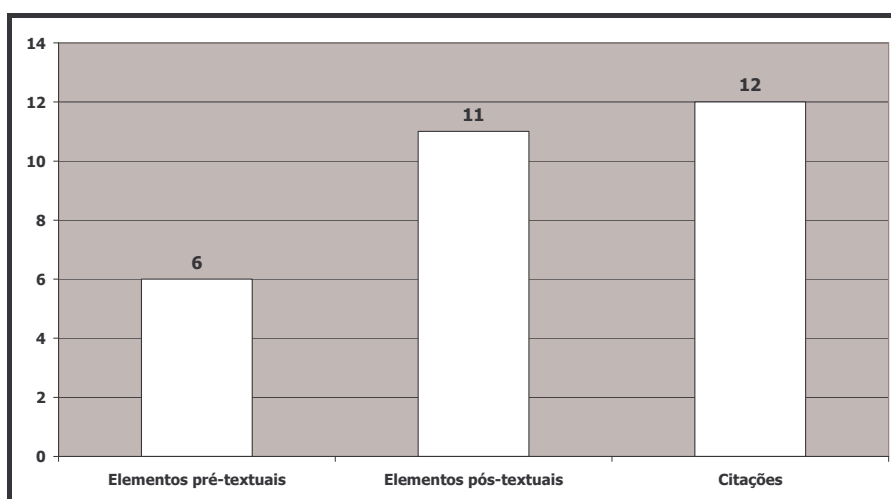


Figura 22 - Tipologia das dificuldades encontradas

Análise dos resultados

Dos indivíduos que sentiram dificuldades, a resposta com maior frequência de resultados recai sobre a elaboração de citações, logo seguida pelas dificuldades sentidas ao nível dos elementos pós-textuais. Os elementos pré-textuais constituem uma dificuldade que ocorre com menor frequência.

7. Origem das dificuldades encontradas:

Objectivo

Com esta pergunta, quisemos identificar, no entender dos investigadores, a razão de ser das referidas dificuldades e avaliar o grau de consciencialização dos mesmos relativamente à importância da utilização de normas documentais ao nível da produção científica.

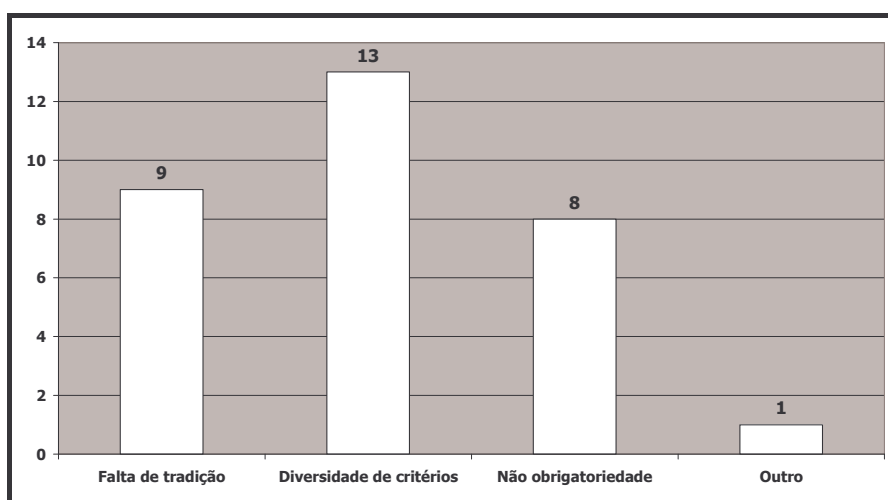


Figura 23 - Origem das dificuldades encontradas

Análise dos resultados

A razão de ser das dificuldades encontradas estará relacionada, em primeiro lugar, com a diversidade de critérios metodológicos, seguida da falta de tradição metodológica e da não obrigatoriedade de aplicação das normas.

8. Qual o sistema de citação que normalmente utiliza?

Objectivo

Esta pergunta pretendeu identificar o(s) sistema(s) de citação mais utilizado(s) pelos investigadores da amostra.

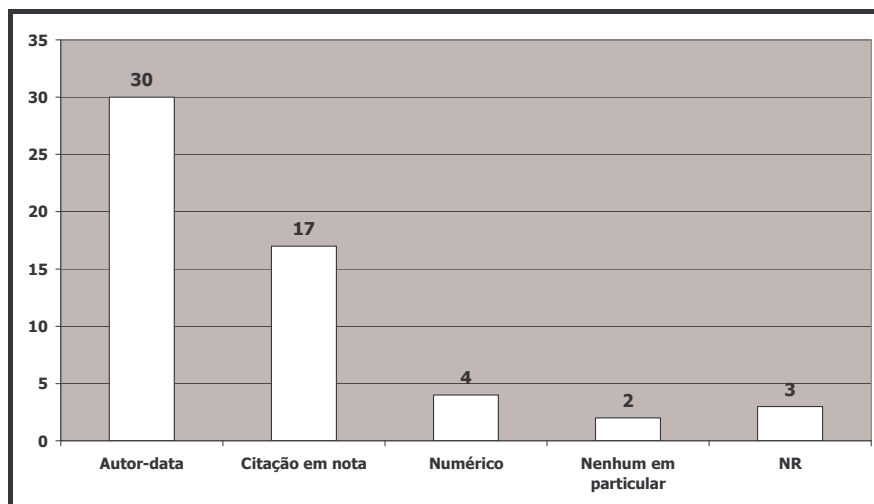


Figura 24 - Sistema de citação utilizado

Análise dos resultados

O sistema de citação autor-data é o mais frequentemente utilizado, sendo o sistema de citação em nota de rodapé o segundo mais adoptado.

9. Quais os elementos bibliográficos que tem/teve dificuldade em encontrar?

Objectivos

O objectivo da questão colocada foi indagar os investigadores sobre a importância/insignificância dos elementos bibliográficos constantes nos documentos científicos produzidos e avaliar se a produção científica existente (nas suas mais diversas formas – dissertações, comunicações, artigos, etc.) apresenta os elementos bibliográficos essenciais à sua identificação e à identificação dos documentos a que faz referência, facilitando o processo de comunicação científica.

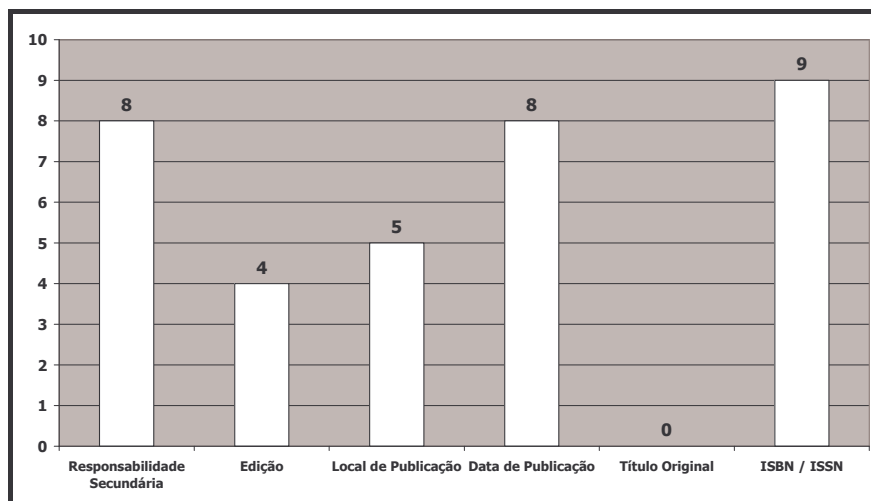


Figura 25 - Elementos bibliográficos mais difíceis de encontrar

Análise dos resultados

56,6% dos investigadores interrogados não encontra qualquer tipo de dificuldades em localizar os elementos bibliográficos. Dos investigadores que sentiram dificuldades, o elemento bibliográfico que foi referido com mais frequência foi o ISBN/ISSN, logo seguido, equitativamente, pela responsabilidade secundária e pela data de publicação. A identificação do local de edição e da menção de edição são dificuldades que ocorrem com menor frequência.

10. A seu ver, as dificuldades encontradas na localização dos elementos...

Objectivo

Com esta questão, pretendemos identificar, na perspectiva dos investigadores, as razões que dificultam a localização dos elementos bibliográficos já referida e avaliar o grau de consciencialização dos investigadores para a importância da normalização documental ao nível da produção e comunicação científicas futuras.

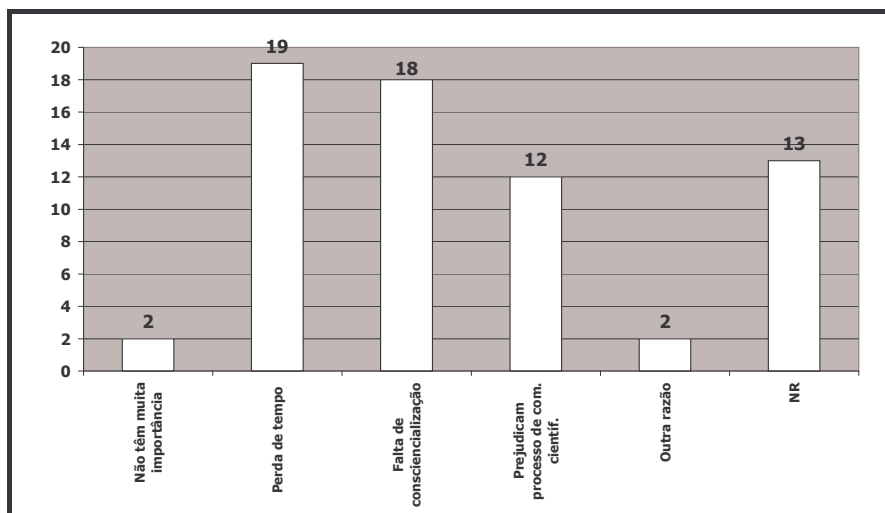


Figura 26 - Origem e influência das dificuldades

Análise dos resultados

Na perspectiva da maioria dos investigadores, as dificuldades encontradas na localização dos elementos bibliográficos constituem uma perda de tempo adicional. A falta de consciencialização por parte dos editores científicos relativamente à importância/necessidade da normalização ao nível da edição científica surge como a segunda motivação para as dificuldades mencionadas. É também referido que essas dificuldades prejudicam o processo de comunicação científica. Por outro lado, são poucas as respostas que afirmam que as dificuldades na localização de elementos bibliográficos não têm muita importância para o desenrolar do processo de investigação.

11. Tem conhecimento da existência de normas documentais portuguesas?

Objectivo

Esta pergunta pretendeu avaliar o grau de divulgação e conhecimento das Normas Portuguesas documentais na comunidade científica e académica.

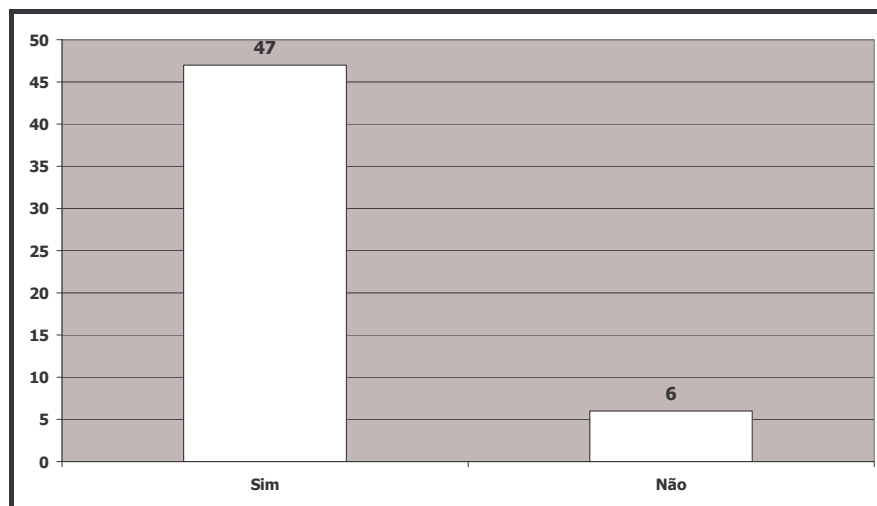


Figura 27 - Conhecimento da existência de normas documentais

Análise dos resultados

Dos investigadores interrogados, 88,68% afirma conhecer as normas documentais portuguesas, sendo que os restantes 11,32% não as conhecem.

12. Qual o tipo de normas documentais que utiliza/utilizou no(s) seu(s) trabalho(s)?

Objectivo

O objectivo desta questão foi indagar acerca do grau de uniformização/diversificação nacional ao nível das normas documentais no contexto da produção científica e identificar as normas documentais com maior/menor utilização na comunidade científica portuguesa e desvendar as causas possíveis dessas opções.

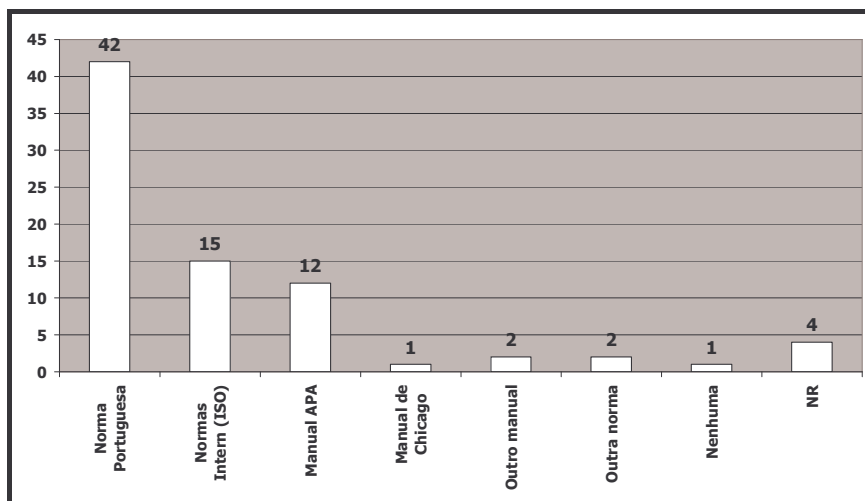


Figura 28 - Normas documentais utilizadas pelos investigadores

Análise dos resultados

A maior frequência de respostas recai sobre a Norma Portuguesa. As duas normas internacionais mais utilizadas, logo a seguir, são a Norma ISO e a norma da APA.

13. Como tomou conhecimento da existência das normas que utiliza?

Objectivo

Foi nosso intuito, com esta pergunta, identificar as fontes dominantes de divulgação/ensino das normas documentais utilizadas em Portugal.

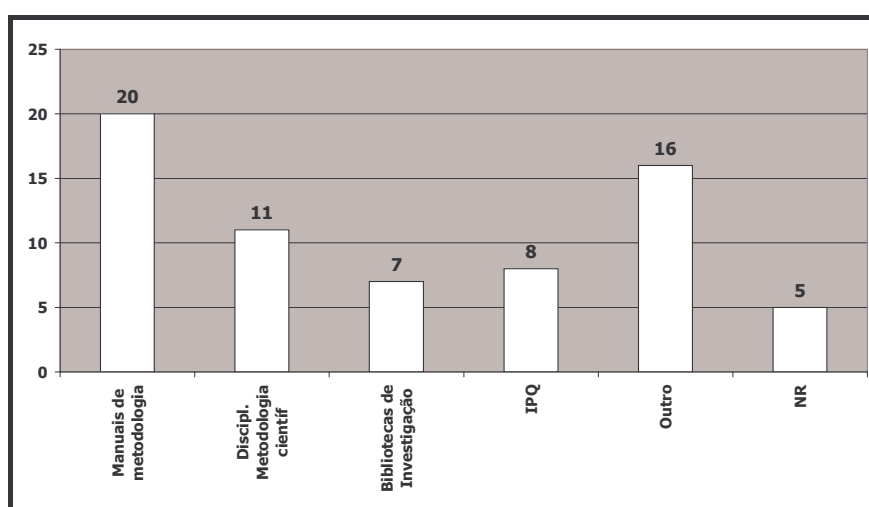


Figura 29 - Tomada de conhecimento das normas utilizadas

Análise dos resultados

A principal fonte de divulgação das normas diz respeito aos manuais de Metodologia do Trabalho Científico. As disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico também constituem um importante canal de divulgação dessas normas.

Em menor escala, 8 das respostas dadas atribuem essa função ao IPQ e 7 às bibliotecas de investigação frequentadas.

Convém esclarecer que as 16 respostas na categoria “Outro” apontam maioritariamente para os cursos de pós-graduação em Ciências Documentais e para a actividade profissional desempenhada.

14. Considera a divulgação das normas documentais em Portugal: inexistente/ineficaz/suficiente/excelente/não sabe

Objectivo

Esta questão pretendeu interrogar os investigadores quanto à eficácia da política nacional de normalização documental e avaliar o grau de utilidade das normas documentais portuguesas no desenrolar dos seus processos de investigação.

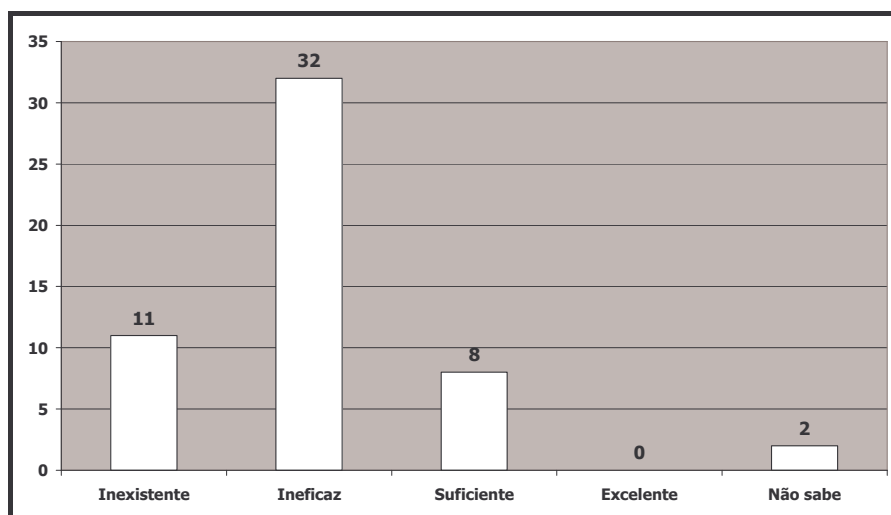


Figura 30 - Considerações dos investigadores sobre a divulgação das normas documentais em Portugal

Análise dos resultados

Uma percentagem de 60,38% dos investigadores considera ineficaz a divulgação das normas documentais em Portugal, ao passo que 20,76% considera essa mesma divulgação inexistente e 15,09% considera-a suficiente. Apenas 3,77% das respostas dizem não saber responder à pergunta.

15. Considera que no desenrolar do processo de investigação as normas documentais são:

Objectivo

Foi nossa intenção, com esta pergunta, saber a opinião dos investigadores relativamente à importância das normas documentais no desenrolar dos seus processos de investigação.

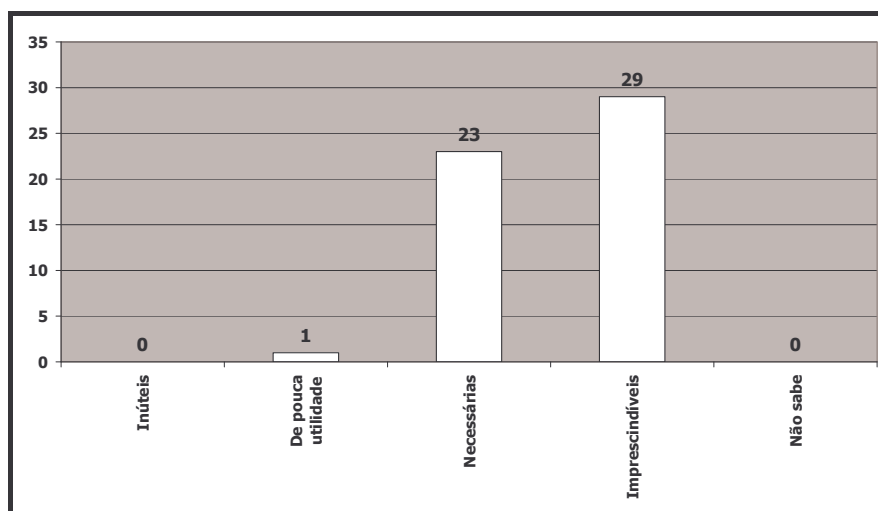


Figura 31 - Considerações dos investigadores sobre a importância das normas documentais no desenrolar do processo de investigação

Análise dos resultados

54,72% dos inquiridos considera as normas documentais imprescindíveis no desenrolar do processo de investigação, enquanto que 43,40% considera as normas necessárias. Apenas 1,88% refere a pouca utilidade das normas no processo.

16. Assinale a opção que considere a mais pertinente e apresente a(s) respectiva(s) vantagem(ens)

Objectivo

A última questão, pretendeu identificar a opinião dos investigadores quanto à(s) política(s) de normalização documental mais eficaz(es) num futuro próximo e para a comunidade científica em geral.

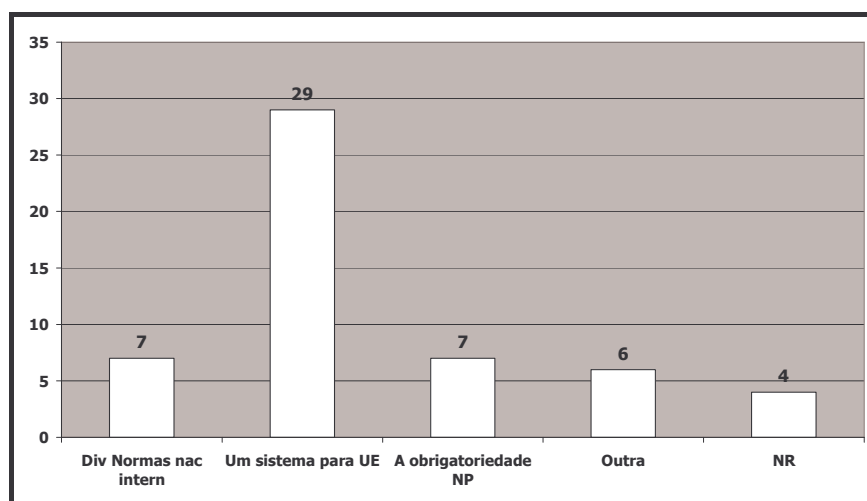


Figura 32 - Opção mais pertinente por parte dos investigadores

Análise dos resultados

Das 53 respostas obtidas, 54,71% defende a criação de um sistema único de normas documentais para o espaço da União Europeia. Por sua vez, 13,21% aponta para a utilização em simultâneo de diversas normas nacionais e internacionais/recomendações de manuais de metodologia, consoante as necessidades individuais de cada investigador. Com a mesma percentagem de respostas (13,21%), defende-se a obrigatoriedade das normas portuguesas (nomeadamente as de referenciação bibliográfica). É de salientar 7,55% das respostas em branco e 11,32% que refere outras opções para além daquelas indicadas na pergunta: a utilização de normas portuguesas que se enquadrem num sistema válido para a União Europeia; um sistema, a nível internacional, o mais normalizado possível; a adopção de normas consoante a temática em investigação; a adopção de diversas normas europeias e internacionais consoante as necessidades de cada organismo (conferência, associação, etc.).

Tendo em conta uma amostra proveniente de diversos pontos do país e relativa a estudantes de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação, desde logo denotamos uma comunidade científica que assenta a sua produção científica numa tipologia documental maioritária e quase exclusiva: as dissertações. O artigo científico – documento de referência o nível da produção científica actualizada – está pouco presente na amostra de investigadores estudada.

O conhecimento das Normas Portuguesas pelos investigadores é evidente (88,68%), tendo sido adquirido, essencialmente, através dos manuais e das disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico. A norma mais utilizada pelos investigadores interrogados é a Norma Portuguesa. No entanto, são também utilizadas, em menor escala, as normas da ISO e da APA.

No entanto, é de realçar que quase 36% dos inquiridos afirma ter dificuldades ao nível da metodologia de apresentação de trabalhos científicos. Estes dados poderão apontar para a inadequação ou até mesmo inexistência de disciplinas de Metodologia do Trabalho Científico no contexto educativo nacional, reflectidos nas dificuldades apresentadas em todas as secções estruturais do documento científico (elementos pré-textuais, pós-textuais e citações). Os investigadores, eles mesmo, admitem que essas dificuldades advêm, essencialmente, da falta de tradição em Metodologia do Trabalho Científico no panorama educativo nacional, resultando numa diversidade de critérios normativos existentes no contexto das suas investigações. Neste sentido, é natural que alguns investigadores ainda sintam alguma dificuldade em identificar, por exemplo, o sistema de citação que utilizam.

Por outro lado, as próprias editoras científicas também poderão contribuir para as dificuldades encontradas pelos investigadores: na verdade, segundo resposta dos mesmos, a dificuldade de localização de elementos bibliográficos (que identifiquem inequivocamente os documentos utilizados no processo de investigação) é mais um obstáculo ao processo de comunicação/investigação científica. Estes mesmos investigadores sentem esta dificuldade acrescida porque afirmam que a divulgação das normas docu-

mentais em Portugal não prima pela sua eficácia (81,16% dos inquiridos considera-a ineficaz/inexistente).

No entanto, e porque 97,12% destes investigadores considera as normas documentais necessárias/imprescindíveis ao processo de investigação científica, mais de metade acaba por preferir a implementação de um sistema de normas documentais para o espaço da União Europeia.

4.3 UTILIZAÇÃO DE NORMAS DOCUMENTAIS NAS DISSERTAÇÕES DE Mestrado NA ÁREA DAS CIÊNCIAS DOCUMENTAIS E DA INFORMAÇÃO

4.3.1 Objectivos

Com a análise das dissertações de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação⁶¹, foi nosso intuito avaliar o uso de normas documentais na produção de dissertações de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação.

4.3.2 Delimitação do universo

Ao todo, foram analisadas 14 dissertações de mestrado, provenientes de 3 universidades portuguesas e de 3 cursos de mestrado distintos: Mestrado em Educação e Leitura (FPCE-UL), Mestrado em Estudos da Informação e Bibliotecas Digitais (ISCTE) e Mestrado em Ciências Documentais (EU). Da totalidade das dissertações de mestrado produzidas até à data no âmbito das Ciências Documentais e da Informação no nosso país, escolhemos a amostra possível e disponível para consulta nas bibliotecas universitárias das respectivas instituições onde os documentos foram produzidos, nomeadamente FPCE-UL (5 dissertações), UE (6) ISCTE (3), num total de 14 dissertações;

Optámos por escolher uma amostra relacionada com trabalhos produzidos na área das Ciências Documentais e da Informação. Pela própria natureza deste ramo científico, foi nosso intuito averiguar a aplicação das normas

⁶¹ Cf. APÊNDICE 6

documentais por uma comunidade que lida ou deveria lidar, ela mesma, com a interiorização e aplicação dessas mesmas normas ao longo do seu percurso académico e profissional.

4.3.3 Dimensões da observação

A análise efectuada teve em conta alguns elementos formais dos documentos científicos, nomeadamente os resumos analíticos, o sistema de citação, a referenciação bibliográfica, a folha de título e os títulos de lombada. Foi tida em conta a ocorrência de cada um dos elementos apresentados nas dissertações escolhidas, bem como o seu grau de adequação à respectiva Norma Portuguesa⁶² ou qualquer outra norma documental explicitamente escolhida pelo autor.

4.3.4 Análise e interpretação dos dados

Quanto aos resumos analíticos (*abstracts*) todas as dissertações analisadas incluem um resumo bilingue (em português e inglês), correspondendo aos requisitos da NP 418 (1988) onde se lê que o resumo analítico deve ser redigido “pelo menos na língua original do documento” (p.6). A extensão dos mesmos, segundo a mesma norma, não deve exceder (no caso das dissertações) as 500 palavras, o que efectivamente se verifica nos resumos dos documentos analisados.

No referente ao sistema de citação ao longo do texto, a maioria das dissertações (50%) utiliza o sistema autor-data, 35,71% aplica o sistema de citação em nota (no fim de página) e, curiosamente, a restante percentagem (14,29%) de dissertações utiliza, em simultâneo, os dois sistemas referidos.

Relativamente às normas utilizadas para as referências bibliográficas, apenas as bibliografias apresentadas em 3 dos documentos consultados fazem uma aplicação correcta das normas portuguesas para o efeito (NP 405-1, 1994; NP 405-2, 1998; NP 405-3, 2000; NP 405-4, 2002), sendo a sua adopção mencionada pelos próprios autores. Nas bibliografias dos res-

⁶² No caso das Normas Portuguesas (NP), serão as seguintes: resumos analíticos (NP 418. 1988), referenciação bibliográfica (NP 405.1.1994, NP 405.2.1998, NP 405.3.2000 e NP 405.4.2002), sistema de citação (NP 405.1.1994), folha de título de publicações não periódicas (NP 738.1986) e títulos de lombadas de livros e outras publicações (NP 3193.1987)

tantes documentos, os padrões normativos utilizados não são evidentes nem mencionados pelos autores.

Em termos da folha de título das dissertações consultadas, as normas NP 738 (1986) e ISO 7144 (1986) determinam que nela devem constar um conjunto de elementos bibliográficos que identificam inequivocamente o trabalho realizado⁶³. Se bem que a maioria dos elementos estão presentes nas folhas de títulos das dissertações analisadas, é de salientar, contudo, que a catalogação na publicação (CIP) e a classificação temática das dissertações nunca são apresentadas no verso da folha de título, menosprezando-se, dessa forma, uma identificação correcta do documento em pesquisas posteriores. A qualificação do autor também é dada em apenas dois dos catorze trabalhos (14,29%).

Por último, apenas uma das dissertações apresenta um título de lombada, e a sua apresentação respeita a NP 3191 (1987), que propõe uma apresentação normalizada de título de lombada transversal.

⁶³ São esses elementos: nome completo do autor, qualificação do autor, nome do orientador, grau académico a obter, data e local das provas, título e complemento de título do documento, local e data de edição, instituição à qual será submetida a dissertação, departamento ou faculdade em que foi conduzida a investigação e, no verso da folha, a catalogação bibliográfica na publicação (CIP) e a classificação CDU ou outra classificação generalizada.

CONCLUSÕES

Ao fim deste percurso, no qual quisemos demonstrar, em termos gerais, a importância da normalização documental no contexto da comunicação científica, cabe-nos, agora, apresentar as conclusões, conscientes de que toda a investigação científica traz em si mesma o princípio de inacabado.

Para dar possíveis respostas às questões inicialmente formuladas e apresentar as limitações encontradas na realização deste trabalho, retomemos algumas das conclusões parciais, que foram desenvolvidas ao longo dos capítulos.

Tendo em conta o conceito de comunicação científica desenvolvido por alguns sociólogos da ciência (Meadows, Garvey, entre outros) e a sua relação com o domínio formal em que essa comunicação ocorre, vimos que a credibilidade e a sobrevivência de qualquer investigador está directamente relacionada com a qualidade da publicação das investigações que ele mesmo produz. A disseminação dessa informação constitui uma necessidade não só pessoal (de promoção da sua autoridade científica e de prevalência da sua visibilidade) como institucional (sem transmissão de conhecimentos, o repositório científico não existiria, pois cada cientista está dependente dos seus pares). Quisemos, sobretudo, evidenciar: para que essa transmissão e consequente assimilação da informação seja realizada em condições optimizadas, tem que ser valorizada a estrutura formal normalizada dos documentos científicos, no intuito de não os tornar “invisíveis” (não pesquisáveis), imprecisos aos olhos da comunidade a que se destinam. Como foi demonstrado, a normalização documental é uma prática imprescindível à regulação do processo comunicativo em ciência, nomeadamente na sua vertente formal. Vimos que a avaliação da produção científica passa por um equilíbrio entre a qualidade política/subjectiva (relacionada com o conteúdo) e a qualidade formal dos documentos (relacionada, sobretudo, com a sua redacção e apresentação), sendo que esta última, encontra na normalização documental o seu suporte metodológico.

Em relação à política de divulgação e disponibilização das normas documentais em Portugal, segundo os dados recolhidos junto das entidades credenciadas para o efeito (Biblioteca Nacional e Instituto Português da Qualidade), constatámos que os resultados apontam para a existência de determinados obstáculos, sendo o principal, segundo o responsável de uma das entidades, resultante da pouca receptividade das normas documentais pelas universidades portuguesas. Com efeito, as opções metodológicas adoptadas nas universidades são muito diversificadas (até mesmo no interior de uma instituição, departamento, etc.) e provavelmente importadas do estrangeiro. As comunidades académicas relacionam-se, sobretudo, com realidades internacionais e, nesse sentido, a divulgação das normas documentais junto das universidades é feita casuisticamente.

No que se refere à importância dos manuais de metodologia para a divulgação das normas documentais em Portugal, constatámos que as normas divulgadas pelos manuais portugueses de Metodologia do Trabalho Científico analisados apontam para uma pluralidade de opções metodológicas. Ou seja: a divulgação de normas documentais nesses manuais varia entre a Norma Portuguesa (por vezes, com adaptações), os manuais de estilo internacional (*Publication Manual of the American Psychological Association* e *International Committee of Medical Journals Editors Uniform Requirements for Manuscripts Submitted to Biomedical Journals*), as normas ou critérios “pessoais” e a norma ISO. Como foi sugerido no desenvolvimento do trabalho, esta pluralidade termina por dificultar a vida do investigador.

No que diz respeito à problemática de seguir ou não seguir as normas nacionais, constatámos que a maioria das entrevistas dirigidas aos autores portugueses de manuais de Metodologia do Trabalho Científico, revela uma certa resistência perante a Norma Portuguesa. Segundo os mesmos, a Norma Portuguesa está pouco adaptada à realidade e às necessidades específicas de cada área de investigação. A ideia, formulada por alguns dos entrevistados, de que a Norma foi pensada para ser aplicada pelos profissionais da informação no contexto das bibliotecas, denuncia, uma vez mais, a falta de adaptação da Norma às suas necessidades.

Foi dito, no decorrer deste trabalho, que a Universidade é uma oficina privilegiada para a produção e investigação de novos conhecimentos. Todos

os dias são produzidos inúmeros documentos científicos no contexto académico. Nesse sentido, é responsabilidade da universidade (por intermédio das bibliotecas universitárias e dos bibliotecários de referências, entre outros) divulgar as normas documentais junto da comunidade académica, na medida em que, como foi demonstrado, a normalização é factor importante não só para a qualidade do trabalho científico como também funciona como facilitador da transferência da informação científica.

Vimos que a grande maioria das bibliotecas universitárias estudadas não disponibiliza um serviço próprio de apoio à apresentação/estruturação de trabalhos académicos, sendo que a divulgação das normas documentais (verificada em 57% das bibliotecas) fica limitada à disponibilização das mesmas aos utilizadores. Denotamos, pois, que as bibliotecas universitárias demitem-se, de certa maneira, de uma função que por natureza lhes é própria e que faz parte do conceito de serviço de referência. A não utilização de normas documentais passará, eventualmente, por uma falta de intervenção dos profissionais da informação no sentido de criarem instrumentos para a sua divulgação e aplicação.

Ainda no que se refere à responsabilidade da Universidade neste domínio, num total de 247 cursos de licenciatura estudados, constatámos que apenas 21% disponibiliza pelo menos uma cadeira de Metodologia do Trabalho Científico nos seus planos de estudos. Os objectivos dessas disciplinas apontam, sobretudo, para a metodologia do trabalho científico numa perspectiva histórico-epistemológica, descurando o seu lado mais prático, relacionado com o “saber fazer”. Talvez seja esta a razão para os investigadores questionados terem afirmado, maioritariamente, que tomaram conhecimento das normas documentais através dos manuais de Metodologia do Trabalho Científico, admitindo que as dificuldades que sentem advêm da falta de tradição em Metodologia do Trabalho Científico no panorama educativo nacional. Neste sentido, confirmámos a já esperada lacuna existente no sistema de ensino superior em Portugal no que se refere aos conteúdos curriculares de ensino desta matéria. Não só nos damos conta de uma percentagem reduzida de cursos de licenciatura que contemplam disciplinas que forneçam competências para redigir e apresentar trabalhos académicos e científicos, como também a maioria dos conteúdos leccionados nessas dis-

ciplinas não satisfazem as necessidades dos investigadores. Neste sentido, seria conveniente, em contexto universitário, a existência de uma disciplina de Metodologia do Trabalho Científico – obrigatória e transversal a todos os cursos – mais direccionada para as reais necessidades dos investigadores.

No intuito de se poder verificar no terreno as práticas seguidas pela comunidade científica portuguesa, relativamente à utilização de normas documentais, avaliámos especificamente o uso das normas documentais por investigadores de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação. Considerámos que os investigadores desta área científica estariam, por excelência, talvez mais do que outras áreas, conscientes da importância da normalização documental para o processo de comunicação científica.

Os resultados obtidos com o estudo revelam que a maioria dos investigadores interrogados por questionário considera, de facto, imprescindível a utilização de normas documentais no contexto da produção científica e afirma não só conhecer como também utilizar as Normas Portuguesas, sendo as Normas ISO e as normas da APA utilizadas em menor escala. Segundo opinião dos investigadores, o seu conhecimento da Norma Portuguesa advém, essencialmente, da leitura de manuais de Metodologia do Trabalho Científico, sendo que uma percentagem de 36% dos inquiridos assume ter dificuldades ao nível da metodologia de apresentação de trabalhos científicos. Essas dificuldades decorrem, entre outros motivos, da diversidade de critérios normativos existentes no contexto das suas investigações e da não obrigatoriedade de utilização de normas documentais. Por sua vez, a análise efectuada sobre a aplicação de normas documentais nas dissertações de mestrado analisadas – nomeadamente o exemplo paradigmático da normalização de referências bibliográficas – revela que uma pequena minoria dos investigadores aplica efectivamente a Norma Portuguesa. Nessa perspectiva concluímos: se a maioria dos investigadores afirma conhecer as normas portuguesas documentais, a aplicação dessas mesmas normas, por sua vez, não se confirma na prática.

Considerámos que, de facto, é importante a utilização da Norma Portuguesa no contexto da produção científica nacional. Se existe, efectivamente, uma Comissão Técnica de âmbito nacional, que desenvolve normas documentais, parece-nos que esse serviço público deverá ser utilizado, uni-

formizando práticas e facilitando a vida ao investigador. Seria, pois, conveniente – por razões que se prendem com a recuperação eficaz da informação – que o *corpus* documental produzido em Portugal seguisse uma mesma linha de apresentação (independentemente da área científica em causa). Nesse sentido, deixamos em aberto uma possível reformulação das Normas Portuguesas. Em termos internacionais – e de divulgação da produção científica nacional para o exterior – será imprescindível, por razões de aceitação, a adequação dos documentos aos parâmetros normativos definidos pela comunidade científica de destino.

Em termos de futuro da investigação poderá ser interessante alargar o estudo do uso de normas documentais a outras comunidades científicas. Apesar das limitações inerentes a este tipo de investigação, considerámo-lo, no entanto, que este estudo pode contribuir para uma reflexão sobre políticas e práticas de normalização documental em Portugal.

Tendo em conta que todas as populações interrogadas neste trabalho – sem excepção – consideraram a normalização documental como factor preponderante no processo de produção/comunicação científica, consideramos que a normalização documental deverá estar mais enraizada no sistema de ensino superior e nas conseqüentes práticas de investigação e produção científicas. Lamentamos, no entanto, a pouca utilização que é dada às normas internacionais produzidas pela ISO. Julgamos que uma utilização alargada destas normas poderia colmatar muitos dos problemas evocados, permitindo a uniformização da normalização documental a uma escala europeia. Num momento em que o Processo de Bolonha se faz implantar – promovendo a uniformização de critérios e a mobilidade das comunidades académicas – urge, pois, a necessidade de criação de um referencial mínimo em termos de normalização documental no que se refere ao espaço do Ensino Superior europeu.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, João Ferreira de; PINTO, José Madureira (1995) – **A investigação nas ciências sociais**. 5ª edição. Lisboa : Presença, 1995. ISBN 972-23-1231-6

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION APA (2001) – **Publication manual of the American Psychological Association**. Fifth edition. Washington, DC : APA, reimp. 2005. ISBN 1-55798-791-2

AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION APA (2003) – **APA Style org**. [Em linha]. Washington, DC: APA, cop. 2003. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em:<URL:<http://apastyle.apa.org/>>

AMSTERDAMSKI, Stefan (1996) – Ciência. In **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa : Imprensa Nacional - Casa da Moeda, cop. 1996. ISBN 972-27-0691-8. Vol. 33, p. 194-263

ANSELMO, Artur (1988) – **Técnicas de pesquisa**. Lisboa : Univ. Católica Portuguesa, 1988. 2 vol.

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE ORGANISMOS DE NORMALIZAÇÃO SECTORIAL APONS (2003) – **Memento APONS** [Em linha]. [Lisboa] : APONS, 2003. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em: <URL:<http://www.apons.pt>>

ASSOCIATION OF COLLEGE AND RESEARCH LIBRARIES ACRL (2000) – **Information literacy competency standards for higher education** [Em linha]. Chicago : ACRL, 2000. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em WWW:<URL:<http://www.ala.org/acrl/ilcomstan.html>>

AZEVEDO, Carlos A. Moreira ; AZEVEDO, Ana Gonçalves de (2004) – **Metodologia científica : contributos práticos para a elaboração de trabalhos académicos**. 7ª edição. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2004. ISBN 972-54-0102-6

AZEVEDO, Mário da Costa (2004) – **Teses, relatórios e trabalhos escolares : sugestões para estruturação da escrita**. 4ª edição. Lisboa : Universidade Católica Editora, 2004. ISBN 972-54-0097-6

BARDIN, Laurence (1995) – **Análise de conteúdo**. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa : Edições 70, D.L. 1995. ISBN 972-44-0898-1

BELL, Judith (1997) – **Como realizar um projecto de investigação : um guia para a pesquisa em ciências sociais e da educação**. Lisboa : Gradiva, 1997. ISBN 972-662-524-6

BELTRÁN MARÍ, António (1995) – **Revolución científica, renacimiento e historia de la ciencia**. Madrid : Siglo XXI de España, 1995. ISBN 84-323-0868-4

BENTLEY, M. [et al.] (1929) – Instructions in regard to preparation of manuscript. **Psychological Bulletin**. Vol.26, nº2 (Feb. 1929) p. 57-63

BITTI, Pio Ricci ; ZANI, Bruna (1993) – **A comunicação como processo social**. Lisboa : Estampa, 1993. ISBN 972-33-0887-8

BOPP, Richard E. ; SMITH, Linda C., ed. lit. (2001) – **Reference and information services : an introduction**. Third edition. Englewood, Colorado : Libraries Unlimited, 2001. ISBN 1-56308-624-7

BOURDIEU, Pierre (1983) – O campo científico. In **Sociologia**. São Paulo: Ática. Cap. 4, p.122-155

BRITO, José Henrique Silveira de (2001) – **Introdução à metodologia do trabalho científico**. Braga : Publicações da Faculdade de Filosofia da Universidade Católica Portuguesa, 2001. (Cursos Universitários; 15). ISBN 972-697-160-8

BROPHY, Peter (2005) – **The academic library**. Second edition. London : Facet Publishing, 2005. ISBN 1-85604-527-7

BRYMAN, Alan (1996) – **Quantity and quality in social research**. London and New York : Routledge, reimpr. 1996. ISBN 0-415-17898-9

BUNGE, Mario (1989) – **La investigación científica : su estrategia y su filosofía**. Segunda edición corregida. Barcelona : Editorial Ariel, 1989. ISBN 84-344-8010-7

BURGESS, Robert G. (1997) – **A pesquisa de terreno : uma introdução**. Oeiras : Celta, 1997. ISBN 972-8027-43-5

CACALY, Serge, dir. (1997) – **Dictionnaire encyclopédique de l'information et de la documentation**. Paris : Nathan, 1997. ISBN 2-09-190528-3

CARAÇA, João (2001) – **Ciência**. 2ª edição revista e aumentada. [Coimbra] : Quimera, 2001. (O que é). ISBN 972-589-063-9

CARMO, H.; FERREIRA, M. M. (1998) – **Metodologia da investigação: guia para auto-aprendizagem**. Lisboa: Universidade Aberta, 1998.

CARVALHO, J. E. (2002) – **Metodologia do trabalho científico: “saber-fazer” da investigação para dissertações e teses**. Lisboa: Escolar Editora, 2002.

CEIA, Carlos (2003) – **Normas para apresentação de trabalhos científicos**. 4ª edição. Lisboa : Presença, 2003. (Ensinar e Aprender; 3). ISBN 972-23-1874-8

COUNCIL OF BIOLOGY EDITORS CBE (1994) – **Scientific style and format : the CBE manual for authors, editors, and publishers**. Sixth edition. Cambridge : Cambridge University Press, 1994. ISBN 0-521-47154-0

CUNHA, Lélia Galvão Caldas da (1973) – Normalização de originais. **Ciência da Informação**. Brasília. ISSN 1518-8353. Vol.2, nº1 (1973) p. 59-63

DECLARAÇÃO de Bolonha (1999). [Em linha]. [Consult. 2006-06-09]. Disponível em <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Declaracao_de_Bolonha.pdf>

DEMO, Pedro (1989) – **Metodologia científica em ciências sociais**. 2ª ed. rev. e ampl. São Paulo: Atlas, 1989. ISBN 85-224-0429-1

DEVÍS DEVÍS, José, et al. (2004) – Las revistas científico-técnicas españolas de ciencias de la actividad física y el deporte: adecuación a las normas ISO y grado de normalización. **Ciência da Informação**. Brasília. ISSN 1518-8353. Vol.33, nº1 (Janeiro/Abril 2004) p.38-47

D'OLIVEIRA, Teresa (2002) – **Teses e dissertações : recomendações para a elaboração e estruturação de trabalhos científicos**. Lisboa : Editora RH, 2002. ISBN 972-98823-2-0

EUROPEAN COUNCIL OF INFORMATION ASSOCIATIONS ECIA (2001) – **Referencial europeu de informação e documentação: referencial das competências dos profissionais europeus de informação e documentação**. Tradução de Filomena Roberto. Lisboa : INCITE, 2001. ISBN 972-98747-1-9

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça (1999) – **Novo dicionário do livro: da escrita ao multimédia**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1999. ISBN 972-42-1985-2.

FEATHER, John; STURGES, Paul, ed. lit. (1997) – **International encyclopedia of information and library science**. London and New York: Routledge, 1997. ISBN 0-415-09860-2

FERNANDES, António José (1995) – **Métodos e regras para a elaboração de trabalhos académicos e científicos**. 2ª edição. Porto : Porto Editora, 1995. (Educação; 4). ISBN 972-0-34204-8

FINK, Arlene (1995) – **The survey handbook**. Thousand Oaks : SAGE Publications, 1995. (The Survey Kit ; 1). ISBN 0-8039-5934-6.

FISKE, John (1999) – **Introdução ao estudo da comunicação**. 5ª edição. Porto : Asa, 1999. ISBN 972-41-1133-4

FORMOSINHO, Sebastião J. (1992) – A comunicação da ciência. In COLÓQUIO PROMOVIDO PELO PRESIDENTE DA REPÚBLICA, Lisboa, 1992 – **A ciência como cultura : actas**. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1992. (Estudos Gerais : Série Universitária). ISBN 972-27-0509-1. p. 187-203

FRADA, João José Cúcio (1999) – **Guia prático para a elaboração e apresentação de trabalhos científicos**. Nova edição revista e aumentada. Lisboa : Edições Cosmos, 1999. (Microcosmos; 4). ISBN 972-762-165-1

FRADA, João José Cúcio (2005) – **Novo guia prático para pesquisa, elaboração e apresentação de trabalhos científicos e organização de currículos**. 1ª edição revista e aumentada. Lisboa : Sete Caminhos, 2005. ISBN 989-602-050-7

FRAGATA, Júlio, S.I. (1967) – **Noções de metodologia : para a elaboração de um trabalho científico**. Porto : Livraria Tavares Martins, 1967

FRANCELIN, Marivalde Moacir (2004) – Ciência, senso comum e revoluções científicas: ressonâncias e paradoxos. **Ciência da Informação**. Brasília. ISSN 1518-8353. Vol.33, nº3 (Set/Dez 2004) p. 26-34

GARVEY, William D. (1979) – **Communication, the essence of science : facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford [etc.] : Pergamon Press, 1979. ISBN 0-08-023344-9

GARVEY, William D. ; GRIFFITH, Belder C. (1966) – Scientific communication as a social system. In GARVEY, William D. – **Communication, the essence of science : facilitating information exchange among librarians, scientists, engineers and students**. Oxford [etc.] : Pergamon Press, 1979. ISBN 0-08-023344-9. p. 148-164

GIBALDI, Joseph (2003) – **MLA handbook for writers of research papers**. Sixth edition. New York : The Modern Language Association of America, 2003. ISBN 0-87352-986-3

GIL, Fernando (2000) – Ciência disciplinar e ciência categorial. In **Enciclopédia Einaudi**. Lisboa : Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2000. ISBN 972-27-1007-9. Vol. 41, p. 288-328.

GIMÉNEZ TOLEDO, Elea Ruth; ROMÁN ROMÁN, Adelaida (1998) – Problemas metodológicos en la evaluación de revistas científicas españolas. In JORNADAS ESPAÑOLAS DE DOCUMENTACIÓN FESABID 98, 4 - **Los Sistemas de Información al Servicio de la Sociedad**.

GÓMEZ HERNÁNDEZ, José António (1998) – La biblioteca universitaria. In ORERA ORERA, Luisa, ed. lit. – **Manual de biblioteconomía**. Madrid : Editorial Síntesis, 1998. ISBN 84-7738-363-4. p.363-378

GONÇALVES, Maria Eduarda, org. (2002) – **Os portugueses e a ciência**. Lisboa : Dom Quixote, 2002. (Nova Enciclopédia; 65). ISBN 972-20-2263-6

GUINCHAT, Claire ; MENOUE, Michel (1990) – La normalisation. In **Sciences et techniques de l'information et de la documentation : introduction générale**. Deuxième édition revue et augmentée. Paris : UNESCO, 1990. ISBN 92-3-202540-X. p. 437-443

HARVARD LAW REVIEW ASSOCIATION [et al.] (2005) – **The bluebook : a uniform system of citation**. Eighteenth edition. Cambridge, Massachusetts : The Harvard Law Review Association, 2005.

IGALENS, Jacques ; PENAN, Hervé (1994) – **La normalisation**. Paris : Presses Universitaires de France, 1994. (Que sais-je? ; 1954). ISBN 2-13-046434-3

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE (2006a) – **Glossário da qualidade** [Em linha]. Monte da Caparica: IPQ. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em:<[URL:http://www.ipq.pt](http://www.ipq.pt)>

INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE. Serviço de Normalização (2006b) – **Memento IPQ** [Em linha]. Monte da Caparica : IPQ, Jan 2006. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em:<[URL:http://www.apons.pt](http://www.apons.pt)>

INTERNATIONAL COMMITTEE OF MEDICAL JOURNAL EDITORS ICMJE (2006) – **Uniform requirements for manuscripts submitted to biomedical journals : writing and editing for biomedical publication**. [Em linha]. Philadelphia: ICMJE, 2006. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em WWW:<[URL: http://www.icmje.org/icmje.pdf](http://www.icmje.org/icmje.pdf)>

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION ISO (2005a) – **International classification for standards** [Em linha]. Sixth edition. Genève: ISO, 2005. [Consult. 2006-05-10]. Disponível em WWW:<[URL:http://www.iso.org/iso/en/prods-services/otherpubs/pdf/ics6-en.pdf](http://www.iso.org/iso/en/prods-services/otherpubs/pdf/ics6-en.pdf)>

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION ISO (2005b) – **ISO in brief : International Standards for a sustainable world** [Em linha]. Genève : ISO, cop. 2005. [Consult. 4 Nov. 2005]. Disponível em WWW:<[URL:http://www.iso.org/iso](http://www.iso.org/iso)>.

INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR STANDARDIZATION ISO/TC 46 Secretariat (2005) – **Business plan of ISO/TC 46 "Information and documentation" adopted at its meeting in Washington (2004-10-29)** [Em linha]. Saint-Denis La Plaine : AFNOR, 2005. [Consult. 2006-05-25]. Disponível na Internet em:<<http://comelec.afnor.fr>>

KNORR-CETINA, Karin (1999) – A comunicação na ciência. In GIL, Fernando, coord. – **A ciência tal qual se faz**. Lisboa : João Sá da Costa, 1999. ISBN 972-9230-61-7. p.375-393

KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga (1998) – Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**. Brasília. ISSN 1518-8353. Vol.27, nº2 (Maio/Agosto 1998) p.165-175

KUHN, Thomas S. (1996) – **The structure of scientific revolutions**. Third edition. Chicago and London : The University of Chicago Press, 1996. ISBN 0-226-45808-3

LANCASTER (1979) – **Information retrieval systems: characteristics, testing and evaluation**. New York: John Wiley, 1979.

LAY, Stephen (2004) – **The interpretation of the Magna Charta Universitatum and its principles**. Bologna : Bononia University Press & Magna Charta Universitatum Observatory, 2004. ISBN 88-7395-036-1

LÓPEZ YEPES, José (1995) – **La aventura de la investigación científica : guía del investigador y del director de investigación**. Madrid : Síntesis, 1995. ISBN 84-7738-330-8

LÓPEZ YEPES, José, ed. lit. (2004) – **Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación**. Madrid : Síntesis, 2004. ISBN 84-9756-258-5. Vol.2

MADEIRA, Ana Carla ; ABREU, Maria Manuel (2004) – **Comunicar em ciência : como redigir e apresentar trabalhos científicos**. Lisboa : Escolar Editora, 2004. ISBN 972-592-165-8

MAGNA Charta Universitatum (1988). [Em linha]. [Consult. 2006-06-09]. Disponível em <http://www.mctes.pt/docs/ficheiros/Magna_carta_das_universidades.pdf>

MALTRÁS BARBA, Bruno (2003) – **Los indicadores bibliométricos: fundamentos y aplicación al análisis de la ciencia**. Gijón: Trea, 2003. ISBN 84-9704-012-0

MARCONI, Marina de Andrade ; LAKATOS, Eva Maria (2000) – **Metodologia científica**. 3ª edição revista e ampliada. São Paulo : Editora Atlas, 2000. ISBN 85-224-2439-X

MEADOWS, A. J. (1999) – **A comunicação científica**. Trad. de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, DF : Briquet de Lemos/Livros, 1999. ISBN 85-85637-15-3

MODERN HUMANITIES RESEARCH ASSOCIATION MHRA (2002) – **MHRA style guide : a handbook for authors, editors, and writers of theses**. London : MHRA, 2002. ISBN 0-947623-62-0

MONTGOMERY, Scott L. (2003) – **The Chicago guide to communicating science**. Chicago [etc.] : The University of Chicago Press, 2003. ISBN 0-226-53485-5

MORIN, Edgar (1994) – **Ciência com consciência**. Mem-Martins : Europa-América, D.L. 1994. (Biblioteca Universitária; 32). ISBN 972-1-03797-4

OCTAVIANO, Véra Lucia; REY, Carla Monte; SILVA, Kelly Cristina da (1999) – A informação na atividade técnico-científica: um enfoque pós-moderno. **Transinformação**. Campinas. V.11, nº2 (Maio/Agosto 1999) p.173-184

PEREIRA, Alexandre ; POUPA, Carlos (2004) – **Como escrever uma tese, monografia ou livro científico usando o Word**. 3ª edição revista. Lisboa : Sílabo, 2004. ISBN 972-618-350-2

PINTO, Jaime (1969) – **Factores de eficiência em investigação científica**. Lisboa : Edições Cosmos, 1969.

PRICE, Derek de Solla (1975) – **Science since Babylon**. Enlarged edition. New Haven and London : Yale University Press, 1976. ISBN 0-300-01798-7

QUIVY, Raymond ; VAN CAMPENHOUDT, Luc (1998) – **Manual de investigação em ciências sociais**. 2ª edição. Lisboa : Gradiva, 1998. ISBN 972-662-275-1

REITZ, Joan M. (2004) – **ODLIS-Online Dictionary for Library and Information Science** [Em linha]. [S.l.] : Libraries Unlimited, cop. 2004-5. [Consult. 2006-04-18]. Disponível em:<[URL:http://lu.com/odlis/odlis_s.cfm](http://lu.com/odlis/odlis_s.cfm)>.

RODRIGUES, Mara Eliane Fonseca ; LIMA, Marcia H. T. de Figueiredo ; GARCIA, Marcia Japor de Oliveira (1998) – A normalização no contexto da comunicação científica. **Perspectivas em Ciência da Informação**. Belo Horizonte : Escola de Ciência da Informação da UFMG. ISSN 1413-9936. Vol. 3, n.º 1 (jul/dez 1998), p. 147-156.

ROWLAND, F. (1999) – Scientists in communication. In SCANLON, Eileen; HILL, Roger ; JUNKER, Kirk, ed. lit. – **Communicating science : professional contexts**. London and New York : Routledge, 1999. (Reader 1). ISBN 0-415-19751-1. p. 55-60.

SANTOS, Boaventura de Sousa (2001) – **Um discurso sobre as ciências**. 12ª edição. Porto : Afrontamento, 2001. ISBN 972-36-0174-5

SCANLON, Eileen; HILL, Roger ; JUNKER, Kirk, ed. lit. (1999) – **Communicating science: professional contexts**. London and New York : Routledge, 1999. (Reader 1). ISBN 0-415-19751-1

SCANLON, Eileen; WHITELEGG, Elizabeth; YATES, Simeon, ed. lit. (1999) – **Communicating science : contexts and channels**. London and New York : Routledge, 1999. (Reader 2). ISBN 0-415-19753-8

SERRANO, Pedro (2004) – **Redacção e apresentação de trabalhos científicos : fundamentos, técnicas e noções práticas sobre como estruturar, escrever e apresentar trabalhos científicos e técnicos**. 2ª edição. Lisboa : Relógio d'Água, 2004. ISBN 972-708-300-5

SHORTLAND, Michael ; GREGORY, Jane (1997) – **Communicating science : a handbook**. Harlow : Addison Wesley Longman, 1997. ISBN 0-582-05709-4

SILVA, Vicente Jorge, org. (1998) – **Livro de estilo**. [Lisboa] : Público, Comunicação Social, 1998. ISBN 972-8179-23-5

SISTEMA PORTUGUÊS DA QUALIDADE. Conselho Nacional da Qualidade (1999) – **Directiva CNQ 2/99: comissões técnicas portuguesas de normalização: criação e funcionamento**. Caparica: IPQ, 1999.

SISTEMA PORTUGUÊS DA QUALIDADE. Conselho Nacional da Qualidade (2001) – **Directiva CNQ 3/2001: Normas Portuguesas: procedimentos para a sua aprovação**. Caparica: IPQ, 2001.

SOUSA, Gonçalo de Vasconcelos e (1998) – **Metodologia da investigação, redacção e apresentação de trabalhos científicos**. Porto : Livraria Civilização Editora, 1998. ISBN 972-26-1559-9

STANDING CONFERENCE OF NATIONAL AND UNIVERSITY LIBRARIES SCONUL (1999) – **Information skills in Higher Education** [Em linha]. [Consult. 2006-09-06] Disponível em WWW:<URL:<http://www.sconul.ac.uk/activities/inf_lit/papers/Seven_pillars.html>

TORRES, Adelino (1980) – **O método no estudo**. Lisboa : A Regra do Jogo, 1980.

TURABIAN, Kate L. (1987) – **A manual for writers of terms papers, theses, and dissertations**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

UNESCO (1962) – **A code of good practice for scientific publications**. Paris: UNESCO, 1962. UNESCO NS/177

THE UNIVERSITY OF CHICAGO PRESS (2003) – **The Chicago manual of style : the essential guide for writers, editors, and publishers**. 15th edition. Chicago and London : UCP, 2003. ISBN 0-226-10403-6

WALKER, Richard D. ; HURT, C. D. (1990) – **Scientific and technical literature : an introduction to forms of communication**. Chicago [etc.] : American Library Association, 1990. ISBN 0-8389-0539-0

WITT, Maria (1993) – La normalisation et le bibliothécaire. **Bulletin des Bibliothèques de France**. Paris : École Normale Supérieure de Sciences de l'Information et de la Bibliothéconomie. ISSN 0006-2006. T.38, n°5 (1993), p.37-39.

YEPES, José López, ed. lit. (2004) – **Diccionario enciclopédico de ciencias de la documentación**. Madrid : Editorial Síntesis, D.L. 2004. ISBN 84-9756-258-5. Vol.2, p.142.

ZIMAN, John (2000) – **Real science : what it is, and what it means**. Cambridge : University Press, 2000. ISBN 0-521-77229-X

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Modelo de Guião da entrevista aos responsáveis pela política nacional de normalização documental em Portugal

GUIÃO DE ENTREVISTA

Perguntas comuns aos dois responsáveis:

1. Que visão tem, no contexto do SPQ, do Subsistema de Normalização? Considera-o eficaz e suficiente no quadro do SPQ?
2. Como avalia o trabalho conjunto da Biblioteca Nacional (enquanto ONS), da CT7 e do Instituto Português da Qualidade (enquanto ONN)?
3. No contexto do SPQ, quais os meios utilizados pela instituição para a divulgação das normas documentais em Portugal?
4. Considera que a utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica) pelos investigadores e pelos editores científicos afecta a difusão da informação científica? De que forma?
5. O que pensa da grande proliferação de manuais portugueses de Metodologia do Trabalho Científico, muitos deles sem qualquer alusão à existência de normas documentais portuguesas? E da utilização de manuais de estilo internacionais consoante a área de investigação?
6. No âmbito do Processo de Bolonha, que proclama, entre outros objectivos, a promoção da mobilidade de estudantes, investigadores e professores no espaço da União Europeia, o que pensa da existência de uma única norma documental comum ao espaço da EU?
7. À imagem de outros países europeus, por que não existe uma correspondência normativa nacional para a norma ISO 7144 (1986) – *Documentation: presentation of theses and similar documents*? Que critérios de normalização devem ser aplicados às dissertações produzidas em Portugal?

Pergunta exclusiva ao responsável da Biblioteca Nacional:

1. Qual é a estrutura exacta da CT7? Quantas subcomissões a compõem e quais os respectivos responsáveis?

Pergunta exclusiva ao responsável do Instituto Português da Qualidade:

1. De uma forma geral, as normas são voluntárias; tornam-se obrigatórias se houver legislação que determine o seu cumprimento. Quais os motivos que podem levar uma norma ao estatuto de lei? Na área da documentação, seria de considerar essa transição?

APÊNDICE 2 – Modelo de Guião da entrevista aos autores portugueses dos principais manuais de Metodologia do Trabalho Científico

GUIÃO DE ENTREVISTA

1. Com que propósito publicou o seu manual de Metodologia do Trabalho Científico?
2. Que opinião tem sobre as Normas Portuguesas de documentação e informação? O que pensa da proliferação de manuais portugueses de Metodologia do Trabalho Científico, cada qual com opções diferentes relativamente à utilização dessas normas?
3. O que tem a dizer sobre a utilização/influência de muitos manuais de estilo internacionais, relacionados com determinadas áreas científicas, na comunidade científica portuguesa?
4. Considera que a utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica) pelos investigadores e pelos editores científicos afecta a difusão da informação científica? De que forma?
5. À imagem de outros países europeus, não existe uma correspondência normativa nacional para a norma ISO 7144 (1986) – *Documentation: presentation of theses and similar documents*; acha que seria importante existir essa correspondência normativa no nosso país?
6. No âmbito do Processo de Bolonha, que proclama, entre outros objectivos, a promoção da mobilidade de estudantes, investigadores e professores no espaço da União Europeia, o que pensa da existência de uma única norma documental comum ao espaço da EU?

APÊNDICE 3 – Modelo de Questionário aplicado aos bibliotecários de referência de bibliotecas universitárias portuguesas

QUESTIONÁRIO

1. Esta biblioteca disponibiliza algum serviço de apoio aos utilizadores (investigadores, alunos, professores) no que se refere à apresentação dos seus trabalhos científicos e académicos?

Sim
 Não

2. Com que frequência os referidos utilizadores têm o hábito de recorrer à biblioteca para solicitar algum tipo de apoio/orientação bibliográfica?

Bastante frequência
 Frequência regular
 Esporadicamente
 Nenhuma frequência

3. Dos serviços de orientação prestados, quais os mais solicitados?

Metodologia de apresentação de dissertações e publicações periódicas
 Metodologia de citação e referenciação bibliográficas
 Metodologia de elaboração de resumos analíticos
 Metodologia de elaboração de índices

4. Das seguintes opções, indique aquela que julga ser a mais conveniente ao investigador português:

Seguir apenas e rigorosamente as Normas Portuguesas (NP)
 Adaptar as NP às necessidades individuais de investigação
 Seguir outras normas complementares, inclusive as internacionais, porque as NP não dão resposta às suas necessidades
 Seguir manuais de estilo internacionais, aceites pela comunidade científica em que se insere
 Outra opção: _____

5. Esta biblioteca divulga as Normas Portuguesas (NP) junto da sua comunidade académica? De que forma?

Sim
 Não

6. Considera que a não utilização de normas documentais pelos investigadores e pelos editores científicos pode afectar o processo de comunicação científica? De que forma?

Sim
 Não

7. O que pensa da existência de uma norma documental comum ao espaço da EU, no âmbito da Declaração de Bolonha, que preconiza, entre outros objectivos, a promoção da mobilidade de estudantes, investigadores e professores no espaço do Ensino Superior europeu?

- Concorda
 Não concorda

APÊNDICE 4 – Modelo de Questionário aplicado a editores científicos universitários portugueses

QUESTIONÁRIO

1. A vossa política editorial prevê a aplicação de normas documentais para publicação de documentos?

- Sim
 Não

2. Essas normas dizem respeito a que elementos?

- Referências bibliográficas
 Citação bibliográfica
 Resumos (*abstracts*)
 Índices
 Sumários
 Apresentação de artigos
 Numeração progressiva
 Legenda bibliográfica
 Outros elementos

3. Que normas documentais são seguidas pela vossa editora?

- Norma Portuguesa (NP)
 Norma internacional (ISO)
 Norma interna (criada pela editora)
 Norma proposta pelos autores
 Manual de estilo da APA
 Manual de estilo de Chicago
 Outra norma/Outro manual de estilo

4. Considera que a não utilização de normas documentais (sobretudo as normas de referência bibliográfica, mas também todas as outras normas que dizem respeito à estrutura formal do documento) pelos investigadores e pelos editores científicos pode influenciar, de alguma maneira, o processo de comunicação científica? De que forma?

APÊNDICE 5 – Modelo de Questionário aplicado a investigadores portugueses (mestrado) na área das Ciências Documentais e da Informação

QUESTIONÁRIO

O presente Questionário surge no âmbito de um projecto de investigação (Mestrado em Ciências Documentais da Universidade Autónoma de Lisboa) que tem como objecto de estudo a normalização documental no contexto da produção científica portuguesa. O objectivo deste questionário consiste na recolha de dados sobre hábitos e necessidades dos investigadores portugueses na área das Ciências Documentais no que se refere ao conhecimento e utilização das normas documentais.

Deixamos claro que os dados recolhidos neste inquérito são tratados com confidencialidade e apresentados de forma resumida, sem indicação do nome do inquirido. Salvo quando obtiver indicação contrária, responda assinalando com a(s) alínea(s) que considere a(s) mais(s) apropriada(s). A sua escolha deve ter em conta a **situação de investigação que desenvolve actualmente ou que desenvolveu mais recentemente.**

1. Idade

- Inferior ou igual a 20 anos
 21-24 anos
 25-29 anos
 30-34 anos
 Igual ou superior a 35 anos

2. Sexo

- F
 M

3. Organismo no qual desenvolve ou desenvolveu a investigação

- Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto (FE-UP)
 Fac. de Psicologia e de Ciênc. da Educ. da Univ. de Lisboa (FPCE)
 Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE)
 Universidade Autónoma de Lisboa (UAL)
 Universidade de Évora (UE)

4. Indique, da lista que se segue, o(s) tipo(s) de texto(s) científico(s) que produziu recentemente ou que está a produzir

- Dissertação de Mestrado
 Dissertação de Doutoramento
 Artigo para revista especializada
 Comunicação científica (actas/anais de congressos, eventos científicos)

5. Quando realizou o(s) referido(s) trabalho(s) científico(s), encontrou ou encontra dificuldades no que se refere à metodologia de apresentação de trabalhos científicos?

- Sim
 Não **[passe à questão nº8]**

6. Essas dificuldades estão relacionadas com:

- A apresentação dos elementos pré-textuais do documento
- A apresentação dos elementos pós-textuais do documento
- A apresentação das citações no desenvolvimento do texto

7. A seu ver, essas mesmas dificuldades estão directamente relacionadas com:

- A falta de tradição em Metodologia do Trabalho Científico no ensino secundário e universitário
- A diversidade de critérios na apresentação de trabalhos científicos no nosso sistema de ensino
- A não obrigatoriedade de utilização das normas documentais portuguesas (NP)
- Outro: _____

8. Qual o sistema de citação que normalmente utiliza nos seus trabalhos de investigação?

- Autor-data
- Citação em nota
- Numérico
- Nenhum em particular

9. No que se refere especificamente à metodologia de referenciação bibliográfica, quais os elementos bibliográficos que tem/teve dificuldade em encontrar nos documentos que consulta/consultou? **[se não encontrou qualquer tipo de dificuldades, passe à questão seguinte]**

- Responsabilidade secundária (tradução, prefácio, coordenação)
- Edição
- Local de publicação
- Data de publicação
- Título original
- ISBN/ISSN

10. A seu ver, as dificuldades encontradas na localização dos elementos referidos na questão anterior

- Não têm muita importância para o desenrolar do trabalho de investigação
- Provocam uma perda de tempo adicional ao investigador
- São provenientes da falta de consciencialização de uma política de edição científica / normalização documental
- Prejudicam o processo de difusão científica
- Outro: _____

11. Tem conhecimento da existência de normas documentais portuguesas?

- Sim
- Não

12. Qual o tipo de normas documentais que utiliza/utilizou no(s) seu(s) trabalho(s)?

- Normas Portuguesas (NP)
 Normas Internacionais (ISO)
 Manual de Estilo da APA (*American Psychological Association*)
 Manual de Estilo de Chicago (*Chicago Manual of Style*)
 Outro Manual de Estilo : _____
 Outra Norma : _____
 Nenhuma **[passe à questão nº14]**

13. Como tomou conhecimento da existência das normas que utiliza?

- Manuais de Metodologia do Trabalho Científico
 No decorrer da disciplina de Metodologia do Trabalho Científico
 Na(s) biblioteca(s) de investigação que frequenta
 Através do Instituto Português da Qualidade (IPQ)
 Outro: _____

14. Considera a divulgação de normas documentais em Portugal:

- Inexistente
 Ineficaz
 Suficiente
 Excelente
 Não sabe

15. Considera que, no desenrolar do processo de investigação, as normas documentais são:

- Inúteis
 De pouca utilidade
 Necessárias
 Imprescindíveis
 Não sabe

16. Assinale, por favor, a opção que considere a mais pertinente e apresente a(s) respectiva(s) vantagem(s):

- A adopção de diversas normas nacionais e internacionais e recomendações dos manuais de metodologia, consoante as necessidades individuais de cada investigador
 A defesa de um sistema de normas documentais, válido para toda a União Europeia, tendo em conta o novo contexto da Declaração de Bolonha
 A obrigatoriedade de utilização das normas portuguesas (nomeadamente as normas de referência bibliográfica)
 Outra _____

Vantagens:

APÊNDICE 6 – Modelo de grelha de análise das dissertações de mestrado na área das Ciências Documentais e da Informação

GRELHA DE ANÁLISE

1. Resumo Analítico (*abstract*) (NP 418, 1988)

- Presente
 Ausente
- Unilingue
 Bilingue
- < 500 palavras
 > 500 palavras

2. Sistema de citação utilizado (NP 405-1, 1994)

- Autor-data
 Citação em nota
 Numérico

3. Referenciação bibliográfica

- Norma Portuguesa (NP405-1/-4)
 Norma internacional (ISO)
 Manual de estilo da APA
 Manual de estilo de Chicago
 Outra norma/Outro manual de estilo

4. Folha de título (NP 738, 1986; ISO 7144, 1986)

- Nome completo do autor
 Qualificação do autor
 Nome do orientador
 Grau académico a obter
 Data e local das provas
 Título e complemento de título
 Local e data de edição
 Instituição à qual será submetida a dissertação
 Departamento ou faculdade em que foi conduzida a investigação
 Catalogação bibliográfica na publicação (CIP) (no verso)
 Classificação CDU ou outra classificação generalizada (no verso)

5. Títulos de lombada (NP 3191, 1987)

- Presente
 Ausente